Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Dissertação de mestrado

Dois encontros entre o marxismo e a América Latina

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo

Aluno: André Kaysel Velasco e Cruz

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

Maio de 2010

Índice

Apresentação	p.6
Introdução	p.7

Parte I – Os Contextos

Capítulo 1 – Marxismo e questão nacional na América Latina	p.28
1.1 – Questão nacional e marxismo	p.28
1.2 – A construção da nação e as vias para o capitalismo	p.34
1.3 – Desencontros entre o marxismo e a América Latina	p.39
 Capítulo 2 – Os contextos nacionais e as trajetórias intelectuais	p.43
2.1 – Caio Prado Jr. E o momento nacionalista brasileiro.....	p.43
2.2 - González Prada e a origem de um certo nacionalismo peruano.....	p.52
2.3 – Auge e crise da República oligárquica.....	p.56
2.4 – “Mudar a ordem”: intelectuais e nação no Peru dos anos 20.....	p.59
2.5 - Contrastes entre o Brasil e o Peru	p.63
2.6 – Duas trajetórias díspares	p.68
 Capítulo 3 – Caio Prado Jr., José Carlos Mariátegui e o movimento comunista na América Latina	p.75
3.1 – A cultura política comunista no Brasil	p.75
3.2 – O polêmico lugar de Caio Prado Jr. na tradição comunista	p.81
3.3 – Mariátegui e a Internacional Comunista na América Latina.....	p.89
3.4 - Dois momentos do movimento comunista	p.98

Parte II – As Obras

Capítulo 4 – A colônia: negação da nação.....	p.103
4.1 – A virtualidade da nação em Caio Prado Jr.	p.103
4.2 – A grande exploração: núcleo da empresa colonial	p.107
4.3 – A organização social: as contradições do orgânico/inorgânico	p.110
4.4 – Origem e estrutura dos <i>Siete Ensayos</i>	p.114

4.5 – A colônia feudal como fratura no Peru	p.116
4.6 – Os debates em torno do modo de produção	p.120

Capítulo 5 – Entre a colônia e a nação: a problemática das revoluções de independênciap.128

5.1 – Rumo à nação?	p.128
5.2 – Revolução burguesa sem burguesia	p.133
5.3 – A passagem incompleta para a nação	p.139

Capítulo 6 – Duas vias “não-clássicas” para o capitalismop.141

6.1 – A articulação entre a economia colonial e o capitalismo	p.141
6.2 – As relações de trabalho no campo e a polêmica em torno da reforma agrária no Brasil	p.143
6.3 – A articulação entre comunismo primitivo, feudalismo e capitalismo	p.154
6.4 – A questão indígena como questão camponesa	p.157
6.5 – Diferenças locais e diferenças regionais	p.165

Capítulo 7 – O imperialismo e a burguesia nacionalp.172

7.1 – Imperialismo e burguesia nacional no Brasil	p.172
7.2 – O imperialismo no Peru e na América Latina	p.182
7.3 – Revisitando a ortodoxia	p. 188

Capítulo 8 – A revolução, seu programa e seus atoresp.191

8.1 – A revolução como processo de reformas	p.191
8.2 – Uma revolução socialista indo-americana	p.205
8.3 – A teoria da revolução, o movimento comunista e as realidades nacionais	p.220

Conclusãop.225

Bibliografiap.235

Agradecimentos

À CAPPES e à FAPESP pelas bolsas que me proporcionaram as condições de realização desta pesquisa. A Bernardo Ricupero pela orientação que, ao mesmo tempo, foi rigorosa e me deu toda a liberdade. À Camila, minha esposa, pela leitura crítica e revisão atenta do texto. A Sebastião, meu tio, agradeço os longos anos de estímulo e intercâmbio intelectual. A Luís Bernardo Pericás e Gildo Marçal Brandão (*In Memoriam*) agradeço as críticas e sugestões durante a qualificação. A Henrique J. Magalhães, amigo dos tempos da Faculdade de Direito, agradeço ao fato de ter me apresentado a obra de José Carlos Mariátegui. Nas pessoas de minha avó Lydia e de Gil, leitores voluntários, agradeço a todos que se dispuseram a ler para mim. À *Freedom Scientific* agradeço pelo *Scanning and Reading Appliance* (SARA), aparelho sem o qual não poderia ter terminado este trabalho em tão pouco tempo. Aos meus pais, Angela e Augusto, e minha irmã, Beatriz, pelo apoio que sempre me deram. Por fim, a todos os amigos que compartilharam comigo suas idéias e, desse modo, colaboraram com os resultados desta pesquisa. Como é de praxe lembrar, nenhuma das pessoas ou instituições é responsável pelos eventuais erros ou defeitos deste trabalho.

Dedicatória

À memória de Gildo Marçal Brandão, quem – tanto na condição de mestre, quanto na de ex-militante comunista – fez parte desta história.

Título da dissertação: “Dois encontros entre o marxismo e a América Latina”

Aluno: André Kaysel Velasco e Cruz

Resumo

A presente dissertação apresenta os resultados de uma pesquisa comparativa do tema da questão nacional nas obras do historiador brasileiro Caio Prado Jr. e do jornalista e militante peruano José Carlos Mariátegui. Partindo-se da hipótese de que um dos principais dilemas enfrentados pelo marxismo na América Latina foi dar um tratamento adequado à questão nacional no sub-continente, propôs-se que ambos os autores ao abordarem a questão nacional como construção inconclusa da nação deram respostas análogas ao problema e deitaram as bases de um método marxista capaz de dar conta da realidade local. Todavia, foi preciso ir além desse elemento em comum e demonstrar os diferentes modos pelos quais ambos os autores levaram adiante suas empreitadas políticas e intelectuais. Assim, a dissertação dividiu-se em duas partes, em um primeiro momento foi feita uma reconstrução comparada dos contextos históricos do Brasil e do Peru bem como dos diferentes momentos do movimento comunista nos quais ambos atuaram. Já na segunda parte procurou-se cotejar as obras do brasileiro e do peruano em torno de alguns eixos temáticos comuns. Com esta reconstrução interligada de texto e contexto espera-se ter não apenas demonstrado as semelhanças e diferenças do pensamento de Caio Prado e Mariátegui, como também apontado suas contribuições fundamentais para o estabelecimento de um marxismo especificamente latino-americano.

Palavras-chave: marxismo; questão nacional; América Latina; Brasil; Peru

Abstract

This dissertation presents the results from a comparative analysis of the national issue based on the works of the Brazilian historian Caio Prado Jr. And hose of Peruvian José Carlos Mariátegui. Considering the hypothesis that one of the most important dilemmas faced by the latin-american marxism was to develop proper answers for the sub continent's national issue, is possible to say that the approaches of both authors offered similar solutions using the Marxist method in a creative way to understand their local realities when addressing the national issue as the nation's unfinished construction. However, it was necessary to go beyond this common element and demonstrate the different ways in which both authors have undertaken their political and intellectual endeavors. Therefore, the work was divided into two parts, at the first it was made a comparative reconstruction of the historical contexts of Brazil and Peru as well as of the different moments of the communist movement n which both authors acted. In the second part the comparison was between the works of the Brazilian and Peruvian authors around some common themes. With this interconnected reconstruction of text and contexts, not only the differences and the similarities between Prado's and Mariátegui's works could be pointed out, but also their fundamental contributions to the establishment of a particular latin-american marxism.

Keywords: marxism; national issue; Latin America; Brazil; Peru

Apresentação

Esta dissertação é o resultado de um processo que teve seu início no ano de 2007, durante minha Iniciação Científica, desdobrando-se ao longo do mestrado. Procurei, ao longo deste período, responder ao desafio de fazer com que dois autores, que nunca tomaram contato um com a obra do outro, entrassem em diálogo. Essa conversa já havia sido anunciada antes, mas ainda não havia sido posta em prática.

Não se trata, sem dúvida, de uma tarefa fácil. Para levá-la a cabo procurei cotejar, na primeira parte, os contextos históricos e intelectuais de Caio Prado e Mariátegui e, na segunda, suas obras. Deste modo, procurei apontar a existência de problemas comuns, os quais ganharam soluções análogas. Para fazer esse cotejo, optei por começar com aquilo que me era mais familiar – ou seja, Caio Prado e o Brasil –, para depois, contrapô-lo ao mais distante – Mariátegui e o Peru. Daí ter adotado uma ordem inversa à da ordem cronológica. Quanto às citações, advirto que, no que tange aos textos em língua estrangeira, traduzi as eventuais citações, deixando os títulos no original nas notas.

Por fim, uma palavra sobre as condições em que produzi esta dissertação. No início de minha iniciação científica havia acabado de perder integralmente minha visão. Desse modo, levei um tempo para me adaptar e ganhar velocidade na leitura. Mesmo com a ajuda, a partir de meados de 2008, de um leitor autônomo, as condições de trabalho de um deficiente visual nunca são as mesmas de alguém com visão normal. Por isso, o tempo para realizar a pesquisa acabou sendo mais exíguo do que o de costume. Espero, apesar de tudo, ter contribuído para a história das idéias políticas, em especial para a do marxismo e do socialismo no Brasil e na América Latina.

São Paulo, maio de 2010.

André K. V. Cruz

Introdução

Durante a maior parte do século XX, o problema central que marcou o pensamento político e social na América Latina foi o da *especificidade*, ou ainda, excentricidade das sociedades latino-americanas. Falar em excentricidade ou em especificidade pressupõe a existência de um parâmetro ou centro de referência daquilo que seja “normal”. Esse parâmetro foi fornecido pelas sociedades e Estados nacionais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, isto é, os países de capitalismo avançado, usualmente denominados como “Ocidente”. O grande problema dos intelectuais latino-americanos está justamente na posição deslocada que seus países ocupam dentro dos limites da civilização ocidental.

Aquilo que se convencionou chamar de América Latina é um produto do começo da expansão das fronteiras dessa civilização, o processo conhecido como era dos descobrimentos (séculos XV e XVI). A origem européia do processo de colonização dá aos povos latino-americanos um caráter de fronteira do mundo europeu. Os aspectos fundamentais da organização social e econômica, da composição étnica das populações, da cultura e da formação do funcionamento do Estado, ao mesmo tempo em que incluem a região na civilização européia, transformam-na em um *outro* em relação à Europa.

É nessa condição de alteridade, que reside a dificuldade das teorias das ciências sociais e do pensamento político europeu, em apreender e organizar as realidades sociais latino-americanas. A teoria e a realidade parecem viver em permanente desencontro. Se por um lado a primeira parece ignorar continuamente os traços constitutivos da segunda, esta última parece resistir permanentemente à apreensão pela primeira.

Entre as principais contribuições ao pensamento político do século XIX está a de Karl Marx e Frederich Engels. Ao lado do liberalismo, o marxismo é provavelmente um dos ramos mais vastos e influentes do pensamento ocidental, com iguais pretensões à universalidade. Não se pode esquecer, entretanto, que Karl Marx concebia sua teoria da história e da organização social dos homens como estando a serviço da transformação revolucionária da realidade, por meio da prática social e política coletiva. Logo, quando se discute a trajetória intelectual do marxismo, é inevitável discutir os caminhos dos movimentos sociais, organizações e partidos políticos que, de uma forma ou outra, reivindicaram o legado de Marx e Engels.

Essa vinculação explícita da teoria à ação política de um sujeito revolucionário consciente torna, no caso do marxismo, ainda mais problemático o desencontro entre teoria e realidade. Chegando ao continente no final do século XIX, o marxismo exercerá influência decisiva nos meios culturais e intelectuais latino-americanos, tanto extra quanto intra-universitários. A história do marxismo na América Latina é, portanto, a desse permanente desencontro e das tentativas de superá-lo¹.

Como aponta Michael Löwy, em sua introdução à coletânea *O Marxismo na América latina*², a história do marxismo no continente foi polarizada por duas atitudes extremas. De um lado, a tendência de ressaltar as especificidades ou *exotismos* da realidade local em detrimento da universalidade da teoria, e, de outro lado, uma postura que procuraria submeter o particular e o local ao universal. Estes dois pólos seriam, segundo este autor, os principais responsáveis pelos equívocos teóricos e erros políticos de nossos marxistas.

Para ilustrar a primeira postura, Löwy menciona como exemplo a figura do teórico e dirigente político peruano Victor Raúl Haya de la Torre³. Embora tendo o marxismo como uma de suas múltiplas influências teóricas, o fundador da A.P.R.A. enfatizava que o materialismo histórico de Marx e Engels, como produto das sociedades européias capitalistas, não era a teoria adequada para compreensão e transformação da realidade latino-americana, a qual exigiria uma teoria própria. Essa posição, que ressalta o particularismo do local frente ao universalismo da teorização, é compartilhada por uma ampla gama de intelectuais que se aproximaram do nacional-desenvolvimentismo e do populismo latino-americanos. Outros exemplos são as formulações da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas(ONU), ou ainda o trabalho intelectual produzido pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Pela diversidade de filiações teóricas, políticas e institucionais mencionadas, vê-se que se está diante de uma postura intelectual que vai muito além do marxismo, embora mantenha um permanente diálogo com ele, diálogo este que marcaria o debate político no sub-continente entre o pós-Segunda Guerra e o final dos anos 80.

¹ Cf. o prefácio de Carlos Franco In. Aricó, José. *Marx e a América latina*. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1978.

² Löwy, Michael. *O Marxismo e América Latina*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999. Outra referência importante para esta discussão é o terceiro capítulo da tese de Bernardo Ricupero, *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. Ed 34, 2000.

³ Victor Raúl Haya de La Torre foi o fundador da Aliança Popular Revolucionária Americana e é uma figura de difícil classificação. Haya foi o principal interlocutor teórico e político de José Carlos Mariátegui. Desse modo, irei abordar alguns pontos de sua contribuição mais adiante.

Já a segunda postura é bem exemplificada pelos partidos comunistas ligados à Internacional Comunista. Estes tenderam a “encaixar” suas respectivas realidades nacionais nos esquemas e formulações da Internacional Comunista (IC) (oriundos de uma apropriação específica do leninismo), consolidada e formalizada por Josef Stalin. No que tange ao diagnóstico da realidade latino-americana, as resoluções da IC igualavam os países do sub-continente às colônias e dependências europeias na África e na Ásia, fazendo uso da categoria de “países coloniais, semi-coloniais e dependentes”. Se as repúblicas latino-americanas se distinguiam das colônias africanas e asiáticas por possuírem uma independência política formal, aproximavam-se das últimas por serem caracterizadas por formações sociais semi-feudais e pela presença do imperialismo (britânico e estado-unidense). Essa associação entre semi-feudalismo e imperialismo tornaria necessária uma revolução burguesa, nos moldes clássicos da Revolução Francesa, sem a qual uma revolução socialista e proletária seria impossível.

Enquanto aqueles que se aproximaram do nacional-populismo dissolviam o conteúdo da teoria no particularismo da realidade, os comunistas negaram a realidade local em nome da fidelidade a preceitos universais. Löwy ressalta, no entanto, que houve aqueles (em geral teóricos e grupos isolados ou minoritários) que procuraram superar a polarização universal/particular, por meio de uma síntese entre os dois aspectos. Se por um lado reconheciam o caráter específico das formações sociais nas quais se inseriam – o que teria por implicação uma prática política também específica -, afirmavam a necessidade de compreender o particular por meio de uma apreensão original da teoria universalista. É bom lembrar que, como já foi referido, o problema de fundo sempre esteve, no que toca ao marxismo, em compreender a realidade para transformá-la.

O problema dos marxistas latino-americanos sempre foi, portanto, o de conceber uma política revolucionária de acordo com a sua realidade. Entre as figuras que apontaram para possíveis soluções originais para os dilemas teóricos expostos, emergem as de José Carlos Mariátegui (1894-1930) e Caio Prado Jr (1907-1990). Tanto o peruano quanto o brasileiro, se preocuparam em apropriar-se do materialismo histórico e dialético de uma forma criativa, que lhes possibilitasse compreender a história de seus países e seus impasses contemporâneos. Esse objetivo comum, e a originalidade das interpretações daí decorrentes, são os primeiros pontos de contato que aproximam esses dois intelectuais de formação e trajetórias tão diversas.

Todavia, esta primeira e superficial analogia não sustenta por si só uma investigação mais aprofundada. Para tanto, é preciso explicitar de modo claro quais são o objeto, as hipóteses, o método e os objetivos da pesquisa.

O que se propõe aqui é um estudo comparativo do vínculo entre o marxismo e a questão nacional nas obras do historiador brasileiro Caio Prado Jr. e do jornalista e militante peruano José Carlos Mariátegui. Parte-se da hipótese, já levantada na bibliografia pertinente, de que ambos se aproximam em quatro pontos fundamentais.

Em primeiro lugar a “questão nacional” – entendida como *formação inconclusa* da nação – ocupa um lugar central na obra dos dois autores, tanto como problema-chave para o entendimento de suas realidades locais, quanto na proposição de um programa político revolucionário. Em segundo lugar, tanto um, quanto o outro, teriam utilizado o marxismo enquanto *método* para atingir uma interpretação crítica de realidades sociais muito distantes daquelas para as quais o marxismo fora inicialmente pensado. Ou seja, procuraram adequar o materialismo histórico ao entendimento das particularidades do Brasil e do Peru ao invés de aplicar mecanicamente suas categorias à realidade de seus países. Em terceiro lugar, ambos percebem, como principal obstáculo para a formação da nação, a persistência de estruturas econômicas, sociais e políticas legadas pelo passado colonial que, longe de representarem meros “resquícios”, seriam parte “viva” do presente. Daí a relação contraditória colônia/nação ocupar um lugar central na forma com que estes dois autores lêem suas realidades nacionais.

Por fim, tanto Caio Prado como Mariátegui ocuparam uma posição análoga, de heterodoxia, no interior do movimento comunista, ao qual os dois intelectuais pertenceram. Foram, pois, vozes relativamente isoladas em seu tempo, sendo resgatadas por gerações posteriores, notadamente por aqueles que, após a Revolução Cubana (1959), irão, em diálogo crítico com as teorias desenvolvimentistas, dar origem às teorias da dependência.⁴

É claro que, partindo destes pontos de aproximação, o estudo deverá se focar também nas grandes diferenças que existem entre as duas obras e que serão discutidas ainda nesta introdução. Assim, recorrer-se-á não apenas à análise crítica das principais obras de cada um, mas também à reconstrução dos contextos intelectuais e políticos nos quais as obras foram concebidas e a partir dos quais ganham sentido. No que se refere ao contexto político, a pesquisa investigará particularmente o ambiente dos Partidos

⁴ Cf. Novais, Fernando: “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”, In. Antunes, Ricardo, Ferrante, Vera e Moraes, Reginaldo (orgs.): *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983., p. 25.

Comunistas, procurando entender o lugar que Mariátegui e Caio Prado ocuparam no interior dessa tradição política. Serão abordados ainda outros dois contextos, o nacional – o Peru nos anos 1920 e o Brasil dos anos 1930 aos 1960, nos quais ambos se formaram, viveram e produziram suas obras – e o da tradição do pensamento político e social latino-americano.

Resumida, assim, a proposta de pesquisa, é preciso passar a sua problematização. Para tanto, serão discutidos três conjuntos de questões: a própria formulação do problema de pesquisa, os dilemas gerais de uma investigação histórica do pensamento político e, por fim, algumas dificuldades específicas do estudo que aqui se propõe.

Embora o tema e o objeto de estudo da pesquisa já estejam razoavelmente demarcados, ainda ficam pendentes algumas questões cruciais para a delimitação do estudo e seus objetivos: por que comparar justamente estes dois autores? Quais os objetivos da comparação? Em qual universo ou contexto eles serão comparados, pensamento latino-americano, tradição marxista ou comunista? Tais indagações podem, evidentemente, se desdobrar em outras e dizem respeito à precisão de certos conceitos e temas, como, por exemplo, o que se entende por “questão nacional”, “marxismo” ou “pensamento latino-americano”.

Como já foi dito anteriormente, a originalidade ou heterodoxia das interpretações não são base suficiente para justificar a comparação entre dois autores que, além de nunca terem tido contato um com a obra do outro, tem contextos históricos, referências intelectuais, estilos de escrita e temas bastante díspares. Afinal, Caio Prado poderia ser comparado a outros marxistas latino-americanos, e Mariátegui, por seu turno, poderia ser comparado a autores brasileiros que, ao contrário do historiador paulista, sofreram sua influência, como Nelson Werneck Sodr ou Florestan Fernandes.⁵

No entanto, retomando os pontos de aproximação entre os dois autores, acima resumidos, não apenas ambos têm como ponto articulador de sua produção intelectual a questão nacional, mas dão um enquadramento muito similar à mesma: trata-se do

⁵ Perics, Luis Bernardo: “Maritegui e O Brasil”, no prelo, pp. 13-20. Nessas pginas o autor do artigo deixa claro que Caio Prado no tomou conhecimento da obra mariateguiana, alm de apontar em Sodr e, especialmente, em Florestan Fernandes, os esforos mais significativos para apropriar-se e divulgar o pensamento do peruano. s evidncias mencionadas por Perics que indicam o desconhecimento de Caio Prado em relao a Maritegui poderia agregar o fato, mencionado na segunda parte desta dissertao, de o historiador brasileiro, ao comparar as formaes agrrias brasileiras e andinas, no fazer qualquer referncia ao autor dos *Siete Ensayos...*

problema da formação inacabada da nação, bloqueada pela permanência de relações e estruturas sociais legadas pela colônia. Daí ser o tratamento dado à questão nacional nos trabalhos de cada um o foco da comparação aqui pretendida.

Além disso, Caio Prado e Mariátegui ocupam, no Brasil e no conjunto da América Latina respectivamente, posições de destaque na história do marxismo. Mariátegui é considerado – dentro e fora do subcontinente – o primeiro teórico marxista de relevo e, provavelmente, o maior no âmbito latino-americano. Já Caio Prado, embora seja quase desconhecido fora de seu país, e em que pesem ressalvas que se possa fazer ao seu marxismo, é tido como aquele que, partindo do materialismo histórico, concebeu a interpretação mais influente da formação histórico-social do Brasil.

É certo que pesquisas que procurassem discutir as influências mariateguianas em autores como Sodré ou Fernandes seriam muito bem vindas. Entretanto, creio que seja igualmente interessante procurar convergências e, a partir delas, analisar as diferenças entre autores que, apesar não terem nenhum diálogo ou influência direta, possuem, em suas reflexões e análises, aproximações muito sugestivas.

As razões para a comparação de Mariátegui e Caio Prado Jr., vão além da relevância de ambos como pensadores políticos. Já existe uma bibliografia brasileira que sugere ou indica possíveis paralelos ou semelhanças entre ambos. De modo geral, estes podem ser resumidos aos quatro pontos indicados acima. Não existe, contudo, nenhum estudo sistemático que leve o esforço comparativo a fundo e examine estas hipóteses.⁶

Dos quatro estudos arrolados na nota, o de Ricupero vai mais longe na comparação – incluindo nela, também o marxista italiano Antonio Gramsci - , já os demais ficam em sugestões breves.⁷ Uma comparação mais sistemática – que aborde textos e contextos – poderia mostrar que uma trajetória joga luz sobre as particularidades da outra, além de trazer contribuições para o entendimento do problema

⁶ Cf. Novais, Fernando: “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”, *Op. Cit.*, pp. 7-25. Ver também: Coutinho Carlos Nelson: “Uma Via ‘Não Clássica’ Para O Capitalismo”, In. Dincao, Maria Ângela (org.): *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Ed. Unesp, 1989, pp. 115-132; Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, op.cit.; Martinez, Paulo: *A Dinâmica de Um Pensamento Crítico: Os Anos de Formação de Caio Prado Jr.*, São Paulo, Edusp, 2008., Cap. 1.

⁷ A inclusão de Gramsci se deve a sua preocupação com o caráter inconcluso da unificação nacional italiana, em textos como *A Questão Meridional* e *Il Risorgimento*. Temas como estes e a preocupação de “traduzir” o marxismo para a realidade da Itália tornariam seu esforço teórico análogo aos de Caio Prado e Mariátegui. Além de Ricupero, Coutinho também sugere paralelos entre Gramsci e Caio Prado (retomarei essas analogias no próximo capítulo). Cf. Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, *Op. Cit.* e Coutinho, Carlos Nelson: “Uma Via ‘Não Clássica’ Para O Capitalismo”, *Op. Cit.*

mais geral da relação entre os intelectuais e o marxismo na América Latina. Este problema desdobra-se nos seguintes: em que chave os intelectuais latino-americanos se apropriaram das idéias de Marx? Existiu ou existe um pensamento marxista original na América Latina? Em caso afirmativo, quais seriam os seus contornos? Por fim, qual seria a relação entre a teorização dos marxistas latino-americanos e a prática política das organizações às quais estes se ligaram ou se ligam? Este último ponto faz parte da questão mais geral e difícil do balanço das experiências socialistas na América Latina passadas e presentes, como se discutirá ao longo desta dissertação.

Este problema geral pode ser colocado da seguinte maneira, de um lado, durante a maior parte do século XX - e ainda com razoável peso na atualidade - a intelectualidade de esquerda, em geral, e marxista, em particular, vem exercendo na América Latina uma influência cultural desproporcional ao peso político da maioria das organizações políticas às quais se ligaram.⁸ Um bom exemplo é justamente o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, apesar de seu pouco espaço no cenário político, conseguiu por meio de seus intelectuais, artistas e iniciativas culturais um destaque importante na cultura nacional entre os anos 1930 e 1960. De outro lado há uma notável escassez de interpretações marxistas originais da realidade latino-americana pelo menos até o final dos anos 50. Como explicar este paradoxo? Do ponto de vista que se adota nesta pesquisa, a resposta está no entrelaçamento de duas questões, por um lado, as dificuldades da teoria marxista em lidar com a especificidade da realidade social latino-americana e, por outro, com a questão nacional e o nacionalismo.

Como foi apontado no início, para o intelectual gramsciano argentino José Aricó poder-se-ia mesmo falar em “desencontro” ou “mútua e secreta repulsão” entre marxismo e América Latina. Ao se indagar sobre os percalços dos marxistas latino-americanos no século XX, Aricó se viu obrigado a voltar aos fundamentos teóricos das obras de Karl Marx para entender os porquês dessa dificuldade em interpretar as particularidades das formações sociais da América Latina.⁹

⁸ Brandão, Gildo Marçal: *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista 1922-1924*. São Paulo. Hucitec, 1997. Capítulo 6. Entre os partidos socialistas, fora a Argentina, o Uruguai e o Chile, não houve agrupamentos de peso. Quanto aos PCs, as exceções são o Chile e Cuba. Nos demais países, os partidos socialistas e comunistas eram organizações minoritárias com pouca ou pouquíssima inserção. Já entre os trotskistas, a exceção única é a Bolívia. Houve, ainda, após a Revolução Cubana (1959), organizações marxistas armadas de tamanho variável mas que, excetuando-se a América Central e a Colômbia, fracassaram militar e politicamente.

⁹ Cf. Aricó, José: *Marx e A América Latina*, Op. Cit., Introdução. Outras contribuições para o tema estão em idem: “O Marxismo Latino-Americano nos Anos da III^a Internacional” e Portantiero, Juan Carlos: “O Marxismo Latino-Americano”, ambos In., Hobsbawm, Eric J.: *História do Marxismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, Vols. VIII e XI, respectivamente. Cabe ainda mencionar, além da obra já citada de Ricupero, Löwy, Michael (org.): *O Marxismo na América Latina*, Op. Cit..

Embora a dimensão do debate proposta por este autor escape aos limites deste texto, é pertinente adiantar que uma primeira resposta está, mais evidentemente, tanto nas discrepâncias nos processos de formação do Estado e da sociedade civil na Europa Ocidental e na América Latina, como também na ambição teórica do marxismo. Mesmo pretendendo a universalidade, a teoria marxista foi formulada a partir de uma experiência histórica particular – na Europa do século XIX – o que cria dificuldades para o uso de seus conceitos e categorias em contextos históricos distantes do seu.

Quanto ao lugar da “questão nacional” na reflexão marxista, já existe uma razoável bibliografia.¹⁰ Pode-se dizer, como se verá mais detalhadamente no primeiro capítulo, de modo geral, que a ênfase dada à determinação da “infra-estrutura” material sobre a “super-estrutura” ideológica e o *a priori* normativo do caráter internacionalista da Revolução Proletária, afastaram os pais fundadores do materialismo histórico de um interesse mais sistemático pelo tema. Este acabou ficando relegado a artigos e ensaios de caráter conjuntural.

Na geração seguinte – da II^a Internacional - , os conflitos nacionais na Europa Centro-Oriental e a beligerância nacionalista pré-1914 levaram os principais teóricos (Kautsky, Bauer, Luxemburgo e Lênin, entre outros) a buscar formulações mais completas. Destas, a que ficou mais conhecida foi a da “auto-determinação” de Lênin, cujo impacto no mundo colonial e periférico foi fundamental para o sucesso posterior do leninismo. Com isso, não se está sugerindo que não haja formulações interessantes nas obras de Marx e Engels sobre a questão nacional, nem de que os escritos de Lênin sejam o melhor que o marxismo produziu nesta área (basta pensar nas análises de Gramsci sobre a Itália).¹¹ Apenas se afirma que o tema ocupou um lugar periférico na tradição do marxismo clássico.

A relação entre marxismo e questão nacional será abordado no próximo capítulo. Abordar este problema a fundo, o qual já foi bastante estudado, transcende em muito os limites desta pesquisa. Contudo, creio que o estudo comparado das duas obras, que aqui se pretende realizar, pode contribuir para elucidar alguns dilemas da relação entre marxismo e a questão nacional, pelo menos na América Latina. Se é possível afirmar

¹⁰ Cf. Galissot, René: “O Movimento Operário frente a Nação e ao Nacionalismo”, In., Hobsbawm, Eric J. (org.): *História do Marxismo, Op. cit.*, Vol IV. Löwy, Michael; Haupt, Gerard: *Los Marxistas y la cuestión nacional*, Barcelona, Editorial Fontamara, 1974 e Marmora, Leopoldo: *El Concepto Socialista de Nación*, México D. F., Pasado y Presente, 1986.

¹¹ Sobre o tema na obra gramsciana, cf. Portantiero, Juan Carlos: “Los Usos de Gramsci”, In., Gramsci, Antonio: *Escritos Políticos*, México D. F., Pasado y Presente, 1978.

que a questão nacional ficou em segundo plano em boa parte da teorização marxista, o mesmo não se pode dizer sobre a tradição do pensamento latino-americano.

Das obras de Sarmiento e Alberdi, de meados do século XIX, aos debates sobre a “dependência” ou sobre o autoritarismo, dos anos 60 e 70 do XX, a problemática do caráter inconcluso da nação sempre se colocou, tanto no plano descritivo quanto no normativo, para a *intelligentsia* da região¹². Ou seja, se os autores em questão ocupam um lugar singular no marxismo pela posição central que a reflexão sobre a nação ocupa em seu pensamento, isso não ocorre no seio do pensamento político e social latino-americano. Não seria, pois, mais interessante enfocar o lugar dos dois autores no conjunto da tradição latino-americana, ao invés do marxismo latino-americano?

Esse não parece ser o melhor caminho. Em primeiro lugar, porque o que aproxima os dois dentro do pensamento latino-americano é, justamente, a filiação ao marxismo e ao comunismo. Em segundo lugar, esta opção poderia ampliar demais o leque de pesquisa, fazendo com que o estudo perca o foco.

Por fim, talvez seja justamente a comum filiação ao materialismo histórico que distingue a abordagem de ambos do tema da nação quando comparados com contemporâneos e predecessores. Afinal, tanto Prado Jr. quanto Mariátegui se afastaram de caracterizações do problema da nação, predominantes na América Latina entre o final do século XIX e o início do XX, centradas na “cultura” ou na “raça”, para enfocá-lo em termos de processos históricos calcados nas condições materiais peculiares em que os países da região se formaram.

É certo que autores não-marxista serão levados em consideração, como interlocutores sem os quais é impossível reconstruir os contextos intelectuais nos quais Caio Prado e Mariátegui produziram suas obras. No entanto, será priorizado, além das conjunturas políticas e ideológicas nas quais se formaram, o diálogo dos autores no seio do marxismo latino-americano de seu tempo.

É preciso dizer, que além dos contextos nacionais, peruano e brasileiro, será levado em conta – especialmente no caso de Mariátegui – o contexto mais geral da América Latina. Aqui reside, aliás, outra dificuldade da pesquisa, que se refere aos obstáculos específicos à comparação entre os dois intelectuais, e que será discutida mais adiante.

¹²Para um panorama do pensamento latino-americano entre o final do século XIX e começo do XX que ajuda a situar o problema da Nação na América Latina cf. Hale, Charles: “Ideologias políticas e sociais na América Latina 1870-1930” In Bethell, Leslie org. *História da América Latina*. São Paulo. Edusp 2001 vol. V pp. 331-415

Colocadas as dificuldades de delineamento do problema de investigação, é o caso de se abordar os problemas metodológicos mais gerais desse tipo de pesquisa. Para tanto, é conveniente partir de algumas questões obrigatórias:

É possível resgatar as intenções originais do autor de um texto? Qual o melhor caminho para recuperar o sentido de um texto? Analisando de modo autônomo ou entendendo-o como parte de um contexto mais amplo? Quais os limites sociais ou temporais de uma obra? Deve ser lida circunscrita ao seu contexto ou como contendo princípios de validade universal? Até onde pode ir o intérprete? Deve se limitar às “intenções originais” de um autor ou pode estabelecer paralelos e relações que extrapolam essas intenções?

Não se pretende aqui – nem ao menos de longe – dar respostas satisfatórias para perguntas que tem sido reiteradas ao longo de uma vasta literatura e que não encontram respostas consensuais. Sequer há espaço para abordar, de modo igualmente satisfatório, todas essas questões. Limitar-me-ei a privilegiar uma delas – o problema da relação entre “texto e contexto” – e indicar alguns caminhos alternativos, apontando aqueles para os quais esta pesquisa se inclina.

No que toca ao problema da relação entre uma obra e suas determinações contextuais, optei por uma postura que procura conciliar a análise dos aspectos formais e do contexto sócio-histórico como dois momentos indispensáveis do processo de compreensão da obra. Nessa leitura, o social e o histórico não seriam causas ou enquadramentos “externos” ao texto, mas sim elementos internos a sua estrutura, indispensáveis para compreensão da especificidade deste.¹³

No âmbito da história do pensamento político, o exemplo mais conhecido de abordagem que procura integrar texto e contexto é a de Quentin Skinner e da chamada “Escola de Cambridge”. Com essa afirmação, não se está afirmando uma filiação ao “contextualismo lingüístico” e nem se pretende discuti-lo de modo aprofundado. O que se quer é tomá-lo como referência metodológica na discussão que segue.

Skinner formulou sua teoria de modo polêmico em fins dos anos 1960 contra o que entendia como “arbitrariedade” de boa parte da literatura. Obras como as de Leo Strauss ou C. B. Macpherson retirariam a obra de seu contexto histórico próprio, violando seu sentido original, lendo-a por conceitos a ela estranhos. Desse modo, para

¹³ No domínio da crítica literária esse programa de pesquisa está desenvolvido em Candido, Antônio: *Literatura e Sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, pp. 3-16. Ver também, Ricupero: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, Op. Cit., pp. 37-47.

evitar anacronismos e construções arbitrárias, era preciso recuperar aquilo que o autor “quis dizer”.¹⁴

A recuperação da intenção original do autor, entretanto, não encerraria a tarefa do intérprete, mas seria uma parte necessária desta. Como então realizá-la?

Para Skinner, não bastaria realizar uma boa exegese “interna” ou empreender contínuas releituras do texto. Seu sentido original só seria recuperado inserindo-o em contextos mais amplos que o poriam em relação com um “público” ou “audiência” visados pelo autor. Haveria dois contextos que o estudioso deveria reconstruir: o “ideológico e o “prático”.¹⁵

Por ideologia, entenda-se o vocabulário, ou melhor, a linguagem política disponível em um determinado período histórico. A definição de “linguagem” utilizada aqui é a de Wittgenstein: um “conjunto de ferramentas e usos” a disposição do falante. O contexto ideológico ou lingüístico seria formado então por um conjunto de convenções que determinam o vocabulário político e seus usos para os atores em uma dada época.¹⁶

Outro conceito importante para a abordagem contextualista é o de “atos de fala”, desenvolvido por Austin. Segundo essa teoria, a fala ou discurso teria tanto uma dimensão “locucionária” – isto é, seu conteúdo *stricto sensu* –, quanto uma “elocucionária”, o sentido implícito que o autor dá ao discurso, o qual só pode ser compreendido por meio do contexto da fala. É justamente esse último momento do discurso político que interessa ao intérprete, que recuperasse o sentido originário do texto.

Para reconstruir o contexto ideológico seria necessária uma ampla e minuciosa pesquisa para recuperar o conjunto de autores e obras que reproduzem essas convenções. Nesse sentido, ganham importância os autores secundários ou menores, sem os quais a recuperação do vocabulário dominante em um período determinado seria incompleta.

No entanto, as convenções lingüísticas não esgotam a compreensão de uma obra política. Afinal, trabalhos como os de Hobbes e Maquiavel estão voltados para a ação política, para influenciar o conjunto de atores e acontecimentos que conformam um

¹⁴ Tully, James: “The Pen is A Mighty Sward”, In. Skinner e Tully (org.): *Quentin Skinner and His Critics*, Oxford, Oxford University Press, 1988. Ver também Skinner, Quentin: *Some Problems in The Analysis of Political Thought and Action*, *Political Theory*, Vol. 2, N ° 3, 1974, pp. 277-303.

¹⁵ Cf. Skinner, Quentin: “Some Problems in The Analysis of Political Thought and Action”, *Op. Cit.*

¹⁶ Apud. Tully, James: “The Pen is a Mighty Sward”, *Op. Cit.*

determinado cenário político. É esse conjunto de atores e acontecimentos que perfazem o “contexto prático”.

Os autores da “Escola de Cambridge” preocupam-se com a relação entre pensamento político e ação. Ao explicarem a ação política colocam que os princípios que os agentes professam teriam um status fundamental, não sendo meras “racionalizações” ou “mascaramentos” dos reais interesses.¹⁷ Poder-se-ia objetar à abordagem contextualista que a idéia do “contexto ideológico”, como convenções lingüísticas de uso comum, não deixa espaço para as mudanças radicais no pensamento político ou para os pensadores dissidentes. Skinner, todavia, responde que o ideólogo interessado em revolucionar o pensamento (e, por conseguinte, a prática) da política procura manipular as convenções lingüísticas vigentes e dar novos sentidos a velhos termos ou, o que seria mais raro, criar novos termos para expressar novas realidades.

Um exemplo, por ele mesmo fornecido da primeira conduta, é o comportamento daqueles interessados em legitimar a ação econômica capitalista em seus primórdios (séculos XVI e XVII). No decorrer da Reforma protestante, termos do vocabulário religioso passaram a ser utilizados em sentido inverso ou, pelo menos, ganharam um sentido mais neutro e descritivo.¹⁸

No campo da história das idéias a Escola de Cambridge, sem dúvida, conforma um marco fundamental. O trabalho de Skinner e seus discípulos criou exigências de rigor que se tornaram incontornáveis para todos empenhados nesse tipo de pesquisa. Assim, não se pode mais estudar as idéias de um pensador político do passado sem reconstituir seu contexto intelectual e situar os interlocutores aos quais seus argumentos se dirigiam antes de qualquer consideração sobre apropriações posteriores de seu pensamento. Todavia, isso não implica que se deva necessariamente adotar o programa de pesquisa do “contextualismo lingüístico”. Pelo contrário, procurarei justificar porque este me parece inadequado para o tipo de estudo que pretendo realizar.

Em primeiro lugar, a exigência de se limitar ao contexto ideológico e às intenções do autor praticamente inviabiliza a presente proposta de trabalho. Afinal, os contextos imediatos de Mariátegui e Caio Prado – tanto o de seus países, quanto o do movimento comunista – são muito diversos e não são redutíveis um ao outro.

Em segundo lugar, a exigência de uma minuciosa recuperação de autores secundários que conformam o vocabulário ou linguagem política em questão é, por se

¹⁷ Cf. Skinner, Quentin: “Some Problems in The Analysis of Political Thought and Action”, Op. Cit.

¹⁸ Idem, Ibidem.

tratar de dois contextos diversos, uma tarefa tão grande que inviabilizaria a pesquisa nos limites aqui colocados. Aliás, esse problema se liga a outro: o contextualismo lingüístico não lida, em geral, com autores individuais, mas sim com determinados vocabulários ou linguagens políticas. Na presente dissertação, meu foco são, precisamente, dois autores individuais.

Por fim, se tivesse de me ater apenas às intenções de cada um, não faria nenhum sentido comparar autores que nunca dialogaram. Portanto, o próprio objeto de pesquisa se distancia dos postulados metodológicos da Escola de Cambridge.

Parece haver, ainda, alguns problemas importantes de ordem mais geral na perspectiva contextualista lingüística que a afastam do estudo em curso. Retome-se, por exemplo, a idéia – chave para a Escola de Cambridge – de que a produção intelectual só pode ser compreendida dentro de um contexto lingüístico e de um contexto prático que são próprios à sua época. Daí decorre a noção de que os conceitos e categorias formuladas por um autor só fazem sentido em seu contexto estrito, a questão de se fazem ou não sentido atualmente deve ser abandonada pelo historiador, sob pena de anacronismo. Se, por um lado, são afastadas as exegeses que descontextualizam e desistoricizam um pensamento, por outro, teoria e história são divorciadas e a questão do vínculo entre o interesse de pesquisa e a obra estudada é posta de lado.

Ora, em seu artigo sobre as linhagens do pensamento político brasileiro, Gildo Marçal Brandão lembra que uma das características do estudo do pensamento político é almejar “fazer parte do objeto estudado” e de que tanto os originais quanto as exegeses tomam parte na conformação de uma tradição intelectual. As interpretações, dessa maneira, ao retomarem um texto tido como “clássico” não deixam de reelaborar a família de pensamento da qual faz parte, à luz de problemas estranhos ao contexto inicial da obra.¹⁹ Dessa maneira, não apenas o estudo do pensamento político teria um papel de “criação” quando analisa certas conformações intelectuais, como o alcance das idéias não se esgotaria em seu contexto.

Outra crítica bastante consistente levantada por Brandão à “Escola de Cambridge” diz respeito à fidelidade para com as intenções originais do autor. Para ele, remetendo-se ao Iº capítulo de *O Capital* de Marx, esse princípio mostraria uma certa confiança “ingênua” na transparência do social.²⁰ Se para entender os homens e suas

¹⁹ Brandão, Gildo Marçal: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, São Paulo, Ucitec, 2007, Cap. 1.

²⁰ Idem, Ibidem. Ver também Femia, Joseph V.: “Historicist Methods for Critique of Revisionist Studying of Ideas”, In. Tully James (org.): *Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*, Op. Cit., pp. 158-174.

obras, deve-se levar em conta aquilo que pensavam de si mesmos ou do que faziam, deve-se, por outro lado, ir além disso. Um bom exemplo é o problema de como as idéias de um determinado autor são, em contextos posteriores, retomadas e re-significadas para servir a outros fins que não aqueles para os quais haviam sido pensadas. Eis um problema importante para a história das idéias que as exigências metodológicas da Escola de Cambridge colocam de lado.

Feita a discussão dos problemas teórico-metodológicos da pesquisa, faz-se necessário abordar as dificuldades específicas de sua execução. Para tanto, é interessante começar pelo problema dos obstáculos à comparação das obras que se deseja comparar. Tais dificuldades, em boa medida, dizem respeito ao próprio caráter e estrutura dos textos em questão. Para simplificar, tome-se dois exemplos concretos: *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1942) e *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (1928), os dois principais livros de Caio Prado Jr. e de José Carlos Mariátegui, respectivamente.

A primeira dificuldade diz respeito ao objeto das duas obras. O livro de Caio Prado trata do período final da colônia, às vésperas da independência política brasileira (entre o final do século XVIII e princípios do XIX). Ao estudar a fundo a totalidade da formação social brasileira do período, o autor pretendia ter uma visão de conjunto da obra colonizadora, ao mesmo tempo, entrever o início do processo de formação da nação brasileira. Já os *Sete Ensaios...* abordam os problemas do Peru de então (1928) e, para isso, recorrem, amiúde, à herança colonial. Logo, tem-se uma discrepância no ponto de partida histórico e no espaço de tempo abarcado pelas duas obras.

Essa diferença remete a outra: o próprio caráter do texto. Embora *Formação do Brasil Contemporâneo* seja incluído na tradição do ensaísmo do decênio de trinta, suas características (tanto o recorte do objeto, quanto o estilo), aproximam o livro de um trabalho de historiografia mais acadêmico. Segundo Antonio Candido, o apego minucioso aos dados historiográficos e geográficos, aliado a um estilo impessoal, diferenciam a obra de outros ensaios da época como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, ou *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre. Estes últimos, em que pesem a riqueza de fontes e as inovações teóricas inegáveis, têm estilos mais literários²¹. Pode-se dizer, talvez, que *Formação...* encontra-se numa transição entre o ensaio histórico-sociológico e o trabalho mais propriamente universitário.

²¹ Cf. Candido, Antonio: “A Força do Concreto” In. Dincao, Maria Angela (org.) Op. Cit.. Para o lugar de Caio Prado na chamada “geração de trinta”, ver, do mesmo autor, “O Significado de Raízes do Brasil”, prefácio a Holanda, Sérgio Buarque de, *Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Coisa bem diversa ocorre com *Sete Ensaio*s... , em que seu autor declarava-se “um intelectual não-acadêmico, ou mesmo, anti-acadêmico”. Quanto a seu estilo, Mariátegui afirma: “ponho todo o meu sangue em minhas idéias”. Recorde-se, por fim, suas primeiras palavras na “Advertência” inicial, quando diz que aquela obra não fora concebida segundo um plano prévio²². Como se sabe, o livro foi organizado a partir de artigos publicados em periódicos da imprensa peruana, os quais tem um estilo marcadamente pessoal e um veio abertamente polêmico.

Com isso, não se quer afirmar que Caio Prado Jr. tenha sido um intelectual universitário, o que nunca foi, nem que sua obra estivesse desligada das questões políticas de seu tempo. Nem se pretende, por outro lado, afirmar que os *Sete Ensaio*s... sejam menos rigorosos ou menores. Pelo contrário, na introdução à *Formação*..., o autor afirma que recorria ao passado longínquo para entender o Brasil de então²³, e quanto a Mariátegui, seu livro é considerado o mais criativo e profundo texto do marxismo latino-americano, inclusive por intelectuais de formação universitária como Florestan Fernandes²⁴. A questão é que o texto de Caio Prado se assemelha mais a um trabalho historiográfico, enquanto o do jornalista e militante peruano tem um cunho mais ensaístico.

Poder-se-ia sugerir que essa diferença de estilo e de gênero se relaciona com diferenças biográficas. Enquanto Caio Prado foi um intelectual comunista sem importantes funções de direção – salvo o curto período em que foi vice-presidente da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em São Paulo (1934-35)²⁵ -, Mariátegui teve uma vida mais militante, pelo menos em seus dois últimos anos – fundando a Central Geral dos Trabalhadores Peruanos (CGTP) e o Partido Socialista Peruano (PSP). Além disso, Caio possuía uma formação universitária completa – inicialmente em direito e, posteriormente, em história e geografia -, enquanto Mariátegui, pelas duras circunstâncias em que viveu foi sempre um autodidata.

Pode-se acompanhar essas diferenças, por exemplo, pelas citações presentes nas respectivas obras. Caio Prado, além das fontes históricas primárias e secundárias (documentos da administração colonial portuguesa, relatos de cronistas e diários de

²² Cf. Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 2008.

²³ Cf. Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Brasiliense, 1957.

²⁴ Fernandes, Florestan: “Prefácio”, In. Mariátegui, José: *Sete Ensaio*s de *Interpretação da Realidade Peruana*, São Paulo, Alfa-ômega, 2004. Daqui em diante, todas as referências a essa obra serão da edição venezuelana anteriormente citada

²⁵ Para dados sobre a atuação política de Caio Prado veja-se sua mais recente biografia, cf. Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr: o sentido da revolução*. São Paulo. Boitempo Editorial. 2008

viajantes), quase não cita autores de sua época ou referências teóricas.²⁶ Já Mariátegui recorre mais a contemporâneos e explicita mais suas influências teóricas.

Outra dificuldade, decorrente da primeira, diz respeito aos temas e problemas discutidos. Se Mariátegui, por deter-se nos impasses do Peru de seu tempo, aborda temas como o imperialismo, o caráter do processo de emancipação, as instituições do Estado independente, ou o papel histórico da burguesia nacional, Caio Prado apenas fornece indicações indiretas para tratá-los. Desta enumeração, só se encontram apontamentos mais fortes a respeito da independência, e mesmo esta última está melhor abordada em *Evolução Política do Brasil*. Está claro, pois, que uma comparação mais abrangente dos legados intelectuais dos dois autores não poderia prescindir do recurso a outros trabalhos de ambos.

No caso de Caio Prado Jr., seriam imprescindíveis *Evolução Política do Brasil* (1933) e *A Revolução Brasileira* (1966). O primeiro livro, em que pese ser anterior a *Formação do Brasil Contemporâneo*, se concentra no período imediatamente posterior àquele no qual este último se detém: isto é, o período de consolidação do Estado (1808-1848). Já *A Revolução Brasileira*, por seu caráter direto e agressivamente polêmico contra a ortodoxia comunista, explicita posições do autor sobre temas contemporâneos – tratados por Mariátegui – que nas outras obras, por seu caráter histórico, não estão diretamente presentes.

Outro livro que também merecerá atenção é *História Econômica do Brasil* (1945), a outra das quatro principais obras do historiador paulista e uma das mais lidas. O principal interesse desse livro estaria no tratamento da crise do trabalho servil e do Império, na segunda metade do século XIX, e da subsequente passagem do país a uma economia propriamente capitalista.

Quanto à Mariátegui, seria importante trabalhar as duas contribuições que enviou à I^a Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em 1929: “Punto de Vista Anti-Imperialista” e “El Problema de Las Razas en América Latina”. Os dois textos explicitam as polêmicas do autor com a IC e causaram grande controvérsia, sofrendo duras críticas dos dirigentes latino-americanos do *Comintern*. Outras obras a serem discutidas são aquelas que tratam de temas peruanos e latino-

²⁶ Na IV^a Parte de *Formação do Brasil Contemporâneo*, no capítulo “Organização Social”, Caio Prado cita seu contemporâneo Gilberto Freyre, além de Oliveira Vianna e Alberto Torres (curiosamente três autores identificados com posturas políticas e teóricas distantes das do autor). Quanto às referências teóricas, a principal talvez seja a do historiador francês Paul Leroy-Beaulieu, criador dos conceitos de “colônia de exploração” e “colônia de povoamento”. Seu livro, *Colonization chez les peuples anciens et les modernes*, é citado no primeiro capítulo do livro, “Sentido da Colonização”.

americanos: “*Peruanicemos al Peru*”, “*Ideologia e Política*” e “*Temas de Nuestra América*”.²⁷

Embora existam obstáculos à análise, uma comparação entre as obras escolhidas não só é possível como frutífera. Em primeiro lugar, como já se fez referência em outras passagens, ambos procuram entender – partindo de um uso próprio do método de Marx – a questão nacional em seus respectivos países. Em segundo lugar, a questão nacional aparece para ambos enquanto incompletude do processo de formação da nação. Incompletude esta que pode ser compreendida a partir da preservação das estruturas sociais e econômicas legadas pela colônia. Seja na análise do presente peruano, seja naquela do passado brasileiro, essa orientação comum conforma o cerne das duas obras.

O problema de quais textos priorizar, remete, além da questão dos temas que se está buscando (“questão nacional, colônia e nação), ao tema da temporalidade na pesquisa. A temporalidade tem a ver, no limite, com a discrepância no tempo de vida dos dois autores. Mariátegui (1894-1930) e Caio Prado (1907-1990) não são da mesma geração, mas sim de gerações contíguas no tempo, além disso, suas datas de nascimento e morte evidenciam uma grande diferença de longevidade e, por conseguinte, no que tange às experiências e problemas políticos com os quais se confrontaram. Mariátegui viveu o primeiro decênio após 1917, no qual a Internacional Comunista (IC) ainda não perdera seu primeiro impulso revolucionário. Já Caio Prado tornou-se marxista e comunista em plena vigência da hegemonia stalinista. Esse fato, não é um dado menor do estudo e tem conseqüências para as obras dos autores, que serão discutidas na parte final.²⁸

Além do problema do tempo, tem-se um problema de ordem geográfica, já indicado na primeira seção. O Brasil e o conjunto da América espanhola têm uma relação de relativa distância e, talvez, certa desconfiança mútua. Por muito tempo entre os brasileiros, falar de “América Latina” foi falar de uma realidade na qual não se estava exatamente incluso, como se fossem os “outros”.²⁹

²⁷ Nenhuma dessas obras foi publicada, como tal, em vida do autor, mas foram compostas de textos publicados de modo esparso na imprensa. Fora *La Escena Contemporanea* (1924) e *Los Siete Ensayos...*, Mariátegui não publicou outros livros em vida, o restante de sua volumosa obra foi publicada por seus herdeiros a partir do final dos anos 50, por meio do Editorial Amauta, fundado pelo autor.

²⁸ Para uma periodização da história do marxismo na América Latina, Cf. Löwy, Michael: *O Marxismo na América Latina*, Op. Cit., e Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, Op. Cit., pp. 60-92.

²⁹ Sobre esse sentimento de alteridade e suas ambiguidades veja-se Hale, Charles: “Ideologias e Sociais e Políticas na América Latina(1870-1930”, In. Bethell, Leslie (org.): *História da América Latina*, Vol IV, São Paulo, Edusp, 2000, pp. 334-415.

Desse modo, a inteligência brasileira tratou pouco de temas latino-americanos e teve um diálogo pouco intenso com os intelectuais de língua espanhola. Além de explicar a diferença dos universos e das referências intelectuais dos dois autores, esse dado ajuda a entender porque Caio Prado nunca fez nenhuma menção a Mariátegui. Mais do que isso, a constatação dessa distância cultural obriga a refletir sobre a própria formação dos intelectuais brasileiros e sobre as necessidades de uma pesquisa como esta. Afinal, não é por acaso que as referências a Caio Prado e ao seu contexto são claramente mais consistentes do que a Mariátegui. Se essa familiaridade obriga a dispendar mais esforços no estudo do peruano e seu contexto, também é necessário ficar alerta para não assumir, a respeito do contexto brasileiro, certos pressupostos ou vieses sejam estes oriundos do próprio autor, de seus simpatizantes ou de seus detratores.

Finalmente, é preciso abordar uma questão de ordem normativa. Afinal, se trata de um estudo de dois intelectuais assumidamente revolucionários, ambos filiados a partidos políticos e cujas obras, em maior ou menor grau explicitavam esse engajamento. Uma vez que a nação era tomada por ambos como “algo por construir”, um “objetivo político” a serviço do qual seu pensamento se colocava, esta acabava por assumir um caráter fortemente normativo. Mais do que designar uma “realidade”, o termo “nação” designava um “futuro” almejado. Mas, mais do que a nação, há outro conceito que ganha ainda mais força normativa, o socialismo. Ambos, além de reivindicarem o legado teórico de Karl Marx, eram fortemente influenciados pela tradição leninista da Revolução Russa. A própria “nação” que se desejava construir, em última instância, não deixava de ser um “momento” no caminho que conduziria ao socialismo.³⁰

Desse modo, é preciso que o pesquisador – para não prejudicar a objetividade de seu estudo e transformá-lo em um elogio de seu objeto – seja vigilante a respeito de seus próprios valores. O primeiro passo para essa “vigilância epistemológica” é, justamente, explicitar os valores. Admito que a própria escolha de estudar Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui deriva de uma simpatia política e ideológica, não apenas pelas correntes ideológicas das quais fazem parte, mas por suas próprias contribuições intelectuais.

³⁰ Na “Advertência” de *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*, Mariátegui afirmava ser aquele livro “uma contribuição para o advento do socialismo peruano”. Já Caio Prado Jr., em *A Revolução Brasileira*, diz que o socialismo era o “objetivo” ao qual aspirava todo marxista. No último capítulo examinei algumas discrepâncias no grau de engajamento explícito dos dois e no que isso poderia dificultar a comparação.

Se não há nada de ilegítimo na influência de valores na escolha de um objeto de estudo, o há quando esta influência pode recair sobre a pesquisa e seus resultados. Não se pretende prolongar o debate da “objetividade” – inesgotável nas ciências sociais e humanidades. O que se quer dizer é que o uso de uma metodologia de análise crítica – tanto dos textos quanto dos contextos – e a tomada de distância do objeto podem impedir esse desvirtuamento. Não se trata de algo fácil ou trivial, mas que é factível, mesmo que os valores políticos do estudioso o inclinem para os autores que aborda.

Em que pesem tais obstáculos à análise, uma comparação entre as obras escolhidas não só é possível como frutífera. Em primeiro lugar, como já se fez referência em outras passagens, ambos procuram entender – partindo de um uso próprio do método de Marx – a questão nacional em seus respectivos países. Essa preocupação comum, aliás, faz parte de algo mais amplo que aproxima os dois autores. No início desta introdução, se lembrou que ambos, para além de adeptos do materialismo histórico, faziam parte de uma tradição mais específica, vinculada a Lênin e ao movimento comunista internacional, que Gildo Marçal Brandão denominou de “marxismo de matriz comunista”.³¹

Foi a partir da vitória da Revolução na Rússia – Império euro-asiático e com notórios traços pré-capitalistas – e o subsequente fracasso da onda revolucionária no Ocidente – que a Internacional Comunista se voltou para o Oriente e o mundo colonial. Além disso, Vladimir Lênin, já tendo realizado estudos sobre as peculiaridades do desenvolvimento capitalista russo, cunhou um novo aparato conceitual para dar conta do papel dos revolucionários frente à “questão nacional” e à “questão colonial”.³² Esses elementos, somados ao posterior arranque industrializante da URSS, fizeram com que muitos intelectuais e militantes nacionalistas da periferia do capitalismo olhassem para o modelo bolchevique como via de superação do atraso social e econômico, sem a necessidade de passar por uma etapa capitalista. Nas palavras de um especialista no tema do nacionalismo: “O modelo dos bolcheviques foi decisivo para as revoluções do século XX porque fez com que estas se tornassem imagináveis em sociedades ainda

³¹ Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do PCB (1920-1964)*, São Paulo, Hucitec, 1995.

³² Cf. Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, Op. Cit, Cap. 7, 195-221. Sobre o conceito leninista de “auto-determinação” e seu caráter inovador, cf. Löwy, Michael e Haupt, Gerard: *Los Marxistas y La Questión Nacional*, Op. Cit. Para uma crítica desse conceito como solução para a “questão nacional”, veja-se Marmora, Leopoldo: *El Concepto Socialista de Nación*, Op. Cit.

mais atrasadas do que todas as Rússias. Abriu a possibilidade de “curto-circuitar a história, por assim dizer.”³³

Assim, socialismo e nacionalismo – não sem choques e conflitos – se aproximaram, dentro e fora da órbita dos PCs. Esse marxismo que passa a teorizar não apenas sobre, mas crescentemente, a partir da condição periférica, pode ser visto como um verdadeiro “contexto ideológico”, com seus próprios temas, preocupações, esquemas, categorias e vocabulário: “questão nacional”; “questão colonial”; “questão agrária” ou “camponesa”; “restos feudais” ou “semi-feudais”; “imperialismo” e “anti-imperialismo”, “libertação nacional” e “auto-determinação”, “etapa democrático-burguesa” e “etapa proletário-socialista” da Revolução. Estes e outros mais são exemplos de termos-chave que, se não inteiramente novos, foram re-significados e conformam uma nova maneira de se apropriar do legado de Marx, muito diferente daquela que se desenvolveu no mesmo período na Europa Ocidental.³⁴

Caio Prado e Mariátegui são membros legítimos e destacados desta tradição. Se, por um lado, suas obras são heterodoxas e mesmo dissidentes, seus temas, esquemas e vocabulário as integram plenamente no seio do “marxismo de matriz comunista”. Talvez mais interessante do que afirmar e reafirmar as discontinuidades entre Caio Prado, Mariátegui e a “ortodoxia” comunista, como faz boa parte de seus comentadores, seja fazer o procedimento oposto. Até onde não se pode entender a heterodoxia dos dois, justamente, partindo-se de seu pertencimento a essa tradição?

Aqui, a sugestão skinneriana do ideólogo revolucionário entendido como aquele que tenta inovar ou subverter “por dentro” de um contexto ideológico e lingüístico dado, pode ser muito frutífera. Eis um problema e um caminho de pesquisa que parece instigante e que pode contribuir com novas interpretações para a história do pensamento político na América Latina (em especial da trajetória do marxismo no subcontinente).

³³ Anderson, Benedict: *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 1990, p. 213.

³⁴ O termo “questão nacional”, por exemplo, foi cunhado pelos teóricos da II^a Internacional. Contudo, seu uso após a Revolução de Outubro e a difusão do leninismo pela periferia ganha um sentido diverso. Afinal, uma coisa é o problema das nacionalidades no Império dos Habsburgos, ou mesmo no dos Romanov, outra muito diversa é a “questão nacional” na China do Kuomintang.

Parte I.

Os Contextos

Capítulo 1

Marxismo e questão nacional na América Latina

No início da Introdução, afirmei que a presente pesquisa procurava comparar o tema da questão nacional nas obras dos marxistas Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui. Bem, afirmá-lo implica em supor que, de um lado, a forma pela qual ambos tratam a questão nacional os aproxima de algum modo e, de outro, que os singulariza dentro de um determinado universo (no caso, o do marxismo latino-americano). Para demonstrá-lo é necessário retomar a maneira pela qual o tema se colocou no pensamento político de orientação marxista que se desenvolveu na América Latina. Isso implica também resgatar o modo pelo qual a questão nacional foi abordada na tradição marxista em geral.

1.1. Questão nacional e marxismo

Antes de qualquer coisa faz-se necessário esclarecer algumas confusões terminológicas, ou seja, é preciso diferenciar termos como “*questão nacional*” e *nacionalismo*. O primeiro, cunhado, segundo Hobsbawm, no interior do marxismo da IIa. Internacional, designa os diversos conflitos que emergiram em torno das identidades nacionais e reivindicações nacionalistas (em especial na Europa Centro-Oriental)³⁵. Já o *nacionalismo* é a família de ideologias heterogêneas que se centram na reivindicação da pertença a uma determinada nação.

Assim, retorna-se à controvérsia, volumosa na literatura de finais do século XX, do que seja uma nação. Como lembra Benedict Anderson, em que pese a importância crucial e inequívoca do nacionalismo nos últimos dois séculos, é flagrante a dificuldade de encontrar definições amplamente aceitas ou consensos mínimos em relação a esse fenômeno ou em relação ao próprio conceito de nação.³⁶ Em realidade, a literatura mais rigorosa e aprofundada sobre o tema tem se acumulado apenas após o segundo Pós-Guerra, em especial, a partir dos anos 70.

³⁵Hobsbawm, Eric J.: *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990

³⁶ Anderson, Benedict: “Introdução”, In. Balakrishnam, Gopal (org.): *Um Mapa da Questão Nacional*, Rio de Janeiro, Contraponto Editorial, 2000, p. 10.

Embora este não seja o tema deste estudo, é possível delimitar, seguindo a sugestão de Anthony Smith, dois campos alternativos de significados da nação.³⁷ No primeiro, a nação seria demarcada por diferenças étnico-culturais (às vezes, mesmo biológico-raciais), sendo essas características “herdadas” por um povo de tempos pré-modernos ou até “imemorais”. Essa vertente tem sua origem no romantismo alemão de fins do século XVIII e início do XIX e nos conceitos de *Volk* e *Kultur*. Essa forma de conceituação talvez tenha sido a mais popular entre os nacionalismos mais militantes.³⁸

A associação desta conceituação, em fins do século XIX, com as teorias do “racismo científico” e com os nacionalismos agressivos de direita – os quais deram em fenômenos como o nazi-fascismo – tornaram-na bastante impopular entre intelectuais ocidentais, tanto de orientação liberal, quanto socialista. Todavia, no final do século XX surge, no campo acadêmico especializado, vertentes de estudiosos, como o próprio Smith, que procuram resgatar as “raízes” étnicas pré-modernas das nações.

Em oposição a esse “paradigma perenialista” desenvolveu-se outro, dominante nos estudos sobre o tema, que Smith denominou “paradigma modernista”. Por essa leitura, as nações seriam fenômenos fundamentalmente novos na história, tributárias do advento da consolidação, tanto do capitalismo industrial quanto do Estado moderno (não por acaso denominado “Estado-nacional”). Assim, o surgimento de “comunidades nacionais” seria a forma dominante de organização política da modernidade, sendo assim algo mutável e transitório.³⁹

No plano das ideologias nacionalistas, emerge, de um lado, uma concepção de nação associada à Revolução Francesa e a independência das colônias na América e, de outro, das Independências das colônias nas Américas. Trata-se de entender a nação como o conjunto de cidadãos iguais e unidos por um determinado pacto constitucional. Assim, a pertença à nação não se daria por laços de “sangue” ou “cultura”, mas pela aceitação cotidiana e reiterada de determinadas convenções, leis e instituições, como na famosa definição de Renan: “Uma Nação é, pois, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e daqueles que ainda estamos dispostos à fazer. (...) Ela se resume, no presente, portanto, a um fato tangível: o consentimento, claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (...)”

³⁷ Smith, Anthony: *Nationalism and Modernism*, Londres, Routledge, 1998, pp. 8-9.

³⁸ *Idem.*, p. 9-12.

³⁹ *Idem.*, p. 12-16.

um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é a afirmação perpétua da vida”⁴⁰

Entre as fontes teóricas heterogêneas que originam o que se denomina por “paradigma modernista”, Smith inclui o pensamento de Karl Marx e Freidrich Engels.⁴¹ Não que os pais do materialismo histórico tenham dado algum conceito acabado de nação, o que, como dito na introdução, nunca fizeram. Todavia, procuraram entender o advento de nações como um desdobramento do desenvolvimento do capitalismo e da consolidação da burguesia como classe dominante, moldando o Estado e a sociedade a sua semelhança.

Entretanto essa visão macro-histórica não é suficiente para dar conta da variedade de comunidades nacionais e movimentos nacionalistas que surgiram desde finais do século XVIII. Como se sabe, o tema só preocupou os dois revolucionários alemães na medida em que estivesse relacionado ao sucesso (ou fracasso) da revolução proletária. Os nacionalismos poderiam ter uma contribuição progressista se, de um lado, minassem antigos regimes feudais e dessem origem a Estados burgueses (caso do polonês e do húngaro em 1848) ou, de outro, se representassem abalos no capitalismo mais desenvolvido que contribuíssem para a causa do proletariado (caso da Irlanda).

Já os nacionalismos tidos como “reacionários” eram os de pequenos povos agrários os quais, contra o advento do capitalismo e da sociedade burguesa, se aliavam aos Impérios absolutistas (caso dos tchecos e eslavos do sul, que, em 1848, estiveram ao lado da Rússia contra poloneses, húngaros e alemães). Essa distinção foi formulada por Engels com o conceito hegeliano de “povos com ou sem história”.⁴² Por trás dessa valorização positiva ou negativa de determinadas reivindicações nacionalistas, estava a leitura do desenvolvimento capitalista como uma tendência homogenizadora e progressista, como consagrado nas primeiras páginas do *Manifesto Comunista*.

Ao longo de seus estudos que desembocaram em *O Capital*, Marx teria, segundo alguns autores, complexificado sua compreensão do desenvolvimento capitalista. Se o capitalismo homogeneizava a produção e os modos de vida, o processo contraditório

⁴⁰ Renan, Ernest: “Qu’Est-Ce Qu’une Nation”, In. *Idem.: Qu’Est-Ce Qu’une Nation et Autres Essays*, Paris, Presses Pocket, 1992., pp. 54-55.

⁴¹ *Idem. Ibidem.*

⁴² Galissot, René: “O Movimento Operário Frente à Nação e Ao Nacionalismo”, *Op. Cit.* O conceito de povos sem história, o qual Engels retira de Hegel, designa determinados povos que por seu atraso e pequenas dimensões seriam incapazes de participar do progresso histórico. Daí Engels enxergar um reacionarismo intrínseco aos movimentos nacionalistas de povos agrários como os tchecos ou eslavos do sul, que a seu ver funcionavam como instrumentos do czarismo contra os nacionalismos burgueses como os dos alemães, húngaros e poloneses.

deste modo de produção também geraria novas diferenças e desequilíbrios entre as sociedades humanas.⁴³ Desse modo, Marx passou a considerar que haveria diversas possibilidades de passagem de formações econômicas pré-capitalistas para o capitalismo e destas para o socialismo. Daí seu profundo interesse, nos anos 1870, nas estruturas agrárias russas e sua dúvida diante da pergunta, feita em uma carta da militante populista Vera Zazulitch, se a *obstchina* (comuna camponesa russa) poderia ser o embrião de uma economia socialista na Rússia.

Tal leitura mais matizada da dinâmica das relações capitalistas poderia conduzir a avaliações melhores do fenômeno das nações e do nacionalismo. No entanto, as reflexões de Marx e Engels sobre o assunto permaneceram no nível conjuntural. A elaboração mais sistemática sobre o assunto ficaria para a geração da IIa. Internacional.

Além das crescentes tensões nacionais no interior dos impérios multiétnicos da Europa Central e Oriental (Austro-Húngaro e Russo), a nova geração tinha de lidar com a onda de expansionismo das potências capitalistas na África e na Ásia (consolidada na partilha de colônias efetuada no Congresso de Berlim, em 1883).⁴⁴ Foi a partir desta nova situação que os teóricos da IIa. Internacional cunharam os termos “questão nacional” e “questão colonial”, além de um novo conceito, o de imperialismo, caracterizado como o expansionismo econômico e político calcado na exportação de capitais necessária à acumulação dominada pelo capital financeiro.⁴⁵

Outro fator novo que iria impactar o debate marxista em relação à questão nacional seria a crescente integração dos partidos socialistas de massas aos sistemas políticos de seus Estados. O resultado irônico desse processo seria a decisão, em 1914, da maioria dos social-democratas alemães de votarem a favor da entrada da Alemanha na guerra. Assim, o processo de acomodação dos partidos operários aos regimes parlamentares de então favoreceu sua assimilação dos nacionalismos oficiais, bem como das políticas coloniais de seus Estados.

Tendo de responder a uma nova situação histórica, e, valendo-se de uma nova terminologia e um novo aparato conceitual, foram empreendidas diversas análises, sendo as mais consistentes e influentes as de Otto Bauer e Vladimir Lênin.

Bauer, austro-marxista preocupado com o destino do Império Habsburgo – o qual era cada vez mais minado pelos nacionalismos de seus diversos povos – foi quem

⁴³ *Idem. Ibidem.*

⁴⁴ *Idem., Ibidem.*

⁴⁵ O termo “questão nacional” teria sido, segundo Hobsbawm, cunhado pelos marxistas da II. Internacional. Cf. Hobsbawm, Eric J.: *Nações e Nacionalismos desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002, Introdução.

primeiro tentou, no âmbito marxista, uma teoria abrangente da nação. Em primeiro lugar, tentou superar a idéia de que as nações seriam simplesmente produto do capitalismo destinadas a desaparecer com seu fim. Para tanto, conceituou a nação como sendo “uma comunidade de destino”, isto é, como sendo baseadas em uma herança cultural compartilhada. O desenvolvimento do capitalismo, com a difusão da alfabetização e dos meios de comunicação aprofundaria essa diferenciação cultural, estimulando o surgimento e a proliferação das nações. Como solução para os conflitos nacionais, o autor defendia uma política de “autonomia cultural”. Desse modo, mantendo a unidade territorial do Estado, se garantiria às nacionalidades o direito de organizarem-se autonomamente sem uma base territorial única e fixa.

Lênin, por sua vez, considerou a teorização de Bauer como idealista e reformista. Para ele, a questão nacional resolver-se-ia, no plano político, pelo direito à auto-determinação: ou seja, pelo direito de as populações decidirem de sua secessão ou incorporação a um Estado. O conceito de auto-determinação inscrevia-se na estratégia de Lênin de transformar a revolução democrático-burguesa da Rússia em revolução socialista. Ao dar o direito de separação às nacionalidades oprimidas pelo czarismo, o partido revolucionário poderia ganhar o proletariado desses povos para a revolução. Quando a Primeira Guerra criou, em sua visão, as condições para uma Revolução Mundial, Lênin sustentou que a auto-determinação seria uma política a ser aplicada às colônias e dependências das potências imperialistas.

Isso é da maior importância para que se entenda o porquê de, após a derrota da Revolução na Europa Central, a recém-fundada Internacional Comunista ter voltado suas atenções ao mundo colonial, em particular à China, onde o anti-imperialismo poderia aproximar os movimentos nacionalistas dos comunistas. Como se verá no decorrer da dissertação, a estratégia para o conjunto do mundo colonial e semi-colonial será elaborada, ao longo dos anos 20, tendo como modelo a experiência do *Kuomintang* chinês, o que terá importantes consequências para a América Latina.

Lênin, todavia, não procurou fazer uma teorização sistemática sobre o fenômeno nacional. Essa incumbência ele delegou a Josef Stalin, que foi enviado à Áustria-Hungria, onde estava o centro do debate marxista sobre o problema. Da sistematização empreendida por Stalin resultou uma teoria que combinava a conceituação da nação como sendo atributo de particularidades étnicas com o instrumentalismo do conceito de auto-determinação de Lênin.

Com a consolidação do poder de Stálin na URSS e na IIIa. Internacional, sua teorização se tornará o cânone do movimento comunista sobre o assunto. Acabará, além do mais, legitimando a subordinação do internacionalismo que, inegavelmente, pautou a atuação dos PCs durante a existência do *Comintern*⁴⁶ aos interesses nacionais da política externa da URSS. Tal subordinação irá criar dificuldades para que os partidos comunistas conciliem sua vinculação a um movimento internacional com o desenvolvimento de uma política adequada às peculiaridades de suas realidades locais.

Ao se observar a trajetória da questão nacional no marxismo clássico percebe-se que seus principais modelos estiveram nos movimentos nacionalistas dos impérios da Europa Central e Oriental: poloneses, tchecos, húngaros, eslavos do sul etc.⁴⁷ Outro exemplo importante foi o do movimento nacionalista irlandês, dado o fato de que este se chocava contra a principal potência do capitalismo da época.

Após a Revolução de Outubro, o problema da expansão imperialista e da crescente agitação anti-colonial na Ásia, África e Oriente Médio, acabou fornecendo aos comunistas novos modelos, em particular o da Revolução Chinesa, anti-feudal e anti-imperialista, na qual os comunistas atuavam (até a ruptura de 1927) em aliança com a burguesia nacional, reunida em torno do Partido Nacionalista Chinês, o *Kuomintang*.⁴⁸ Embora a China não fosse formalmente uma colônia, a questão nacional continuou sendo entendida, no fundamental, como o problema de nações – isto é, unidades étnicas ou culturais – que lutavam contra a dominação estrangeira para constituir seus próprios Estados independentes (condição fundamental de uma revolução burguesa e da ulterior luta do proletariado pelo socialismo). O que dizer, então, de países como os da América Latina, nos quais a independência fora conquistada – na grande maioria dos casos – no primeiro terço do século XIX? Qual seria o enquadramento adequado do problema nesses casos?

⁴⁶Comintern é a sigla para Internacional Comunista em russo. Acabou se tornando uma denominação de uso corrente para se referir à IC.

⁴⁷Schlessinger, Rudolf: *La Internacional Comunista y El Problema Colonial*, México D. F., Pasado y Presente, 1974, p. 35.

⁴⁸*Idem.*, pp. 43-53. O tema da aliança com a burguesia nacional nos países coloniais parece ter sido controverso. Veja-se, a esse respeito, a polêmica entre Lênin e o comunista indiano M. N. Roy, durante o II. Congresso da IC, pp. 49-52.

1.2. A construção da nação e as “vias” para o capitalismo

As dificuldades encontradas para responder a tais perguntas ajudam a esclarecer os impasses do marxismo na América Latina e aquilo que justifica a comparação entre os autores aqui analisados. Contudo, antes de passar à análise dos problemas enfrentados pelo marxismo na região, é interessante discutir contribuições que, embora não sejam teorizações, especificamente, sobre a questão nacional, fornecem uma base decisiva para o enquadramento do problema que aqui se propõe.

Um conceito fundamental para o tratamento da questão nacional é o de “via prussiana”, desenvolvido por Lênin. Não se trata do Lênin que formulou a questão nacional em termos de “auto-determinação”, mas sim daquele que se debruçou sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Em seus estudos sobre o tema, o líder bolchevique comparou o equacionamento da questão agrária no Império Russo com aquele efetuado na Prússia: ou seja, manutenção do controle dos latifundiários sobre a terra e os camponeses, aliado a um processo de arranque industrial⁴⁹.

Tal solução contrastaria fortemente com aquela empregada na Revolução Francesa e na Guerra Civil americana. Nestes dois últimos casos, lembra Lênin, a antiga classe senhorial foi eliminada e a terra redistribuída, sendo essa a base do desenvolvimento capitalista. Assim, o autor russo coloca o problema da existência de diferentes “vias” para o capitalismo: de um lado, as “vias americanas”, calcadas na reforma agrária e na aliança entre burguesia e campesinato e, de outro, as “vias prussianas”, apoiadas na aliança entre a antiga classe latifundiária e a burguesia, excluindo o campesinato.

A teorização sobre as diferentes vias para o capitalismo foi, sem dúvida, uma importante inovação leninista que esteve na base de sua estratégia para a revolução na Rússia. Até então predominara no marxismo uma leitura evolucionista de uma sucessão universal de modos de produção, nessa chave, uma dada formação social teria de passar pelas mesmas etapas que as demais. Ironicamente, na III. Internacional esse raciocínio mecanicista será retomado a propósito dos países “coloniais e semi-coloniais”, como se verá mais adiante.

Assim, ao analisar a Revolução Russa de 1905, Lênin afirma ser ela uma revolução burguesa no sentido de que suas tarefas históricas – liquidação do czarismo e da servidão – ampliariam as bases do capitalismo na Rússia. Todavia, segundo a

⁴⁹ Lênin, Vladimir Ilitch: *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo Abril Cultural 1982

formulação de Lênin, ao contrário do que pensavam os mencheviques (mais afeitos a um modelo evolucionista) a burguesia, dado a sua constituição à sombra do czarismo e seu medo da classe operária, preferiria chegar a um entendimento com o Czar, a fim de realizar seus interesses, a aliar-se aos operários contra a monarquia.⁵⁰

Para o líder bolchevique, a aliança de classes que teria interesse objetivo e condições de levar a revolução democrática adiante seria aquela entre o proletariado e o campesinato, além de elementos da pequena-burguesia⁵¹. A revolução democrática, levada adiante pelo bloco operário-camponês, prepararia as condições indispensáveis ao ulterior desdobramento socialista do processo revolucionário. Desse modo, o diagnóstico do tipo de desenvolvimento capitalista que teria ocorrido na Rússia levou Lênin a distinguir entre o caráter da revolução e as classes que poderiam realizá-la, rompendo com a perspectiva que deduzia os sujeitos dirigentes do processo revolucionário a partir dos objetivos históricos deste. Assim, de acordo com Lênin, embora a Revolução Russa fosse, por suas tarefas históricas, burguesa, isso não queria dizer que caberia à burguesia, como classe, a direção do processo revolucionário, como defendiam os mencheviques.

Se as análises de Lênin abriram a possibilidade de se considerar diversas formas de implantação do capitalismo em uma determinada formação social e, a partir daí, os diferentes processos políticos possíveis, ela não tocou no problema da nação. Como se viu na sessão anterior, a leitura leninista da questão nacional se centrou no problema da “auto-determinação” dos povos. Embora essa formulação tenha sido fundamental para o sucesso bolchevique no mundo colonial, como foi dito na introdução, ela pode limitar por demais a compreensão do problema.

Além do tratamento feito por Lênin do tema da “via prussiana”, há outra contribuição marxista decisiva para a discussão das diferentes formas de modernização e seus diversos resultados. Trata-se dos apontamentos presentes na obra – tanto pré-carcerária, quanto carcerária – do marxista italiano Antônio Gramsci. Após a geração do marxismo clássico, o tema da questão nacional e da nação entrou em declínio entre os teóricos chamado “marxismo ocidental”. A notável exceção, nesse sentido, é justamente o pensamento gramsciano. Embora nunca tenha pretendido desenvolver uma teorização ou conceituação da questão nacional, o marxista italiano contribuiu para esse debate na

⁵⁰ Idem: *Duas Táticas Da Social-democracia Na Revolução Democrática*, In., *Idem: Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1986, Volume 1., p. 406.

⁵¹ *Idem*, p. 410.

medida em que procurou entender a formação histórica de seu país e os desafios que esta colocava para uma estratégia revolucionária bem-sucedida na Itália.

É por isso que, nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci dedicará um espaço significativo para o tema do Risorgimento. Nessas passagens, o autor aponta como a construção de um Estado e de uma Nação italianos foram bloqueados, tanto pela fragmentação da burguesia italiana nas Cidades-Estados, quanto pela Igreja Católica, a qual criou uma camada de intelectuais ligados, não a uma cultura italiana, mas sim ao universo cosmopolita europeu.⁵² Ou seja, elementos importantes do passado da península funcionaram como obstáculos à construção de uma identidade nacional.

Mais do que isso, o processo de unificação estatal da Itália não se deu como na França, por meio de uma ruptura revolucionária com esse passado. Essa ausência ocorreu porque o grupo dirigente do Risorgimento, a aristocracia conservadora do Reino do Piemonte, evitou tocar na questão agrária, único modo de mobilizar para a luta a massa camponesa que constituía a maioria da população. Daí o conceito de “revolução passiva” que Gramsci emprega para entender o processo de unificação da Itália.⁵³

O resultado desse processo, no qual faltaram os elementos democráticos e populares que marcaram a Revolução Francesa, foi a constituição de um Estado baseado na aliança entre a burguesia industrial do norte e os latifundiários do sul, que excluía a massa camponesa. De acordo com Gramsci, resultou desse bloco dirigente a chamada “questão meridional” – ou seja o atraso e pobreza do sul da Itália – que impedia a unidade nacional.⁵⁴

A análise gramsciana, sobre a formação social italiana, aborda a questão nacional justamente nos termos que interessam a essa pesquisa: trata-se de compreender um processo de construção nacional bloqueado e de colocar esse bloqueio como cerne de um programa revolucionário.

Essa preocupação se expressa em conceitos gramscianos bastante conhecidos, como os de “hegemonia” e “bloco histórico”. Se uma determinada classe social pretendia tomar o poder e transformar a sociedade, ela deveria, segundo Gramsci, transcender os limites dos seus interesses corporativos para exercer, tanto sobre os grupos sociais aliados, quanto sobre os adversários, uma ascendência intelectual e moral. Tal ascendência, calcada na formação de consensos no âmbito da sociedade civil,

⁵² Gramsci, Antônio: *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002, Volume V., Caderno 19, pp. 13-14.

⁵³ *Idem*, pp. 65-85.

⁵⁴ *Idem*, pp. 87-98.

constitui aquilo que o autor chama de “hegemonia”. A classe social hegemônica é aquela que consegue combinar seus interesses aos das demais classes e apresentá-los sob formas universais, identificando-os com os interesses de toda a nação.⁵⁵

Os temas da hegemonia e da relação entre Estado (ou “sociedade política”) e a sociedade civil introduzem outro par conceitual importante para Gramsci: o de “ocidente/oriente”. No caso não se trata de conceitos propriamente geográficos, mas de duas formas históricas particulares de articulação entre Estado e sociedade. No “ocidente” o Estado nasceria de uma sociedade já consolidada e complexa. Essa relação de precedência do social moldaria a política, a qual seguiria as linhas dos conflitos e das instituições da sociedade civil. A situação “oriental” seria diametralmente oposta. Nela, uma sociedade civil rala, quase inexistente, seria dominada completamente pelo Estado.

Essa onipresença do Estado, em contrapartida, representaria sua fraqueza, pois não teria anteparos ou “trincheiras” que o defendessem de um ataque frontal. Já no ocidente, a tomada direta do poder (como os bolcheviques haviam feito na Rússia em Outubro de 1917) seria obstaculizada pela grossa malha representada pela sociedade civil e a dominação cultural que nela se exerce. Esses dois tipos de relação entre sociedade política e sociedade civil exigiriam, portanto, estratégias revolucionárias distintas. No caso do “Estado ampliado”, ao invés de se empregar a “guerra de movimento” – isto é, o assalto direto ao poder – seria necessária uma “guerra de posição”, ou seja, a luta prolongada, no âmbito da sociedade civil, pela constituição de uma nova hegemonia dos grupos subalternos que pudesse substituir a do antigo bloco dominante⁵⁶.

Nesse sentido, o grupo dirigente de uma determinada classe revolucionária deveria construir uma “vontade coletiva nacional-popular”, isto é, mobilizar as grandes massas populares em um movimento de reforma intelectual e moral da sociedade. Foi isso que os jacobinos foram capazes de fazer na Revolução Francesa, ao mobilizar a massa camponesa criando, com isso, as bases do Estado moderno na França. Já na Itália, como se viu acima, a burguesia preferiu aliar-se à aristocracia rural em vez de criar uma vontade coletiva nacional-popular nos moldes jacobinos.⁵⁷

Os conceitos como os de “revolução passiva”, “bloco histórico”, “hegemonia” e “vontade coletiva nacional-popular”, com os quais o revolucionário sardo trabalha, apontam para a necessidade de análises concretas de situações concretas que

⁵⁵ *Idem*, Volume III., Caderno 13, pp. 41-42.

⁵⁶ *Idem*, p. 71-72.

⁵⁷ *Idem*, p. 18.

possibilitem a ação bem-sucedida na sociedade que se deseja transformar. Se não há uma tentativa por parte de Gramsci de formular um conceito de nação, esta não deixa de ter grande importância em seu pensamento. A nação, se se tiver em mente suas análises sobre o *Risorgimento* ou sobre a criação de uma vontade coletiva nacional-popular, não é algo dado, mas antes um processo cujos resultados emergem ou se decidem no âmbito das relações de forças na disputa pela hegemonia na sociedade civil e pelo poder de Estado: isto é, no plano da super-estrutura.

O tipo de análise empreendida pelo marxista sardo o aproxima do esforço intelectual dos autores aqui investigados. Nem Caio Prado, nem Mariátegui estiveram interessados em uma conceituação da questão nacional, mas sim em entender quais os obstáculos históricos que impediam a integração nacional, nos moldes do processo revolucionário francês.

Não se está sugerindo nenhuma influência direta de Gramsci sobre os autores pesquisados. No caso de Caio Prado essa influência é claramente inexistente. Já no de Mariátegui, sabe-se que esteve presente ao Congresso de Livorno (1921), no qual os comunistas romperam com os socialistas italianos, além do fato de Mariátegui ter sido leitor atento de *L'Ordine Nuovo*, órgão de imprensa dirigido por Gramsci. Todavia, se o peruano conhecia o comunista italiano, é bom lembrar que aquilo que se entende por pensamento gramsciano ainda não existia, sendo que este foi organizado em uma obra póstuma. O que de fato aproxima Mariátegui de Gramsci é o fato de ambos compartilharem o mesmo contexto político-intelectual: o da Itália do início dos anos 20.⁵⁸ Assim, se não se encontra entre os objetivos deste estudo comparar Gramsci com o historiador brasileiro e o jornalista peruano, o pensamento de Gramsci possibilita uma ponte interpretativa que contribui para compará-los no que diz respeito ao enquadramento da questão nacional.

Os conceitos de “revolução passiva” e de “via prussiana”, de Gramsci e Lênin, respectivamente, fornecem as bases para abordar as dificuldades do marxismo latino-americano com a questão nacional no sub-continente e o modo pelo qual Caio Prado e Mariátegui procuraram resolvê-las.

⁵⁸ Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, México D. F., Pasado y Presente, 1980, p. 81. O autor enfatiza que o peruano assimilou o marxismo que se reinventava na Itália de então em diálogo com autores não-marxistas como Benedetto Croce e Piero Gobetti. Portanto, pode-se dizer que Mariátegui e Gramsci compartilham um mesmo contexto intelectual, o que responde por suas semelhanças. Cf. Aricó, José: “Introducción”, In. *Idem (org.): Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latino-Americano*, México D. F., Pasado y Presente, 1978, p. XLII.

1.3. Desencontros entre o marxismo e a América Latina

Antes de abordar a relação problemática do marxismo com a realidade latino-americana é preciso, todavia, discutir um problema apontado acima: por que os enfoques sobre a questão nacional, produzidos na tradição do marxismo clássico e no âmbito da III. Internacional, não são adequados para a América Latina?

Em primeiro lugar, pelo simples fato de que – ao contrário dos povos da Europa Centro-oriental entre o final do século XIX e início do XX – as nações latino-americanas já haviam se tornado independentes quase um século antes. Como aponta Benedict Anderson, o continente americano – tanto na América Anglo-saxã, quanto na Ibérica – pode ser considerado o berço, tanto das nações em sentido moderno quanto dos nacionalismos. Daí o autor inglês falar em “pioneiros *criollos*”.⁵⁹

Em segundo lugar, e talvez mais importante, não houve, nos movimentos separatistas americanos entre o final do século XIII e o início do XIX, qualquer motivação calcada em diferenças étnico-lingüísticas. Pelo contrário, a língua e a cultura eram justamente elementos que uniam os rebeldes às suas metrópoles. É interessante lembrar, como será desenvolvido no capítulo seguinte, que o temor de uma rebelião indígena levou a elite peruana a cerrar fileiras com a Coroa, sendo a Independência, em grande medida, uma imposição de Bolívar e San Martín.⁶⁰

Aqui está um ponto fundamental: as elites *criollas* que comandaram os processos de independência política em relação à monarquia espanhola estavam, social e culturalmente, mais próximas dos metropolitanos do que das massas (indígenas, negros e mestiços) que constituíam a maioria população dos novos Estados. É justamente na integração da massa da população à vida social, econômica, cultural e política do país, como se verá adiante, e não na libertação de um grupo cultural específico do domínio estrangeiro, que se deve buscar a questão nacional latino-americana. Assim, o modelo de nação mais adequado para a realidade latino-americana, pela análise até aqui empreendida, é o da Revolução Francesa. Entretanto, como Gramsci apontou para o caso italiano, nas sociedades latino-americanas também persistem obstáculos históricos para consolidação de nações, no sentido aqui empregado. Trata-se, no caso, de relações econômicas, sociais e políticas legadas pelo passado colonial.

⁵⁹ Anderson, Benedict: *Comunidades Imaginadas*, iOp. Cit., p. 79.

⁶⁰ *Idem.*, p. 80.

Delineados os termos em que se põe a questão nacional na América Latina, é o caso de voltar para os dilemas enfrentados pelo marxismo para interpretar a realidade do sub-continente. Na introdução fez-se referência à passagem, do argentino José Aricó, na qual o autor alude a um desencontro entre a teoria marxista e a realidade latino-americana. Já se viu, como o mesmo autor sugere, a explicação desse desencontro em termos da dificuldade que o marxismo – em virtude do contexto histórico no qual surgiu e se desenvolveu – enfrentou para captar as particularidades das formações sociais latino-americanas

Aricó atribui particular importância à diferença entre o tipo de articulação entre Estado e sociedade civil que se deu na Europa Ocidental e aquela que se desenvolveu na América Latina. Se no primeiro caso, o processo de formação do Estado repousaria numa sociedade civil previamente constituída, no segundo, o Estado pré-existe e molda uma sociedade frágil e pouco diferenciada internamente. O gramsciano argentino denomina esses dois processos históricos distintos de “sócio-cêntricos” e “Estado-cêntricos”, respectivamente. Para ele, Marx, como a maior parte da teoria social europeia de seu tempo, pressupunha que a sociedade civil deveria pré-existir ao Estado e condicionar a formação deste, fazendo com que o autor tivesse dificuldade em discernir a especificidade do processo de constituição dos Estados do sub-continente.

Tal dificuldade teria sido legada aos herdeiros de Marx e Engels no momento em que suas idéias começavam – em fins do século XIX – a chegar à região, trazidas por imigrantes europeus que chegavam à América do Sul. Foi a Argentina – mais próspera e melhor integrada à economia europeia – que teve o mais forte partido socialista da América Latina, sendo Juan B. Justo – seu fundador e principal dirigente – o primeiro tradutor do I. Volume de *O Capital* para o espanhol, e, um dos primeiros divulgadores do marxismo na América Latina.

Justo era um médico de formação positivista – ideologia hegemônica nas elites intelectuais latino-americanas de então – que assimilou o marxismo da IIª Internacional, o qual também possuía uma forte carga de evolucionismo e cientificismo. No plano da interpretação da história de seu país, Juan Justo atinha-se aos horizontes da historiografia liberal inspirada por Sarmiento. Defendia o livre-cambismo e nunca colocou em questão a base primário-exportadora da economia argentina. No plano político, o socialista defendia uma atuação reformista, calcada na expansão do sufrágio e dos direitos sociais da classe trabalhadora. Seu partido, baseado nos trabalhadores urbanos de origem imigrante, chegou a ter grande peso na província de Buenos Aires,

no entanto faltava-lhe uma inserção nacional mais ampla. A prosperidade da economia agro-exportadora, os aluviões de imigrantes europeus e a expansão da democracia política no país pareciam alicerçar o reformismo de Justo. Enfim, o marxismo evolucionista dos socialistas argentinos não foi capaz de ultrapassar os limites da consciência delineados pelas condições materiais da Argentina de então.

O outro caso bem-sucedido de difusão do marxismo, anterior à Revolução de 1917, foi o do socialismo chileno, encabeçado por Luiz Emílio Recabaren, importante líder e agitador operário. O socialismo de Recabaren, fundador do Partido Socialista Operário (1909), tinha um forte componente classista, sendo bem mais radical que o argentino. As condições de sucesso dessa recepção mais ortodoxa do marxismo se ligavam ao caráter da economia chilena, voltada para a exportação de salitre, o que criou uma classe operária relativamente numerosa e bastante concentrada na região mineradora.

Após 1917, Recabaren e seus seguidores apoiaram os bolcheviques e, em 1921, será fundado o Partido Comunista do Chile, o qual foi, provavelmente, o mais bem enraizado nas massas operárias em todo o continente. Todavia, essa marca classista irá criar dificuldades para que o socialismo chileno consiga transcender os limites do obreirismo e se transformar em alternativa para o conjunto da sociedade.

Afora essas experiências históricas, a trajetória do marxismo e do socialismo na região praticamente se confunde com a do movimento comunista. O comunismo latino-americano manteve essa concepção societária da política e a reforçou com sua fidelidade aos esquemas interpretativos e linhas políticas do *Comintern*. Assim, os PCs – com exceções como é o caso do Chile – tiveram grandes dificuldades de se implantar solidamente nas massas trabalhadoras, as quais irão identificar-se muito mais com outro tipo de ator político: os movimentos populistas.

Os diversos populismos que marcaram a história latino-americana ao longo do século XX souberam, muito mais do que o socialismo de inspiração marxista, compreender o tipo de relação que as massas populares estabeleciam com o Estado por meio da figura do caudilho personalista. Mais do que isso, conseguiram, nas palavras de Portantiero: “(...) fundir demandas de classe, demandas de nação e demandas de cidadania num único movimento que recolhia a visão paternalista e caudilhista da concepção tradicional da política”⁶¹

⁶¹ Portantiero, Juan Carlos: “O ‘Nacional-Popular’: Gramsci Em Chave Latino-Americana”, *In*. Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira (org.): *Gramsci e A América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, p. 58.

Desse modo pode-se perceber a dificuldade da teorização marxista em compreender a questão nacional na América Latina. Não se tratava de “auto-determinação” ou “independência” nacional, mas sim de integrar as massas populares à vida social e política do país, sem o que não poderia haver nação moderna. Tal objetivo esbarrou em dois obstáculos: primeiro, um Estado oligárquico e em relações sociais legadas pelo passado colonial, e, segundo, a inserção subalterna das economias latino-americanas no interior do capitalismo mundial. Enfim, trata-se da “condição periférica” ou do “subdesenvolvimento”, categorias que iriam marcar o pensamento latino-americano a partir da crise de 1929 e do segundo pós-guerra.

A questão nacional na América Latina se confundiria, portanto, com o tipo de via para o capitalismo seguida pelos países da região e os resultados econômicos, sociais e políticos daí resultantes. Após os debates entre cepalinos e dependentistas – nos anos 60 – e aqueles em torno da marginalidade ou do autoritarismo – anos 70 e 80 – fortaleceu-se, dentro e fora do marxismo, a percepção de que a permanência da concentração fundiária e da riqueza, de formas predatórias de exploração do trabalho, da dependência externa e de Estados autoritários, obstaculizavam a consolidação de sociedades integradas e de uma cidadania plena, bases fundamentais de uma nação.

O desafio teórico estaria na seguinte perspectiva: aliar uma compreensão mais abrangente da questão nacional, do que aquela do marxismo clássico, a uma interpretação das especificidades das formações sociais do sub-continente, o que exigiria o afastamento em relação aos esquemas teóricos decalcados do processo histórico europeu ou mesmo de outras regiões periféricas, como a China, por exemplo. Como se procurará demonstrar ao longo deste trabalho as obras de Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui procuraram justamente responder a esse desafio, ambos recolocaram a questão nacional a partir de um estudo das formas específicas do desenvolvimento capitalista em seus países. Isso, não apenas os torna pontos de referência obrigatórios na análise da relação entre o marxismo e a América Latina, como permite comparar seus respectivos esforços intelectuais.

Capítulo 2

Os contextos nacionais e as trajetórias intelectuais

O presente capítulo tratará da inserção histórica mais geral da trajetória e do pensamento dos autores aqui pesquisados: isto é, da reconstrução dos contextos políticos e intelectuais de seus países. Há, contudo, desequilíbrios necessários no tratamento dispensado ao Brasil e ao Peru. Dado que no Brasil se tem uma menor familiaridade com o contexto histórico e intelectual peruano, o espaço a ele dedicado será, proporcionalmente, maior do que aquele dispensado ao brasileiro. Reconstruídos os contextos políticos e intelectuais do Brasil e do Peru, será feito um breve contraste entre ambos para ressaltar as peculiaridades de cada um. Por fim, a última sessão será dedicada à comparação das trajetórias individuais de Caio Prado e Mariátegui.

2.1. Caio Prado e o momento nacionalista brasileiro

Na introdução, afirmou-se que a obra de Caio Prado Jr. se desenvolve, em sua quase totalidade, no período que vai, *grossa modo*, de 1930 a 1964 ou, para fornecer marcos mais exatos, de 1933 (data da publicação de *Evolução Política do Brasil*) à 1966 (quando veio a publicar *A Revolução Brasileira*). Assim, os pontos de referência que demarcam o contexto histórico do autor são, respectivamente, a Revolução de 1930 e o Golpe de 1964. As duas obras, aliás, são profundamente instruídas – ainda que de modo muito diverso – pelos dois acontecimentos. A primeira, por sua ambição explícita de interpretar a história nacional por novos prismas teóricos, reflete, mesmo que de modo indireto, o clima de renovação que se seguiu ao movimento de 1930. Já a última tem como objetivo expresso refletir criticamente a respeito da derrota sofrida pelas forças de esquerda em 1964, promovendo um acerto de contas sistemático do autor com as posições do seu partido no período imediatamente anterior ao golpe.

Devo esclarecer que, ao estabelecer os acontecimentos que delineiam o contexto histórico de Caio Prado, não pretendo revisitar seu conteúdo específico, nem discutir suas diversas interpretações. Dada a enorme bibliografia existente sobre ambos isso fugiria inteiramente ao escopo deste estudo. Desejo apenas discutir as características ideológicas básicas que distinguem a vida intelectual brasileira do período no qual o historiador paulista foi uma figura de relevo.

O elemento crucial que caracteriza ideologicamente a época em questão, 1930-1964, é o predomínio do nacionalismo, podendo-se falar, sobre esta fase da história brasileira, como sendo “o momento nacionalista”. É óbvio que essa definição é por demais genérica e problemática. Em primeiro lugar, deve-se precisar de que nacionalismo se está falando e, em segundo lugar, houve, sem dúvida, uma presença marcante do nacionalismo, tanto antes de 1930, quanto depois de 1964. Basta pensar, por exemplo, na crítica ao liberalismo da Primeira República por pensadores autoritários como Alberto Torres e Oliveira Viana e no movimento cultural modernista da década de 20.⁶² No que tange ao período posterior ao Golpe, tanto o Regime Militar quanto seus opositores representavam, por um certo ângulo, distintas vertentes nacionalistas.

Faz-se necessário, pois, justificar a idéia do “momento nacionalista”. É bom lembrar, nesse sentido, que a década de 30 marca uma re-elaboração, tanto entre os intelectuais, quanto no âmbito do Estado, da idéia e da simbologia da nação brasileira, reelaboração esta que terá profundo impacto ideológico na sociedade, sendo, em grande medida, incorporada ao senso comum. Trata-se da mudança de uma visão pessimista e pejorativa da constituição étnico-racial do povo brasileiro para uma valorização explícita desta mesma configuração, a qual passou a ser tratada como elemento definidor da nacionalidade. Se, entre o final do século XIX e a década de 30, a mestiçagem e os elementos negros eram vistos como fontes de “degeneração” ou do “atraso” nacionais, eles passaram a ser tratados, não sem contradições, como elementos positivos na construção da cultura brasileira. O nome mais óbvio que vem à cabeça nesse terreno é o do ensaísta e antropólogo Gilberto Freyre, em geral encarado como pioneiro e principal teórico dessa mudança.⁶³

É certo que ela já vinha sendo preparada anteriormente, com o advento do movimento modernista nos anos 20. Aliás, o próprio Freyre foi um partícipe do modernismo, na versão do regionalismo nordestino. Todavia, além de o decênio de 30 ser a fase das principais obras do autor pernambucano – *Casa-grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos* –, foi também o período em que a valorização da mestiçagem e dos elementos populares foi incorporada à política cultural de Getúlio Vargas.

⁶² É interessante notar que intérpretes de leituras distintas, como Pecault e Miceli, diluem a geração intelectual do decênio de 30 em um período maior, que vai de 1920 a 1945. Cf. Pecault, Daniel: *Entre Le Peuple et La Nation: Intelectuels et Politique aux Brèsil*, Paris, Editions de La Maison des Sciences de L’Homme, 1989, pp. 1-8. Ver também Miceli, Sérgio: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, In. *Idem.: Intelectuais à Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 76-87.

⁶³ Freyre, Gilberto: *Casa-Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1950, cap. 1.

A geração intelectual que nasce com a Revolução de 1930, como lembra Antonio Candido, irá voltar-se para o passado do país para relê-lo à luz de novos instrumentais teóricos e para repensar os dilemas presentes. A obra mais característica dessa geração será o ensaio histórico-sociológico, gênero a meio caminho entre a literatura e a produção acadêmica, por meio do qual se procurará captar os grandes traços da “formação” da sociedade brasileira.⁶⁴

A expressão “formação”, bem como outras como “realidade brasileira”, ganha um conteúdo, ao mesmo tempo, descritivo e normativo: tratava-se de conhecer a fundo as origens do país para pensar os caminhos que poderiam seguir o processo de modernização, então em curso. Partindo de outro texto muito conhecido do crítico literário uspiano – o prefácio por ele escrito para *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda, pode-se falar em uma “geração de 30”: cujos três expoentes seriam o já citado Freyre, Buarque de Hollanda e, finalmente, Caio Prado Jr.⁶⁵ Canônica, essa leitura pode e deve sofrer críticas. Embora mencione sua importância no período, Candido desvaloriza a obra de Oliveira Vianna. Essa atitude é compreensível se se tiver em mente o ano da publicação de seu prefácio (1967), ou seja, durante o Regime Militar, época na qual pensadores autoritários e conservadores como Viana eram condenados nos círculos progressistas.

Entretanto, as interpretações mais recentes que resgatam a importância da obra do autor de *Populações Meridionais do Brasil* sublinham que os elementos de determinismo racial, antes muito visados por seus críticos, não são os decisivos em sua interpretação do país. Oliveira Vianna teria formulado uma leitura da realidade nacional calcada na ausência de coesão social legada pela força centrífuga e pela função simplificadora da vida social exercidas pelo latifúndio.⁶⁶ Assim, ele seria um precursor fundamental das interpretações que se seguem. O próprio Caio Prado, localizado ideologicamente no extremo oposto em relação a Vianna, reconhece seu pioneirismo no prefácio de *Evolução Política do Brasil*.⁶⁷

Em que pese o fato de o principal trabalho de Vianna, *Populações...*, ter sido publicado em 1920, a década de 30 será profundamente marcada pela presença deste

⁶⁴ Candido, Antônio: “A Revolução de 1930 e A Cultura”, In. *Idem: Educação Pela Noite e Outros Estudos*, Rio de Janeiro, Ouro Sobre Azul, 2006, pp. 219-230.

⁶⁵ *Idem.*: “O Significado de Raízes do Brasil”, *Op. Cit.*.

⁶⁶ Vianna, Francisco José de Oliveira: *Populações Meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974. Para uma interpretação desta obra Cf. Brandão, Gildo Marçal: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, *Op. Cit.*, Cap. 2.

⁶⁷ Prado Jr., Caio: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 9.

intelectual. Ao lado de outros pensadores autoritários – como Francisco Campos, Cassiano Ricardo e Azevedo Amaral – Oliveira Vianna irá atuar como construtor institucional durante o “Estado Novo” (1937-1945), e desenhando, como consultor do Ministério do Trabalho, a estrutura sindical corporativista.

O engajamento político de Oliveira Vianna coloca outro problema crucial no Brasil pós-1930. Se a crise da sociedade oligárquica e o processo de modernização impulsionaram, como afirma Candido, a busca por novas leituras da realidade brasileira – termo que, como já foi mencionado anteriormente, ganha proeminência na época – também transformam as relações entre intelectuais e o Estado. Este último, redefinindo seu papel e ampliando suas funções – incluindo-se, entre estas, a disciplina do conflito de classes e a busca do desenvolvimento econômico – demandará a participação dos intelectuais na formulação de políticas públicas ou na legitimação de sua ação.

As mudanças desencadeadas a partir de 30 reforçarão na intelectualidade brasileira a noção de que possuíam uma “missão” perante o país. Diante de uma sociedade ainda informe e arcaica, mas em acelerado processo de transformação, tinham o dever, não só de pensar a nação, mas de moldá-la, dando-lhe um conteúdo e um sentido.⁶⁸ A idéia de “dar forma” ou “redefinir” a nação como sendo o papel da intelectualidade aponta claramente para o predomínio do nacionalismo. Todavia, entre os intelectuais que se engajaram no aparelho estatal durante os anos 30, tratava-se predominantemente, como nota Pecault, de um nacionalismo de corte autoritário e conservador.⁶⁹ Mais adiante, se verá como, a partir dos anos 50, se desenvolverá um nacionalismo de tipo popular e progressista, calcado no tema do desenvolvimento.

Mas não foi o Estado o único campo de atuação dos intelectuais. Outra frente de grande importância foi o novo e crescente mercado editorial. Segundo Sérgio Miceli o período entre 1920 e 1945 marca o surgimento e articulação de um mercado editorial nacional. Além do aumento – ainda pequeno mais significativo de leitores – organizam-se novas casas editoras que ampliam a circulação das obras. Empresas como a Companhia Editora Nacional, em São Paulo, a José Olympio, no Rio de Janeiro, ou a Globo, de Porto Alegre, criaram novas possibilidades de inserção e divulgação para escritores e intelectuais de modo geral.⁷⁰ É bom lembrar que Caio Prado Jr. irá fundar, em 1943, a Gráfica Urupês e a Editora Brasiliense, a qual, pouco mais de uma década depois, lançará uma revista de mesmo nome. Além de publicar as obra de seu criador e

⁶⁸ Pecault, Daniel: *Entre Le Peuple et La Nation: Intelectuels et Politique au Brésil*, Op. Cit., pp. 8-72.

⁶⁹ *Idem.*, *Ibidem.*

⁷⁰ Miceli, Sérgio: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, Op. Cit..

editar uma revista de importante impacto nacional, a Brasiliense publicará autores e coleções em diversas áreas do conhecimento, constituindo-se em um importante instrumento para a difusão de ideologias de esquerda e nacionalistas, defendidas por Caio Prado.

O decênio de 30 também marca o aparecimento de uma nova instituição educacional no país: as universidades. Ao contrário da América espanhola, o Brasil não teve estabelecimentos de ensino superior no período colonial e, no século XIX, só contava com faculdades profissionais isoladas. Começando com a Universidade do Brasil e a Universidade de São Paulo, a reorganização do ensino superior – com a criação de novos cursos e o início de atividades de pesquisa científica – não apenas ampliará as oportunidades de acesso ao ensino superior para a classe média urbana, como dará ensejo ao surgimento de um novo tipo de intelectual: o acadêmico profissional, voltado para a investigação segundo padrões científicos, cujo principal exemplo nas novas ciências sociais será Florestan Fernandes.

Se a Revolução de 1930 deu ensejo à criação de novas agências culturais, deve-se destacar, também, uma instituição tradicional – certamente a mais antiga e, durante todo o período colonial, quase a única instância ideológica – que, nos anos 30 irá renovar e intensificar sua ação: trata-se da Igreja Católica. O ativismo católico se inicia em 1922, com a fundação do Centro D. Vital, presidido inicialmente por Jackson de Figueiredo, mais tarde sucedido por Alceu Amoroso Lima. Na década de 30 a Igreja desenvolverá uma importante atividade política, em especial no que concerne à disputa com os defensores do ensino laico – agrupados no “Movimento da Escola Nova” de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira - pelo controle da educação.⁷¹ Esse catolicismo conservador e atuante recrutará muitos adeptos entre os intelectuais, cujo representante mais expressivo talvez seja o já mencionado Alceu Amoroso Lima, conhecido como “Tristão de Ataíde”.

Por fim, um último tipo de agência ideológica que irá demandar o engajamento de intelectuais serão as agrupações políticas modernas de base nacionais. Já na década de 30, organizam-se três agremiações programáticas e de âmbito nacional: a Ação Integralista Brasileira (AIB), a Liga Eleitoral Católica (LEC) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), esta última hegemônica pelo PCB. Embora de curta duração, tais organizações tiveram um recrutamento importante nos centros urbanos e presença marcante entre a intelectualidade. Após a Segunda Guerra Mundial, o PC, embora tenha

⁷¹ Pecault, Daniel: *Entre Le Peuple et La Nation: Intellectuel et Politique au Brésil*, Op. Cit.,

tido um período muito breve de legalidade, continuará a ter um papel importante como agência que, além de recrutar intelectuais, lhes fornecia uma teoria e diretrizes para pensar a realidade do país.

Essa última constatação retoma o tema das continuidades ideológicas entre o período anterior e o posterior à 1930. Se Candido talvez subestime a força e presença de intelectuais como Oliveira Vianna, ele está correto ao assinalar a presença, na “geração de 30”, de novas vertentes de interpretação do país. Empregando os conceitos desenvolvidos por Gildo Marçal Brandão, a partir de então desenvolvem-se no Brasil “linhagens de pensamento anti-aristocráticas”: sendo elas o marxismo de matriz comunista e o “pensamento radical de classe média”, este último um termo cunhado por Candido.⁷² Será na primeira destas vertentes, a qual merecerá um capítulo a parte, que se destacará o autor aqui estudado, já a segunda, é de definição menos nítida. Trata-se de autores que, não pertencendo à órbita comunista e não sendo necessariamente marxistas ou revolucionários, compartilhariam uma crítica radical dos problemas da sociedade brasileira, transcendendo os limites do conservadorismo que, segundo o autor predominaria nas elites intelectuais do país. Dessa leitura inconformista dos problemas nacionais derivaria a defesa de uma democratização, não apenas da política, mas da ordem social, como forma de superação daqueles impasses.⁷³

Assim, essas duas correntes de idéias se distinguem das linhagens que antes dominavam o pensamento brasileiro: o “idealismo orgânico” e o “idealismo constitucional ou utópico”.⁷⁴ Enquanto a primeira apontava a separação entre um “país legal” e um “país real”, criticando a inadequação das instituições políticas liberais vigentes, a outra defendia a adoção de tais instituições para corrigir os “vícios” ou “males” da sociedade. Em ambos os casos tratavam-se de autores – como o já citado Oliveira Vianna, de um lado, e Ruy Barbosa, de outro – que possuíam uma visão aristocrática do país. Ou seja, as massas populares não tinham nenhum papel ativo na sociedade ou na política brasileiras, sendo este monopólio de elites. O advento de novas linhagens no pensamento político e social irá trazer à tona, não apenas novos enfoques dos problemas nacionais, como darão relevo a novos sujeitos sociais e políticos na história brasileira.

Tais mudanças ideológicas foram possíveis pela entrada na arena política – com a quebra do monopólio do poder das elites agrário-exportadoras – de novas classes

⁷² Brandão, Gildo Marçal: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, Op. Cit., Cap. 1.

⁷³ Candido, Antônio: “Radicalismos”, In. *Estudos Avançados*, Vol. 4, No. 8., 1990.

⁷⁴ Brandão, Gildo Marçal: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, Op. Cit., Cap. 1.

sociais que integrarão o chamado “pacto populista”: a burguesia industrial, as classes médias urbanas e o proletariado. A primeira amplia sua influência no Estado com a aceleração da industrialização, embora ainda sob a égide do latifúndio voltado para o mercado interno. Assim, embora a economia brasileira passe de um padrão de acumulação agro-mercantil, para outro industrial, isso não converte automaticamente os capitalistas industriais em classe dirigente.

Já se viu como o Estado ampliou suas funções de modo a aumentar e diversificar as oportunidades de ensino superior. Ambos os fenômenos, ao mesmo tempo, atendiam e estimulavam o crescimento das camadas médias profissionais, as quais desempenharão - tanto por meio da tecno-burocracia estatal (civil e militar) quanto por meio da privada - um papel de crescente importância na vida social e política do país. Já a classe operária - fruto do início do desenvolvimento industrial e tendo feito sua primeira aparição política nas greves gerais de 1917-1919 - terá uma posição mais subalterna. Se a legislação social e trabalhista de Getúlio Vargas representará o reconhecimento da cidadania dos trabalhadores, a implementação, durante o “Estado Novo”, de uma estrutura sindical corporativa lhes retirará a autonomia política, submetendo os sindicatos ao controle do Ministério do Trabalho. Essa condição de reconhecimento e subordinação gerará tensões que se expressarão até o Golpe de 64, quando os trabalhadores serão excluídos da cena política.⁷⁵

Há, entretanto, uma classe social que só se tornará um ator político senão muito tardiamente: os camponeses e trabalhadores rurais. O fato de a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ter se aplicado apenas ao ambiente urbano mostra que a condição para sua implementação foi a intocabilidade das relações de trabalho no campo. Mais do que isso, a preservação da estrutura agrária foi um dos pilares que sustentou o Estado desenvolvimentista no Brasil, não sendo por acaso que este Estado entra em crise quando surgem, a partir de meados da década de 50, os primeiros movimentos de camponeses e trabalhadores rurais, reivindicando a reforma agrária.

Se a abordagem das linhagens de pensamento, das agências culturais e ideológicas e dos atores sociais apontam para as inovações posteriores à 1930, ainda não são suficientes para caracterizar um momento nacionalista. Aqui, é preciso discutir um elemento-chave que irá caracterizar ideologicamente o país, em especial entre 1945 e 1964: ou seja, o desenvolvimentismo. O ideário desenvolvimentista centrou-se na

⁷⁵ Bresser-Pereira, Luis Carlos: “6 Interpretações Sobre O Brasil”, In. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 5, No. 3, 1979, p. 270.

necessidade de se modernizar as estruturas econômicas e sociais do país tendo a industrialização como motor desse processo. É bom lembrar, seguindo as indicações de Bresser Pereira, que até a década de 40 a ideologia dominante afirmava a “vocaço agrícola” do Brasil.⁷⁶

Segundo essa viso, calcada na teoria liberal das “vantagens comparativas”, a economia brasileira seria propensa uma especializao agro-exportadora, sendo a indstria um elemento secundrio e complementar. Os defensores da “vocao agrícola” argumentavam que o investimento na industrializao seria artificial e imporiam um custo com o qual o pas no poderia arcar. As dificuldades financeiras oriundas da crise de 1929 e da queda nos preos das *comodities* agrícolas, em especial do caf, deu alento aos primeiros defensores de uma poltica industrializante. Entre estes destacava-se o empresrio Roberto C. Simonsen, o qual travar, em meados da dcada de 1940, uma intensa polmica com o liberal ortodoxo Eugnio Gudin. Tanto um quanto o outro eram membros do Conselho Econmico da Presidncia da Repblica, e as posies pr-industrializao de Simonsen acabaram prevalecendo.

Contudo, o grande salto terico do desenvolvimentismo vir, em 1949, com a criao da Comisso Econmica Para a Amrica Latina (CEPAL) e a publicao do artigo *El Desarrollo de Amrica Latina y Sus Principales Problemas*, do criador e primeiro dirigente do rgo, o argentino Ral Prebisch⁷⁷. A crtica de Prebisch teoria das vantagens comparativas e sua proposio da deteriorao dos termos de troca deu aos defensores da industrializao uma base slida como nunca haviam tido. No mesmo ano iniciava sua carreira, que se far em boa parte no mbito da CEPAL, o brasileiro Celso Furtado que publicar, uma dcada mais tarde, o livro que o colocar entre os clssicos do pensamento brasileiro: *Formao Econmica do Brasil*, obra que historicizar o modelo cepalino, empregando-o na interpretao da realidade brasileira. Ao longo dos anos 50, homens como Furtado, engajados na elaborao de polticas pblicas, difundiro as concepes da CEPAL no interior do aparelho de Estado, exercendo grande influncia sobre a poltica econmica brasileira, calcada na substituio de importaes. Mais do que isso, a idia do desenvolvimento – no apenas como crescimento quantitativo da economia – mas como transformao qualitativa das estruturas econmicas e sociais do pas no sentido de uma sociedade industrial moderna ganhar a sociedade civil, convertendo-se em ponto crucial de um amplo movimento

⁷⁶ Bresser-Pereira, Luis Carlos: “6 Interpretaes Sobre O Brasil”, *Op. Cit.*, p. 271.

⁷⁷ Prbisch, Ral: “O desenvolvimento da Amrica Latina e seus principais problemas” In Bielschowsky, Ricardo org. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000

nacionalista. Em 1953, uma grande mobilização que envolveu o estudantes, trabalhadores, intelectuais e militares nacionalistas sob a consigna “O Petróleo É Nosso!”, resultou na assinatura, por parte de Getúlio Vargas, de um decreto que nacionalizava o petróleo.

Durante o governo seguinte, de Juscelino Kubistcheck, travou-se, nos meios políticos e intelectuais, uma intensa polêmica a respeito da entrada de capitais estrangeiros, cuja participação na economia brasileira vinha sendo estimulada pelo governo. Desse modo, se pode ver como, além da defesa de uma política industrializante, outro elemento ideológico fundamental do Brasil, em especial entre 1945-1964, será o nacionalismo econômico. Esse nacionalismo calcava-se na idéia de que a emancipação econômica do país era o alicerce de uma nação moderna e soberana. Pode-se pois falar em um ideário “nacional-desenvolvimentista” ou, como prefere Bresser-Pereira, em uma interpretação “nacional-burguesa” do país, na qual se incluíam, tanto os teóricos do ISEB, quanto os ligados ao PCB. Segundo Pereira, essa corrente interpretativa se distingue por sustentar que o Brasil estaria em uma transição entre um passado “feudal” ou “pré-capitalista” e uma “Revolução burguesa” que iria conduzir o país a um desenvolvimento autônomo.⁷⁸

Caio Prado, por sua crítica à política de alianças de seu partido e às bases teóricas nas quais esta se apoiava, não se inseriria nesta corrente.⁷⁹ Para Bresser-Pereira, Caio Prado, por suas críticas à interpretação nacional-burguesa acaba ficando de fora do âmbito do nacionalismo brasileiro do período em questão. Como se verá ao longo desta dissertação não creio que isso seja exato. Em primeiro lugar, considero que pensar o espectro do nacionalismo brasileiro dos anos 1930-1960 como sendo parte de uma interpretação nacional-burguesa é demasiado restritivo. Em segundo lugar, em que pesem as conhecidas polêmicas do historiador paulista contra a doutrina oficial do PC, sua obra é parte integrante do nacionalismo que galvanizou a esquerda brasileira entre os anos 1930 e 1960, só podendo ser compreendida como parte dessa orientação mais geral.

Como alternativa à conceituação de Bresser-Pereira, penso ser útil retomar a distinção entre um nacionalismo *conservador* e outro *popular*, proposta por Daniel Pecaualt . O primeiro – calcado numa leitura autoritária e elitista da sociedade brasileira – predominou na geração intelectual que vai da década de 1925 à 1945. Já a geração

⁷⁸ *Idem.*, pp. 272-274.

⁷⁹ *Idem.*, p. 276.

seguinte, 1954-1964, foi marcada pelo segundo tipo de nacionalismo que, como se viu, apoiava-se na idéia de “desenvolvimento” e na valorização da participação política das classes populares⁸⁰. Contudo, Pecault aponta a existência de continuidades entre ambas as gerações: a noção de uma “missão” dos intelectuais de fornecer representações da nação e, assim, orientar a ação política do Estado ou das classes sociais.⁸¹

A obra de Caio Prado fornece uma referência interessante para pensar as continuidades entre esses dois tipos de nacionalismo. Se, por um lado, suas idéias estão claramente vinculadas ao nacionalismo popular, suas principais contribuições historiográficas foram produzidas, por outro lado, entre os anos 30 e 40, quando predominava ainda o nacionalismo conservador. Não é, aliás, por acaso, que em obras como *Formação do Brasil Contemporâneo* apareçam citações de Oliveira Vianna e Alberto Torres, ou que, em *Evolução Política do Brasil*, conforme anteriormente lembrado, Prado Jr. reconheça a influência do primeiro. Afinal, se a filiação ao marxismo e ao PCB o colocava nas antípodas dos autoritários, compartilhava com estes a idéia de repensar o passado da sociedade brasileira, apontar seu caráter amorfo ou inarticulado e, a partir daí, propor caminhos para a construção da nação.

2.2. González Prada e a origem de um certo nacionalismo peruano

Antes que se possa abordar a época a partir da qual o autor dos *Sete Ensaios...* elaborou sua teorização, é preciso dar particular atenção a seu precursor mais eminente: o poeta e publicista Manoel Gonzalez Prada, que pode ser considerado a fonte, não apenas do indigenismo, mas também do nacionalismo moderno no Peru. Em seguida, serão discutidas a crise da dominação oligárquica no Peru e algumas características da geração intelectual daquele país na década de 1920, na qual Mariátegui desempenhou um papel de destaque.

Para entender a crise social e política a partir da qual Gonzalez Prada formulou seu pensamento político, é preciso retornar por um momento à independência do Peru. Como lembra o historiador argentino Tulio Halperin-Donghi, o temor do levante das populações indígenas (nos moldes do movimento de Tupac Amaru, em fins do século XVIII) fez com que as elites *criollas* do Vice-Reinado do Peru cerrassem fileiras em torno da coroa ibéricas. Nesse sentido, é revelador o fato de que a independência

⁸⁰Pecault, Daniel: *Entre Le Peuple et La Nation: Intelectuels et Politique au Brésil*, Op. Cit., pp. 85-90.

⁸¹ *Idem* pp. IV-XI. Ver também pp. 81-82 e p.91.

definitiva do Peru – concluída em 1825 -, não foi apenas a última da América do Sul, como também foi feita, em boa medida, de fora, por Bolívar e San Martín.⁸²

Relativamente periférico na nova ordem econômica da região, que privilegiava o comércio transatlântico, o Peru preservou praticamente intacta a estrutura estamental herdada da colônia (embora não mais sancionada legalmente). A pequena elite de origem espanhola da costa excluía por completo a plebe mestiça e mantinha a massa dos índios em regime servil. Mesmo a escravidão dos negros nos latifúndios litorâneos só foi abolida no governo de Castilla nos anos 1860, com relativo atraso em relação ao resto do continente.⁸³ Uma ordem social pouco integrada e amorfa servia de base a um Estado rudimentar, cujos únicos pilares eram o exército e as rendas aduaneiras. A relativa afluência com a exportação do guano – que integra melhor o país ao mercado mundial – e a substituição, no plano político, do caudilhismo militar pelo regime do Partido Civil (ou *Civilista*), nos anos 1870, nada alterarão nesse quadro.

A imensa precariedade da estrutura social peruana é escancarada com a Guerra do Pacífico (1879-1884). Após cinco anos de guerra, o Chile derrotou a coalizão peruboliviana (muito mais populosa), retirando daquele os territórios do guano e desta a saída para o mar. Como resultado, a economia e o aparelho estatal entram em colapso e o país vive um período de desorganização e guerra civil. Essa atmosfera de crise e humilhação nacionais abriu espaço para pergunta: quais as razões da derrota? O que torna o Peru tão frágil?

A resposta, no entanto, só será formulada por uma voz solitária, porém causticamente contundente, a de D. Manoel Gonzalez Prada. Nascido em 1844, em uma família da aristocracia limenha, o literato Gonzalez Prada exilou-se durante os anos de guerra em uma propriedade da família, retornando a Lima após o término do conflito para denunciar – em discursos e artigos publicados em *El Comercio* – as elites das quais se originara. Em seu “Discurso en El Politeama” (1888), o autor procura expor as razões profundas que teriam levado à derrota e procede a uma condenação geral do passado e da herança colonial.⁸⁴

Para ele, as razões da humilhação bélica deveriam ser buscadas na desarticulação da nação peruana, formada por uma elite ligada ao passado colonial e a

⁸² Donghi, Tulio: *História da América Latina*, São Paulo, Círculo do Livro, s.d., Caps. 1 e 2

⁸³ cf. Claren, Peter: “As Origens do Peru Moderno (1879-1930”, In. Bethell, Leslie (org.): *História da América Latina*, Op. Cit, Vol. IV. ver também, Donghi, Tulio: *História da América Latina*, Op. Cit.

⁸⁴ O ensaio foi publicado em *Paginas Libres* (publicado em Paris, 1894). A edição que utilizamos é uma versão eletrônica integral do livro disponível no endereço: <http://evergreen.loyola.edu/tward/www.gp/idx/htm>

massa indígena servil. Nesse sentido, é interessante o paralelo com a Revolução Francesa, ilustrado pela seguinte citação: “Com as multidões livres ainda que indisciplinadas da Revolução, a França marchou para a vitória; com um exército de índios disciplinados e sem liberdade, o Peru irá sempre para a derrota” Ao identificar a “Nação Francesa” com o conjunto dos “cidadãos em armas”, a Revolução criou uma máquina militar totalmente diferente dos exércitos aristocráticos que a acossavam. Contra o exército de conscritos de Napoleão, os *junkers* prussianos, treinados nas artes militares, foram impotentes. Foi o alistamento massivo do corpo dos cidadãos o que permitiu à França, não apenas salvar-se da invasão contra-revolucionária, mas conquistar meio continente, pondo em xeque as estruturas militares do *ancien régime*.

Aqui se vê como a tradição francesa (representada pelo publicista Ernest Renan, que identifica a Nação com o corpo dos cidadãos) é central em Gonzalez Prada. O Peru, com as massas indígenas submetidas à servidão e os mestiços excluídos da política, não poderia estar mais distante deste ideal de modernidade. Mais adiante, o autor afirma não estar a nação nas cidades do litoral, ibérico e mestiço, mas sim nos índios do altiplano. Tanto a polarização costa/serra, quanto a identificação dos indígenas com uma possível identidade nacional são dois dos temas-chave do pensamento gonzalez-pradiano. Serão temas decisivos para o nacionalismo peruano de Mariátegui e de Haya de La Torre.

Para que se entenda quão radicais são estes postulados, é preciso relembrar a leitura dominante do tema da raça no pensamento latino-americano, entre o final do século XIX e a primeira década do seguinte. Nesse tópico, as influências principais eram o evolucionismo e o positivismo de Herbert Spencer e Comte, e, o darwinismo social e a “psicologia social” de Gustave Lebon, que atribuía a características biológicas inatas os traços psíquicos dominantes nas populações humanas. O resultado dessa combinação eclética eram teorias deterministas e racistas que condenavam as populações negras, índias e mestiças como irremediavelmente degeneradas.

Pode-se observar esse tom, expresso em linguagem médica em obras como *Nuestra América*, do argentino Carlos O. Bunge, *Pueblos Enfermos*, do boliviano Alcides Arguedas, *Les Democraties Latines de Amérique*, e do peruano Francisco García Calderón. Os homens de letras desse período oscilavam, de modo geral, entre um pessimismo irreduzível, ou uma confiança na imigração branca como solução civilizadora, caso de Bunge e do socialista ítalo-argentino José Ingenieros.⁸⁵

⁸⁵ Cf. Halle, Charles: “Ideologias Políticas e Sociais na América Latina (1870-1930)” *Op. Cit.*

A condenação mais explícita que Gonzalez Prada faz ao racismo científico encontra-se no ensaio *Nuestros Indios*, publicado em *Horas de Lucha* (1908). Citando Durkheim, para o qual a “raça” não seria uma variável explicativa de fatos sociais, o autor ataca duramente Lebon, desmascarando a solidariedade existente entre suas idéias e o colonialismo europeu. Se o índio se encontrava em um estado de miséria material e moral, isso não se deveria a nenhuma incapacidade biológica, mas à estrutura econômica e política do país: isto é, o predomínio do latifúndio e da classe senhorial. Uma pequena elite branca e de *encastados* (mestiços de espanhóis e indígenas) de cerca de 200 mil membros exploraria o trabalho servil de cerca de 3 milhões de índios.

Nessas condições, o arcabouço institucional da República não passaria, nas palavras do ensaísta, “de uma mentira”.⁸⁶ Pois as *haciendas* funcionariam como feudos, nos quais imperaria a vontade do *hacendado* como lei última. Segundo o autor, os latifúndios seriam “pequenos reinos dentro da República”⁸⁷.

Seriam, pois, inúteis as soluções de caráter moral, religiosa ou pedagógica para um problema que era, sobretudo, econômico e social. O ensaio termina concluindo que a única solução para a questão indígena estaria na insurreição aberta daqueles, o que destruiria completamente as bases do poder dos latifundiários. Aqui é preciso lembrar que, após um período de sete anos na Europa (1891-1898), Gonzalez-Prada se afasta do positivismo de Comte e Renan e se aproxima do anarquismo, radicalizando seu pensamento político. Em “Nuestros Indios”, a saída preconizada pelo autor é, portanto, a de uma ruptura revolucionária com o fundamento da ordem social vigente, ou seja, o poder da grande propriedade rural.

Embora compartilhasse das referências positivistas de sua geração, Gonzalez Prada rejeitou a tendência dominante na intelectualidade de seu período de importar mecanicamente modelos europeus e norte-americanos, o que tornava a realidade de um país como o Peru algo “desviante”, “patológico” ou simplesmente incompreensível. Em sua linguagem de orador, ensaísta e literato (bastante eloquente, mas sem aprofundamento ou rigor teórico) procurou desconstruir a visão que as classes dominantes tinham do país e seu povo. Só assim poder-se-ia, nos termos da época, superar a distância entre “o país legal” e o “país real” e forjar uma nação peruana.

⁸⁶ González Prada, Manoel: “Nuestros Indios”, In. Idem, *Horas de Lucha*, Lima, 1908. A edição que utiliza-se, aqui, é a da Editora da UNAM, México, 1978, foi encontrada no mesmo sítio acima citado.

⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

2.3. Auge e Crise da República Oligárquica

Como já foi anteriormente referido, Manoel Gonzalez Prada foi, em boa medida, um pensador solitário. Fora os membros do círculo literário que se organizou em torno de sua figura, seu desafio não encontrou resposta na inteligência peruana da *belle époque*.⁸⁸ Esta, ligada ao Partido Civilista, continuou a ignorar a questão indígena ou a tratá-la como problema biológico-racial, moral ou educacional.

Na chamada “geração futurista”, por exemplo, intelectuais como Francisco García Calderón, José de La Riva Agüero e Victor Andrés Belaúnde, vinculavam a identidade nacional, seja à “latinidade” (caso do primeiro), seja ao catolicismo ibérico (caso do último). Para todos eles, a herança incaica era algo que pertencia ao passado, como fica claro nos relatos de viagem de Riva Agüero.⁸⁹ Quanto ao indígena atual, este deveria ser “assimilado” à cultura nacional, na opinião de Belaúnde, por meio da educação e da ação da Igreja.

Outros, como Manoel Sanchez Villarán, defendiam a modernização por meio de uma reforma educacional orientada por critérios econômicos.⁹⁰ Tal silêncio em relação à questão dos índios se deve ao fato de que tanto a leitura feita pelo autor de *Paginas Libres* dos problemas nacionais, quanto suas propostas políticas, estavam além dos limites da “consciência possível” desses intelectuais. Oriundos das elites latifundiárias e mercantis, ou dependentes delas de algum modo, os letrados peruanos de então não podiam, por sua educação (fosse ela liberal ou católica), sustentar um ponto de vista que era a negação das condições de existência da classe dominante.

Entre 1895 e 1919, superado o período de conflitos civis e predomínio militar que se sucedeu à “Guerra do Pacífico”, o Peru viveu aquilo que se convencionou chamar de “República aristocrática”.⁹¹ Foi uma época em que a pequena camada formada por grandes comerciantes, financistas e latifundiários da costa exerceu o monopólio do poder político e social. O acesso à oligarquia era restrito – não apenas pela posse de bens materiais – mas também pela pertença a alguma linhagem familiar e

⁸⁸ A partir desse círculo literário chegou a fundar-se a União Nacional, um partido de orientação radical e democrática, tendo Gonzalez-Prada como líder. Após sua estada na Europa, no entanto, o escritor se afastou do partido por sua nova orientação anarquista.

⁸⁹ Galindo, Alberto Flores: *Buscando Un Inca: Identidad y Utopia em Los Andes*, Havana, Ediciones Casa de Las Américas, 1987, pp. 244-245.

⁹⁰ Cf. Claren, Peter: “As Origens do Peru Moderno (1879-1930)”, *Op. Cit.* Ver também, Quijano, Anibal: “Estudo Introdutório” In. Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*, *Op. Cit.*, pp. IX-CXII.

⁹¹ Galindo, Alberto Flores e Burga, Manoel: *Apogeu y Crisis de La República Aristocrática*, In. Galindo, Alberto Flores: *Obras Completas*, Lima, Fundación Andina, 1994, pp. 17-21.

a um certo estilo de vida. Tratava-se, pois, de um grupo social, não apenas com características de classe, mas com fortes traços estamentais.⁹² O lastro econômico dessa aristocracia litorânea se encontrava nos cultivos de cana-de-açúcar e algodão, cuja exportação e, mais adiante, produção eram controlados por capitais estrangeiros, os quais também controlavam a mineração no altiplano. Assim, a oligarquia se colocava como intermediária entre a economia peruana e os interesses imperialistas.⁹³ Porém, dada à fraqueza do aparato estatal do país, o poder político da oligarquia só podia ser exercido com o concurso dos latifundiários das regiões andinas, conhecidos como *gamonales*. Eram os *gamonales* que mantinham sob controle, por meio da servidão, paternalismo e violência, o campesinato indígena e, a partir daí, controlavam as rédeas do poder local.⁹⁴

Desse modo, o Peru dos tempos da “República aristocrática” era uma sociedade em grande medida pré-capitalista e na qual o poder se exercia mais pela violência – necessária para manter submissas as classes populares, excluídas de qualquer poder político - do que pelo consenso. Os únicos mecanismos de consenso que uniam dominantes e dominados eram, de um lado, a Igreja Católica e, de outro, as relações de reciprocidade assimétrica que ligavam os senhores e os camponeses.⁹⁵ Contudo, ao final dos anos 1910, a hegemonia política do Civilismo e das classes sociais que representava – os latifundiários e a burguesia urbana ligada ao comércio exportador - estava em crise, devido ao próprio desenvolvimento capitalista dependente do país. De um lado, o avanço do latifúndio na Serra sobre as comunidades quéchuas aumentava a instabilidade social no campo. De outro lado, a incipiente industrialização gerava uma classe operária que, em que pese seu pequeno número, logo se organiza em sindicatos e reivindica direitos sociais. Por fim, a crescente classe média urbana começa a emancipar-se intelectualmente dos grupos dominantes e a lutar por seu espaço político.

O primeiro desafio frontal ao domínio oligárquico se dá em 1912, quando as massas populares de Lima impõem, por meio da ação direta, a vitória da candidatura de Guillermo Billinghurst à Presidência da República. Rico comerciante limenho, Billinghurst não era, todavia, membro do *establishment* civilista. Quando prefeito da capital, ganhara o apoio das massas com medidas populares, configurando um proto-populismo. Sua presidência, contudo, duraria pouco, sendo deposta pelo golpe do

⁹² *Idem.*, pp. 130-131.

⁹³ *Idem.*, pp. 109-126.

⁹⁴ *Idem.*, pp. 143-175.

⁹⁵ *Idem* pp. 145-146.

general Benavides, em 1913. Este devolveria, em 1915, o poder ao civilista José Pardo, o qual já ocupara o posto entre 1904-1908.

Em que pese a derrota do movimento de Bilinghurst e o retorno dos civilistas, o avanço do processo inflacionário que acompanhou a alta das exportações peruanas durante a Primeira Guerra Mundial iria erodir ainda mais o poder da oligarquia, devido ao descontentamento popular. O auge desse processo são as manifestações estudantis pela Reforma Universitária e as greves operárias de 1918-1919. Inspirados pelo ideário radical, anti-oligárquico, nacionalista e popular que animou os estudantes de Córdoba (Argentina), os estudantes da Universidade de San Marcos se solidarizaram com os trabalhadores grevistas. Esse clima de agitação social – inspirado também pela Revolução Mexicana e pela Revolução Russa – derruba o governo civilista de José Pardo. Em seu lugar sobe ao poder o *outsider* político – em que pese sua fortuna pessoal – Augusto B. Leguía.

Este logo substituirá o discurso populista inicial por uma política de repressão aos movimentos de reivindicação popular, uma acomodação com os interesses das oligarquias, recurso aos capitais estrangeiros e uma ditadura pessoal, que durará até a crise de 1929-30. Tal período da história peruana ficará conhecido como o “oncênio” leguista.

Por outro lado, o avanço do capitalismo no campo irá intensificar a exploração da mão de obra e o avanço do latifúndio sobre as terras das comunidades indígenas do altiplano. Como resultado, crescem as rebeliões camponesas: primeiro a revolta de *Rumi Maqui* (Puno, 1915) e depois uma série de sublevações em Puno e em Cuzco (1920-1923).⁹⁶ Esses processos e eventos irão abalar o regime de dominação oligárquico e darão ensejo ao advento de correntes políticas e ideológicas radicais, as quais colocarão a questão indígena na ordem do dia. O indigenismo radical, integrado por intelectuais das regiões andinas – como os do “Grupo Resurgimiento”, de Cuzco, ou do “Grupo Orkopata”, de Puno -, o aprismo – liderado por Victor Raúl Haya de La Torre – e o socialismo – centrado na figura de José Carlos Mariátegui.

⁹⁶ Galindo, Alberto Flores: *Buscando Um Inca: Identidad y Utopia em Los Andes*, Op. Cit., pp. 262-263 e 270-271.

2.4. “Mudar a ordem”: intelectuais e nação no Peru dos anos 20

Feita a discussão do contexto peruano, é preciso traçar as linhas gerais que caracterizam a década de 1920 na América Latina, pois só assim ter-se-á uma idéia melhor dos quadros intelectuais e problemáticas comuns que inserem Mariátegui em sua geração. Em seguida, serão feitas algumas breves ponderações sobre alguns traços peculiares que distinguem o contexto intelectual peruano de outros da região no mesmo período.

A historiadora argentina Patricia Funes sustenta que os anos 20 devem ser lidos como um momento crucial de transição em que, de um lado, a velha ordem liberal-oligárquica encontrava-se em crise e, de outro, as respostas à essa crise começavam a se delinear. A referida crise apresenta origens tanto externas quanto internas à região. No primeiro plano, está a crise ideológica – Funes diz, mesmo, “de paradigma” – alimentada pela 1ª. Guerra Mundial. Do final do século XIX à primeira década do século XX, o consenso ideológico das elites latino-americanas repousara num modelo linear e evolutivo de progresso, cujo ponto culminante eram as sociedades burguesas da Europa novecentista. Com base nesse modelo externo é que os intelectuais – animados, como ficou dito acima, pelo positivismo e o darwinismo social – diagnosticavam o atraso da região, procuravam suas causas (em geral, em razões biológico-raciais) e apontavam “remédios” (governo forte e imigração européia).

Essa convicção inabalável no progresso é duramente golpeada pelo conflito europeu, cujos massacres e destruição massiva apresentavam os contornos “bárbaros” que podiam assumir as nações “civilizadas”. Tais acontecimentos históricos foram acompanhados, no plano filosófico, pelo desenvolvimento de correntes de pensamento que atacavam o positivismo e o cientificismo. O espiritualismo de Bergson ou a idéia de “declínio do ocidente” de Oswald Spengler substituíam o racionalismo e a fé no progresso por posturas espiritualistas, ou mesmo irracionaisistas, e por uma visão de declínio da civilização. Outro desdobramento teórico que contribuiu no sentido de enfraquecer a visão evolucionista foi a teoria da relatividade de Albert Einstein. A idéia revolucionária de que espaço e tempo eram categorias relativas, dependentes do ponto de vista do observador, teve repercussões muito além da física. Acabaram por impregnar

a filosofia, as ciências humanas e se difundiram no senso comum ao longo do século XX: dando origem ao que hoje se entende por “relativismo”.⁹⁷

Se no plano externo a guerra e as novas correntes filosóficas e ideológicas minavam as bases do consenso oligárquico, suas bases sociais e políticas eram abaladas por seu próprio desenvolvimento. O avanço do capitalismo primário-exportador gerava novas relações e grupos sociais, os quais não podiam ser abarcados pela ordem vigente. As pressões daí resultantes geraram diversos movimentos políticos e sociais que reivindicavam ampliação da cidadania e democratização social. A Revolução Mexicana (1910), a conquista do sufrágio universal masculino na Argentina (1912), a “Reforma Universitária” (Córdoba, Argentina, 1918) são eventos em que o monopólio do poder pelas oligarquias é posto em cheque em seus diversos níveis.

Mas, como essas tendências se materializavam no caso concreto do Peru? Durante toda a época analisada, como se viu acima, o país esteve sob a ditadura pessoal de Augusto B. Leguía. Embora tivesse chegado ao poder como resultado das manifestações estudantis e operárias que haviam derrubado o governo dos civilistas, o regime leguista em nada alterou o caráter de enclave da economia peruana e nem a exclusão social da massa popular (indígenas e mestiços). Outro resultado da situação de ditadura foi que os intelectuais encontraram-se excluídos do poder político.

Essa situação contrastava com o que viviam México e Argentina. Seja pela Revolução de 1910 ou pelo reformismo da UCR (União Cívica Radical), a entrada das massas no cenário político e as mudanças do aparato de Estado traziam os intelectuais para dentro das instituições públicas. No caso mexicano, homens como José Vasconcelos e Manoel Gamio estavam preocupados em construir uma nova institucionalidade e um novo consenso ideológico, capazes de dar ordem ao caos gerado pela Revolução.

Se nos outros dois países a crise era enfrentada sob a bandeira de “ordenar a mudança”, no Peru – a exclusão dos intelectuais do Estado – os levava a pensar em termos de “mudar a ordem”. É importante deixar claro que se está falando da nova geração, que emerge das lutas políticas anti-oligárquicas (1918-1919) e que se expressaram nas correntes acima mencionadas. Os intelectuais conservadores, legados à oligarquia, - como Calderón, Riva Agüero e Bellaúnde – continuaram ativos no período,

⁹⁷ Funes, Patricia: *Salvar La Nación: Intelectuales, cultura y política em los años veinte latino-americanos*, Buenos Aires, Prometeo Libros, 2006, pp. 45-68 e 75-79

embora muitos deles, marginalizados pelo regime de Leguía, irão optar pelo auto-exílio.⁹⁸

É sob esse imperativo de criticar o presente e pensar saídas novas que os intelectuais peruanos dão centralidade à reflexão sobre a nação. Esta última será repensada em suas definições básicas, em suas relações de alteridade (tanto internas quanto externas) e em suas simbolizações (língua e literatura). Desse modo a nação aparece como problema – como centro da crise – e como solução.

Um tópico que permite entrever claramente a diferença entre a geração de intelectuais peruanos do decênio de 20 e a geração oligárquica anterior é, como já foi referido, o tema da raça. Se no final do século XIX, os intelectuais positivistas e evolucionistas fizeram da raça o cerne de suas interpretações,⁹⁹ no decênio entre o final da 1ª. Guerra e a Crise de 1929, a raça perdeu importância, sendo diluída em termos culturais ou substituída por categorias sócio-econômicas (classe e relações de produção). Por outro lado, os indígenas passaram a ser o centro da polêmica nacional. Sua incorporação e as formas pelas quais se daria se tornaram a chave para a crise peruana.

Outra proposição bastante interessante sugerida pela autora é a da relação entre a radicalidade do pensamento dos intelectuais peruanos e sua situação frente ao Estado e à sociedade. Talvez não seja à toa que a ruptura com o pensamento da geração anterior tenha produzido, ali – justamente em um contexto relativamente atrasado – algum dos frutos que mais impacto teriam ao longo do século XX. Tome-se como exemplo a Reforma Universitária, citada a pouco. Ela começou na Universidade de Córdoba e se espalhou pelo continente, constituindo-se em um marco da nova geração intelectual. Mas, foi apenas no Peru que gerou uma liderança como Victor Raúl Haya de La Torre (o qual influiria na política peruana até os anos 1970) e um movimento da amplitude do A.P.R.A.. O núcleo das ideologias que viriam a ser conhecidas como “nacional-populares” ou “nacional-populistas” tem origem em seu eclético e original pensamento.

E o que dizer então do marxismo? A Argentina tinha um importante Partido Socialista, cujo dirigente, o já referido Juan B. Justo, havia traduzido o primeiro volume de *O Capital*. Todavia, intelectuais argentinos como José Aricó e Juan Carlos Portantiero encontrarão, nos anos 1970, em José Carlos Mariátegui as “origens do

⁹⁸ *Idem*, p.79.

⁹⁹ Para uma recapitulação do pensamento racista da geração anterior à abordada, cf. *Idem*, pp. 138-143. Outra abordagem panorâmica pode ser encontrada em Hale, Charles: “As Idéias Políticas e Sociais na América Latina (1870-1930”, *Op. Cit.*,.

marxismo latino-americano”. Não no sentido de ele ter sido o primeiro divulgador do marxismo, mas no de ter sido o primeiro a utilizar o método de Marx de modo crítico para entender a realidade de seu país e do continente. A polêmica Haya de La Torre / Mariátegui instaurou temas e linhas de reflexão que seriam, quatro décadas mais tarde, retomadas e ampliadas por cepalinos e dependentistas de diversos matizes.

Reconhecer essa originalidade e fecundidade não equivale, de modo algum, a afirmar que os intelectuais peruanos tivessem, à época, mais peso do que pensadores argentinos ou mexicanos, como José Ingenieros ou José Vasconcelos. Muito provavelmente, no decorrer da década de 20, eles foram muito mais influentes, no conjunto do sub-continente, do que os peruanos. Afinal México e Argentina eram os dois grandes países latino-americanos, fora o Brasil. A Argentina era, indiscutivelmente, o país mais rico e intelectualmente sofisticado da época, e a Revolução Mexicana fora o grande fato latino-americano do início do século, tendo impacto decisivo na formação de Haya de La Torre (o qual fundou a A.P.R.A, em 1924, em seu exílio no México).

Por outro lado, se olharmos intelectuais como Valcárcel e Belaúnde, sua influência, fora do Peru, não parece tão importante. O último, como foi mencionado, permaneceu muito ligado ao *establishment* político e social tradicional. Mas, tendo-se em vista o peso que interpretações como as de Haya de La Torre e Mariátegui tiveram em toda a região nos decênios seguintes, o caráter desfavorável do contexto em que viviam no Peru só realça seu alcance. Posto de outro modo: porque as mais inovadoras e vanguardistas leituras se desenvolveram a partir do contexto comparativamente mais atrasado?

Segundo Funes, se em 1900 o Peru tinha cerca de 1000 estudantes matriculados no ensino superior, em 1930 esse número havia triplicado. Por maior que fosse esse progresso, ficava léguas atrás da Argentina. Em contrapartida, ao término da década de 1920, o país contava com cerca de 400 jornais e periódicos, dos quais 44% tratavam de política e 15% eram voltados para assuntos literários e culturais.¹⁰⁰ São bons exemplos: *Claridad*, publicação das Universidades Populares “Gonzalez Prada” e encabeçada por Haya e Mariátegui; *El Mercurio Peruano*, que expressava as posições de intelectuais conservadores como Belaúnde; *La Sierra*, editada pelo “Grupo Resurgimiento”; *Boletín Titicaca*, órgão do “Grupo Orkopata”; e *Amauta*, criada e capitaneada por Mariátegui. Essa diversidade de órgãos de imprensa num país com tão poucos leitores, mostra um

¹⁰⁰ Funes, Patricia: *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura y Política em Los Años Viente Latino-Americanos*, Op. Cit., p.305

universo cultural pequeno porém efervescente, inclusive e, talvez principalmente, do ponto de vista político. A imprensa teve, aliás, um papel crucial no Peru dos anos 1920, sendo o pólo-aglutinador da nova geração. Nas palavras de Flores Galindo: “Foi uma geração anti-acadêmica que se formou, precisamente, nas redações periodísticas”¹⁰¹ Mais adiante, o historiador acrescenta: “O jornalismo de então foi uma espécie de greta no monopólio cultural da oligarquia e, por esse resquício, ingressaram muitos jovens de procedência mesocrática e atitude radical”¹⁰²

Assim, a descontinuidade entre os intelectuais de extração e mentalidade oligárquica e a geração radical se expressa até no tipo de atividade e na forma de escrita. Enquanto, na geração anterior, os intelectuais universitários não tinham qualquer envolvimento com a imprensa, os jovens anti-oligárquicos se formaram nas redações e adquiriram um estilo por elas influenciado: frases curtas, precisão e adjetivação sóbria. A relação supra-citada de revistas e órgãos de imprensa mostra também que a vida intelectual peruana nos anos 20 não estava apenas em Lima. A existência de órgãos como *La Sierra* e *Boletín Titicaca* mostra que os departamentos do altiplano começaram a tomar parte de modo autônomo no debate nacional.

Funes não pretende responder à pergunta sobre o vanguardismo intelectual peruano, mas fornece uma boa indicação. Possivelmente o contexto periférico e bloqueado seja, não o problema, mas a resposta. De um lado a realidade social do Peru era – das três analisadas – a mais distante dos centros internacionais (Europa e EUA). Essa distância em relação aos ideais vigentes de modernidade era ainda reforçada por uma elite dominante que resistia mais tenazmente à mudança. Se o caminho da Revolução social (México) ou o das reformas políticas (Argentina) estavam bloqueados pelas circunstâncias políticas, isso pode ter levado os intelectuais peruanos a ir mais fundo na busca de alternativas para sua sociedade.

2.5. Contrastes entre o Brasil e o Peru

A exposição anterior sobre o contexto histórico peruano da república oligárquica ao “oncênio” de Leguía e o papel da intelectualidade nesse período marca grandes diferenças com o Brasil. Embora o país tenha vivido de 1889 até 1930 um regime republicano de caráter oligárquico, este foi muito diferente do peruano.

¹⁰¹ Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, In. *Idem.: Obras Completas, Op. Cit.*, p. 445.

¹⁰² *Idem., Ibidem.*

Em primeiro lugar, a economia agrário-exportadora centrada na lavoura cafeeira foi muito mais dinâmica do que a peruana, gerando uma estrutura produtiva mais complexa e criando bases mais sólidas para o posterior arranque capitalista do país. É bom lembrar que o Brasil foi, por décadas, de longe o maior produtor de café do mundo e que os excedentes desse comércio alimentaram, em São Paulo, atividades produtivas voltadas para o mercado interno que começava a se esboçar.¹⁰³ Já no Peru, nem seus principais produtos de exportação – açúcar, algodão, prata, cobre e petróleo – gozavam de uma situação tão privilegiada no mercado internacional, nem os centros exportadores foram capazes de criar excedentes que integrassem a economia nacional.¹⁰⁴

Em segundo lugar, o regime federativo assumido no Brasil, em contraste com o centralismo do Peru, sugere uma maior dispersão e equilíbrio do poder político entre as elites regionais no primeiro caso. É certo que, como se viu acima, a oligarquia de Lima dependia do poder local dos gamonales serranos. Todavia, o equilíbrio entre o poder central e os poderes estaduais no Brasil é inegavelmente maior do que no país andino.

Por fim, embora a abolição da escravidão (1888) tenha deixado em aberto o problema da integração dos negros ex-escravos à sociedade brasileira, este nunca assumiu o caráter de polarização aguda que a questão indígena tem no Peru. Nesse último caso a estratificação social em linhas étnicas é bem mais demarcada, criando uma fratura mais profunda. Basta pensar que, no Peru, uma parcela significativa da população tem, como língua materna, - seja o quéchua ou o aymará - outra que não o Espanhol, situação que não se verifica no Brasil.¹⁰⁵

O ano de 1930 marca para o Brasil, como em toda a América Latina, um momento crucial de crise da economia primário-exportadora e dos arranjos oligárquicos que esta sustentava. No caso brasileiro, foi em outubro daquele ano que uma heterogênea aliança – a Aliança Liberal, que reunia oligarquias estaduais dissidentes, jovens oficiais militares rebeldes, setores das classes médias e da burguesia industrial, derrubou o governo de Washington Luís, levando o ex-governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, ao poder. Esse movimento, conhecido como Revolução de 1930, liquidou o arranjo oligárquico da Primeira República, abrindo caminho para a modernização capitalista do país.

¹⁰³ Cf. Furtado, Celso: *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962.

¹⁰⁴ Galindo, Alberto Flores e Burga, Manuel: *Apogeu y Crisis de La República Aristocrática*, Op. Cit., Caps 2, 3 e 4 da primeira parte.

¹⁰⁵ *Idem.*, Cap. 1.

O contraste entre a Revolução de 1930 e a queda de Leguía, bem como entre os acontecimentos que os sucederam, sugere uma maior capacidade das oligarquias brasileiras de se adaptarem à nova situação e de se incorporarem, ainda que com conflitos e tensões, em um bloco de classes mais amplo. O Estado que resultou da ascensão de Getúlio Vargas ao poder se mostrou muito mais forte e poderoso que o peruano.

Pode-se observar essa diferença, por exemplo, no nível econômico. O desenvolvimento industrial que o Brasil viveria após 1930 – incomparavelmente maior que o do Peru – se liga à maior capacidade do Estado brasileiro de promover políticas públicas e forjar consensos sociais. É verdade que Leguía, durante seus onze anos de governo, promoveu diversas iniciativas modernizadoras, como a criação de uma força pública efetiva, obras viárias e de irrigação, desarmamento das milícias dos *gamonales* e a modernização da infra-estrutura urbana de Lima.¹⁰⁶ Contudo, essas medidas de desenvolvimento capitalista e de fortalecimento do Estado não tiveram por escopo desenvolver a indústria do país, o qual permaneceria sendo, fundamentalmente, um produtor de matérias-primas agrícolas e minerais. Desse modo, o Brasil posterior à 1930 – ao contrário do Peru do “oncênio” – testemunhou uma mudança no padrão de acumulação de capital, à qual foi deixando de ser centrada no capital agro-mercantil, para ser dominada pelo industrial.¹⁰⁷

Já no nível político, essa maior capacidade hegemônica do Estado no Brasil pode ser bem ilustrada pela trajetória do populismo. Após 1945, Vargas foi capaz de organizar, a partir das estruturas estatais e corporativas criadas no Estado Novo, dois partidos – o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que canalizaram os heterogêneos grupos sociais que lhe serviam de base, sendo a aliança entre os dois partidos dominante até às vésperas de 1964.¹⁰⁸ Já no Peru, o aprismo de Haya de La Torre – o qual pode ser considerado a expressão peruana do nacional-populismo – nasceu como movimento “de baixo para cima” das classes médias e trabalhadoras e permaneceu, até quase o fim da vida de seu fundador, um fenômeno de oposição (voltarei a esse paralelo no último capítulo deste estudo).

Por fim, no plano ideológico, por exemplo, o Estado brasileiro teve maior sucesso em atrair e organizar os intelectuais em torno de suas instituições e políticas

¹⁰⁶ *Idem., Ibidem.*

¹⁰⁷ Oliveira, Francisco de: *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*, São Paulo, Boitempo, 2004.

¹⁰⁸ Souza, Maria do Carmo Campello de: *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)*, São Paulo, Alfa-ômega, 1976.

culturais. Pode-se contrastar, por exemplo, a situação de relativa exclusão dos intelectuais, acima apontada, no “oncênio” com o papel representado, durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945) pelo Ministério da Educação de Capanema, o qual atraiu para sua órbita, não apenas intelectuais conservadores, mas também outros de orientação progressista ou de esquerda: cujo melhor exemplo foi o poeta Carlos Drummond de Andrade, chefe-de-gabinete do ministro.¹⁰⁹ É certo que essa maior capacidade de controle do Estado – seja por meio da violência, seja por meio do consenso – favoreceu a estabilidade da ordem social brasileira, mais difícil de abalar que a do Peru. Assim, ao manter-se mais fechada e avessa à concessões a oligarquia peruana fragilizou muito mais seu domínio sobre as demais classes.

Observe-se, por exemplo, os respectivos processos de crise dos regimes oligárquicos. Se no caso do Brasil, frações das oligarquias tiveram participação de destaque na Revolução de 1930, garantindo um maior controle sobre o processo de mudança, no Peru, a crise teve um aspecto mais disruptivo. Merece ênfase aqui, nem tanto as greves operárias e as mobilizações estudantis de 1919, mas sim a grande rebelião camponesa do sul andino do início dos anos 20. Não houve no Brasil, pelo menos até os anos 50, nenhum movimento camponês dessa magnitude.

A questão agrária é, aliás, o melhor exemplo da maior capacidade dos grandes proprietários rurais brasileiros de assegurarem sua situação de classe do que seus similares peruanos. Se o regime militar brasileiro (1964-1985) foi capaz de bloquear as pressões, que haviam apenas começado, pela reforma agrária e modernizar o latifúndio, o Peru viveu uma situação oposta: diante de um movimento camponês ativo e de latifundiários cambaleantes, o governo do general Velasco Alvarado (1969-1974) teve, como principal medida, liquidar o latifúndio no altiplano.

O período aberto em 1930 e encerrado com o golpe militar de 1964, será marcado por grandes disputas e controvérsias em torno dos rumos que o desenvolvimento nacional deveria seguir. Foi um período de avanço da urbanização e da industrialização em que novos atores sociais emergiram para a vida política (como a classe operária e, numa fase posterior, os trabalhadores rurais). Foi também um período em que o campo intelectual se consolida e se diversifica: com o fortalecimento de um mercado editorial, o estabelecimento das universidades, a ação do Estado como

¹⁰⁹ Pecault, Daniel: *Entre Le Peuple et La Nation: Intelectuels et Politique au Brésil*, Op. Cit., pp. 8-72. Além de Drummond, o autor francês também lembra o nome do arquiteto Oscar Niemayer, a quem Capanema encomendou o prédio do Ministério da Educação e Cultura.

promotor de políticas culturais e o engajamento político dos intelectuais por meio de diversas agências (o Estado, a Igreja Católica, as universidades ou partidos políticos).

Assim, o período posterior a 1930 no Brasil assinala, para a intelectualidade, não apenas uma maior profissionalização e diferenciação do campo cultural, como também a emergência de novas preocupações e formas de interpretação da realidade brasileira. Tem, portanto, um papel análogo ao período dos anos 20 no Peru, na esteira da queda do civilismo (1919) e a ascensão de Leguía.

Entretanto, esses dois processos análogos se darão de modo muito diverso nos dois casos. Os intelectuais brasileiros e peruanos – nos anos 20 e 30, respectivamente – procurarão dar respostas aos processos de crise e transformação vivenciados, de modo muito distinto, por suas respectivas sociedades.

Nesses dois momentos históricos o nacionalismo teve um papel central em ambas as inteligências. Como se viu nas sessões anteriores, tanto no Brasil, quanto no Peru, se colocou o problema do caráter inacabado e inarticulado da nação. Nos dois casos os intelectuais se colocaram a missão de repensar a formação social para poder orientá-la no sentido de uma nação integrada. Todavia, os nacionalismos estabeleceram, nos dois casos, relações muito diferentes com o passado nacional. No Brasil, houve intérpretes – como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre – que, de maneiras e por motivos diferentes, valorizavam o passado, tanto o colonial, quanto o imperial. Contudo, se se observar a obra de Caio Prado – bem como outros autores mais inclinados à esquerda – há uma clara rejeição do passado, em especial o da colônia, ressaltando-se seus aspectos negativos.

Já no Peru, conservadores e progressistas se dividiam entre dois passados. Os primeiros, como Belaúnde e Riva Agüero, exaltavam a herança ibérica e católica. Já os últimos, Mariátegui, Haya e Valcárcel à frente, rejeitavam o legado do Vice-reinado e buscavam os elementos da nação no passado incaico. Os brasileiros não possuíam os antecedentes de uma grande civilização pré-colombiana, cuja herança cultural permanecia viva na massa popular, aos quais recorrer. Daí que, por assim dizer, davam as costas ao passado e olhavam para o futuro. Já os peruanos procuraram lastrear o futuro em um passado mais longínquo, o qual funcionava como negação daquele mais recente.

Essas pinceladas, demasiado genéricas, servem apenas para dar um contraste entre o contexto do Peru em que viveu Mariátegui e o Brasil de Caio Prado Jr.. Essas duas sociedades muito distintas, passando por processos de modernização também

bastante diferenciados, gerarão problemas intelectuais específicos que, conforme argumentarei adiante, ajudam a entender o caráter muito diverso das duas obras que estudarei.

2.6. Duas trajetórias díspares

As origens sociais e as trajetórias iniciais do historiador brasileiro e do jornalista peruano não poderiam ser mais díspares e contrastantes. O primeiro nasceu em uma das mais ilustres famílias da aristocracia cafeeira, sendo preparado, ao longo de sua educação, para ingressar nos quadros da elite dirigente do país. Já o segundo, embora seu pai tivesse uma ascendência aristocrática, nasceu em um lar pequeno-burguês empobrecido. Seu pai, funcionário público modesto, abandonou a mulher e os filhos em situação financeira difícil, o que obrigou José Carlos a abandonar precocemente os estudos e dedicar-se ao ofício de tipógrafo. Foi essa ocupação que o levou, no acanhado ambiente pouco especializado da imprensa limenha de então, às redações dos jornais.¹¹⁰

Condições tão diferentes ajudam a entender traços diferentes das obras em questão. A necessidade de lutar para manter-se levou Mariátegui, após seu retorno da Itália, a sustentar-se escrevendo artigos – em especial sobre acontecimentos políticos internacionais – para periódicos limenhos, como *Mundial* e *Variedades*. Assim, embora sua obra depois da experiência européia ganhe uma coerência e uma orientação geral crescentes, o autor nunca pôde se dedicar de modo mais sistemático a pesquisas mais aprofundadas. É certo que sua intensa atividade como organizador político e editor também contribuíram para isso, para não falar na escassez de dados empíricos disponíveis sobre o Peru naquela época. Além disso, o auto-didatismo e o trabalho jornalístico acentuavam alguns traços do ensaísmo, já apontados anteriormente: a recusa de uma escrita sistemática e da especialização..

Já Caio Prado, teve condições de ser, como assinalado por Limongi, “o empresário de sua própria obra”. Isso incluiu, evidentemente, o tempo necessário para a pesquisa de fontes primárias e para a escrita de trabalhos mais sistemáticos. Além disso, os anos 30 testemunharam o nascimento das Universidades no Brasil. Em São Paulo, essa jovem vida universitária assumiu cedo os padrões de trabalho e pesquisa de suas congêneres da Europa e EUA. Prado Jr. se beneficiou do contato com a Universidade de São Paulo (USP), tanto como estudante do curso de história e geografia (1934-1935),

¹¹⁰ Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, Op. Cit., pp. 18-32.

como na condição de autor já consagrado, dialogando com especialistas como Sérgio Buarque de Holanda e Florestan Fernandes¹¹¹. Dessa maneira, a obra de Caio Prado se encontra a meio caminho entre o ensaio e a produção acadêmica, conforme já foi assinalado. Embora seu ingresso na USP tenha sido barrado por duas vezes por motivos políticos, ele não deixará de ser incorporado por historiadores e geógrafos profissionais como um pioneiro dessas disciplinas no Brasil.

Esse caráter bastante diverso do tipo de trabalho que realizaram o brasileiro e o peruano subjaz, como apontado na introdução, ao estilo marcadamente diferente de seus escritos. Também é fonte de um rendimento analítico bastante desigual, ou seja, de alcances teóricos distintos. Caio Prado produziu uma obra mais sistemática do que Mariátegui. Desse modo, um trabalho como *Formação do Brasil Contemporâneo*, no que tange ao embasamento em pesquisa de fontes historiográficas, está melhor alicerçado do que os *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, ganhando, assim, mais solidez em suas interpretações.

Isso não equivale a dizer que a obra de Caio Prado seja superior à de Mariátegui. Se o brasileiro vai mais fundo na historiografia e seus resultados estão melhor apoiados pela pesquisa sistemática, fica atrás do peruano em outros aspectos. O mais óbvio é o da análise política. Mariátegui, como o demonstram suas inúmeras análises de conjuntura (tanto do Peru e da América Latina, quanto de outras partes do mundo), tinha uma sensibilidade muito maior para a política do que Prado Jr.. Isso se deve não só ao ofício de jornalista – que fazia com que o peruano acompanhasse atentamente os acontecimentos políticos internacionais – como à sua condição de organizador partidário e sindical. Em seus últimos anos de vida atirou-se à organização da classe operária e de um partido de orientação socialista, alcançando uma projeção que Caio Prado nunca teve. Por fim, sua obra é certamente mais rica no que tange aos objetos de estudo. Se a dedicação a vários temas, por vezes, leva à perda de profundidade e sistematicidade, leva, por outras, a uma maior riqueza nos resultados. Assim, sua valorização dos níveis da ideologia e da cultura (em particular da produção literária) não tem qualquer paralelo na obra do brasileiro, o qual nunca se dedicou ao campo da cultura. Isso faz com que a análise dos impasses da construção nacional em Mariátegui ganhe elementos ausentes na de Caio Prado.

¹¹¹Uma análise bem documentada da passagem de Caio Prado pela USP e a influência desta em seu pensamento está em Martinez, Paulo *A dinâmica de um pensamento crítico: anos de formação de Caio Prado Jr. 1928-1935*. São Paulo, Edusp, 2008.

Portanto, se a obra do historiador brasileiro teve a vantagem de desenvolver uma pesquisa historiográfica mais aprofundada, a do jornalista e militante peruano tem maior riqueza na análise política e originalidade teórica. Não é interessante tentar medir quem foi “o melhor”, resvalando para um tipo de competição supérflua. O que importa é mostrar como ambos seguiram caminhos intelectuais distintos, cada um com seus vícios e virtudes relativos e, de certo modo, complementares. Em que pesem tais contrastes nas origens sociais e no caminho intelectual seguido por cada um, as trajetórias de Mariátegui e Caio Prado possuem um importante ponto de contato: ambas foram marcadas por momentos decisivos de crise e transformação de seus países.

Já se viu como Mariátegui despertou para a política e as causas populares com as manifestações operárias e estudantis de 1918-1919, que liquidaram a hegemonia civilista.¹¹² Já Caio Prado tomou parte, como militante do Partido Democrático, da Revolução de 1930 que pôs fim à república oligárquica¹¹³.

Assim, ambos acontecimentos históricos serviram de experiências políticas inaugurais para os dois intelectuais, sendo decisivas para sua formação política posterior. Para esta última, tão importante quanto as perspectivas abertas pelas mudanças em curso, foi a decepção com os resultados imediatos: os regimes de Leguía e Vargas. A frustração com os arranjos políticos que emergiram da derrocada das oligarquias, abriu caminho para a radicalização política e intelectual de Mariátegui e Caio Prado Jr.. Foram, pois, intelectuais em tempos de mudanças, sendo suas apropriações do marxismo e as reflexões daí decorrentes, tentativas de entender o alcance e o sentido dessas transformações em suas sociedades.

Quanto às atividades e empreendimentos que singularizam as contribuições dos autores, há outro ponto de contato importante: ambos se destacaram como fundadores de casas editoriais e de revistas impactantes em seus respectivos ambientes culturais. Em 1925, Mariátegui funda, em parceria com seu irmão, a Gráfica e Editorial Minerva. Foi essa gráfica que possibilitou a edição, a partir do ano seguinte, da *Revista Amauta*, além de publicar autores nacionais e estrangeiros ainda não divulgados no acanhado mercado editorial peruano de então. Além de inovar no escopo do que era publicado, a Minerva também inovou em técnicas de comercialização, já que associou à gráfica e editora uma livraria e papelaria. Em 1927, a revista ganhará uma editora própria, que levará seu nome. Já o brasileiro fundaria a Gráfica Urupês e a Editora Brasiliense, a

¹¹² *Idem.*, pp. 33-77.

¹¹³ Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr.: o sentido da revolução*. Op. Cit.

qual também incluía uma livraria própria. Assim como Mariátegui, Prado Jr. iria, onze anos mais tarde, criar uma revista de política e cultura que levou o nome da editora.

Ao engajarem-se na atividade editorial, ambos tinham mais em mente do que simplesmente dar uma base própria a edição e difusão de seus livros. Desejavam também, aglutinar um grupo de intelectuais que servisse como pólo difusor de ideias comuns, contribuindo, desse modo, para a disputa ideológica no interior da sociedade. Tratavam-se, portanto, de projetos de “organização da cultura”, na acepção gramsciana. Tanto um quanto o outro desejavam, por meio de publicações que aglutinassem autores - que não necessariamente compartilhassem integralmente suas opções político-partidário - mas possuísem horizontes políticos e intelectuais comuns, criar uma trincheira para os valores progressistas e nacionalistas contra as ideologias conservadoras prevalecentes.

Os editoriais de fundação das duas revistas o revelam claramente. Na apresentação que escreveu para o primeiro número de *Amauta*, Mariátegui começa afirmando que: “Esta revista, no campo intelectual, não representa um grupo. Representa, mais propriamente um movimento, um espírito. No Peru se sente desde algum tempo uma corrente cada dia mais vigorosa e definida de renovação. Os autores desta renovação são chamados de vanguardistas, socialistas, revolucionários etc. A história ainda não os batizou definitivamente ainda. Existem entre eles algumas discrepâncias formais, algumas diferenças psicológicas. Mas, por cima daquilo que os diferencia, todos estes espíritos põem o que os aproxima e mancomunam: sua vontade de criar um Peru novo dentro de um mundo novo.”¹¹⁴

Desse modo, o editor da revista, ao mesmo tempo que a vinculava claramente à vanguarda política e intelectual peruana, sustentava seu caráter amplo, por assim dizer, de frente única. Mas, para que não se tivesse dúvida de que a publicação possuía uma filiação ideológica acrescentou mais abaixo: “Não faz falta declarar que *Amauta* não é uma tribuna livre, aberta a todos os ventos do espírito. Aqueles que fundamos esta revista não concebemos uma cultura e uma arte agnósticas. Nos sentimos uma força beligerante e polêmica. Não fazemos nenhuma concessão ao critério, geralmente falaz, da tolerância das idéias. No prólogo de meu livro, *La Escena Contemporânea*, escrevi que sou um homem com uma filiação e uma fé. O mesmo posso dizer desta revista, que

¹¹⁴ Mariátegui, José Carlos: “Presentación de *Amauta*”, iIn. *Amauta*, no. 1, setembro de 1926, p.1

recusa tudo que é contrário a sua ideologia, assim como tudo que não traduz ideologia alguma.”¹¹⁵

Além de uma revista de esquerda, *Amauta* pretendia ser uma publicação voltada, prioritariamente, para os problemas nacionais. Esse ponto é esclarecido ao final do editorial de estréia, quando Mariátegui, ao justificar o nome do órgão, sustenta que: “O objeto desta revista é de propor, esclarecer e conhecer os problemas peruanos desde pontos de vista doutrinários e científicos. Mas, consideraremos o Peru dentro do panorama do mundo. Estudaremos todos os movimentos de renovação – políticos, filosóficos, artísticos, literários, científicos. Todo o humano é nosso. Esta revista vinculará os homens novos do Peru, primeiro com os dos outros povos da América, em seguida com os de outros povos do mundo.”¹¹⁶ Desse modo, Mariátegui definia uma linha que conciliava preocupações nacionalistas, latino-americanistas e internacionalistas.

Um padrão análogo – embora sem as referências à América Latina ou à conjuntura mundial - pode ser encontrado, três décadas mais tarde, na “Carta de Apresentação”, que abriu o primeiro número da *Revista Brasiliense*, em agosto de 1955. O texto começava colocando aqueles que os redatores da publicação julgavam ser os principais dilemas nacionais naquele momento: “A exportação de produtos agrícolas ou de matéria-prima já não é suficiente para atender às exigências do bem-estar do povo, estimuladas por uma prosperidade resultante de duas guerras mundiais, em que fomos compelidos a prover nós mesmos às nossas necessidades. Não escapa também a mais superficial observação a extrema pobreza de densas camadas da população rural e urbana, que não foram atingidas pelos benefícios do surto econômico e industrial do país e continuam vivendo em condições vizinhas da miséria. Esse problema que, como tantos outros, preocupa todos os brasileiros, é, porém, muito complexo e prende-se não somente à posição de nossa economia no quadro da economia mundial, mas às condições específicas da economia nacional que apresenta uma extrema variedade de níveis e aspectos, provenientes da diversidade dos quadros geográficos e sociais do país e do próprio curso de nossa formação histórica”¹¹⁷

A forma de colocar os impasses nacionais é claramente tributária das análises presentes na obra de Caio Prado Jr., como ficará claro na segunda parte deste trabalho.

¹¹⁵ *Idem., Ibidem.*

¹¹⁶ *Idem., Ibidem.*

¹¹⁷ “Carta de Apresentação”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 1, No. 1, agosto de 1955, p. 1.

Em seguida, o editorial define da seguinte maneira os objetivos da publicação: “Analisar em suas raízes e a todas as luzes essas e outras questões e encará-las do ponto de vista dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura, como expressão autêntica da vida brasileira, é o objetivo que a Revista se propõe e não poupará esforços para alcançar. Mais do que uma simples publicação, será, portanto, um centro de debates e de estudos brasileiros, aberto à colaboração de todos os que já se habituaram ou se disponham a abordar seriamente esses assuntos e nela terão o meio não só de tornar conhecidos os seus trabalhos, como também de influir sobre a opinião pública, levando-a a melhor compreender os problemas que afetam a vida do país.”¹¹⁸

Portanto a *Brasiliense* não apenas partia de uma leitura radical dos problemas brasileiros, como se voltava prioritariamente para seu estudo. O caráter politicamente amplo do órgão já se evidencia quando a revista se declara aberta a todos que queiram abordar os problemas brasileiros. Esse traço é reforçado no final da carta quando se afirma: “A Revista, sem ligações de ordem política e partidária, será orientada pelos seus próprios redatores e colaboradores”¹¹⁹

Nota-se aqui uma preocupação maior do que em *Amauta* em enfatizar o caráter independente da revista. Isso se explica pelo fato de no Brasil, ao contrário do Peru, existir um partido organizado com o qual os editores da revista, embora não querendo subordiná-la a ele, se identificavam: o PCB. Seja como for, ambos os órgãos definiam-se como publicações frentistas, definindo uma linha política geral capaz de estabelecer alianças para um combate intelectual.

É verdade que o núcleo duro da *Brasiliense* era constituído, como já o demonstrou Limongi, por um grupo predominantemente comunista. Todavia, o mesmo autor aponta que havia colaboradores de outras orientações de esquerda: como os professores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (como Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda, José Artur Gianotti e Fernando Henrique Cardoso) e intelectuais vinculados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB, como o sociólogo Guerreiro Ramos).¹²⁰ Já *Amauta*, perdeu o caráter de frente em 1928, quando da ruptura entre Mariátegui e Haya de La Torre. Em setembro daquele ano, a revista publica o editorial “Aniversário e Balance”, que será discutido no final deste

¹¹⁸ *Idem.*, p. 2.

¹¹⁹ *Idem.*, *Ibidem.*

¹²⁰ Limongi, Fernando: “Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio prado Jr. e A Revista Brasiliense”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 5, 1987.

trabalho, o qual abandona abertamente a auto-definição como “revista da vanguarda”, assumindo-se como “socialista”.

Outra diferença importante é a abrangência das duas publicações. *Amauta*, sediada em Lima – que exercia uma gravitação muito forte sobre todo o Peru – teve impacto nacional, sendo um marco decisivo no ambiente intelectual peruano do decênio de vinte. Já a *Brasiliense*, operando em São Paulo – a qual ainda estava, nos anos 50, em desvantagem em relação ao Rio de Janeiro – restringiu-se mais ao universo paulista. Por fim, cabe assinalar a difusão muito desigual das obras de Mariátegui e Caio Prado. Enquanto o peruano é um marco no pensamento latino-americano e no marxismo internacional, Caio Prado ficou mais restrito ao Brasil.

Em primeiro lugar, isso se deve ao fato, assinalado na introdução, de que o Brasil só muito recentemente vem se integrando ao universo cultural latino-americano, tradicionalmente se considerando e sendo considerado como uma realidade a parte. O próprio autor, praticamente não se ocupou da região, referindo-se à ela, marginalmente, somente em *A Revolução Brasileira*. Em segundo lugar, a origem de Mariátegui como literato e sua ocupação como jornalista o levaram a se ocupar, tanto de política internacional como de arte, além de manter contatos na Europa e na América Latina. Por seu turno, Caio ocupou-se, quase exclusivamente, da história e da política de seu país.

Capítulo 3

Caio Prado Jr., José Carlos Mariátegui e o movimento comunista na América Latina

Comparados os contextos mais gerais do Brasil e do Peru nos quais os autores se formaram e produziram seu pensamento, é preciso contrapor os contextos mais imediatos nos quais Caio Prado e Mariátegui desenvolveram sua atuação intelectual e política. Como foi mencionado na introdução, um dado que aproxima mais imediatamente o historiador brasileiro e o jornalista e militante peruano é o fato de ambos terem sido intelectuais comunistas militantes. Impõe-se, portanto, uma contextualização da trajetória de ambos nos diferentes momentos em que atuaram nesse movimento.

Para tanto, é preciso começar por apontar uma diferença fundamental: enquanto Caio Prado aderiu (em 1931) a um Partido Comunista já constituído – embora ainda recente e frágil -, Mariátegui foi o próprio fundador do comunismo no Peru. Assim, se o primeiro teve como seu principal interlocutor político a direção de seu partido, o diálogo de Mariátegui, no âmbito do comunismo, se deu com a própria Internacional Comunista, em sua representação no sub-continente.

Em vista dessa peculiaridade, o capítulo começará abordando a constituição, de modo breve, do Partido Comunista do Brasil (PCB), principalmente no que tange a sua cultura política específica. Em seguida, será discutido o polêmico lugar que Prado Jr. ocupa no interior dessa tradição. Num segundo momento, será abordada a trajetória da IC no continente e as polêmicas travadas por Mariátegui com suas teses. Por fim, será feita uma breve contraposição entre a localização de ambos autores no interior do movimento comunista latino-americano.

3.1. A cultura política comunista no Brasil

Entende-se, por marxismo de matriz comunista, a versão do legado intelectual de Marx e Engels formulado e difundido pelos PCs e pela IIIa. Internacional, fundamentalmente apoiado na obra de Lênin e, em especial, no modelo de organização e ação políticas que se saíram vitoriosos na Revolução Russa: isto é, os do partido bolchevique, constituído por uma vanguarda de quadros profissionais devotados à

atividade revolucionária. Após a consolidação da liderança de Stálin, essa vertente do marxismo sofrerá um processo de codificação e mesmo de dogmatização, se tornando ideologia oficial do Estado soviético e do movimento comunista, sob o nome de “marxismo-leninismo”.¹²¹ Segundo Leandro Konder, o marxismo-leninismo constitui uma “cristalização” do pensamento marxista, no qual a dialética e a crítica radical, que caracterizaram o esforço teórico de Marx, dão lugar a uma doutrina esquemática e mecanicista, destinada a legitimar todas as movimentações da liderança stalinista e conferir disciplina e certezas aos militantes do partido.¹²²

Essa definição de Konder simplifica demasiado a diversidade de orientações políticas e ideológicas que, ao longo do século XX, se abrigaram sob o rótulo de “marxismo-leninismo”. Só à título de exemplificação, no decorrer dos anos 60, os Partidos Comunistas oficiais – ligados à URSS – , os agrupamentos que se identificavam com orientações castristas e guevaristas e as organizações maoístas e em que pese suas exacerbadas polêmicas, reivindicavam a condição de “marxistas-leninistas”.

O marxismo de matriz comunista, nessa chave, não se reduz à codificação doutrinária do stalinismo, embora certamente a inclua. Trata-se de um universo político inaugurado pela IIIa. Internacional e que abarca a diversidade de experiências e culturas políticas que caracterizaram o movimento comunista, tanto em sua organização internacional, quanto nos diversos partidos que lhe deram expressões locais.

Aliás, a diferença entre as dimensões internacional e nacional da história dos PCs costuma ser o problema mais difícil para os que pretendem estudar a trajetória dessas organizações. Na conhecida formulação de Hobsbawm: “Todo Partido Comunista foi filho do casamento, realizado tanto por amor quanto por conveniência, entre dois parceiros mal ajustados: uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro”¹²³

Diante do entrelaçamento, nem sempre harmonioso, desses dois níveis de análise, muitos estudiosos tendem a sobrevalorizar um deles. O mais comum, nesses casos, é atribuir toda ação dos PCs locais às inflexões políticas emanadas de Moscou. Se assim fosse, como seria possível compreender os diferentes resultados – tanto teóricos quanto práticos – que advém das experiências do Partido Comunista Italiano e Francês? Ou, para ficar em um exemplo mais próximo, como entender, simplesmente a

¹²¹ Para a noção de “marxismo de matriz comunista” cf. Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1922-1964)*, Op. Cit., cap. 6, PP. 195-230.

¹²² Cf. Konder, Leandro: *A Derrota da Dialética*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1988, PP. 36-44.

¹²³ Hobsbawm, Eric J. : *Revolucionários: Ensaio Contemporâneos*, Rio de Janeiro, Paz e Terra 2003, p. 15.,

partir das orientações de Stálin, o contraste entre a política do PCB frente a Getúlio e do Partido Comunista Argentino frente a Perón em 1945?

No que toca ao nível teórico, é bom lembrar que, apesar das distorções dogmáticas e simplificadoras, o marxismo-leninismo foi o marxismo ao qual a maioria dos militantes comunistas teve acesso, sendo importante levá-lo em conta para entender suas motivações e modos de pensar. Ainda mais em um país como o Brasil, onde, como se sabe, a história do marxismo praticamente se confunde com a do movimento comunista, não havendo praticamente em terras brasileiras marxismo prévio ao marxismo-leninismo. Não houve no Brasil, ao contrário da Argentina, nenhuma corrente socialista de maior expressão, estando a vanguarda do nascente movimento operário brasileiro sob hegemonia anarquista e anarco-sindicalista. Quanto às elites intelectuais, hegemônicas pelo positivismo cientificista e predominantemente conservadoras, havia apenas algumas referências casuais, em geral sem muito rigor, ao nome do pensador alemão.¹²⁴

A situação da difusão do marxismo no país se altera com o impacto mundial da Revolução de Outubro de 1917, que irá captar a imaginação e a simpatia de todas as forças políticas empenhadas na transformação radical da sociedade. Além disso, no caso brasileiro, se deve acrescentar a derrota histórica sofrida pelo movimento operário de orientação anarquista (1919-1921), desarticulado sob a intensa repressão que se seguiu às greves de 1917-19. A derrota do anarquismo, somada ao sucesso dos bolcheviques na Rússia, criará as condições para que parte da vanguarda do movimento operário se volte para o modelo de organização leninista como alternativa, resultando (em 1922) na fundação do Partido Comunista do Brasil.¹²⁵

Entretanto, a divulgação das obras de Marx e Engels continuava a ser, para dizer o mínimo, muito pobre. Segundo Konder, com exceção do *Manifesto do Partido Comunista*, - traduzido do francês por Octávio Brandão em 1923 - não havia praticamente nada em português, havendo algumas poucas obras dos fundadores do marxismo em francês, no início dos anos 30.¹²⁶ O contato de muitos de nossos intelectuais com o materialismo histórico se deu, desse modo, por umas poucas obras dos dois autores alemães e principalmente Lênin, além de muita literatura de segunda mão (frequentemente constituída por manuais produzidos no âmbito da III. Internacional).

¹²⁴ Idem, cap. 4, PP. 92-116

¹²⁵ Idem, cap. 5, pp. 117-141.

¹²⁶ Idem, pp. 169-171

Assim, as realizações de nossos primeiros marxistas, só podem ser entendidas se se levar em conta, da maneira mais desapassionada possível, os vícios e virtudes dessa formação intelectual. Para além disso, deve-se ter em vista a realidade social e política com a qual esses intelectuais se confrontavam, e a partir da qual eles receberam o marxismo e lhe deram sentido.

A situação do país entre os anos 20 e 30 é, pois, um ponto de partida obrigatório. É a partir dessa realidade política e intelectual que se torna inteligível a simbiose entre o marxismo-leninismo e o positivismo de matriz comteana, verdadeiro “hábito mental” dos intelectuais que simpatizavam com o PCB.¹²⁷ Seja como for, já em 1926 (portanto apenas quatro anos após a fundação do partido), Octávio Brandão – porta-voz da organização, ao lado de Astrojildo Pereira – publicava *Agrarismo e Industrialismo no Brasil: Interpretação Marxista-Leninista da Revolta de São Paulo*, uma primeira tentativa de interpretar a realidade brasileira, ainda que de maneira esquemática e simplificadora.¹²⁸

Sejam quais forem as insuficiências de Brandão, é inegável que o militante alagoano tentou uma leitura da especificidade da situação nacional, leitura essa que apoiou a política formulada por Astrojildo Pereira para inserir aquele pequeno e frágil partido operário no processo político concreto do país, cujas condições estavam ainda muito distantes de seu modelo revolucionário. Tal política consistia em buscar pontes com a pequena burguesia democrática por meio de uma frente política batizada com o nome de Bloco Operário e Camponês (1927-29).¹²⁹ Essas primeiras pretensões de autonomia política e intelectual seriam logo cortadas pela intervenção da Internacional Comunista (IC) no PCB entre 1929-1931, que acabou liquidando o grupo dirigente que se formava em torno de Brandão e Pereira, impondo o stalinismo como dogma a ser aplicado sem mediações.¹³⁰

Foi nesse clima, de estreitamento político e obreirismo anti-intelectualista, ao mesmo tempo em que o país entrava em uma fase de grandes transformações (inauguradas pela “Revolução de 1930”), que o jovem aristocrata Caio Prado Jr. aderiu ao marxismo e ao PCB.

Moviam-no, como declarará décadas mais tarde, a decepção com os rumos tomados pela Revolução de 1930 e a vontade de conhecer a fundo a realidade nacional

¹²⁷ Idem, pp. 178-183.

¹²⁸ Idem, pp. 144-149

¹²⁹ Cf. Del Roio, Marcos: *A Classe Operária na Revolução burguesa: A Política de Alianças do PCB (1928-1935)*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. Cap. 1, pp. 19-85

¹³⁰ Idem, cap. 3, pp. 131-191.

para poder superar seus graves problemas.¹³¹ O partido ao qual aderiu, no entanto, ainda não havia ganhado uma forma mais definitiva enquanto organização política. Para tanto, contribuíam a escassa implantação social, as já mencionadas intervenções da IC e a constante repressão policial.

Um ponto de inflexão, nesse sentido, foi a entrada no partido, em 1934, do líder tenentista Luís Carlos Prestes, por imposição da Internacional. A entrada do comandante da “Coluna Prestes” – o qual gozava de grande prestígio popular – trouxe um afluxo de novos membros ao PCB: oficiais militares e intelectuais de classe média, o que tornou a composição social do partido mais heterogênea e, portanto, mais capaz de representar a sociedade brasileira de então, na qual a classe operária tinha peso reduzido.

Esse novo potencial do partido ficou claro na curta experiência da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente anti-fascista e em prol de um governo popular, anti-imperialista e anti-latifundiário, fundada em 1935. Essa organização, capitaneada pelo PC, logo arregimentou milhares de filiados e simpatizantes, organizando-se em diversos centros urbanos. Caio Prado, aliás, terá na ANL, um momento de proeminência, na condição de vice-presidente da sessão paulista, encabeçada pelo ex-líder tenentista Miguel Costa.

A novidade na vida política brasileira que representava uma frente popular de massas será logo liquidada, primeiro, pela clandestinidade – imposta ainda em julho de 1935 – e, em seguida, pela desastrosa insurreição militar comunista do final daquele ano. A chamada “Intentona Comunista” foi um movimento típico das revoltas do ciclo tenentista e sua eclosão foi decidida pelo grupo reunido em torno de Prestes, sem que o grosso dos comunistas brasileiros tivesse sequer conhecimento dos preparativos.

Assim, a curta experiência da ANL já revela a coexistência, na cultura política do partido, daquilo que Gildo Marçal Brandão denominará como “duas almas” do PCB: de um lado, uma propensão à ação política legal, baseada em alianças amplas e na busca de objetivos exeqüíveis a médio prazo e, de outro, a ação clandestina, insurrecional e baseada em uma visão “catastrofista” da revolução.

No plano ideológico, a adesão de Prestes marcou a fusão do marxismo – já codificado pelo stalinismo – com a ideologia positivista da esquerda tenentista. Essa

¹³¹ Prado Jr., Caio: “É Preciso deixar O Povo Falar”, entrevista concedida a Lourenço Dantas Mota. In. *A História Viva*, São Paulo, OESP, 1978, p. 305.

ideologia, que del Roio denomina “prestismo-stalinismo”, conformará a base da cultura política que distinguirá o comunismo no Brasil.¹³²

Isso não equivale a dizer que o PCB tinha uma visão ou uma leitura da realidade brasileira. Embora o próprio Caio Prado tenha o mérito de ter apontado, em *A Revolução Brasileira*, o VI. o. Congresso do *Comintern*, como matriz das teorias do partido sobre o país, é preciso dizer que uma teorização mais sistemática só será empreendida a partir da segunda metade dos anos 50.¹³³

Essa visão do Brasil está formulada na chamada “Declaração de Março”, publicada pelo Comitê Central em 1958. Esse texto reconhecia que o país vivia um momento crítico da transição de sua origem colonial feudal para uma sociedade plenamente capitalista. Nesse processo, de desenvolvimento econômico e aprofundamento da democracia, o PC – na qualidade de vanguarda da classe operária – deveria integrar uma ampla frente nacionalista e poli-classista, à qual levaria adiante, contra os obstáculos do latifúndio feudal e do imperialismo, as reformas necessárias.

Calcada nos estudos de intelectuais vinculados ao partido, a formulação acima exposta forneceu ao amplo movimento nacionalista que então ganhava corpo, segundo Brandão, uma compreensão sistemática do processo histórico pelo qual passava o país. Esse mérito fez com que o PCB se tornasse, ao lado do ISEB e a CEPAL, a principal matriz ideológica da esquerda do pré-64.¹³⁴

Outro elemento que ajuda a entender a esfera de influência alcançada pelo partido na virada dos anos 50 para os 60 foi, como acima mencionado, sua abordagem pragmática da política, calcada na construção de alianças amplas e no estabelecimento de objetivos intermediários. Brandão ressalta, entretanto, que essa não é uma característica constante da atuação do PCB. Pelo contrário, durante boa parte de sua história a organização teria pendido para o outro extremo, desenvolvendo uma política sectária, calcada em objetivos abstratos, e que conduziu o PC ao isolamento (como no momento da Revolução de 1930 ou durante o segundo Governo Vargas, 1950-1954).¹³⁵

Não se pretende fazer uma discussão exaustiva da história do PCB, nem muito menos entrar nas polêmicas sobre seu legado político-ideológico. Como essas indicações

¹³² del Roio, Marcos: *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A Política de Alianças do PCB (1928-1935)*, Op. Cit., pp. 191-249.

¹³³ Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 47. O autor encara o conjunto das teses do PCB sobre a realidade nacional como sendo decalques das teses sobre os países “coloniais, semi-coloniais e dependentes”, aprovadas naquele congresso. Não vê, portanto, variações significativas na elaboração teórica da organização.

¹³⁴ Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista*, Op. Cit., p. 233.

¹³⁵ *Idem*, p. 235-236.

sumárias, procurou-se apontar os lineamentos básicos da cultura política comunista, tal qual ela se constituiu no Brasil, para, então, poder localizar Caio Prado Jr. em seu interior.

3.2. O polêmico lugar de Caio Prado Jr. na tradição comunista

Em que pese a filiação do autor aqui estudado, não apenas ao marxismo mas ao próprio PCB, sua inclusão nessa vertente não é algo pacífico. Basta dar uma olhada na bibliografia que trata de sua obra para ver que a ênfase recai freqüentemente sobre as descontinuidades e rupturas entre Caio Prado e o PCB.¹³⁶

O que mais aparece, de modo geral, é o caráter “heterodoxo”, “crítico”, “dissidente” ou “deslocado” da obra pradiana em relação ao marxismo dominante no Movimento Comunista e seus intelectuais (Passos Guimarães, Werneck Sodr e mesmo Rangel). Diga-se de passagem, que nessa demarcação valoriza-se positivamente Caio Prado em detrimento de seus interlocutores comunistas e aproxima-se o autor do marxismo acadmico, desenvolvido no Brasil a partir dos anos 1960 (em especial na USP).

Fernando Novais, por exemplo, principal discpulo de Caio Prado Jr. na historiografia brasileira, em artigo sobre o autor de *Formao do Brasil Contemporneo*, afirma que Caio Prado, no perodo anterior Revoluio Cubana – no qual o marxismo teria sido hegemonizado pelo stalinismo – foi uma voz crtica solitria e precursor da teoria da dependncia, que na qualidade de “crtica economia poltica da CEPAL”, teria surgido na dcada de 1960 como contribuio original dos marxistas latino-americanos.¹³⁷

Raciocnio similar desenvolvido pelo crtico literrio Roberto Schwarz, em um ensaio de balano do seminrio de *O Capital*, realizado no final da dcada de 1950 por um grupo de jovens intelectuais da USP. Em seu texto, Schwarz atribui a este grupo o

¹³⁶ Para uma rpida reviso poderamos arrolar: Novais, Fernando: “Caio Prado Jr Na Historiografia Brasileira”, *Op. Cit.*, Rgo, Rubem Murilo: *Sentimento do Brasil, Campinas, Ed. Unicamp, 2000.*; Santos, Raymundo: *Caio Prado Jr: na A Cultura Poltica Brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad-Faperj, 2001.; Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalizao do Marxismo no Brasil*, *Op. Cit.*; Paulo Martinez *A Dinmica de Um Pensamento Crtico* *Op. Cit.* H ainda a obra coletiva organizada por Maria ngela Dincao, *Histria e Ideal: Estudos Sobre Caio Prado Jr*, *Op. Cit.* H tambm uma biografia intelectual cf. Iumatti, Paulo: *Caio Prado Jr.: um perfil intelectual*. So Paulo, Brasiliense, 2007. Por fim, h tambm recente biografia escrita por Lincoln Secco: *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revoluo*, So Paulo, Boitempo, 2008.

¹³⁷ Novais, Fernando: “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”, *op. cit.*, p. 25. Significativamente, o outro intelectual que, ao lado do historiador brasileiro, teria dado uma contribuio original pioneira, teria sido justamente Jos Carlos Maritegui

pioneirismo na teorização marxista no Brasil, afirmando que, antes do seminário, o marxismo brasileiro não ia além da ortodoxia do PCB, tendo como única exceção a obra de Caio Prado Jr.¹³⁸

Não por acaso, tanto Novais quanto Schwarz participaram do seminário de *O Capital*, como demais figuras de relevo do marxismo acadêmico, o qual se desenvolve no país a partir dos anos 1960. É sabido que Caio Prado exerceu influência direta sobre a formação daquele novo marxismo que iria se consagrar com as “teorias da dependência”.¹³⁹ Todavia, o que cabe ressaltar é que a insistência na polarização entre Caio Prado e o PCB é mais a reivindicação de um legado *a posteriori* do que uma maneira de se entender a obra do historiador paulista.

O objetivo desta seção não é negar completamente essa abordagem, que se apóia solidamente em referências explícitas na obra do autor, mas sim procurar entender outro lado do problema: isto é, em que medida pode-se entender a “dissidência” de Caio Prado por meio de seu pertencimento ao PCB. Ou, dito de outro modo, enfatizar a continuidade, e não a descontinuidade, entre o historiador e o “marxismo de matriz comunista”. Trata-se, pois, de se perguntar pelo lugar do pensamento de Caio no interior dessa tradição, política e intelectual, à qual inequivocamente pertenceu.

Essa abordagem não é inteiramente nova. Tanto Ricupero, quanto Martinez, embora não a sigam, estando mais identificados com a primeira linha interpretativa, fornecem elementos interessantes nesse sentido. Raymundo Santos foi quem seguiu mais longe nesse caminho, fazendo das relações entre Caio Prado Jr. e o PCB o cerne de suas investigações.¹⁴⁰ Mais recentemente, a biografia de Secco, também aponta para a necessidade, como se verá no último capítulo, de localizar Caio Prado no interior da cultura política do PCB.¹⁴¹ O esforço aqui empreendido será no sentido de aprofundar essa pista para melhor situar e compreender a originalidade de Caio Prado Jr..

Nesse sentido, é interessante retomar os comentadores citados. Santos sustenta que o autor de *A Revolução Brasileira* pode ser considerado como figura aglutinadora de um grupo de comunistas, que como ele, eram deslocados em relação à direção do PCB, reunidos em torno da *Revista Brasiliense* – editada por Caio Prado e Elias Chaves Neto entre 1955-1964. Embora não tenha tido funções políticas relevantes no partido, pode-se reconstituir suas intervenções nos debates partidários, como no V Congresso de

¹³⁸ Schwarz, Roberto: “Um Seminário de Marx”: In. *Idem: Sequências Brasileiras*, São Paulo, Companhia das Letras, 1999, p. 90.

¹³⁹ *Idem*, p. 94.

¹⁴⁰ Cf. Santos, Raymundo: *Caio Prado Jr. Na Cultura Política Brasileira*, Op. Cit., pp. 13-17.

¹⁴¹ Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revolução*, Op. Cit.

1960 no tocante à política agrária do partido. Essas intervenções, segundo Santos, guardam estreita conexão com as formulações presentes na historiografia pradiana.¹⁴² Ricupero, por seu turno, mostra como o programa político defendido pelo autor de *A Revolução Brasileira* (1966) – livro bem conhecido por sua agressiva polêmica com o PCB – se aproxima daquele defendido pela ANL (Ação Nacional Libertadora) nos anos 1930: consolidação de uma economia propriamente nacional, voltada para o mercado interno e integração dos trabalhadores rurais à vida social e política do país.¹⁴³

A ANL, aliás, será uma experiência fundamental para o historiador paulista. Em primeiro lugar, como apontado anteriormente, ocupará nela uma posição de destaque como organizador político, algo raro em sua trajetória. Em segundo lugar, reterá dela a importância de um amplo movimento popular de massas que impulse reformas capazes de democratizar a vida política e social do país, base, como se verá mais adiante, da concepção de revolução defendida em 1966.¹⁴⁴

Já Carlos Nelson Coutinho, em artigo que não pode ser considerado antipático ao autor, sublinha que o estoque de categorias marxistas mobilizadas por Prado Jr. era limitado, não indo muito além daquilo que estava disponível entre os anos 1930 e 1940.¹⁴⁵ É bom lembrar, nesse sentido, que, em uma entrevista de Prado Jr. à *Revista Acadêmica* em 1934, quando perguntado sobre as leituras mais importantes para um socialista, predominaram as obras de cunho didático, como o *Tratado de Materialismo Histórico* de N. Bukarin.¹⁴⁶¹⁴⁷ Por fim, Jacob Gorender afirma que, além de nunca ter sido expulso ou ter rompido abertamente com seu partido, Caio Prado aceitou a disciplina interna, embora mantivesse sua postura crítica. Para Gorender, o que havia entre o historiador e seu partido era uma espécie de “casamento de conveniências”. Se, por um lado, Caio Prado era um dos poucos grandes intelectuais comunistas com

¹⁴² Santos, Raymundo: *Caio Prado Jr. Na Cultura Política Brasileira*, Op. Cit., pp. 17-44 e 47-79

¹⁴³ Ricupero Op. Cit. e Martinez

¹⁴⁴ Prado Jr., Caio: “O Programa da ANL”, publicado originalmente em *A Platéia*, 3 de agosto de 1935. In. *Revista Escrita Ensaio*, Vol. 4, No. 10, 1983, p. 135.

¹⁴⁵ É preciso, entretanto, ter cautela na caracterização da *Revista Brasiliense* como polo aglutinador de comunistas dissidentes. Afinal, seus redatores evitaram críticas diretas à linha oficial do PC, ao mesmo tempo em que procuravam desvincular a publicação do partido. Sobre a *Revista Brasiliense* cf. Limongi, Fernando P.: “Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. E A Revista Brasiliense”, Op. Cit.

¹⁴⁶ Cf. Martinez, Paulo: *A Dinâmica de Um Pensamento Crítico*, Op. Cit. Além de Bukarin, Caio citou, de Lênin, *O imperialismo: fase Superior do Capitalismo*, *O Estado e A Revolução*, *Princípios de economia política*, dos soviéticos Lapidus e Ostrovichianov e *O Estado e O Socialismo*, do “socialista de cátedra” austríaco Anton Menger.

¹⁴⁷ Cf. Coutinho, Carlos Nelson: “Uma Via ‘Não Clássica’ Para O Capitalismo”, Op. Cit. Cabe lembrar que é preciso ter cautela quanto às referências intelectuais de Caio Prado pois o autor não era dado a citações teóricas. Bukharin, além de ter sido mencionado explicitamente, também teve a obra referida traduzida por Prado Jr..

destaque na cultura brasileira, por outro, o autor sempre respeitou a disciplina interna e, até 1966, evitou a discordância pública e frontal em relação à linha oficial.

Creio que essa figura de linguagem, “casamento de conveniência”, não é adequada para entender a permanência de Caio no PCB. Se se quiser manter a analogia com os matrimônios, melhor seria “casamento para a vida inteira”. É bom lembrar que o autor aderiu ao comunismo em plena década de 30, período no qual a simbologia da, ainda recente, Revolução de Outubro ainda estava viva, alimentada pela constante crise política social e econômica do “Entre Guerras”.

Tais elementos culturais, somados à cultura bolchevique do “partido de vanguarda”, cujos membros deveriam ser revolucionários devotados, davam ao militante comunista, no dizer de Hobsbawm: “(...) a excepcional têmpera do bolchevismo, sem precedentes em movimentos não-religiosos”¹⁴⁸ Dessa maneira, a adesão e permanência do historiador paulista por décadas em um partido, de cuja visão de país tinha importantes discordâncias, só pode ser entendida se se tiver em mente essa dimensão de “crença” política. Coutinho, por seu turno, no ensaio acima mencionado, lembra que, embora avançando além da ortodoxia em diversas questões, Caio foi um comunista de seu tempo em outras, como a pouca valorização do papel da democracia política.¹⁴⁹

O fato de Caio Prado ter permanecido mais de trinta anos no PCB não é algo desprezível para entender sua obra. Basta lembrar que outros contemporâneos seus como Mário Pedrosa, Hermínio Sacchetta, Lívio Xavier ou Heitor Ferreira Lima escolheram ou foram forçados a trilhar o caminho da dissidência aberta e integraram as fileiras dos minúsculos grupos trotskistas ou da Esquerda Democrática. Esse era um caminho duro, porém não impossível, e o historiador não o escolheu.

Se a trajetória política de Caio Prado o vincula ao Partido Comunista e ao marxismo-leninismo, resta a pergunta de até que ponto esse vínculo biográfico pode ser encontrado na própria obra do autor. Sem dúvida, trata-se de uma questão difícil, não apenas pela dissidência aberta expressa em obras como *A Questão Agrária no Brasil* e *A Revolução Brasileira*, mas pela própria maneira com que o autor compunha seus textos.

Como é sabido, Caio Prado não era dado a citações teóricas. Em seu principal livro, *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) a grande maioria das referências,

¹⁴⁸ Hobsbawm, Eric J. : *Revolucionários: Ensaios Contemporâneos*, Op. Cit., p. 18.

¹⁴⁹ Ambos em Dincao, Maria Ângela (org.): *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.*, Op. Cit.

como ficou dito acima, se limitam a fontes e documentos do período abordado (final do século XVIII ao início do XIX). Quanto aos poucos autores citados, não há qualquer referência a figuras importantes da tradição marxista, bem como quase não se registra o uso explícito de conceitos marxistas. Diante dessas lacunas, faz-se necessário examinar as categorias e termos-chave que organizam a reflexão do autor. Aqui, entretanto, um primeiro exame parece reforçar o afastamento de Caio Prado Jr. da tradição intelectual comunista.

Em sua primeira obra, *Evolução Política do Brasil* (1933), o autor ainda utiliza o termo “latifúndio” para caracterizar a grande propriedade rural do período colonial.¹⁵⁰ No entanto, já aparece sua divergência em relação às formulações da IC ao atribuir um caráter mercantil à empresa colonial e, com base nisso, afirmar que “o primeiro ensaio de feudalismo” – representado pelas Capitanias hereditárias – “não vingou”.¹⁵¹

O emprego de um vocabulário próximo ao da ortodoxia reaparece nos artigos dedicados à exposição do programa da Aliança Nacional Libertadora. Ali, além da expressão “latifúndio”, aparecem outras como “semi-colônia”, para definir o lugar do Brasil no capitalismo internacional, ou “camponeses”, para designar a força de trabalho rural.¹⁵²

Se o termo ortodoxo latifúndio ainda é empregado no inovador ensaio de estréia e nos artigos de 1935, isso já não acontece na obra fundamental de 1942, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Ao caracterizar a economia colonial, o historiador paulista abandona o termo latifúndio, pois este não dava conta da especificidade das relações de produção típicas da colônia e não as diferenciava de formas feudais. Em seu lugar aparece o termo “grande exploração”, isto é, a produção em larga escala, voltada para o mercado externo, em grandes unidades territoriais e com o emprego de mão-de-obra dependente (no caso da colônia, tratava-se de trabalho escravo). Essa combinação de produção mercantil, grande base territorial e trabalho servil, ia muito além da agropecuária, caracterizando também a mineração e as atividades extrativas. Ou seja, a grande exploração era a célula básica da empresa colonizadora, tudo o mais lhe sendo subsidiário, acessório ou marginal.¹⁵³

¹⁵⁰ Sobre a coincidência do vocabulário de *Evolução Política do Brasil* com aquele empregado pelos textos oficiais do PCB, cf. Martinez, Paulo: *A Dinâmica de Um Pensamento Crítico*, Op. Cit.

¹⁵¹ Prado Jr., Caio: *Evolução Política do Brasil*, Op. Cit., pp. 113-123.

¹⁵² Idem.: “O Programa da ANL”, publicado em *A Platéia*, 26 de julho de 1935. In. *Revista Escrita Ensaio*, Op. Cit., pp. 120-122.

¹⁵³ Idem, *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, Op. Cit., pp. 113-123

Essa conceituação das relações sociais de produção coloniais será decisiva para as posteriores divergências do autor em relação a seu partido. A persistência da grande exploração, em que pese a independência e a abolição da escravidão, como forma dominante no campo brasileiro, levará o autor a considerar o campesinato – entendido como produtores parcelários e independentes – como residual, sendo a maior parte da população rural (em meados do século XX) constituída de trabalhadores assalariados ou semi-assalariados.¹⁵⁴

Desse modo, sendo a grande empresa agro-mercantil dominante no meio rural, não faria sentido falar em “restos feudais”, a serem removidos para o avanço do capitalismo no campo. Mais do que isso, o cerne da “questão agrária” brasileira não seria a reivindicação da terra pelos camponeses, mas sim a melhoria das condições de trabalho e de vida dos assalariados e semi-assalariados, que reverterse sua dependência em relação aos empregadores. Desse modo, a contradição fundamental nas relações de produção do campo seria entre capital e trabalho e a principal política a ser adotada seria a extensão da legislação social e trabalhista ao meio rural.¹⁵⁵

Diante desses bastante conhecidos e debatidos posicionamentos caiopradianos no interior da controvérsia feudalismo/capitalismo, poder-se-ia acreditar que não há, no interior da reflexão teórica do historiador paulista, elementos substantivos que o liguem ao marxismo de matriz comunista. Deste ponto de vista, o pertencimento de Caio Prado Jr. ao Partido Comunista seria um elemento “externo” sem maiores repercussões sobre sua obra, produto apenas de circunstâncias biográficas. Contudo, esse ponto de vista é, como se verá a seguir, equivocado, não contribuindo para entender a produção do autor em seu tempo, condição essencial para a sua compreensão. Para mostrar o contrário, é interessante retomar a categoria central para toda a teorização do autor: isto é, a noção de “sentido da colonização”.

Formulada no primeiro capítulo de *Formação do Brasil Contemporâneo*, a idéia de “sentido da colonização” aponta para o dilema crucial da formação social brasileira. Constituída como empresa mercantil voltada para o abastecimento do mercado mundial nascente, a sociedade colonial começa a ganhar contornos de uma formação nacional específica. É das contradições entre a estrutura da economia colonial, em crise, e da nação, ainda em formação, que o processo histórico brasileiro extrai seu sentido.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Idem, *A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2000, pp. 15-85

¹⁵⁵ Idem, pp. 86-127

¹⁵⁶ Idem, *Formação do Brasil Contemporâneo*, Op. Cit., pp 3-28

Mais de vinte anos mais tarde, no capítulo inaugural de *A Revolução Brasileira*, Caio Prado alerta para o fato de que não se deveria buscar uma caracterização da Revolução Brasileira por meio de um rótulo *a priori* – “democrático-burguesa” ou “socialista-proletária”, mas sim a partir da sua tarefa histórica: completar a construção da nação, superando-se a economia colonial, que dirigia o aparelho produtivo do país para o mercado externo e não para a satisfação das necessidades da massa da população.¹⁵⁷ Vê-se que o problema da nação e dos obstáculos do passado colonial à sua concretização são os temas que articulam o conjunto das preocupações do marxista brasileiro. “Questão nacional” e “questão agrária” são os dois problemas mais relevantes da transição de uma estrutura subordinada e complementar em relação ao capitalismo internacional para outra, que internalize os dinamismos econômicos e que seja capaz de integrar a população trabalhadora à vida social e política do país.¹⁵⁸ Desse modo os termos, temas e problemas que articulam o pensamento do autor – “colônia”, “nação”, “questão agrária” e “imperialismo” etc. – são os mesmos que articulam a teoria e a prática dos comunistas, não apenas no Brasil, mas em toda a periferia capitalista.

Como se viu na seção anterior, o triunfo da Revolução Russa e o conceito de auto-determinação cunhado por Lênin atraíram para a órbita da IC intelectuais e militantes nacionalistas do mundo colonial e da periferia capitalista em geral. Daí surge um marxismo que teoriza não apenas sobre, mas também a partir da condição periférica, o qual pode ser tratado como verdadeiro “contexto ideológico” diferente daquele caracterizado pelo chamado “marxismo ocidental”.

Assim, por seus vocabulário, termos, esquemas, temas e preocupações a obra de Caio Prado Jr. é parte integrante legítima daquele marxismo de matriz comunista, que tem em Lênin e na Revolução Russa seus pontos de partida. Pode-se dizer que o caráter inovador ou dissidente da produção do historiador brasileiro está no fato de que ele, por dentro dessa linhagem de pensamento, procurou criticar e reorientar sua ortodoxia, traduzindo-a para a realidade brasileira, inapreensível pelos esquematismos mais rígidos e formulados tendo em vista realidades históricas muito diferentes.

Se as críticas de Caio Prado à teoria dos “restos feudais” e à política de aliança com a burguesia nacional o aproximam de correntes ideológicas como os trotskistas e os luxemburguistas, isso não deve obscurecer o fato de que sua elaboração teórica faz parte

¹⁵⁷ Idem.: *A Revolução Brasileira*, Op. Cit., pp. 1-32

¹⁵⁸ Cf. Rêgo, Rubem Murilo Leão: *Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr., Continuidades e Mudanças no Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*, Op. Cit., pp. 160-163.

do campo ideológico comunista, constituindo, em realidade, uma radicalização deste, apoiada na “questão nacional” e em uma visão econômico-social da democracia.¹⁵⁹

Por fim, esse pertencimento de Caio Prado à tradição comunista fica patente na maneira pela qual o autor aborda o “socialismo real”. De suas viagens à URSS, à Checoslováquia, Polônia e à China resultarão os seguintes trabalhos: *URSS: Um Novo Mundo* (1934), *As Democracias Populares* (1950) e *O Mundo do Socialismo* (1962). Nessas obras não se lê qualquer crítica ao modelo de construção do socialismo implantado nesses países. A planificação estatal centralizada era para o historiador brasileiro um exemplo de desenvolvimento econômico a ser seguido. Cabe ainda registrar a ausência de Prado Jr. nos debates no interior do PCB, que se seguiram ao XX. Congresso do PCUS (1956). Portanto, embora criticasse a aplicação mecânica das concepções da IC à realidade brasileira, o historiador paulista compartilhava com seus companheiros de partido a visão da URSS como modelo de sociedade socialista¹⁶⁰.

Em suma, o marxismo de Caio Prado Jr. se nutriu, em grande medida, das mesmas fontes e questões que o da maioria dos intelectuais vinculados ao PCB. Mais do que isso, faz parte da empreitada cultural que o partido foi capaz de articular no Brasil entre os anos 30 e 60, a qual é fundamental para a compreensão do cenário intelectual brasileiro do período.¹⁶¹

Se as obras de Marx e Engels eram pouco difundidas, se as categorias utilizadas eram ralas e esquemáticas, se a dialética foi pouco ou nada compreendida, a pergunta interessante é: aonde foi capaz de chegar Caio Prado com os recursos intelectuais dos quais dispôs? Se o “marxismo acadêmico” do período seguinte contou com mais e melhores traduções, rigor metodológico e as leituras do “marxismo ocidental”, o fato de este ter bebido abertamente na obra de Prado Jr. já nos dá uma pista sobre a resposta.

Como já ficou dito, está longe das intenções deste trabalho propor uma abordagem completamente nova, mas sim explorar uma que, embora existente, não foi muito utilizada. Parte-se da sugestão de que, para entender a singularidade do

¹⁵⁹ Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do PCB (1922-1964)*, *Op. Cit.*, pp. 219-220

¹⁶⁰ Cf. Santos, Raymundo: *Caio Prado Jr. na Cultura Política Brasileira*, *op.Cit.*, pp. 107—127.

¹⁶¹ Se se tiver em mente a ampla lista de literatos, artistas plásticos, músicos (tanto populares quanto clássicos), teatrólogos e atores, cientistas naturais, além de historiadores e cientistas sociais que foram vinculados ao PCB, ter-se-a uma idéia da influência dessa intelectualidade no país, muito superior à sua expressão eleitoral ou sindical. Cf. Brandão, *Op. Cit.* Caps. 6 e 7, PP. 195-251. Para uma análise pormenorizada da inserção do PCB no mundo da cultura brasileira e de suas relações com os intelectuais cf. Rubim, Antônio Albino Canellas: “Intelectuais, Marxismo e Cultura no Brasil”, *In. Moraes, João Quartim* (org.): *História do Marxismo no Brasil*, Campinas, Editora da Unicamp, 2001, Volume III., pp. 373-465.

pensamento caio-pradiano, tão ou mais interessante do que as discontinuidades, são as continuidades.

3.3. Mariátegui e A Internacional Comunista na América Latina

Como se mencionou no começo deste capítulo, José Carlos Mariátegui, ao contrário de Caio Prado, não encontrou em seu país um Partido Comunista já constituído. Aliás, o revolucionário peruano é tido por muitos como o fundador do PC de seu país, o que, como se verá no último capítulo desta dissertação, é uma das grandes polêmicas envolvendo seu legado. Seja como for, é inequívoco que o âmbito no qual se deve inserir a atuação de Mariátegui como comunista é o da III. Internacional dos anos 20. É, portanto, para a análise da atuação da IC no continente latino-americano no período assinalado que se voltará a presente sessão.

Antes de mais nada, fazem-se necessárias algumas precisões. A Internacional Comunista foi fundada em 1919 em Moscou com o expresso objetivo de dirigir a Revolução Proletária mundial, que os leninistas – recém vitoriosos na Rússia – julgavam em curso. Desse modo, a IC nasceu dedicada à “exportação” do modelo de revolução que os bolcheviques haviam levado a cabo em outubro de 1917.

O nome “III. Internacional” era uma maneira explícita para diferenciá-la de suas antecessoras: a I. Internacional (1867-1872) e a II. Internacional (fundada em 1889). Esta última, a Internacional dos partidos social-democratas – de cuja cisão em 1914 os comunistas haviam emergido – era, obviamente, a organização da qual mais claramente a IC pretendia se distanciar.¹⁶² Tal distanciamento não se dava apenas por meio de seu objetivo expresso, mas também por meio de sua estrutura organizacional. Se sua antecessora se organizara como uma federação de partidos nacionais, os comunistas conceberam sua entidade como um partido unitário em escala mundial, cujos partidos nacionais afiliados não seriam mais do que sessões locais.¹⁶³

Este ponto merece destaque pois é essencial para entender, não só como os comunistas de todo o mundo lidavam com o *Comintern*, mas também como este encarava os PCs e as realidades específicas nas quais atuavam: isto é, como enquadrados em uma estratégia revolucionária única à qual as peculiaridades das situações nacionais ou regionais, mesmo que eventualmente fossem reconhecidas,

¹⁶² Caballero, Manuel: *La Internacional Comunista y La Revolución Latino-Americana*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1987, p. 21 e pp. 25-31.

¹⁶³ *Idem.*, pp. 31-37..

deveriam estar subordinadas.¹⁶⁴ A rigidez que daí derivava acabou sendo, provavelmente, uma das grandes razões das dificuldades que os comunistas encontraram para se enraizarem firmemente na vida política de seus países. Talvez a ilustração mais cabal dessa dificuldade sejam, justamente, os PCs latino-americanos.

Como tive ocasião de mencionar, as atenções do *Comintern* se voltaram para a periferia do capitalismo após o fracasso da onda revolucionária na Europa, o qual ficara claro após 1921 e foi oficialmente reconhecido no IV. Congresso da IC em 1922. A primeira parcela dessa periferia que captou a atenção da IC foi a Ásia. Num primeiro momento, o Oriente Médio, pela proximidade e importância geo-política para o novo Estado Soviético e, em seguida, será o extremo-orient, especialmente a China, pelas grandes dimensões que ganhara o movimento revolucionário daquele país. Como ressaltava Schlessinger, a Revolução Chinesa será, no decorrer dos anos 20, o modelo a partir do qual a IC pensará o conjunto do que denominava como “mundo colonial e semi-colonial”.¹⁶⁵

Assim, no IV Congresso, no qual se formulou a tática de “frente única” proletária com os social-democratas para defender a classe operária da reação capitalista que se armava nos países avançados, se delineou uma tática análoga para os países coloniais. Tratava-se da “frente única anti-imperialista” na qual os comunistas deveriam aliar-se aos movimentos nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses que se opusessem ao domínio imperialista e sua aliança com os grandes proprietários feudais, cujo exemplo principal seria a colaboração dos comunistas chineses com o Partido Nacionalista (*Kuomintang*). Essa tática teve grande importância para a América Latina, pois esteve, dois anos mais tarde, na base da fundação da Aliança Popular Revolucionária Americana (A.P.R.A) de Victor Raúl Haya de La Torre, tema ao qual se retornará nos dois últimos capítulos.

Todavia, essa valorização do potencial revolucionário da periferia, em especial do extremo-orient, não implicou um imediato reconhecimento da América Latina como uma região importante. É verdade que, já em 1921, o *Comintern* já publicara um manifesto intitulado “Sobre A Revolução na América: Chamado À Classe Operária das Duas Américas”.¹⁶⁶ Neste panfleto, a IC reconhecia a importância crescente do imperialismo estado-unidense, em franca asensão como principal potência mundial. Nas

¹⁶⁴ *Idem., Ibidem.*

¹⁶⁵ Schlessinger, Rudolf: *La Internacional Comunista y El Problema Colonial*, *Op. Cit.*, pp. 43-53.

¹⁶⁶ O documento é assinado pelo Comitê Executivo da IC e foi publicado originalmente em *L'Internationale Communiste*, no. 15, janeiro de 1921, pp. 3311-3314 e 3321-3324. Texto retirado de Löwy, Michael (org.): *O Marxismo na América Latina*, *Op. Cit.*, pp. 77-83.

palavras do manifesto: “(...) de fato, a América do Sul é uma colônia dos Estados Unidos, fonte de matérias-primas, de mão de obra barata e, naturalmente, de fabulosos lucros. Seu imenso território, ainda inexplorado, absorve máquinas americanas e serve de campo de exploração para os industriais americanos”¹⁶⁷

Se, antes da 1ª. Guerra Mundial, os EUA sofriam a concorrência da Inglaterra, Alemanha e França no domínio da região, o conflito bélico teria deixado os estado-unidenses em uma posição de completa hegemonia política e econômica na América do Sul. Essa base colonial serviria ao capitalismo dos EUA de ponto de partida para seus planos de predomínio mundial, sendo esta a principal ameaça à Revolução proletária internacional.¹⁶⁸

Diante deste perigo, os operários das duas Américas eram exortados a se unirem em uma luta comum contra o imperialismo. Após denunciar a “traição” dos socialistas, o documento sustenta que a tarefa mais urgente do proletariado sul-americano: “(...) consiste, sobretudo, em organizar em cada país da América do Sul um Partido Comunista decidido e consciente, que tenha uma idéia clara de seus objetivos. Este partido não precisa ser poderoso desde a sua formação, importa apenas que tenha um programa claro e preciso, que crie uma agitação clara em favor dos princípios e da tática revolucionários e que seja implacável com os que enganam e atraíam as massas”¹⁶⁹

O documento caracteriza a América do Sul como uma região essencialmente agrícola, na qual a massa camponesa vive em grande miséria, explorada pelos latifundiários. Assim, a questão agrária seria central para promover a aliança entre o proletariado e os “camponeses pobres” na luta contra os proprietários rurais e a burguesia.¹⁷⁰ Cada revolução em um país sul-americano desencadearia, ainda segundo o manifesto, uma reação do imperialismo dos EUA, o que obrigaria à uma intervenção revolucionária da classe operária norte-americana. Desse modo o processo revolucionário no continente americano era concebido como um só, e nele caberia ao proletariado do sul a função de “apoio” ao proletariado estado-unidense ao qual caberia o papel de protagonista.¹⁷¹

¹⁶⁷ *Idem.*, p. 78. É importante notar que o termo “América do Sul” é empregado, aqui, com o sentido de “América Latina”, incluindo o México e a América Central.

¹⁶⁸ *Idem.*, p. 79.

¹⁶⁹ *Idem.*, p. 80.

¹⁷⁰ *Idem.*, pp. 81-82. É interessante notar que não é feita nenhuma menção ao “feudalismo” na América Latina.

¹⁷¹ *Idem.*, p. 82. Embora isso não seja textualmente afirmado, essa linha de raciocínio fica clara quando o documento vincula a viabilidade de uma revolução na América do Sul à “intervenção revolucionária” dos operários dos EUA.

Cabe enfatizar que a palavra “América Latina” se quer foi usada e, que um movimento da magnitude da Revolução Mexicana foi desprezado, sendo incluído entre as agitações que “não dizem respeito diretamente às massas”.¹⁷² No que tange à elaboração teórica sobre as formações sociais da região não se irá, antes de 1928, muito mais longe.

No IV. Congresso foi aprovado um outro manifesto, cujo título era “Aos Operários e Camponeses da América do Sul”.¹⁷³ Aqui, mais uma vez, se começa por afirmar o papel crucial que o imperialismo dos EUA passou a representar após a 1ª. Guerra como principal potência e bastião da reação capitalista mundial.¹⁷⁴ Outro tema que reaparece é a função da América do Sul como base mais sólida do capitalismo estado-unidense, o qual a controlaria por meio de seus empréstimos e investimentos de capitais. Segundo o texto: “A união panamericana da burguesia é um fato evidente, assim como seu objetivo de manter os privilégios de classe e o regime de opressão.”¹⁷⁵

Dessa maneira, o *Comintern* dá ênfase ao entrelaçamento de interesses entre o imperialismo dos EUA e as burguesias nacionais latino-americanas. Daí se conclui que o dever do proletariado e do campesinato sul-americanos seria o de lutar contra suas burguesias e a dominação norte-americana. Repete-se, aqui, a importância do apoio que poderia ser prestado pelo proletariado dos EUA e a necessidade de se organizarem sessões da Internacional na região.¹⁷⁶

É digno de nota o fato de o manifesto enfatizar a vinculação entre as burguesias nacionais e o imperialismo e a necessidade de a aliança operário-camponesa opor-se à estas últimas. Assim, o IV. Congresso parece não incluir a América do Sul na estratégia de frente única anti-imperialista que propunha para os países coloniais. Em realidade, o *Comintern* não tinha uma clara formulação à respeito da América Latina, nem mesmo uma estratégia definida para o sub-continente. Esse esforço de teorização será empreendido, como se verá adiante, no VI. Congresso, no qual se incluirá a região em uma resolução a respeito do mundo colonial e semi-colonial.

Antes da publicação destes panfletos, os quais provavelmente não tiveram grande repercussão entre os latino-americanos, já começara um processo de constituição de Partidos Comunistas na região. O primeiro foi o da Argentina (1918), o qual resultou

¹⁷² *Idem.*, p. 80.

¹⁷³ Publicado originalmente em *La Correspondance Internationale*, no. 2, 20 de janeiro de 1923, pp. 26-27. Retirado de Löwy, Michael (org.): *O Marxismo na América Latina, Op. Cit.*, pp. 83-85.

¹⁷⁴ *Idem.*, p. 83.

¹⁷⁵ *Idem.*, p. 84.

¹⁷⁶ *Idem.*, p. 85.

de uma fração do Partido Socialista daquele país. Dois anos mais tarde (1920) o Partido Socialista Uruguaio decide, por ampla maioria, se transformar em Partido Comunista, movimento que também foi feito pelo Partido Socialista Operário do Chile, no ano seguinte. Ainda em 1921, um grupo de ex-anarquistas e militantes estrangeiros fundaria o Partido Comunista do México. Já em 1922, como já se viu, será fundado o PC do Brasil, também por ex-anarquistas. Em 1925, será fundado o Partido Comunista Cubano, muito influenciado pelo movimento estudantil que se originara na luta pela Reforma Universitária. Em 1924 e 1926 se formaram, respectivamente, o Partido Socialista do Equador e o Partido Socialista Revolucionário da Colômbia, ambos por iniciativa das organizações sindicais e reivindicando filiação à IC. Em 1928 o grupo organizado em torno de Mariátegui fundará o Partido Socialista do Peru, o qual também professava sua fidelidade à linha do *Comintern*. Por fim, um pequeno grupo irá, em 1929, formalmente, criar o PC do Paraguai. Havia, ainda, grupos de comunistas atuando em organizações mais amplas em países como Venezuela, Bolívia e Panamá.¹⁷⁷

Esse quadro das sessões da IC que foram sendo criadas no sub-continente aponta para origens, composição social e matrizes ideológicas bastante distinta entre si. Assim, ao contrário do que sustentam autores identificados com o anti-comunismo, os PCs latino-americanos não são obra de “agentes” da IC ou da URSS. Para enfatizar essa “origem local” fiz questão de empregar aqui as datas de fundação dessas agrupações e não sua data de aceitação pela IC.

Se os PCs podem ser tidos, seguindo a sugestão de Caballero, como “produtos locais” inspirados pela Revolução Russa e pelo *Comintern*, isso não equivale a dizer que tinham implantação real na vida política de seus países. Pelo contrário, em sua grande maioria tratavam-se de pequenos grupos com pouca ou nenhuma inserção nas massas populares. Com as notáveis exceções do Chile e de Cuba, nenhum dos PCs latino-americanos chegará a ser, durante a existência do *Comintern* (1919-1943), organizações de massas. No caso da Colômbia e do Equador, seus partidos mantiveram alguma inserção na vida política de suas sociedades. Na primeira sessão do presente capítulo, viu-se como os brasileiros, após o ingresso de Prestes, começaram um processo, ainda que truncado, de implantação na cultura política nacional. Os demais partidos, inclusive o argentino - aquele que a IC mais valorizava - , mantiveram-se

¹⁷⁷ Caballero, Manuel: *La Internacional Comunista y La Revolución Latino-Americana*, Op. Cit., pp. 76-92.

afastados, quando não em franco desacordo, em relação aos movimentos populares de seus países.¹⁷⁸

Dessa implantação nacional precária decorria o fato de os PCs, para sua sobrevivência, dependerem do reconhecimento formal da IC. Se não eram partidos com grande capacidade de mobilização, pelo menos podiam afirmar-se como parte das fileiras do grande exército da Revolução Mundial. Assim, a presteza dos dirigentes comunistas latino-americanos em se conformarem às decisões e exigências da Internacional não foi mera obra do dogmatismo, mas sim, em muitos casos, uma decisão racional.

É um quase consenso entre os intérpretes que o VI. Congresso da IC marca o “descobrimento” da América Latina por parte daquela entidade. Foi essa a terminologia empregada por Bukárin, então presidente do *Comintern*, em seu discurso de abertura ao se referir à nova valorização da região por parte dos comunistas.¹⁷⁹ Isso decorria do fato de a IC, a partir daquele momento, considerar os EUA como a maior potência imperialista do capitalismo mundial, a qual estaria suplantando o decadente imperialismo inglês. Assim, a área de influência por excelência dos estado-unidenses ganhava, agora, uma importância que até então não tivera.

Ao suíço Jules Humbert-Droz, representante do Comitê Executivo da IC junto ao Secretariado Sul-Americano, ficou incumbido de apresentar ao congresso um relatório sobre a situação da região. Diante das críticas de alguns delegados latino-americanos que sustentavam que a categoria de “Semi-colônias” era inadequada para compreender a realidade do sub-continente, Humbert-Droz, ao apresentar seu relatório aos congressistas procurou apontar as particularidades latino-americanas, diferenciando, por exemplo, a situação dos países caribenhos e da América Central – os quais se teriam transformado em “colônias” dos EUA – e o caso dos países do cone sul – mais urbanizados e desenvolvidos.¹⁸⁰ Outro fator interessante no relatório do comunista suíço é sua negação da existência de uma burguesia nacional com interesses anti-imperialistas ou de que houvesse conflitos entre uma burguesia industrial e os latifundiários.¹⁸¹

Apesar de o relator do *Comintern* ter demonstrado alguma disposição em incorporar as especificidades da situação do sub-continente, não foi o que prevaleceu na resolução final do Congresso que incluía a América Latina no conjunto dos “países

¹⁷⁸ *Idem., Ibidem.*

¹⁷⁹ *Idem.*, pp. 107-108.

¹⁸⁰ *Idem.*, pp. 114-115.

¹⁸¹ *Idem.*, pp. 115-116.

coloniais, semi-coloniais e dependentes”. É interessante notar que a palavra “dependentes” foi acrescentada por sugestão do equatoriano Ricardo Paredes, delegado de seu partido ao evento, para quem era preciso distinguir a situação daqueles países que, em que pese sua submissão ao imperialismo, conservavam sua autonomia política.¹⁸² Depois de Mariátegui, foi Paredes o comunista latino-americano que mais se preocupou, naquele período, em pensar as características próprias da América Latina.

Em que pese essa inclusão no título, o texto da resolução submergia a América Latina no conjunto do “mundo colonial”.¹⁸³ Como acima ficou dito, os “países coloniais e semi-coloniais” foram caracterizados a partir da dominação imperialista em aliança com as elites feudais ou semi-feudais. O caráter da revolução nessas sociedades seria, segundo a lógica do marxismo de então, “democrático-bruguês”, etapa que prepararia o ulterior desdobramento socialista do processo revolucionário. Mais uma vez o modelo foi a China. A diferença em relação à 1922 é que, em virtude da ruptura entre o PC chinês e o *Kuomintang* ocorrida no ano anterior, a IC se mostrava cética em relação ao papel das burguesias nacionais, embora ainda prevalecesse uma certa ambigüidade quanto às alianças que os comunistas deveriam empreender.¹⁸⁴

Outra marca do VI. Congresso foi a elaboração da linha do chamado “terceiro período”. Após a primeira onda revolucionária (1919-1921) e a fase de estabilização capitalista (1922-1928), estaria se abrindo um terceiro momento de crise aguda e final do capitalismo, marcada por prováveis guerras inter-imperialistas e ascensos revolucionários do proletariado.¹⁸⁵ Daí deveria-se abandonar a tática da “frente única” pela de “classe contra classe”, ou seja a atuação de vanguarda dos comunistas na organização da tomada do poder, na qual os social-democratas e demais reformistas passavam à condição de inimigos, rotulados como “social-fascistas”.

Para se prepararem para a nova fase os PCs deveriam passar por um processo de “bolchevização”, o que significava um reforço na disciplina nas fileiras partidárias, com a “depuração” de todos os elementos vacilantes. Havia uma especial desconfiança em relação aos elementos intelectuais e pequeno-burgueses, os quais deveriam se

¹⁸² *Idem.*, pp. 116-117. Paredes também criticou o programa agrário proposto pela IC, sustentando que a consigna da repartição da terra entre os camponeses era inadequada para a América Latina. Esse raciocínio parece aproximá-lo do que Caio Prado irá defender para o Brasil décadas mais tarde, como se verá no capítulo 6 deste trabalho.

¹⁸³ *Idem.*, pp. 117-118.

¹⁸⁴ Para uma discussão das oscilações da IC diante do processo chinês e seus impactos na estratégia comunista para os países coloniais, cf. Schlessinger, Rudolf: *La Internacional Comunista y El Problema Colonial*, *Op. Cit.*, p. 73-109.

¹⁸⁵ Caballero, Manuel: *La Internacional Comunista y La Revolución Latino-Americana*, *Op. Cit.*, pp. 37-41.

“proletarizar” ou serem substituídos por operários, tanto na direção quanto na militância do partido.¹⁸⁶

Essa linha sectária – que se revelará suicida, em especial na Alemanha – será agravada pela consolidação, na mesma época, do poder de Stálin, tanto no PCUS, quanto no *Comintern*. Assim, a Internacional irá enrijecer ainda mais suas estruturas internas, eliminando qualquer espaço para dissenso e convertendo-se em instrumento da política exterior soviética.

O enquadramento dos PCs da América Latina na nova linha política se dará, um ano mais tarde, na I. Conferência Comunista Latino-Americana, reunida em Buenos Aires. Esse encontro teve importância crucial, tanto pelo simples fato de ter reunido os partidos de 15 países da região – tanto na condição de membros plenos, quanto na de simpatizantes – , quanto pelos debates nele ocorridos.¹⁸⁷ Estes se concentraram nos temas da “questão indígena” e no caráter da revolução no continente, para os quais foram decisivas as contribuições enviadas por Mariátegui, que serão abordadas nos dois capítulos finais.¹⁸⁸ Ao final da reunião, prevaleceu a orientação da IC, expressa por seu Secretariado Sul-Americano, no qual passava a pontificar a figura do ítalo-argentino Vittorio Codovilla.

Como sintetizou Caballero, a Conferência teria sido uma oportunidade ímpar para o *Comintern* na região se a tivesse aproveitado de outro modo.¹⁸⁹ Todavia, como se disse no início desta sessão, mais interessava à IC a fidelidade à sua estratégia geral do que a implantação nacional de suas sessões. Se se acrescentar a isso a visão reiterada do papel secundário que o *Comintern* atribuía a revolução latino-americana e se compreenderão bem os obstáculos que o comunismo enfrentou para se tornar uma força de relevo na região.

Esse quadro geral possibilita uma localização de Mariátegui na cultura política comunista de seu tempo. Como se verá no capítulo oito, antes mesmo de regressar da Europa (1923), o peruano pretendia fundar um partido socialista e classista em seu país.¹⁹⁰ Isso não significa que o peruano tivesse, durante sua estada na Europa, travado qualquer contato com a IC, o que não ocorreu. Ao que parece seus primeiros contatos

¹⁸⁶ *Idem., Ibidem.*

¹⁸⁷ Caballero reproduz uma lista de todos os partidos convidados, suas datas de fundação e filiação à IC, bem como o número de delegados aos quais cada um tinha direito. Cf. *Idem.*, p. 94.

¹⁸⁸ *Idem.*, pp. 98-99.

¹⁸⁹ *Idem.*, pp. 93-94.

¹⁹⁰ O compromisso em torno da fundação de um partido socialista parece ter sido feito em Gênova entre Mariátegui e outros peruanos, em Gênova, em 1923. Cf. Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polêmica Com La Comintern*, Op. Cit., p. 399.

com a Internacional se deram no final de 1927, quando Mariátegui recebeu um convite para enviar representantes peruanos ao IV. Congresso da Internacional Sindical Vermelha, a realizar-se em Moscou, entre os dias 15 e 23 de março do ano seguinte. Não podendo ir, Mariátegui enviou dois nomes: o intelectual Armando Bazán e o operário têxtil Julio Portocarrero.¹⁹¹ Em que pese esse contato tardio, Mariátegui já tinha, no *Comintern*, uma referência política importante. A linha de “frente única”, por exemplo, formulada no IV. Congresso da IC aparentemente influenciou sua militância. Foi com base nela que aderiu ao A.P.R.A a partir de 1924 e foi ainda segundo sua orientação que desligou-se do mesmo, quatro anos mais tarde, quando Haya de La Torre quis transformá-lo em partido político.

Foi então que se lançou à organização do Partido Socialista. Já no nome da organização, entretanto, emerge sua heterodoxia. Segundo os Estatutos da IC, uma das 21 condições para a filiação de um partido como membro pleno da entidade era a adoção do nome comunista e o abandono da denominação socialista, associada com a II. Internacional. Mariátegui não ignorava o fato, mas argumentava que nas condições de seu país, com o grau de amadurecimento do movimento de massas, um Partido Comunista não teria uma implantação social adequada, sendo preferível a denominação mais genérica e abrangente de socialista.

Essa outra grande polêmica que ocupou seus últimos dois anos de vida será também aprofundada no capítulo final. O que importa assinalar é o fato de o marxista peruano ter como preocupação central desenvolver uma estratégia política firmemente calcada nas condições históricas concretas do Peru e da América Latina. É isso que o singulariza no comunismo latino-americano de seu tempo e que o tornou alvo de muitas críticas. Como trabalharei quando me voltar para suas polêmicas com o aprismo e a IC, ainda não havia as condições, objetivas e subjetivas, para a fusão por ele almejada entre o marxismo e a realidade nacional. Tais condições só virão muito mais tarde, no período aberto pela Revolução Cubana, portanto muito depois da extinção do *Comintern* (1943).

Se o tom negativo predominou nestas apreciações sumárias sobre a atuação da IC na América Latina, vale apenas concluir com uma nota positiva. Se não logrou um papel político de monta na região, o *Comintern* foi muito influente no âmbito ideológico. Na introdução assinalou-se como o marxismo de matriz comunista criou ou ressignificou todo um vocabulário que o torna um contexto ideológico distinto. Pois

¹⁹¹ *Idem.*, p. 401.

bem, esse vocabulário foi o léxico dos principais movimentos de esquerda latino-americanos por boa parte do século XX.

Para exemplificar, o melhor exemplo é o peruano Haya de La Torre. Como se verá nos dois últimos capítulos, seu pensamento parte dos termos, esquemas e conceitos do marxismo de inspiração leninista para superar seus limites e produzir uma reflexão original sobre a realidade latino-americana. Outro que também partiu dos termos e noções dos comunistas foi o venezuelano Rômulo Betancourt, fundador (em 1941) da Ação Democrática (AD), importante partido de esquerda reformista na Venezuela.

Assim, ao polemizar com os comunistas sobre o caráter das formações sociais latino-americanas e as transformações de que necessitavam, líderes nacionalistas e populistas foram por eles influenciados.¹⁹² Pode-se concluir que a afirmação de Gildo Marçal Brandão de que as bases das principais propostas de reforma social no Brasil, nos anos 50 e 60, foram fornecidas pelo marxismo de matriz comunista, deve ser estendida ao conjunto da América Latina.¹⁹³

3.4. Dois momentos do movimento comunista

A adequada localização dos dois autores no seio do marxismo de matriz comunista é uma das condições de possibilidade para a comparação aqui pretendida. Afinal, em um contexto mais amplo, o da América Latina, Mariátegui não deixou de ocupar um lugar análogo ao de Caio Prado, por assim dizer, de heterodoxia no interior do movimento comunista.

Todavia, essa analogia deve ser empreendida com cuidado. Uma primeira discrepância entre as relações que cada um dos autores estabeleceu com o comunismo é o próprio lugar que ocuparam dentro dele.

Caio Prado foi um intelectual que aderiu a um partido já formado e que militou nele sem, a não ser em raros períodos, ocupar posições de destaque. Foi um intelectual marginalizado, apesar da proeminência que sua obra alcançou na cultura nacional, cujas teses entravam em contradição com as leituras do partido.

¹⁹² Caballero, Manuel: *La Internacional Comunista y La Revolución Latino-Americana*, Op. Cit., pp. 24-25. Segundo este autor “a principal influência da Internacional na América Latina foi no campo da teoria”.

¹⁹³ Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1922-1964)*, Op. Cit., pp. 232-234. Aqui o autor cita uma passagem de *A Revolução Brasileira*, segundo a qual “a teoria marxista da Revolução Brasileira (...) forneceu mesmo os lineamentos de todas as reformas econômicas fundamentais propostas no Brasil”. Cf. Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira*, Op. Cit., p. 29.

Já Mariátegui foi o fundador do comunismo no Peru e seu primeiro dirigente. Antes de 1928 – data em que é fundado o Partido Socialista do Peru – não existia nenhuma organização que se reivindicasse representante da IIIa. Internacional no país andino, a não ser pequenos agrupamentos que não chegavam a configurar partidos. Desse modo, o jornalista e militante peruano não teve como interlocutores a direção de um partido local, mas sim, os próprios representantes do *Comintern* na América Latina.

Dessa maneira, o diálogo de Mariátegui se dava em um âmbito muito mais amplo do que o de Prado Jr., incidindo diretamente sobre a organização e a ação políticas.

Outra diferença importante, já apontada na introdução, diz respeito aos diversos períodos nos quais ambos atuaram. O marxismo, desenvolvido no âmbito do movimento comunista durante a década de 20, era animado por um rico debate interno, o qual abrangia um amplo leque de questões: relativas, de um lado, à construção do socialismo na URSS e, de outro, à estratégia que os PCs deveriam empregar no resto do mundo. Já nos decênios de 30 e 40, o dogmatismo stalinista havia esterilizado a elaboração política e intelectual, como se viu no início do capítulo. O marxismo só voltaria a ganhar força, como pensamento vivo no interior dos PCs, com o clima de abertura e debate que se seguiu ao XX. o. Congresso do PCUS (1956).¹⁹⁴

Assim, as condições nas quais Mariátegui construiu sua obra, no que tange ao marxismo disponível, eram mais favoráveis do que aquelas que encontrou Caio Prado. Talvez isso explique o porquê do historiador brasileiro ter desenvolvido uma reflexão marxista que – ao contrário da do peruano – tendia a se distanciar dos temas mais diretamente relacionados à prática política.

Como se discutirá no final desta dissertação, o interesse primordial de ambos estava em compreender suas respectivas realidades sociais e históricas à luz do materialismo histórico. Todavia, enquanto Mariátegui se ocupou – pelo menos no final de sua vida – dos desafios da organização política, Caio Prado só o fez em raras ocasiões e, na última delas (a publicação de *A Revolução Brasileira?*), calcado na legitimidade de sua obra historiográfica.

Dessa maneira, se Mariátegui encontrou condições para unir reflexão teórica e prática política, Caio desenvolveu com seu partido aquele compromisso que Perry Anderson apontava em intelectuais comunistas como Lukács, Della Volpi e Althusser:

¹⁹⁴ Sobre o florescimento da reflexão marxista no âmbito dos Partidos Comunistas após 1956, Cf. Hobsbawm, Eric J.: *Revolucionários: Ensaio Contemporâneos*, Op. Cit., pp. 114-125.

ou seja, o autor se volta para uma área especializada de saber – na qual o partido pouco intervém – e, em contrapartida, evita questionar frontalmente a política empreendida pela direção partidária¹⁹⁵.

É claro que a solução de Anderson tem problemas para ser aplicada ao caso vertente. Afinal, tanto a história do Brasil era de evidente interesse para a direção do PC, quanto o historiador não deixou de intervir. Aliás, não o fez apenas em 1966, mas também com contribuições ao IV e V. Congressos do partido (publicadas em 1947 e 1960, respectivamente).

Todavia, durante a maior parte do tempo o intelectual e o partido mantiveram uma relação de equilíbrio. Em primeiro lugar, as obras mais importantes do autor (*Evolução Política do Brasil*, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil*), embora contivessem implicações teóricas importantes para a doutrina da revolução brasileira, não entravam, por seu recorte historiográfico, em assuntos mais polêmicos. Por outro lado, o PC nunca condenou esses trabalhos historiográficos, embora os visse com uma certa desconfiança.

Essa postura distante se deve, por outro lado, a uma característica que, sendo comum no movimento comunista, foi particularmente forte no PCB: isto é, o desprezo acentuado pela atividade intelectual, a qual era, na melhor das hipóteses, aproveitada de modo instrumental.¹⁹⁶

Retomando a comparação com Mariátegui, a discrepância de temporalidade tem outra consequência importante: o tipo de leitura que se fez da revolução. A esse respeito, é bom lembrar que, durante o decênio de 20, a IC ainda tinha em seus horizontes a possibilidade da “Revolução Mundial”. Não interessa aqui saber o quão realistas ou ilusórias eram essas esperanças. Do modo como se liam as conjunturas e, diante da instabilidade política e econômica do período entre guerras, essa era uma expectativa plausível.

Já no período pós-1945, a perspectiva de uma revolução mundial, nos moldes nos quais a IC havia pensado, parecera cada vez mais remota. Nesse sentido, há alguns marcos fundamentais: a liquidação do *Comintern* (1943), o desencadeamento da

¹⁹⁵ Anderson, Perry : *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004

¹⁹⁶ Rubim, Antônio Albino Canellas: “Intelectuais, Marxismo e Cultura no Brasil”, *Op. Cit.* É interessante notar que Rubim cita uma queixa de Alberto Passos Guimarães – o qual, ao contrário de Prado Jr., não tinha uma posição heterodoxa no âmbito do PCB – de que seu trabalho não era devidamente valorizado no partido.

“Guerra Fria” (1946), a ruptura Iugoslavo-soviética (1948), a denúncia dos crimes de Stálin por Krushev (1956) e o rompimento sino-soviético (1962).

Esse processo levou à quebra da unidade internacional do movimento comunista, abrindo caminho para a busca, por parte dos PCs, de estratégias políticas próprias, calcadas na inserção na política nacional. Caio Prado militou durante todo esse período e manteve-se fiel aos limites da orientação da URSS para os partidos de sua órbita, à qual se orientou crescentemente para a via pacífica e a luta por reformas. No último capítulo, retornarei ao tema e procurarei explorar essas e outras explicações para as diferenças entre a forma pelas quais Caio Prado e Mariátegui encararam o tema da revolução.

Parte II

As Obras

Capítulo 4

A colônia: negação da nação

Feita a análise comparada dos respectivos contextos intelectuais e políticos, é preciso entrar na análise comparada das obras. Começarei, como anunciado na introdução, pelos temas da colônia e da passagem desta para a nação. No presente capítulo serão discutidas e contrapostas as caracterizações que Caio Prado e Mariátegui fizeram das respectivas experiências coloniais. Com o intuito de facilitar a comparação, optei por entremear a análise por uma abordagem do debate latino-americano em torno dos modos de produção nas formações sociais coloniais do continente que, como se verá é fundamental para a compreensão das formulações dos dois autores.

4.1 A virtualidade da nação em Caio Prado Jr.

Para iniciar a análise da interpretação que Caio Prado fez da colônia, creio ser conveniente discutir o método de exposição empregado em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Em *Para A Crítica da Economia Política* (1859), Karl Marx procurou, de saída, distinguir seu método de exposição daquele empregado pelos economistas burgueses. Para o autor de *O Capital*, dever-se-ia partir da categoria mais geral e abstrata, para daí descer aos elementos mais concretos e, em seguida, elevar-se aos níveis mais complexos da realidade. Em uma palavra, era preciso partir do abstrato para o concreto e, em seguida, retornar ao abstrato. Desse modo, aquela categoria inicial iria ganhando concretude e complexidade, permitindo, assim, a apreensão da totalidade histórica que era o modo de produção capitalista¹⁹⁷.

Esse método dialético de exposição contrastava com o empirismo dos economistas burgueses que Marx procurava criticar. A economia política inglesa, ao contrário, partia do mais concreto e elementar e daí formava as categorias mais abstratas. Procedendo dessa maneira, os pensadores econômicos da burguesia eram incapazes de apreender o capitalismo como uma totalidade histórico-social concreta, dando suas relações fundamentais por pressupostas.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Marx, Karl: “Para A Crítica da Economia Política”, in. *OS Pensadores* (Marx), São Paulo, Abril Cultural, 1978, pp. 103-127.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

Segundo o historiador Fernando Novais, esse método de exposição pode ser encontrado em *Formação do Brasil Contemporâneo*¹⁹⁹. A análise pradiana da colônia se inicia justamente pela categoria mais geral e abstrata, sem a qual a colônia se torna ininteligível: “o sentido da colonização”. É esse o conceito-chave que organizará o conjunto do livro. Em seguida o autor se volta para o elemento mais concreto e fundamental da colonização, isto é, a organização e distribuição do povoamento pelo território e a composição étnica da população. Daí segue-se a caracterização das relações de produção material e as formas da propriedade predominantes e uma detida análise dos diversos setores da vida econômica da colônia. Por fim, a organização social, administrativa e a conjuntura política e social do período enfocado (a crise geral do sistema colonial)²⁰⁰.

Em cada um desses momentos – em que a análise se eleva dos elementos mais concretos às formas mais complexas assumidas pela vida social - , aquela categoria fundamental, “o sentido da colonização”, é reiterada, ligando esses diferentes momentos em uma totalidade concreta.

Deve-se, portanto, examinar mais de perto aquela categoria-chave que permite a apreensão da colônia enquanto totalidade. Segundo Caio Prado, a história de um povo ou um grupo social possui sempre um sentido, ou seja, uma “trave mestra”, a qual permite afastar o “cipoal de incidentes secundários” e captar os traços fundamentais que lhe conferem ordem e inteligibilidade.²⁰¹ Não se trata aqui de uma concepção “teleológica” da história – como se esta caminhasse para um “fim último” -, mas sim das características decisivas, que permitem ao historiador abarcar a história de um grupo humano em seu conjunto.

Para Caio Prado, a colônia portuguesa nas Américas só seria inteligível se inserida num conjunto de acontecimentos e processos históricos muito mais amplos, em relação aos quais ela não passaria de “um pequeno detalhe num quadro imenso”. Quadro este o da expansão marítima-comercial da Europa Ocidental entre os séculos XV e XVI.

¹⁹⁹ Cf. Novais, Fernando: “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”, *Op. Cit.*

²⁰⁰ O livro é organizado da seguinte maneira: Introdução, Capítulo I (“O Sentido da Colonização”), ao qual se seguem três partes. Parte II “Povoamento”, composta pelos capítulos “Povoamento Exterior”, “Povoamento Interior” e “Raças”; Parte III, “Vida Material”, composta pelos capítulos “Economia”, “Grande Lavoura”, “Agricultura de Subsistência”, “Mineração”, “Pecuária”, “Atividades Extrativas” e “Vias de Comunicação”; e a Parte IV, “Vida Social”, integrada pelos capítulos “Organização Social”, “Administração”, “Vida Social e Política”.

²⁰¹ Cf. Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, *Op. Cit.*, Cap. 1. pp.13-26

A chamada “Era dos Descobrimentos”, motivada pelo desenvolvimento mercantil e pela crise da ordem feudal da Idade Média, teve um papel-chave no processo histórico de longa duração que viria a dar no capitalismo como sistema econômico hegemônico em todo o mundo. É desse primeiro momento de formação de um mercado mundial que a colonização do Brasil é inseparável.²⁰²

Com efeito, o autor caracteriza a empreitada dos portugueses na América como “empresa essencialmente mercantil”: “Não foi senão como traficantes” – afirma ele –, que os europeus abordaram as terras do novo mundo. Mais do que isso, a própria decisão de povoar o vasto território que cabia a Portugal não decorreu senão da necessidade de dar-lhe uma exploração comercial rentável e que justificasse sua posse.²⁰³

Foi apenas como fornecedores de alguns poucos gêneros lucrativos para o mercado europeu que nos constituímos. Eis aí, no caráter de “empresa mercantil”, que se encontra o “sentido da colonização” que determina as origens do que virá a ser o Brasil e seus desenvolvimentos posteriores.

Foi sob o imperativo de produzir para o mercado mundial nascente que os portugueses vieram para cá, isto é, na condição de “dirigentes da produção”. Sob esse mesmo imperativo recrutarão a mão-de-obra forçada – primeiro indígenas e mais tarde africanos – que produzirá os gêneros (agrícolas e minerais) em larga escala e em grandes unidades produtoras. É esse conjunto, formado pela produção para o mercado, grande exploração agrícola ou mineral e mão-de-obra escrava, que constitui o núcleo fundamental da colonização, em relação ao qual tudo o mais será acessório ou irrelevante.²⁰⁴

É certo que no bojo do desenvolvimento dessa empresa – a qual reunia, sob uma vasta base territorial, populações de três continentes –, começará a se formar “algo de novo no plano das realizações humanas”. Isto é, um território ocupado por uma população com características próprias (inclusive étnicas), integrada por relações materiais e sociais características e compartilhando costumes e um imaginário em comum. Numa palavra, uma nação nova.

O objetivo do historiador paulista é o de entender o momento-chave no desenvolvimento dessa nação: momento no qual, a um só tempo, o conjunto da obra colonizadora de Portugal entra em crise e os processos de mudanças econômicas,

²⁰² Idem, *ibidem*.

²⁰³ Idem, *ibidem*.

²⁰⁴ Idem, *ibidem*.

sociais e políticas – resultantes do próprio desenvolvimento da colônia – se aceleram. É nesse momento histórico, já mencionado, que se pode divisar o conjunto da herança colonial e observar as transformações de longa duração que conduzem ao Brasil contemporâneo.²⁰⁵

Em outras palavras, Caio Prado se localiza entre o final do século XVIII e o princípio do XIX para captar o momento decisivo na transição da colônia para a nação (processo esse ainda inconcluso, na opinião do autor, quando escrevia). O Brasil estaria, pois, num momento de impasse, no qual o velho (o sistema colonial) encontra-se em crise profunda e irremediável, mas o novo (a nação) apenas começa a se delinear.

É por essas características tão singulares que o historiador encara o período como decisivo. Para ele, os problemas fundamentais do Brasil de seu tempo (1942), já estavam então equacionados. A transição incompleta para o trabalho livre (em especial no campo), a incipiência de um mercado interno, a dependência da produção de gêneros primários para o mercado mundial e a “atonía econômica e social” de grande parte do país (contrastada com a rapidez das transformações em algumas regiões), eram todos problemas que, em última instância, resultavam da permanência daquele passado colonial.²⁰⁶

É interessante lembrar que Caio Prado chega a sugerir um novo método de trabalho para o historiador: o de viajar pelo país e encontrar, não “anacronismos berrantes”, mas elementos fundamentais do passado em plena atuação. Nesse sentido, lembra as palavras de um “professor estrangeiro”, o qual teria dito “invejar os historiadores brasileiros, pois estes podiam assistir às cenas mais vivas de seu passado”.²⁰⁷

O “sentido da colonização”, como acima delineado, é que forneceria o fio condutor desse processo histórico inconcluso. Para além disso, seria esse mesmo “sentido” – isto é a subordinação dos ritmos internos da economia e da sociedade aos mercados centrais – que obstaculizaria o término da construção nacional. No centro do

²⁰⁵ Idem, pp. 5-9

²⁰⁶ Idem, *ibidem*.

²⁰⁷ Idem, *ibidem*. Há vários intelectuais estrangeiros com passagens pelo Brasil que formularam frases desse tipo. Como exemplo temos o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (que participou da “missão francesa” que fundou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP) e o historiador Lucien Febvre. Outro ao qual a frase às vezes é atribuída é o historiador Ferdinand Braudel, outro participante da “missão francesa”, com o qual Caio Prado (que frequentou o curso de geografia e história da USP em 1934/1935) possivelmente estudou. Cf. Ricupero, Bernardo. “Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil” op. Cit. Capítulo 5. Ver também Martinez, Paulo : *A dinâmica de um pensamento crítico* Op. Cit.

entendimento pradiano da nação está a capacidade de ditar “de dentro” seus processos econômicos, sociais e políticos.

Esses temas, o do passado como obstáculo ao presente e o da articulação entre moderno e arcaico, são fundamentais para esta pesquisa.

Discutindo a obra de Caio Prado, Carlos Nelson Coutinho, aproxima a análise do historiador brasileiro sobre a incompletude da transição colônia-nação do conceito gramsciano de “revolução passiva” e afirma ser esta uma das mais importantes contribuições do autor para o entendimento do Brasil.²⁰⁸ Esse tema será retomado quando se analisar a visão de Prado Jr. sobre o processo de emancipação brasileiro.

Agora, é o caso de se voltar para o desdobramento da leitura de Caio Prado no plano das relações materiais e para suas implicações no debate historiográfico sobre o caráter da formação econômica da colônia.

4.2. A grande exploração: núcleo da empresa colonial

Ao discutir a organização da economia colonial, logo de saída, Caio Prado retoma sua categoria fundamental. Se a colônia era uma empresa mercantil destinada a fornecer determinados gêneros agrícolas e minerais para os mercados europeus, a forma da propriedade e as relações de trabalho nela desenvolvidas eram função deste objetivo único. A metrópole portuguesa, partindo de sua experiência prévia na colonização das ilhas de Açores e Madeira, implementou aqui a grande exploração agrícola monocultora e o trabalho escravo. Nenhum dos três elementos – grande lavoura, monocultura e escravidão - foram resultado de uma escolha entre outras possíveis. Sendo o fim da colonização a produção mercantil em larga escala, eram estas as formas de organização da produção as mais adequadas.²⁰⁹

A pequena propriedade camponesa ou familiar e policultora, adequada às culturas das zonas temperadas, não se prestava à agricultura tropical em larga escala. Aqui o autor, apoiado em um historiador norte-americano, define a agricultura tropical como um tipo específico de agricultura, essencialmente mercantil, baseado na produção de um único gênero rentável e levado a cabo em grandes propriedades. Como ilustração, utiliza o exemplo das 13 colônias britânicas na América, sendo aquelas de clima sub-

²⁰⁸ Cf. Coutinho, Carlos Nelson: “Uma Via ‘Não-Clássica’ Para O Capitalismo”, Op. Cit., pp. 115-132..

²⁰⁹ Prado Jr.: *Formação do Brasil Contemporâneo*, Op. Cit., pp. 113-123.

tropical ocupadas com base na grande lavoura comercial, enquanto as situadas em zonas temperadas voltaram-se para a agricultura familiar.²¹⁰

Esse modelo de agricultura comercial em larga escala exige o emprego de mão-de-obra dependente, isto é, desprovida de propriedade. Segundo o autor, não só a Europa não possuía mão-de-obra excedente – devido ao fato de o continente não se haver recuperado da devastação da peste –, como dificilmente colonos brancos enfrentariam os riscos da migração para a América para servirem de mão-de-obra assalariada. Os custos dessa solução inviabilizavam a rentabilidade do empreendimento da colonização de exploração.

A solução encontrada foi o emprego de mão-de-obra escrava ou servil. Nas colônias mineradoras da Espanha – as quais contavam com grandes concentrações de populações indígenas sedentária –, recorrer-se-á fundamentalmente à mão-de-obra local. No Brasil, o indígena será empregado num primeiro momento, mais tarde sendo substituído pelo negro, já que o nomadismo da maioria de nossos grupos nativos os tornariam mais resistente e menos afeito ao trabalho servil. O uso da força de trabalho indígena permanecerá nas regiões mais pobres que não podiam arcar com os custos da importação dos escravos africanos.

Grande exploração, monocultura e força de trabalho escrava, são os elementos indissociáveis de um sistema de produção – conhecido na história econômica como *plantation* –, que será empregado em todas as colônias agrícolas de exploração no continente americano. Para exemplificar a generalidade desse conjunto de relações de produção, o autor lembra a trajetória das colônias britânicas no Caribe, as quais, ao adotarem o cultivo da monocultura açucareira, substituirão a mão-de-obra semi-livre de imigrantes europeus (os *industry servants*) pelo braço do escravo africano.²¹¹

Desse modo, a grande exploração, o trabalho escravo e a monocultura formam um conjunto de relações de produção que, voltadas para o mercado externo, formam o núcleo da empresa colonizadora. Em relação a esse núcleo, todas as demais formas de produção ou atividades econômicas ou serão acessórias ou marginais.

É importante notar que Caio Prado utiliza o termo “grande exploração” e não o termo “latifúndio”, o mais corrente para designar a grande propriedade. O historiador paulista, aliás, procura realizar, a esse respeito, uma clara distinção entre o que denomina “grande exploração” e a grande propriedade trabalhada por camponeses

²¹⁰ O historiador em questão é Coleman, *The History of American Industry*. Apud. Idem, *Ibidem*.

²¹¹ apud. Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo, Op. Cit.*, pp. 113-123.

parcelários que arrendam as terras do proprietário (modelo do latifúndio na agricultura camponesa da Europa). Por ser trabalhada, fundamentalmente, pela mão de obra escrava, à qual era simples *mercadoria* empregada pelo proprietário na produção, essa forma de exploração rural era em tudo diferente do modelo do latifúndio europeu.²¹²

Em seu primeiro livro – o já mencionado *Evolução Política do Brasil* – o historiador paulista utiliza o termo latifúndio, muito embora já rejeite abertamente sua classificação como feudal e aponte seu caráter mercantil. Conforme discutido anteriormente, Paulo Martinez lembra que , embora já adiantasse teses heterodoxas como esta, o primeiro trabalho de Caio mostra uma continuidade de vocabulário entre ele e os documentos do Partido Comunista.²¹³ Já em sua obra de 1942, o uso do termo desaparece completamente. É como se o autor, ao amadurecer seu ponto de vista próprio sobre as formações rurais da colônia e se distanciar mais da tese do “feudalismo colonial”, quisesse empregar uma terminologia mais rigorosa e adequada ao objeto.

O termo grande exploração, para além das atividades agrícolas, também se aplica às demais atividades econômicas principais do Brasil colonial. No caso da mineração, o modelo é o mesmo: grande extensão territorial e trabalho escravo. Já no caso da extração das “drogas do sertão” praticada na Amazônia, embora não haja a fixação em uma base territorial, também há o caráter de grande empreendimento mercantil para o qual se utiliza mão de obra servil (a dos indígenas).

Por fim, há dois efeitos que devem ser ressaltados desse sistema econômico geral. Dois efeitos, aliás, intimamente solidários e que tocam o problema desta pesquisa: a constituição de uma nação.

O primeiro diz respeito à imensa concentração de renda gerada por uma formação social apoiada na grande exploração e polarizada entre proprietários e escravos (os quais formariam cerca de um terço da população da colônia em inícios do século XIX). Para além desse terço de cativos, avolumava-se “outro terço ou mais” de indivíduos desocupados, ou semi-desocupados. Essa massa de população, excluída ou semi-excluída da produção para o mercado, se volta para a agricultura de subsistência ou para outras atividades irregulares (tanto no campo quanto nas cidades). O surgimento de uma parcela tão grande de população marginalizada é uma consequência do próprio desenvolvimento da economia colonial, na forma pela qual ela se organiza.²¹⁴

²¹² *Idem., Ibidem.*

²¹³ Cf. Martinez, Paulo: *A Dinâmica de Um Pensamento Crítico*, op. Cit., 1999.

²¹⁴ Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, Op. Cit., pp. 113-123.

O outro fenômeno a destacar, o qual é em grande medida responsável pelo aumento da parcela da população excluída do sistema produtivo, é a dinâmica cíclica dessa estrutura econômica. Por ser voltada para a produção de gêneros primários para os mercados mundiais, a economia de tipo colonial torna-se tributária de suas oscilações. Mais do que isso, seus dinamismos internos são ditados pelas flutuações desses mercados. Tratava-se de encontrar uma mercadoria mais rentável e empregar, do modo mais intenso possível, todos os recursos naturais e humanos disponíveis. Quando tais recursos se esgotavam ou os preços internacionais deixavam de compensar, se abandonava tudo em busca de outras empresas lucrativas.

Como resultado, se tem uma dinâmica de arranques súbitos, seguida por longos períodos de estagnação e declínio. O melhor exemplo é fornecido pelo ciclo da mineração. Em um século, a região de Minas Gerais passou de uma região quase deserta, para um próspero centro urbano e densamente povoado, recaindo, afinal, na estagnação e regredindo, em grande medida, ao nível das atividades de subsistência.²¹⁵

A observação de ambos os fenômenos (tão marcantes na história brasileira) mostra que a economia colonial obstaculizava a consolidação de atividades econômicas baseadas num mercado interno, as quais poderiam não apenas integrar melhor o conjunto da população ao sistema econômico, como ditarem à formação econômico-social brasileira ritmos próprios e mais estáveis.

Sem a integração do conjunto da população em uma economia internamente articulada e capaz de sustentar processos de longo prazo – que fossem além da mera exploração imediatista e predatória – seria impossível falar em nação.

4.3. A organização social: as contradições do orgânico/inorgânico

Se a grande exploração escravista era o cerne da vida econômica, o mesmo se passava com a organização social. Como diz o autor, o primeiro fato que chama a atenção é a presença avassaladora do escravo em todos os domínios da vida social. Não haverá, praticamente, nenhum terreno em que este último não deixe sua marca.²¹⁶

Para o historiador, a instituição escravista deixou na sociedade brasileira, bem como entre as demais sociedades modernas que a adotaram, traços profundamente negativos. Fala mesmo em “ruína material e moral”, ou ainda, em “vícios” nos hábitos,

²¹⁵ Idem, *Ibidem*.

²¹⁶ Idem, pp. 267-296.).

na mentalidade coletiva e na organização social. Toda sorte de “corrupção” ou “lassidão” nos costumes ou violência nas relações sociais, para não falar no caráter predatório da produção (como se viu anteriormente), teria sua origem na escravidão, instituição a qual, não obstante, estaria na base da formação social brasileira.

Caio Prado não faz, no entanto, uma abordagem a-histórica da escravidão, vista em abstrato. Pelo contrário, parte explicitamente da distinção básica entre escravidão no mundo antigo e na modernidade. Enquanto na antigüidade greco-romana ela era a forma mesma de organização e de ser, quase “naturalizada”, da sociedade, no mundo moderno ela seria “um corpo estranho”.²¹⁷

De forma dominante da produção e reprodução da ordem social na Antigüidade, ela teria quase desaparecido na Idade Média, para renascer com força no início da Modernidade. Qual a razão desse renascimento?

A chave da escravidão moderna estaria justamente em seu caráter mercantil. O instituto reapareceria, mas com um papel completamente distinto, isto é, para produzir para o comércio ultramarino dos Estados nacionais emergentes na Europa.²¹⁸ A diferença corresponde, grosso modo, àquela que, em termos marxistas, se faz entre o papel da escravidão enquanto esteio de um modo de produção (o “escravista”) e seu papel na acumulação primitiva de capital na transição feudo-capitalista (lembrando que o autor não utiliza a categoria “modo de produção” em seu texto).

Esse papel da escravidão moderna encerra uma contradição: ao mesmo tempo em que o capitalismo se consolidou com a constituição de um mercado de trabalho livre, seu advento histórico foi viabilizado pelo emprego, em larga escala, da mão de obra servil. Daí Caio Prado afirmar o caráter de “corpo estranho” da escravidão no mundo moderno e sua contribuição para o atraso histórico das formações econômico-sociais nas quais foi utilizada (Brasil, Antilhas, Sul dos EUA e Portugal, por exemplo).

Entre os principais males associados à ordem escravocrata, o historiador destaca o desprestígio do trabalho manual, a “licenciosidade” na vida doméstica, a grande polarização entre as classes sociais e o “baixo nível” cultural da massa da população colonial.²¹⁹

Em uma sociedade polarizada entre senhores e escravos, qual seria o lugar para os homens livres mas sem propriedade? Fora algumas poucas ocupações técnicas

²¹⁷ Idem, Ibidem.

²¹⁸ Idem, Ibidem.

²¹⁹ Idem, Ibidem. No que tange às observações sobre “licenciosidade” e violência na vida doméstica, Caio Prado se apóia abertamente em Gilberto Freyre (sendo o autor pernambucano o contemporâneo mais citado)..

remuneradas nos engenhos, na mineração e um ralo artesanato nas cidades, vilas e fazendas, não havia lugar para o trabalho livre. O comércio interno, realizado fundamentalmente pelos tropeiros, era exíguo (dada a dispersão de uma população, em sua maioria rural e com baixos níveis de vida). Além disso, o comércio urbano (tanto o interno quanto o externo) era monopólio exclusivo dos portugueses. Por fim, as oportunidades de instrução eram raríssimas e ligadas à carreira eclesiástica (um dos únicos domínios da vida colonial abertos à progressão pela instrução e talento).²²⁰

É nesse quadro de restrições, impostas pela ordem escravocrata, que se deve buscar a origem de um contingente enorme de população livre e sem um lugar definido na estrutura da produção. Pequenos proprietários vivendo em regime de subsistência, indivíduos sem ocupação fixa ou classificável, bandos armados empregados pelos proprietários rurais em suas contendias, mendigos, prostitutas e criminosos, enfim, uma massa de população sem um lugar preciso na ordem social.²²¹

Desse modo, tem-se um núcleo “orgânico” da colônia, formado pela grande-exploração e polarizado entre senhores e escravos, e um setor “inorgânico”, composto pela referida massa de marginalizados permanentes. Não se deve interpretar essa afirmação como uma interpretação “dualista” da colônia, como se se tratasse de oposição moderno-arcaico, feudal-capitalista, civilização-barbárie e outras tantas dualidades comuns no pensamento social brasileiro e latino-americano. Para Caio Prado, o setor orgânico e o inorgânico formavam os dois pólos de uma totalidade contraditória. Era o desenvolvimento do primeiro que gerava o segundo, e o crescimento do segundo tencionava o primeiro.

Cabe reiterar a pergunta com a qual se encerrou a sessão anterior: como pode haver nação numa formação social composta, de um lado, por senhores e escravos e, por outro, por indivíduos sem um lugar na vida econômica e social? Ilustrativa, nesse sentido, é a frase do viajante francês Couty, citado pelo autor, em que o estrangeiro afirma: “o Brasil não tem povo”.²²²

O historiador tem uma visão ambígua a respeito do papel do setor inorgânico. Num primeiro momento, reserva palavras duras para qualificar as condições de vida dessa população: “bárbaros e semi-bárbaros”, “vegetando em uma agricultura de subsistência miserável” etc. Não haveria, pois, muito o que esperar de massas vivendo

²²⁰ Idem, *Ibidem*.

²²¹ Idem, *Ibidem*. Como já mencionamos anteriormente esse contingente era estimado em cerca de um terço da população do Brasil em inícios do século XIX.

²²² Idem, *Ibidem*.

em condições tão ruins e desarraigadas. No entanto, Caio surpreende ao dar relevo ao papel importante que as massas populares teriam nas convulsões sociais e revoltas que se seguiram à independência, em especial no período regencial.²²³

Desse modo, por um lado, a heterogeneidade e a desorganização, sem falar nos baixos níveis de vida e no isolamento geográfico, obstaculizavam a organização política do setor inorgânico, enquanto sujeito consciente, capaz de oferecer uma alternativa à ordem colonial. Por outro lado, sua situação de exclusão – agravada pelo próprio desenvolvimento do sistema colonial –, tornava-o um fator de instabilidade permanente que punha em risco a estabilidade do sistema.

Qual seria, então, o ponto de ruptura no sistema? Os senhores poderiam questionar (como de fato fizeram no período estudado) o vínculo colonial com a Metrópole, mas sua condição de existência enquanto classe dependia da conservação da estrutura social e produtiva da colônia. Já os escravos, embora objetivamente interessados na radical subversão da ordem estabelecida, seriam, segundo o historiador paulista, incapazes pela sua própria condição de mão de obra servil de organizarem-se eficazmente para derrubá-la.²²⁴ Chega-se, desse modo, a uma situação em que a crise do regime colonial não encontra um sujeito social e político capaz de superá-la e, por meio da Revolução social, completar a transição para a nação.

Aqui se coloca o dilema que a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias denomina, no título de seu ensaio sobre *Formação do Brasil Contemporâneo*, “os impasses do inorgânico”.²²⁵ Para a autora, Caio Prado se atém às mediações, sociais e espaciais, entre o setor orgânico e o inorgânico para vislumbrar as possibilidades da futura nação. Isso se exprimiria na atenção ao desenvolvimento de vias de comunicação interior que esboçariam uma maior integração do território, cujas diversas regiões exportadoras mantinham vínculos mais fortes com o ultramar do que com o restante da colônia. Vias essas abertas, por exemplo, pelos vaqueiros que conduziam suas boiadas pelo interior do nordeste ou pelos tropeiros que vinham de São Paulo abastecer de

²²³ Sua análise mais detida das revoltas do período regencial e seu componente de classe está contida em *Evolução Política do Brasil*, *Op. Cit.* Significativamente, a derrota das rebeliões populares do decênio de 1830 é, em grande medida, atribuída ao fato de que as heterogêneas massas populares eram incapazes de exprimir-se politicamente de modo autônomo, ficando dependentes de lideranças das elites que rapidamente traíam os movimentos. Sua “inorganicidade” as impediu de formular reivindicações de classe concretas (retomarei o assunto no próximo capítulo).

²²⁴ Apesar dessa questionável visão da “passividade” do escravo, Prado Jr. faz um particular elogio, em nota, ao Quilombo do Palmares. Segundo ele, o florescimento de Palmares e sua capacidade de resistência eram uma mostra do potencial do negro, caso não estivesse submetido às condições já referidas do cativeiro. *Idem*, *Ibidem*.

²²⁵ In. Dincaio, Maria Ângela (org.): *Op. Cit.*, pp. 277-305.

gêneros a regiões mineradoras. Ambos movimentos e as novas atividades produtivas e camadas sociais que os acompanham, seriam os primeiros contornos de um mercado interno, que, como se viu acima, é para o historiador paulista uma condição material básica para a consolidação de uma nação.²²⁶

A construção da nação, no pensamento pradiano, não está, portanto, adjudicada a nenhum sujeito (classe) social particular, cuja própria situação o levaria à uma posição revolucionária. Essa construção estaria colocada como possibilidade ou virtualidade histórica, aberta pela crise geral da colônia, de princípios do século XIX.

4.4. Origem e Estrutura dos *Siete Ensayos*

Assim como foi feito para Caio Prado, antes de entrar na análise da conceituação mariateguiana da colônia, é interessante abordar a estrutura e o caráter da obra em questão: *Sete Ensaaios de Interpretação da Realidade Peruana*.

Segundo Jorge Falcón, em meados de 1925 – portanto dois anos após seu regresso da Europa – Mariátegui apresentou o projeto de reunir um grupo de intelectuais para empreender um estudo da realidade peruana em chave marxista. Para tanto, esperava a colaboração de jovens intelectuais oriundos do movimento da reforma universitária e que participavam das Universidades Populares “Gonzalez Prada”.²²⁷

Em um primeiro artigo, Mariátegui apontava, como traço distintivo da nova geração intelectual, o vívido interesse pelas “coisas peruanas”, o qual brotava, não de algum “confinamento” ao país, mas, pelo contrário, das inquietações da crise mundial que obrigavam a repensar o país. Contrastava esse interesse pelo estudo da realidade nacional com a atitude da geração anterior que com as isoladas e incompletas exceções de Francisco García Calderón e Víctor Andrés Belaúnde, nunca os empreendera.²²⁸

Entre os nomes da nova geração, o autor destacava os de César Ugarte, autor de um trabalho sobre o problema agrário; Julio C. Tello, estudioso da “raça” (indígena); Honório Delgado, que estudava a psicologia indígena; Jorge Basadre, que publicara uma monografia sobre a conscrição vial dos indígenas e elaborara um curso de História

²²⁶ Idem, Ibidem. Ver também Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo*, Op. Cit., os capítulos sobre o “Povoamento Interior”, pp. 49-64., a mineração, pp. 164-180, a pecuária, pp. 181-207 e as vias de comunicação, pp. 235-263.

²²⁷ Falcón, Jorge: *Anatomia de los siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Lima, Empresa Editora Amauta, 1985, pp. 28-43.

²²⁸ Mariátegui, José Carlos: “Hacia El Estudio de Los Problemas Peruanos”, publicado em *Mundial*, Lima, 10 de Julho de 1925. In. *Idem: Mariátegui Total*, Lima, Amauta, 1995, p. 229.

Social nas Universidades Populares e, por fim, Luis Alberto Sánchez, quem trabalhava a história da literatura peruana.²²⁹

No artigo seguinte, Mariátegui apresenta um programa de estudos econômicos e sociais da realidade nacional. Tal programa, enfatiza, deveria ser levado a cabo não por um indivíduo – como era próprio do individualismo dos intelectuais ibéricos tradicionais – mas sim por um grupo de pesquisadores.²³⁰ Nesse sentido, propõe a criação de um “Centro ou Ateneu de Estudos Sociais e Econômicos” que aglutinasse intelectuais de inclinação teórica semelhante: “O estudo dos problemas peruanos exige colaboração e, portanto, disciplina. De outra sorte, teremos interessantes e variados retalhos da realidade nacional, mas não teremos um quadro da realidade inteira. E, a colaboração e a disciplina não podem existir se não como consequência de uma idéia comum e de um rumo solidário²³¹”

O projeto de um grupo de pesquisa voltado para uma compreensão totalizante da realidade peruana, calcado na perspectiva do materialismo histórico, não prosperou, na medida que, entre os intelectuais acima mencionados, não se verificou a confluência teórica esperada por Mariátegui.

Seja como for, entre 1925 e 1928, Mariátegui escreveu e publicou – tanto em *Amauta* quanto em *Mundial* – uma série de artigos sobre a realidade do país, os quais foram reunidos, reformulados e ampliados. O resultado foi publicado em novembro de 1928, com o título de *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*.²³²

Embora Mariátegui afirme na Advertência que abre o livro que a obra “não foi concebida de forma orgânica”, este foi, como se pode perceber no parágrafo anterior, seu trabalho mais sistemático. Além disso, nota-se, claramente, pela ordem em que aparecem os textos uma estrutura interna previamente concebida. Começando pela economia, seguindo com o problema do índio; a questão agrária; a educação; a religião; o problema regional e, finalmente, a literatura. Esse caminho é bastante coerente com o método do materialismo histórico, o qual parte das contradições na infra-estrutura e segue para os domínios da super-estrutura nos quais essas contradições se expressam e se complexificam. Ao abordar essa questão de método Mariátegui afirma: “Nada é mais evidente do que a impossibilidade de entender, sem o auxílio da economia, os

²²⁹ *Idem.*, p. 300.

²³⁰ *Idem.*: “Um Programa de Estudios Económicos y Sociales”, publicado em *Mundial*, 17 de Julho de 1925. In. *Idem.*, p. 300.

²³¹ *Idem.*, p. 301.

²³² Falcón, Jorge: *Anatomia de Los Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit., pp. 43-52.

fenômenos que dominam o processo de formação da nação peruana. A economia não explica, provavelmente, a totalidade de um fenômeno e de suas conseqüências, mas explica suas raízes”²³³

Vê-se como o autor adota o ponto de vista da determinação “em última instância” do processo histórico pela base material. Daí resulta um método de exposição semelhante a aquele que foi identificado em *Formação do Brasil Contemporâneo*.²³⁴

Na discussão que se segue procurar-se-á acompanhar esse percurso e identificar nele o modo pelo qual o peruano punha o problema da construção da nação e seus impasses. É certo que isso implica em tratar de temas que passaram longe da obra de Caio Prado: como a literatura, por exemplo.

Não creio que isso irá tirar o foco da pesquisa. Em primeiro lugar, porque o objeto da análise aqui será a questão nacional. Em segundo lugar, essa discrepância de temas de reflexão é, por si mesma, um tema importante para a pesquisa e será retomada no capítulo 6.

4.5. A colônia feudal como fratura no Peru

Ao tratar da colônia, o autor caracteriza a conquista como “ruptura”, que interrompeu o curso autônomo e o desenvolvimento histórico da civilização autóctone: a civilização Inca. O extenso e próspero Império do *Tawantinsuyo*, apoiava-se em uma organização social baseada na comunidade aldeã que trabalhava a terra em comum, o *Ayllú*. Essa forma socialista de organização econômica que, nas palavras do autor, “brotava espontaneamente do solo e da gente peruana”²³⁵, foi brutalmente desorganizada pela conquista espanhola. Os novos senhores apossaram-se das terras, dos minérios e da população, mas sem, no entanto, organizar um modelo de ocupação e exploração que substituísse o dos incas. Sua ação teria sido totalmente predatória e seu efeito imediato mais dramático foi a brusca queda demográfica entre os indígenas.

A colônia é aqui vista como “empresa militar e eclesiástica”, traço este ao qual é atribuída a principal fraqueza do império colonial da Espanha. A coroa espanhola não teria enviado ao Peru homens com mentalidade empreendedora ou capitalista, mas clérigos, fidalgos, juristas avessos ao trabalho e de mentalidade anti-econômica. Disso

²³³ Mariátegui, José Carlos: “El Hecho Económico En La Historia Peruana”, publicado em *Mundial*, 14 de Agosto de 1925. In. *Idem.*, p. 302. Este artigo serviu de base para o primeiro dos *Siete Ensayos...*, o qual será abordado a seguir.

²³⁴ Falcón, Jorge: *Anatomía de Los Siete Ensayos...*, Op. Cit., pp. 54-56.

²³⁵ Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit., p. 7.

teria resultado, não apenas o já referido predatismo do colono, mas também a ineficiência da vida econômica do vice-reinado, que, no terreno da economia, nada de apreciável teria aportado (exceção feita à admirável organização racional das missões jesuíticas).

O modo de produção dominante no vice-reinado seria o feudalismo, implantado no Peru “sobre a base das minas de ouro e prata e de uma economia socialista precedente”.²³⁶ Seriam de tipo feudal as relações de produção, tanto na exploração das minas quanto na grande propriedade da terra (no altiplano), respectivamente a *mita* e a *encomienda*. De fato essas duas formas de extração extra-econômica do excedente das populações indígenas assemelha-se mais à servidão do que propriamente à escravidão, já que os índios sob as ordens do *encomendero*, não eram sua *propriedade*, mas viviam sob o regime de trabalho compulsório. E mais, como lembra Mariátegui, o latifúndio servil das serras nunca suprimiu as terras comunais das aldeias. O *Ayllú*, ainda se encontrava no Peru em pleno século XX, embora exprimido e oprimido pelo poder econômico e político dos grandes proprietários (esse tema será retomado mais adiante).

Se a servidão feudal dominava no altiplano, no litoral, aonde se concentraram os espanhóis, implementou-se um sistema de culturas comerciais trabalhadas pelo escravo de origem africana.

Desse modo, a colônia criou, a partir desses dois modos de ocupação, uma polarização geográfica, social, política e cultural que iria marcar o futuro Estado independente. De um lado, os espanhóis se estabeleceram, em sua maioria na costa e, de outro lado, o fundamento material da colônia – a extração de ouro e prata – se localizava nos Andes. Desde então, o litoral se tornou uma zona predominantemente espanhola e mestiça (devido à presença dos escravos negros), ao passo que na *sierra* dominou o elemento índio.

Essa diferença fundamental nos modos de ocupação e exploração, além da diferença na sua composição étnica, criaria uma profunda clivagem entre as duas regiões. De um lado, as cidades litorâneas, portadoras da herança colonial e de seu artificial apego ao passado do vice-reinado, do outro lado, a massa quéchua, que representa o fundamento autêntico de uma nação possível.

Essa fratura criada pela conquista e colonização espanholas se refletiria em todos os domínios da vida peruana. Na educação, por exemplo, Mariátegui acusava a

²³⁶ Idem, p. 8. Aqui, já se pode apontar uma das diferenças cruciais entre o marxista peruano e Caio Prado. Algumas razões para essa discrepância serão discutidas na próxima sessão.

predominância da herança metropolitana, com influências francesas e americanas que não chegavam a modificar o quadro legado pelos espanhóis, inserindo-se “mediocrementemente” no conjunto. Para o autor: “O problema está nas raízes mesmas deste Peru, filho da conquista. Não somos um povo que assimila as idéias e os homens de outras nações, impregnando-as de seu sentimento e de seu ambiente e consegue, desta sorte, enriquecer, sem deformá-lo, seu espírito nacional. Somos um povo no qual convivem, sem fusionar-se, sem se entender ainda, índios e conquistadores”²³⁷

Essa mesma inarticulação, inorganicidade que se constata no plano da geografia ou da educação, pode ser observada na religião ou na literatura.

No que tange à primeira, Mariátegui identifica, com a conquista, a sobreposição do culto católico aos antigos ritos e mitos indígenas.²³⁸ A antiga religião dos Incas que, segundo o autor, carecia de metafísica e se identificava plenamente com o Estado e o regime social não poderia, conseqüentemente, sobreviver a estes últimos.²³⁹ Se o culto ao Sol se foi com o Tawantinsuyo, sobreviveram os antigos ritos e crenças mágicas dos indígenas, os quais, como se verá a seguir, não serão eliminados pela cristianização.

Juntamente com o conquistador – último exemplar dos cruzados – teria vindo o evangelizador, o qual conferia a legitimidade à empresa de conquista. Dessa maneira, Mariátegui reitera sua definição da conquista como “empresa militar e religiosa”. Assim, à teocracia incaica foi substituída por outra.²⁴⁰

Vencida, todavia, a etapa da conquista, a colônia substituiu o cruzado pelo aristocrata e o evangelizador pelo eclesiasta. Mariátegui aponta que, se a Conquista coincidiu – no século XVI – com a “Contra-Reforma” e o fervor religioso da “mística”, a colônia coincide com o período da Inquisição e a Escolástica. Desse modo, embora o clero contribua de modo decisivo para o aparato colonial, a religiosidade entra em declínio.

Além disso, a evangelização católica submeteu o índio pelo luxo e a pompa do culto e não pela palavra ou pela metafísica cristã. Segundo Mariátegui, a habilidade do catolicismo de se adaptar às novas circunstâncias e ambientes é, a um só tempo, sua força e sua fraqueza. Nos cultos e festas religiosas peruanos os indígenas mantiveram vivos suas crenças e superstições mágicas, o que apontava a superficialidade da conversão.²⁴¹

²³⁷ *Idem.*, p. 86.

²³⁸ *Idem.*, p. 134.

²³⁹ *Idem.*, pp. 136-140.

²⁴⁰ *Idem.*, p. 140.

²⁴¹ *Idem.*, pp. 143-144.

Outro elemento interessante deste capítulo sobre a religião é a comparação entre o papel do catolicismo e do protestantismo na colonização da América Latina e dos EUA, respectivamente. Aqui Mariátegui afirma que: “O protestantismo aparece na história como a levedura espiritual do capitalismo. A Reforma protestante contém a essência, o germe do Estado liberal”²⁴²

Afirmção que o aproxima de Max Weber, embora o autor peruano não cite, em nenhum momento, o sociólogo alemão.²⁴³ Se a ascese protestante impulsionou o *Pioneer* a conquista e ao enriquecimento, a religiosidade católica – ligada aos valores medievais – apenas teria reforçado a ociosidade e parasitismo dos *encomenderos*, burocratas e clérigos do Vice-reinado ²⁴⁴.

Passando do fenômeno religioso ao literário, a primeira coisa que chama a atenção é o título deste que é, conforme já foi dito, o mais longo dos ensaios: *Proceso de La Literatura*. Como o próprio autor logo esclarece, a palavra “processo” tem aqui o sentido de “juízo” de “processo judicial”. Assim, o intuito confesso de Mariátegui é fornecer um “testemunho de parte”, de “acusação” ao conjunto da literatura peruana.²⁴⁵

Para ele, não se poderia, a rigor, falar em uma literatura “nacional” peruana: “Nossa literatura não cessa de ser espanhola na data de fundação da República. Segue sendo-a por muitos anos (...). Se não espanhola, a que chamá-la literatura colonial”²⁴⁶

Mariátegui propõe uma periodização da história da literatura peruana em colonial – ainda dependente da literatura metropolitana -, cosmopolita – assimilando elementos de outras literaturas estrangeiras – e nacional – adquirindo, por fim, expressão própria. Por seu critério, a literatura peruana teria sido, até o século XX, colonial e seu período nacional ainda não teria se iniciado. Quais seriam as razões desse prolongamento da fase colonial? Para o autor: “A literatura de um povo se alimenta e se apóia em seu substrato econômico e político. Num país de herdeiros dos *encomenderos*

²⁴² *Idem.*, p. 147.

²⁴³ As referências de Mariátegui, aqui, são o intelectual espanhol Ramiro de Maestu – no ensaio *Rodó y El Poder* -, Friedrich Engels – em *O Anti-During* -, Karl Marx – em *O Capital* – e George Sorel – em *Princípios de Economia Moderna*. Cf. *Idem.*, pp. 148-150. Michael Löwy sugere pesquisar se, em Maestu, o peruano poderia ter encontrado alguma referência ao autor de *Ética Protestante e O Espírito do Capitalismo*. Cf. Löwy, Michael: “Mística Revolucionária: José Carlos Mariátegui e A Religião”, *In. Estudos Avanzados*, Vol. 19, no. 55, setembro-dezembro de 2005.

²⁴⁴ Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, *Op. Cit.*, pp. 149-150.

²⁴⁵ *Idem.*, p. 191.

²⁴⁶ *Idem.*, p. 199.

e ouvidores do Vice-reinado, nada mais natural que a serenata sob seus balcões. A autoridade da casta feudal repousa, em parte, no prestígio do vice-reinado.”²⁴⁷

Daí a crítica à que Mariátegui submete o trabalho de um estudioso da literatura como José de La Riva Agüero. Por trás de seu apego ao espanholismo e as formas consagradas da literatura metropolitana não estaria outra coisa que o interesse de sua classe: a aristocracia fundiária herdeira da colônia.²⁴⁸

Assim, ao abordar a literatura colonial, Mariátegui reapresenta o tema da fratura, da “dualidade” que opõem o quéchua e o espanhol, o índio e o conquistador. Nessa literatura do Peru colonial, que não teria sido se não um transplante daquela produzida na metrópole, teria havido uma exceção: Inca Garcilaso de La Veja. Filho de um conquistador e de uma princesa indígena, o autor dos *Comentários Reales*, teria sido o primeiro autor criador de uma literatura autóctone. Para Mariátegui, este escritor mestiço: “(...) foi o primeiro peruano, se entendermos a peruanidade como uma formação social determinada pela conquista e pela colonização espanholas (...) Foi o primeiro peruano sem deixar de ser espanhol”²⁴⁹

Apesar da exceção representada pela obra de Garcilaso, a literatura da colônia não teria aportado nada de novo, sendo a maioria de seus praticantes imitadores das formas vigentes na Espanha.

Dessa apresentação do tema da colônia ao longo dos *Siete Ensayos...* pode-se ter uma idéia do lugar que este ocupa no pensamento mariateguiano. O legado colonial permanece como algo vivo e atuante no presente peruano, sendo sua função, no fundamental, negativa. A colônia desarticula, fratura e opõe os distintos elementos econômicos, sociais étnicos e culturais que constituem o país. Desse modo a inorganicidade da formação social peruana em seus distintos níveis – do material ao literário – aparece como resultado da permanência da herança da conquista.

4.6. O debate em torno dos modos de produção

Este ponto é de importância crucial, pois diz respeito a um debate no interior da historiografia econômica da América Latina que, durante a maior parte do século XX, polarizou diversos enfoques: isto é, o debate sobre o caráter das formações econômico-sociais da colônia, se feudais, pré-capitalistas ou capitalistas.

²⁴⁷ *Idem.*, p. 201.

²⁴⁸ *Idem.*, pp. 192-194.

²⁴⁹ *Idem.*, p. 198.

Na teorização marxista, o modo de produção é definido a partir do momento da produção e não da circulação. O processo da produção e reprodução da vida social tem, como momento predominante, o conjunto das forças e relações produtivas. Nessa chave, o capitalismo seria caracterizado pela separação entre a propriedade dos meios de produção e a força de trabalho, que se concretiza historicamente com o sistema fabril. Essas condições permitem a exploração do trabalho livre e a extração, por meios econômicos (assalariamento), do trabalho excedente (a mais-valia), processo sobre o qual se reproduz o capital.²⁵⁰

Para que a emergência do capital industrial como forma dominante na economia pudesse se concretizar, fez-se necessário um longo processo histórico de transição, no qual predominou a forma mercantil do capital, baseada na circulação simples de mercadorias. Nesse longo período – por alguns denominado de “capitalismo mercantil - foi de importância decisiva a chamada acumulação primitiva: isto é, o processo de extração por meios extra-econômicos, em favor do capital mercantil, de excedentes nas fronteiras do sistema econômico.²⁵¹

Esse processo se deu de duas maneiras. Em primeiro lugar, internamente, por meio da expropriação da agricultura camponesa (cujo principal exemplo histórico são os “cercamentos” na Inglaterra do século XVII). A segunda forma se realizava externamente, por meio do saque colonial: saque militar propriamente dito, monopólios reais sobre o comércio colonial e diversas formas de emprego do trabalho compulsório na agricultura e mineração (escravidão, *mita*, *encomienda* e inúmeras formas de servidão).²⁵²

Importante frisar que são formas “políticas” de extração do excedente da produção: desde os monopólios de concessão régia até o uso puro e simples da força armada para pilhagem. Essa combinação de acumulação mercantil e relações de trabalho não-mercantis é que cria o grande problema teórico dos historiadores econômicos com relação à colônia. Afinal, como caracterizar esse conjunto de relações de produção? Ou ainda, diante de que tipo de formação social se está?

O obstáculo à compreensão está em que tais formações são extremamente heterogêneas internamente, nelas convivendo, lado a lado, relações que a teoria social atribui a diferentes períodos históricos. Mais do que isso, as sociedades metropolitanas

²⁵⁰ Cf. Marx, Karl: *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006., Livro I, Volume I, Caps. IV e V.

²⁵¹ Idem, Cap. 2. Sobre a acumulação primitiva ver Idem, Cap. 24.

²⁵² Cf. Novais, Fernando: *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*, São Paulo, Hucitec, 2006., Cap. 2.

às quais se ligavam – as monarquias absolutistas do *Ancien Régime* – também combinavam elementos de uma velha ordem em crise (a sociedade feudal-estamental) e outros de uma nova ordem que apenas se delineava (o capitalismo e a sociedade de classes). Esse lugar histórico singular e a heterogeneidade interna colocam a seguinte questão: como empregar categorias como feudalismo, escravismo ou capitalismo para explicar uma realidade que não se encaixa bem em nenhuma delas? Ou ainda, com base em qual(is) elemento(s) se pode proceder a tal classificação?

Diante de tais questões, é preciso revisitar, de modo sumário, as principais teorias sobre a formação social colonial na América Latina e no Brasil para, então, localizar as leituras de Caio Prado e de José Carlos Mariátegui entre elas.

A polêmica sobre o caráter das formações sociais latino-americanas – se feudais ou capitalistas – foi, como nota Ernesto Laclau, tema de controvérsia no seio da esquerda latino-americana por décadas. O autor argentino lembra que esse debate está longe de ter interesse apenas teórico. Afinal, se os defensores da tese do feudalismo afirmavam, por um lado, a necessidade de uma revolução democrático-burguesa para eliminar os “restos feudais” e permitir o desenvolvimento das forças produtivas, por outro, os defensores do caráter capitalista sustentavam ser essa revolução desnecessária e defendiam o socialismo como objetivo dos revolucionários latino-americanos.²⁵³

Para Laclau, para abordar de modo adequado o problema seria preciso esclarecer bem o que se está querendo dizer ao empregar termos como “feudalismo” ou “capitalismo”. Segundo ele, a confusão e imprecisão conceituais a esse respeito foram generalizadas no marxismo latino-americano. Ao invés de tomarem capitalismo e feudalismo no sentido que Marx dava a esses conceitos – isto é, o de distintos modos de produção – ambos os lados da contenda teriam utilizado-os em sentido diverso: “feudal”, significando “economia natural” ou “economia fechada”, ao passo que “capitalista” designaria “economia de mercado” ou “dinâmica”.²⁵⁴

O autor recorre, então, a *O Capital* e a obras mais recentes da literatura especializada – como o livro *A Evolução do Capitalismo*, de Maurice Dobb – para apontar os equívocos conceituais dessas concepções. Não apenas o feudalismo não seria incompatível com a produção para o mercado, como o capitalismo não se definiria por esta. Enquanto o primeiro teria como característica central a relação de trabalho servil – a apropriação, pelo senhor, do excedente do camponês por meio de relações servis - ,

²⁵³ Laclau, Ernesto: “Feudalismo y Capitalismo em América Latina”, In. Assadourian, Carlos Sempat *ET ali* (org.): *Modos de Producción em América Latina*, México D. F., Pasado y Presente, 1986., p. 23.

²⁵⁴ *Idem.*, pp. 23-24.

enquanto o capitalismo teria como atributo próprio, como acima assinalado, a relação de trabalho livre ou a transformação da força de trabalho em mercadoria.

O objetivo central do artigo do marxista argentino é expor e criticar as concepções de André Gunder Frank sobre o capitalismo na América Latina; Frank se notabilizou, nos anos 60, como defensor da tese de que a América Latina seria capitalista desde sua origem. Ao demonstrar que a concepção de Frank do capitalismo se centrava na produção para o mercado Laclau sustenta que ela é incapaz de dar conta da natureza das relações sociais de produção predominantes no continente, dado que empregaria um conceito demasiado amplo que poderia, no limite, incluir qualquer formação social em que houvesse produção mercantil.²⁵⁵

A crítica de Laclau a Frank é interessante pois se aproxima das objeções que autores variados, como Jacob Gorender, Sedi Hirano e João Quartim de Moraes fizeram à contribuição de Caio Prado.²⁵⁶

A crítica de Hirano aos autores que procuram identificar a colônia como capitalista tendo por base seu vínculo com o capital mercantil é a de que, em termos marxistas, uma determinada formação social deve ser identificada a partir de suas relações de produção. Ora, as relações produtivas coloniais, embora orientadas para a produção de mercadorias, se apoiavam no trabalho compulsório. Desse modo, Hirano defende o uso do conceito de pré-capitalismo para compreender a colônia.²⁵⁷

Uma crítica semelhante é feita pelos autores que, como Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Décio Saes, procuram entender a colônia, ou a partir da combinação de mais de um modo de produção, ou como um modo de produção específico – como o “escravismo-colonial”, de Gorender -, apoiados em pesquisa historiográfica profunda. Sua crítica a Caio Prado Jr é a de que ele teria um ponto de vista “circulacionista”, isto é, baseado no momento da circulação, deixando para trás o conceito de modo de produção.²⁵⁸

Embora seja verdade que Prado Jr. parta da circulação, é um equívoco dizer que ele defina a colônia como capitalista. Em primeiro lugar essa palavra não é empregada, para caracterizar a economia colonial, em nenhum momento de seu principal livro sobre

²⁵⁵ *Idem.*, p. 29-33.

²⁵⁶ Hirano, Sedi: *Formação do Brasil Colonial: Capitalismo e Pré-Capitalismo*, São Paulo, Edusp, 2008, pp. 19-80. Ver Também, Gorender, Jacob: “Do Pecado Original ao Desastre de 1964”, *Op. Cit.*, e Moraes, João Quartim de: “O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Permanência”, *In. Del Roio, Marcos e Moraes, João Quartim de (orgs.): História do Marxismo no Brasil, Op. Cit.*, Vol. IV., pp. 161-227. .

²⁵⁷ Hirano, Sedi: *Formação do Brasil Colonial: Capitalismo e Pré-Capitalismo, Op. Cit.*

²⁵⁸ *Idem. Ibidem.*

o assunto: *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*. Em segundo lugar, como lembra Carlos Nelson Coutinho, antes da abolição da escravidão, a caracterização da economia brasileira como capitalista é, ao menos, dúbia na abordagem pradiana.²⁵⁹ Ou seja, O Brasil só passa a ser caracterizado como sendo propriamente capitalista quando é removido o entrave do trabalho servil abrindo-se, desse modo, o caminho para o trabalho livre, o que é coerente com o método marxista.²⁶⁰

Ainda restaria a objeção de que, mesmo não definindo a colônia como propriamente capitalista, Caio Prado definiria sua economia partindo da circulação e deixando de lado o conceito de modo de produção. Mas, como lembra Bernardo Ricupero, é interessante perguntar se, dado que a colônia se insere como parte integrante e subordinada de outro sistema econômico (o metropolitano), caberia caracterizá-la como um modo de produção autônomo? Ou ainda, se a aplicação da categoria de modo de produção, sem levar em conta o vínculo colonial, seria frutífera.²⁶¹

Em suma, ao contrário do que as vezes se afirma, Caio Prado nunca caracterizou a formação social da colônia como capitalista, nem tampouco desconheceu a importância das relações de produção. Definiu essa formação social a partir da confluência de sua origem mercantil e do emprego do trabalho escravo. Isso ficará mais claro quando for analisada a concepção do autor sobre a questão agrária no Brasil do século XX. Aí sim pode-se apontar o equívoco do historiador, ao tentar caracterizar como relações de trabalho salariais formas que ainda não o seriam. Mas esse assunto será objeto do capítulo 6.

Se o historiador brasileiro definiu o sistema de *plantation* da colônia brasileira como sendo escravista e mercantil, o que dizer do emprego da categoria *feudal*, feito por Mariátegui, para entender a colonização espanhola no Peru?

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que o marxista peruano é anterior, tanto ao debate latino-americano em torno do caráter das formações coloniais, quanto ao debate marxista internacional sobre os modos de produção. Se o primeiro, com obras como as de Prado Jr. e Bagú, pode ter seu início datado do final dos anos 40, o segundo foi travado ao longo dos anos 50, por historiadores e economistas como o inglês Dobb e o

²⁵⁹ Coutinho, Carlos Nelson: “Uma ‘Via Não-Clássica’ Para O Capitalismo”, *Op. Cit.*

²⁶⁰ Para a análise de Caio Prado a respeito da crise do trabalho escravo Cf. Prado Jr., Caio: *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2002, pp. 172-182.

²⁶¹ Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, *Op. Cit.*, cap. 5. Em especial a nota 54, p. 175, na qual o autor afirma claramente a incompatibilidade entre a escravidão e o capitalismo

americano Sweezy. Ou seja, escrita em 1928, a principal obra de Mariátegui não pode se beneficiar dessas discussões.

No final dos anos 20 a caracterização da estrutura social colonial como tendo sido feudal era generalizada, tanto dentro, quanto fora do marxismo. Aqui é útil retornar ao artigo de Laclau. Ele lembra que o emprego do termo “feudal” no sentido de economia “fechada”, “de subsistência” ou “atrasada” pode ser encontrada já em autores liberais latino-americanos como, por exemplo, Domingos F. Sarmiento. Empenhados em modernizar suas sociedades segundo o modelo dos centros europeus, os liberais novecentistas estariam inclinados a estigmatizar a ordem colonial como “retrógrada”, “estática” ou “avessa ao progresso”. Daí o emprego do feudalismo para conceituá-la.²⁶²

Outra vertente não marxista de emprego do termo feudal para compreender a colônia é aquela que deriva esse caráter da análise de instituições jurídicas metropolitanas. Hirano destaca, para o caso brasileiro, historiadores conservadores da segunda metade do século XIX e do início do século XX, apoiados no estudo das instituições jurídicas da metrópole e da colônia – capitânicas hereditárias, cartas (“forais”) de concessão de sesmaria ou o regime de herança -, caracterizavam a forma da propriedade e a ordem social como feudais (sendo Varnhagem, Capistrano de Abreu, Handelman, Southey, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras os autores mais conhecidos nessa linha).²⁶³

Assim, o pensamento social latino-americano do tempo de Mariátegui, partindo, seja de instituições jurídicas, seja da “auto-suficiência” ou “arcaísmo” dos latifúndios ou *haciendas*, havia um consenso no emprego do termo “feudal” para se referir ao passado colonial. Todavia, as referências do autor peruano não são nem apenas formas legais, nem o enclausuramento dos grandes domínios rurais.

Pelo contrário, como se pode observar na sessão anterior, Mariátegui atribui o caráter feudal às relações de exploração do trabalho modificadas ou criadas pelos espanhóis, como a *mita* e a *encomienda*, respectivamente. Ambas seriam, em sua leitura, formas servis, dado que repousavam na extração extra-econômica do excedente por meio do trabalho compulsório. É interessante assinalar, a propósito, que o autor teve o cuidado de diferenciar, ao comparar costa e altiplano, feudalismo e escravismo. Embora em ambos os casos se empregue a coerção extra-econômica, em um caso o trabalhador

²⁶² Laclau: “Feudalismo y Capitalismo em América Latina”, *Op. Cit.*, p. 28.

²⁶³ Hirano, Sedi: *Formação do Brasil Colonial: Capitalismo e Pré-Capitalismo*, *Op. Cit.*

(camponês indígena) não era, formalmente, propriedade do *encomendero*, mas tutelado por este, ao passo que, no segundo caso, o escravo negro era propriedade do *hacendado*.

Desse modo, o autor dos *Sete Ensaios...*, a quem se costuma imputar um tratamento não rigoroso em termos conceituais, é bastante fiel à importância que Marx confere às relações de produção. Isso fica mais claro no seguinte trecho, em que o autor discute a formação social peruana de seu tempo: “Na Sierra encontramos a prova mais conclusiva de sua (do feudalismo) típica expressão econômica mais acabada: a servidão. Nas relações de produção e trabalho, o salariado assinala a passagem ao capitalismo. Não há regime capitalista, propriamente dito, ali onde não há, no trabalho, regime de salário”²⁶⁴

Seu emprego do termo “feudalismo” está, nesse sentido, mais próximo daquele defendido por Laclau, quatro décadas mais tarde. Assim, Caio Prado e Mariátegui valorizam aspectos diferentes da experiência colonial. Enquanto o brasileiro se voltaria para o vínculo mercantil, o peruano atentaria para as relações internas. Essa diferença entre os autores se explica, conforme ficou sugerido acima, em parte, pela discrepância geracional. Enquanto Caio Prado foi um dos pioneiros de uma revisão historiográfica a respeito da colônia, Mariátegui não participou de nenhum debate deste tipo.

Assim, para entender as diferenças de ênfase conceitual seria preciso levar em conta as discrepâncias de gerações intelectuais e os diversos problemas que enfrentaram. Esse último assunto será desenvolvido no capítulo seis.

Todavia, a análise precedente das obras de ambos aponta para uma explicação complementar. Afinal, Brasil e Peru tiveram colonizações de tipo muito diverso. Enquanto no primeiro caso, prevaleceu o sistema de *plantation* escravista, no segundo, foi dominante a economia mineradora, calcada no recrutamento servil da mão de obra autóctone. Essas diferentes relações de exploração, sem dúvida, determinam diferentes conceituações. Dessa maneira, faz-se necessário, ao se comparar as interpretações que os autores fizeram da colônia, levar em consideração as experiências históricas concretas de suas sociedades.

Para concluir o presente capítulo, o qual enfocou mais as diferenças entre as duas obras, é interessante apontar que em ambas a colônia é identificada como a origem dos males presentes das sociedades brasileira e peruana. Mais do que isso, os dois autores a identificam, não como um passado que ficou para trás, mas como um passado

²⁶⁴ Mariátegui, José Carlos: “Respuesta Al Questionário no. 4 del Seminario de Cultura Peruana”, In. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1991., p. 109.

que se prolonga no presente, que ainda é atuante. Daí dizer-se, nesta dissertação, que, tanto para Caio Prado, quanto para Mariátegui, a colônia é a negação da nação.

Restaria a pergunta: por que as relações sociais, originadas no passado colonial, continuam vivas e atuantes? A resposta, ambos a buscaram, nas condições, no caráter e no desenrolar dos respectivos processos de emancipação política.

Capítulo 5

Entre a colônia e a nação: a problemática das revoluções de independência

Se na abordagem da sociedade colonial o que mais ressalta na comparação é a discrepância entre as análises do brasileiro e do peruano, aqui será tratado um ponto no qual elas mais se aproximam do que distanciam: isto é, o tema dos processos de independência. Após apresentar as leituras de Caio Prado e Mariátegui, respectivamente, sobre a emancipação política de seus respectivos países, o capítulo se concluirá com a discussão daquilo que essas leituras tem, a meu ver, em comum: apontarem o caráter, nesses processos, de revoluções burguesas inconclusas ou “abortadas”.

5.1. Rumo à nação?

Na Introdução de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, ao explicar o porque da escolha do período histórico em questão, Caio Prado afirma que permitia, a um só tempo, um balanço geral da herança da colonização e o vislumbre, por meio da crise generalizada do sistema, do novo (a nação).

O balanço da colônia feito pelo autor não é dos mais otimistas. O caráter predatório da exploração econômica – tanto da terra quanto da força de trabalho –, os baixos níveis de vida da população como um todo, a oposição entre produção para fora e o consumo interno (que obstaculizava a formação de um mercado interno), a dispersão do povoamento e a pobreza das comunicações, a cegueira da administração lusitana, a lassidão nos costumes e a ausência de vida intelectual: eis os principais legados de três séculos de colonização portuguesa na América²⁶⁵.

Em todos esses traços pode-se reconhecer a marca do “sentido da colonização”. Produzir para o mercado mundial, em larga escala e com mão de obra escrava, são respectivamente o impulso e os meios da empreitada mercantil que gerou o Brasil. Se essa empresa floresceu e, nesse florescimento produziu algo “de novo”, no período

²⁶⁵Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo, Op. Cit.*, pp. 340-380. O autor chega à dura afirmação de que, em uma sociedade dominada pela escravidão, haveria uma “quase ausência de super-estrutura”.

estudado seu potencial chegava ao fim e passava a funcionar como obstáculo para o desenvolvimento das forças (materiais e sociais) que criara.²⁶⁶

Esse esgotamento do regime econômico-social da colônia era sentido por seus contemporâneos sob a forma de um mal-estar generalizado, ao qual, em que pese as tentativas de reforma e adaptação, era impossível dar resposta nos quadros do próprio sistema. Não havia mais solução dentro da ordem estabelecida, estando esta irremediavelmente comprometida.

Em que pese afirmações como estas, o historiador paulista é claro ao dizer que o desfecho daquela conjuntura estava longe de ser dado. Não estaria, pois, a independência contida de antemão na crise da colônia. Os homens que se viam as voltas com o problema tinham, diante de si, um espectro de possibilidades políticas, não sendo a independência de Portugal a preferida, até às vésperas de 1822, pela maior parte da elite colonial.

Caio Prado procura distinguir os acontecimentos políticos mais conjunturais e as contradições estruturais às quais estes respondiam. A crise era produto de um acúmulo de contradições: entre comerciantes metropolitanos e proprietários locais, entre portugueses e brasileiros, entre senhores e escravos, entre possuidores e homens livres despossuídos etc. Enfim, essas diferentes contradições se combinavam e se sobrepunham umas às outras, criando a situação de instabilidade social na qual os fatos conjunturais terão lugar e moldarão o rumo da história (que não estava dado a priori). Os indivíduos agiam sem plena consciência daquilo que faziam, como instrumentos das já mencionadas forças históricas de longo alcance²⁶⁷

Para além da situação interna o autor também leva em conta, coerentemente com seu conceito-chave, a inserção da crise da colonização portuguesa no quadro mais amplo da crise do Antigo Regime – com a passagem, na segunda metade do século XVIII, do predomínio do capital mercantil ao do capital industrial -, da qual o colapso dos impérios ibéricos foi um aspecto importante.²⁶⁸

Formação do Brasil Contemporâneo se detém, entretanto, na ante-sala da independência política brasileira. Ao contrário do que anunciava no início, Prado Jr. não

²⁶⁶ Idem, Ibidem. Embora se possa reconhecer aqui o tema da contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, desenvolvido por Marx no Prefácio à *Para a Crítica da Economia Política*, deve-se alertar que este não ocupa a centralidade do argumento. Se em *Evolução Política do Brasil*, como se verá em seguida, o autor privilegiou a contradição entre proprietários rurais e mercadores para explicar a independência, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o acento está no acúmulo de contradições, entre as quais estaria a que opõe fazendeiros e comerciantes.

²⁶⁷ Idem, Ibidem. .

²⁶⁸ Cf. Idem: *História Econômica do Brasil, Op. Cit.*, pp. 123-132.

prosseguiu em seu projeto de uma história que chegasse ao seu tempo. Suas reflexões mais importantes sobre o processo de emancipação e formação do Estado brasileiro se encontram, como já mencionado, em *Evolução Política do Brasil*. No entanto, se em *Formação do Brasil Contemporâneo* o autor dá ênfase às continuidades entre a colônia e o Estado independente, naquele seu primeiro ensaio ressaltou o caráter de ruptura do processo, marcado pelo uso, no título do capítulo sobre a independência, da palavra “Revolução”. Haveria, aí, uma descontinuidade ou mudança de posição por parte do autor do primeiro para o segundo livro? Como espero demonstrar, não é esse o caso. Como afirma Wilma Peres Costa, as análises da emancipação política, presentes em *Formação...* e em *Evolução...* não são alternativas. Se tratam, na realidade, de duas leituras complementares da Independência, sendo ambas fontes de muitos trabalhos posteriores. Desse modo, Caio Prado enfatizou, em cada uma das obras, dois momentos distintos de um mesmo processo histórico: por um lado, a ruptura política com o *status quo* colonial e a conseqüente instabilidade político-social e, de outro, a manutenção da dependência agro-exportadora e do trabalho escravo.²⁶⁹

Em sua primeira obra, conforme referido acima, Caio Prado explica a independência como resultado da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do Brasil e a super-estrutura colonial, seguindo, desse modo, o esquema que Marx delineou no Prefácio à *Para A Crítica da Economia Política*. Todavia, esse processo reveste uma forma política singular. Caio Prado assinala essa peculiaridade da emancipação política brasileira no fato de seu marco inicial ter sido a transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro (1808), o que liquidou com os vínculos econômicos e políticos que subordinavam a colônia à sua metrópole.²⁷⁰

A nova situação irá aguçar as contradições que opunham os interesses mercantis lusitanos – interessados em re-estabelecer o monopólio do comércio colonial – e os dos grandes proprietários rurais, os quais se beneficiaram com a liberdade de comércio exterior.²⁷¹ Essa contradição, como já se apontou anteriormente, também trará à tona as massas populares, tanto homens livres sem propriedade, quanto escravos, interessadas em liquidar a ordem social que as excluía. Todavia, as camadas subalternas careciam de maturidade política, além de inexistirem ainda as condições objetivas para a superação do regime social contra o qual se batiam.²⁷²

²⁶⁹ Costa, Vilma Peres: A Independência na Historiografia Brasileira, In. Jancsó, István (org.): *Independência Brasileira: História e Historiografia*, São Paulo, Hucitec-FAPESP, 2005.

²⁷⁰ Prado Jr., Caio.: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, Op. Cit., pp. 42-43.

²⁷¹ *Idem.*, p. 45.

²⁷² *Idem.*, p. 47.

Desse modo, o processo de independência será encabeçado pelos grandes proprietários escravocratas, organizados no “Partido Brasileiro”, os quais limitarão a Revolução aos seus interesses de classe: emancipação política, liberdade de comércio e a conservação da estrutura social legada pela colônia.²⁷³

Esse caráter conservador do processo de independência foi reforçado pela maneira pactuada pela qual se deu. Nas palavras do autor: “Fez-se a Independência praticamente à revelia do povo e, se isto lhe poupou sacrifícios, também afastou por completo sua participação na nova ordem política. A Independência brasileira é mais o fruto de uma classe do que da nação tomada em conjunto.”²⁷⁴

O caráter de classe do processo emancipatório irá se refletir na estrutura do novo Estado. Após uma análise dos principais artigos do projeto de Constituição de 1823, o historiador paulista conclui: “Assim a ideologia da Assembléia de 1823, que era a da classe dominante por ela representada em grande maioria, reflete perfeitamente seus interesses. Isso explica porque, apesar de seu tão apregoadado liberalismo, não se embaraça com a questão dos escravos (...) Este, o retrato mais perfeito do liberalismo burguês”²⁷⁵

Com essa nota irônica, o historiador marxista aponta como o liberalismo da classe dominante brasileira, era adaptado às condições históricas muito diferentes das da Europa. Se na Revolução Francesa, a ideologia liberal servira à burguesia para combater o feudalismo, no Brasil, servia aos grandes proprietários rurais para manter o regime escravocrata.

Se os grandes proprietários encontravam a expressão de seus interesses no liberalismo, os homens livres e pobres – cuja situação só se agravava com a prosperidade da grande exploração escravista e mercantil – combaterão, nas revoltas que conflagrarão o país durante a Regência, por uma radical subversão da ordem. Todavia, dada a ausência de condições objetivas, essas aspirações de reformas sociais ficarão em um plano abstrato e confuso, não chegando à constituir-se em um programa político. Como resultado, as massas populares, instrumentalizadas pela classe dominante no combate às tentativas de recolonização – amparadas nos interesses mercantis lusitanos - , não serão capazes, após a abdicação de D. Pedro I. (1831), de

²⁷³ *Idem., Ibidem.*

²⁷⁴ *Idem.,* p. 48.

²⁷⁵ *Idem.,* p. 52.

fazer frente à reação conservadora que triunfará no país, na qual os grandes proprietários rurais se aliarão aos adversários da véspera.²⁷⁶

De um lado, as condições de vida dos homens livres sem propriedade eram demasiado heterogêneas para sustentar a persepção de interesses próprios. Por outro lado, os escravos, embora vivendo em condições materiais comuns, não puderam, nas palavras do autor, “passar de uma classe em si à uma classe para si”.²⁷⁷ Impediam nos, tanto as múltiplas origens étnicas, quanto o isolamento nas fazendas e as condições do regime de exploração.²⁷⁸

Assim, além de não conseguirem expressar seu radicalismo em um programa concreto, outra fraqueza das massas populares foi a inviabilidade de uma união com os escravos. Ao longo das revoltas do período regencial, homens livres e escravos lutaram paralelamente, sem nunca chegarem a convergir.²⁷⁹ Nas rebeliões do decênio de 1830 – as quais nunca transcenderam os limites de agitações locais – o historiador paulista adverte uma mesma dinâmica: a insurreição se inicia pelas camadas médias que trazem a tona os grupos populares. Estes, por seu turno, passam a desenvolver uma ação independente e radicalizada. Diante da violência das massas, as classes médias se passam para a reação ou simplesmente deixam o movimento. Abandonados por seus antigos líderes e incapazes de uma ação conseqüente, as camadas populares terminam derrotadas²⁸⁰.

Nessa análise, empreendida por Caio Prado, do processo de luta de classes no período de construção do Estado brasileiro, Paulo Martinez, reconhece a influência de *O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte*, de Karl Marx.²⁸¹ Assim como o fundador do materialismo histórico fez para o processo revolucionário francês (1848-1852), o historiador brasileiro aponta, nos movimentos populares pós-independência, a supra-citada dinâmica descendente. Além disso, Caio Prado também constrói a consciência de classe, não como resultado direto da posição nas relações de produção, mas como resultado da luta recíproca. Assim, o desfecho conservador da constituição do Estado brasileiro aparece como termo de um longo processo histórico (1808-1848), no decorrer

²⁷⁶ *Idem.*, p. 54.

²⁷⁷ *Idem.*, p. 61.

²⁷⁸ *Idem.*, *Ibidem.*

²⁷⁹ Ver a análise que o autor faz da desunião entre sertanejos e escravos que se rebelaram no movimento dos “balaaios”, no Maranhão. *Idem.*, p. 77.

²⁸⁰ Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica está na leitura que o historiador paulista faz da rebelião dos “cabanos”, no Pará, na qual as camadas populares chegaram, mesmo a tomar o poder. Cf. *Idem.*, pp. 64-70.

²⁸¹ Martinez, Paulo: *A Dinâmica de Um Pensamento Crítico*, *Op. Cit.*

do qual as potencialidades da Revolução de Independência são frustradas pela vitória dos grandes proprietários. O sufocamento das últimas insurreições populares, as instituições centralistas do Segundo Reinado, criadas pelo predomínio do Partido Conservador nos anos 1840, e a preservação da ordem escravocrata, criam as condições para o acordo das classes dominantes, as quais entram, segundo Prado Jr., “no gozo indisputado do país”.²⁸²

Desse modo, se a independência e consolidação de um Estado nacional criam as condições básicas para o advento da nação, não a engendram por si sós. Nas palavras do autor: “Existe um desacordo fundamental entre um sistema econômico legado pela colônia e as novas necessidades de uma nação livre e politicamente emancipada.”²⁸³

Volta-se, dessa maneira, à dialética colônia/nação que traveja a obra de Caio Prado. Se a emancipação política do Brasil foi fruto dessa contradição e assinala um momento chave de sua maturação não foi, todavia, capaz de superá-la, devido a seu caráter de “revolução pelo alto”, na qual as classes subalternas ficaram excluídas da esfera política e, por conseguinte, bloqueou-se a construção de uma nação integrada, calcada na noção liberal-burguesa de cidadania.

Essa perspectiva que separa a construção do Estado e a formação da nação, distancia decididamente Caio Prado da historiografia conservadora predominante no Brasil. O próprio autor demarcara abertamente esse distanciamento no prefácio ao seu ensaio de estréia, ao sustentar a necessidade de uma história que “não fosse apenas a história das classes dominantes”.²⁸⁴

Se historiadores conservadores – entre os quais se destaca Varnhagen – identificam a obra de construção do Estado imperial com a da nação, Caio Prado procura mostrar como o modo pelo qual se formou o primeiro, embora crie as bases para a segunda, também obstaculiza seu desenvolvimento.²⁸⁵

5.2. Revolução burguesa sem burguesia

A Revolução de Independência teria sido, para Mariátegui (do mesmo modo que para Caio Prado), decorrência das transformações mundiais ocorridas na esteira das revoluções burguesas: tanto a francesa, sua face política, quanto o advento da indústria

²⁸² Prado Jr., Caio: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, Op. Cit., p. 79.

²⁸³ Idem.: *História Econômica do Brasil*, Op. Cit., p. 140.

²⁸⁴ Idem.: *Evolução Política do Brasil*, Op. Cit., p. 9. Daí a valorização pioneira das revoltas do período regencial.

²⁸⁵ Costa, Wilma Peres: “A Independência na Historiografia Brasileira”, Op. Cit.

inglesa, sua base econômica. O nascimento e desenvolvimento de uma economia mundial capitalista tornavam obsoletas e mesmo inadequadas as relações características da colonização ibérica. Não apenas o capital industrial britânico – em sua busca por mercados – desejava abrir as colônias americanas ao livre-comércio, como a própria aristocracia fundiária local sentia o monopólio metropolitano como um entrave às suas possibilidades de ganho. Será sobre a base material da contradição entre o crescimento das forças produtivas e as relações sociais de produção vigentes, que agirão as novas idéias, vindas com o iluminismo francês e o liberalismo inglês, as quais inspirarão os revolucionários. Aqui o autor utiliza uma imagem curiosa para ilustrar a relação dialética entre infra-estrutura material e as ideologias, afirmando que estas, “seriam como a levedura intelectual e filosófica” que age sobre a primeira²⁸⁶. Embora postule o domínio, em última instância, do econômico, Mariátegui lembra a importância da ação política consciente e, mesmo, da determinação subjetiva dos libertadores, sem as quais a revolução da independência não teria ocorrido.

Eis um dos momentos mais ricos do texto. O teórico peruano rejeita qualquer determinismo economicista – tão comum em obras marxistas contemporâneas no continente – e, traz para primeiro plano a *praxis* social dos homens como processo de transformação da realidade, ao mesmo tempo em que é determinada por ela. Outro elemento que enriquece a análise é sua inserção no plano, não apenas dos grandes acontecimentos revolucionários de fins do século XVIII e inícios do XIX, como da constituição do capitalismo mundial.

Um terceiro fator a ressaltar na análise do processo de emancipação política é seu caráter de *classe*. A hegemonia na revolução coube à aristocracia fundiária. Houve sim intensa participação da massa popular, mas como elemento subordinado, sem a iniciativa política. Esse aspecto é decisivo para se compreender os limites políticos e sociais, não apenas do processo peruano, mas na Indo-América como um todo. Se, em toda a parte - com exceção do Brasil - se adotará o regime republicano, com constituições e instituições de cunho liberal, a formação social sobre a qual assentará o Estado permanecerá dominada pelo latifúndio feudal.²⁸⁷

²⁸⁶ Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit. p. 9.

²⁸⁷ Aqui há uma aproximação entre a análise de Mariátegui sobre os limites do processo de independência e aquela empreendida por Prado Jr. para o Brasil. Cf. Prado Jr., Caio: *Evolução Política do Brasil*, Op. Cit., pp. 45-89.

Daí que, ao invés de destruírem os fundamentos da velha ordem – como ocorreu no continente europeu – a nova forma de Estado e o novo regime jurídico contribuíram para sua conservação e, mesmo, para seu reforço.

Se a independência política removeu os obstáculos do regime de colônia, os quais impediam o desenvolvimento das forças produtivas internas e sua integração ao mercado mundial, não foi, contudo, condição suficiente para tanto. O Peru era um país distante dos principais centros capitalistas, localizados no Atlântico norte, e sem um produto apreciável que compensasse os altos custos de sua exploração e comercialização (já que as minas de ouro e prata estavam quase esgotadas ainda no fim da dominação espanhola). Desse modo, o país permaneceu relativamente à margem do mercado internacional. Essa tal marginalidade explica a ausência de desenvolvimento capitalista e a manutenção das antigas relações sociais. Não se formará uma classe burguesa hegemônica, capaz de sustentar o Estado moderno.²⁸⁸ Na falta dessa classe dominante, a política peruana cairá sob o instável domínio de líderes militares personalistas, os caudilhos. A análise materialista do caudilhismo é outra contribuição fértil do autor para os estudos políticos latino-americanos. O mando pessoal e militarizado dessas lideranças corresponderia ao estágio precário de desenvolvimento das estruturas sócio-econômicas do país e à não-existência de uma burguesia orgânica. No artigo, citado no capítulo anterior, que deu origem ao primeiro dos sete ensaios, Mariátegui afirma sobre os caudilhos: “herdeiros da retórica da Revolução da Independência, apoiavam-se temporariamente nas massas, desprovidas de toda ideologia para conquistar ou conservar o poder contra o sentimento conservador dos herdeiros e sucessores dos encomenderos espanhóis.”²⁸⁹

Eis aqui uma abordagem do fenômeno que, além das formulações de Gobetti, evoca, assim como foi visto em Caio Prado, o Marx de *O Dezoito Brumário*. Incapazes de se organizar como classe por sua heterogeneidade e fragmentação, as massas se fazem “representar” por um líder militar personalista, o qual, pela mesma ausência de

²⁸⁸ Essa relação entre o atraso no desenvolvimento capitalista e a não-formação de um Estado e de uma classe dirigente modernos, Mariátegui retirará das análises de Piero Gobetti sobre o *Risorgimento* italiano. Eis aqui mais um paralelo possível entre o autor peruano e Gramsci, já que Gobetti foi um interlocutor importante para as elaborações do marxista sardo sobre a “questão meridional” e a formação do Estado italiano, discutidas no primeiro capítulo. Cf. Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, *Op. Cit.*, pp. 173-175. Ver também Aricó, José: “Introducción”, In. *Idem. (org.): Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*, *Op. Cit.*, pp. 18-19 e, no mesmo volume, Melis, Antônio: “Mariátegui: Primer Marxista de América”, p. 210.

²⁸⁹ Mariátegui, José Carlos: “El Hecho Económico En La Historia Peruana” *Op. Cit.*, p. 303.

uma ideologia com portadores sociais definidos, também não enfrenta os interesses da aristocracia fundiária.

Como se verá no próximo capítulo, a integração do Peru no sistema capitalista internacional se dará na segunda metade do século XIX, com a exploração do guano e do salitre que se acumulavam no litoral sul do país. A burguesia embrionária que nascerá desse comércio, todavia, já surge atrelada, de um lado, aos interesses do latifúndio e, do outro, ao dos capitais estrangeiros (ingleses naquela época), sendo, pois, incapaz de superar as estruturas legadas pela colonização espanhola.

Aqui é interessante retornar à abordagem mariateguiana da dualidade entre litoral e altiplano (costa e *sierra*).²⁹⁰ Com o tema do “regionalismo”, se verá como o autor identifica, no plano político, o prolongamento da colônia como obstáculo à formação da nação.

Na visão mariateguiana, a grande fissura geográfica e social do Peru estava justamente aí. O litoral representava o apego artificial ao passado colonial e às tradições ibéricas e a *sierra* representava o elemento autóctone, único fundamento de uma nação peruana. Enquanto persistisse essa cisão e o predomínio da costa sobre o altiplano a nação integrada não seria viável.²⁹¹

No capítulo anterior se viu como a colonização deitou os fundamentos de uma polarização entre costa e altiplano que iria se fazer sentir no Peru independente. Esse era o problema regional no país com profundas raízes econômicas, sociais e políticas. As diversas pregações de autonomia regional frente a Lima não passariam, de modo geral, de expressões do descontentamento político de *gamonales* em desgraça frente ao poder central. A oposição entre “centralistas” e “federalistas” é, pois, rejeitada como uma fórmula da “velha política” aristocrática, que oculta o autêntico problema regional peruano.

O novo regionalismo, na opinião do autor, radicaria, portanto, na superação da polaridade costa/sierra, na incorporação do índio à vida política e na eliminação do *gamonalismo*.²⁹²

Em seguida, o autor passa a discutir o “problema da capital”. Ao contrário de outros países, o predomínio de Lima não se deveria à uma posição privilegiada na

²⁹⁰ Mariátegui, além dessas duas regiões aponta uma terceira: a “montanha” ou “floresta”, isto é, a Amazônia peruana. Todavia, dado o povoamento escasso e a pouca articulação com o resto do país, a região amazônica seria de pouca significação econômica, salvo no curto período da exploração da borracha. *Idem: Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana, Op. Cit.*, p. 170.

²⁹¹ *Idem*, p. 161

²⁹² *Idem*, pp. 178-180

geografia econômica do país, mas sim à sua função original de centro político-administrativo do Vice-reinado.

Foi esse privilégio político, que a centralização do regime republicano manteve, que deu a capital peruana sua condição de proeminência econômica em relação aos departamentos. Tratava-se, portanto, de uma prosperidade artificial.²⁹³

Com o desenvolvimento econômico do país dependendo de atividades produtivas – como a mineração no centro e a indústria petrolífera do norte – distantes de Lima, crescia a pressão por rotas de escoamento alternativas ao porto limenho de *Callao*.²⁹⁴ Além disso, embora fosse a sede da maioria das fábricas, a capital não reuniria as condições para ser o centro de uma futura indústria peruana, pois, não só não existia uma rede de transportes que articulasse a capital a todo o país, mas também Lima se encontrava distante dos centros fornecedores de matérias primas.²⁹⁵

Desse modo, a artificialidade de sua condição saltava ainda mais aos olhos, ficando clara sua dependência do regime centralista. Seu futuro como centro da vida política e econômica do Peru dependeria de sua participação nas transformações históricas que viriam.²⁹⁶

Desse modo, com a discussão sobre o problema do regionalismo, reencontra-se – no nível político – a mesma abordagem da questão nacional que foi vista na discussão da evolução econômica do país e na leitura do entrelaçamento entre questão indígena e da terra: isto é, o processo interrompido do porvir de uma nação, obstaculizado pela permanência de estruturas legadas pela colônia.

Desse processo obstaculizado resulta um país cujas regiões são pouco integradas em todos os níveis: econômico, social e político. Além disso, o Estado que se ergue sobre essa base, dependeria, segundo o marxista peruano, das elites fundiárias locais, reforçando-se, assim, os obstáculos à superação da herança do passado colonial.

Assim como na análise empreendida sobre o legado colonial, os resultados desse processo truncado de emancipação nacional, pode ser observado, também, nos níveis ideológicos: da educação, da religião e da literatura, respectivamente.

²⁹³ *Idem*, p. 182

²⁹⁴ *Idem*, pp. 183-185.

²⁹⁵ *Idem*, pp. 186-188.

²⁹⁶ *Idem*, pp. 189-190. É curioso que o autor faça um paralelo com a Rússia, onde o projeto modernizador de Pedro “O Grande” levou a capital para São Petersburgo e a Revolução Bolchevique, em que pese seu projeto ocidental, “se sentiu mais segura em Moscou”. Assim, se Cuzco havia perdido, com a Conquista, seu lugar para Lima, isso também poderia ser mudado na hipótese de uma revolução.

É interessante, a esse propósito a seguinte passagem na qual Mariátegui discute as políticas educacionais da República: “A República se sente e mesmo se confessa solidária com o Vice-reinado. Como o Vice-reinado, a República é o Peru dos colonizadores mais que dos reinícolas. O sentimento e o interesse de quatro quintos da população não têm qualquer papel na formação da nacionalidade e de suas instituições. A educação nacional, por conseguinte, não tem um espírito nacional: tem mais propriamente um espírito colonial ou colonizador. Quando, em seus programas de instrução pública, o Estado se refere aos índios, não se refere a eles como a peruanos iguais a todos os outros. Ele os trata como uma raça inferior”²⁹⁷

Esse trecho revela com clareza os resultados, no plano da construção das instituições estatais, de um processo de formação nacional no qual a maioria do povo é excluída da “nação” oficial. Mas a permanência do passado também se reflete no próprio conteúdo do ensino. Se a Espanha do período da Contra-Reforma difundiu em sua colônia uma educação literária e clerical, será essa mesma educação – completamente desvinculada dos problemas concretos do Peru – que irá prevalecer após a Independência.²⁹⁸

No plano religioso, a Revolução de Independência tampouco foi capaz de resolver a questão eclesiástica. Se o clero conservador se sentia ligado à Metrópole e à Coroa, segundo Mariátegui, aceitou a República assim que notou sua impotência diante da ordem feudal.²⁹⁹

Assim, embora inspirados formalmente no ideário laicizante da Revolução Francesa, os líderes da Independência não puderam ou quiseram enfrentar os privilégios clericais. Aqui é interessante o contraste, feito pelo autor, não apenas com a França jacobina, mas com o México de Juarez. Se em ambos os casos, ao enfrentar os privilégios feudais a Revolução entrou, necessariamente, em conflito com a Igreja – a qual se aferrou aos interesses do *ancien regime* – no Peru a Revolução se deteve em seu aspecto político (independência e regime republicano).³⁰⁰

Quanto ao âmbito da criação literária, a constituição de um Estado “sem o índio e contra ele” resultou em uma literatura que, sem poder mais ser espanhola, só poderia ser “*criolla* e litorânea”.³⁰¹

²⁹⁷ *Idem.*, p. 87

²⁹⁸ *Idem.*, *Ibidem.*

²⁹⁹ *Idem.*, p. 154.

³⁰⁰ *Idem.*, p. 155.

³⁰¹ *Idem.*, p. 203.

Nesse tocante, Mariátegui também recorre à comparações com contextos mais favoráveis: dessa vez, com a Argentina. Se no Peru o cruzamento entre o espanhol e o índio produziu um tipo popular que não foi absorvido na literatura, no país do sul, este resultou no *gaucho*, cuja linguagem e vida forneceram materiais para a criação mesmo dos literatos mais vanguardistas e ocidentais, como Jorge Luis Borges.³⁰²

Assim, ao se manter ligada aos motivos espanhóis e vice-reinais, a literatura peruana, após a independência, apresenta o aspecto de: “(...) uma literatura desarraigada e raquítica, sem raízes em seu presente. É uma literatura de implícitos emigrados, de nostálgicos sobreviventes.”³⁰³

Desse modo, completa-se o quadro da obra inacabada da emancipação política peruana. Ele, aliás, completa a discussão, feita no capítulo anterior, sobre a permanência das relações sociais legadas pela colônia. Dada suas condições iniciais e posterior desenlace, a Revolução de Independência resultará, como se verá no capítulo seguinte, num Estado oligárquico, numa sociedade rigidamente estratificada e em uma economia dependente.

5.3. A passagem incompleta para a nação

Já se disse anteriormente que a questão nacional é o cerne tanto da obra do brasileiro quanto do peruano. Mais do que isso, ambos a trabalharam de modo similar: tratava-se de captar a dialética entre colônia e nação, na qual a nação em processo de formação – fruto da crise do regime colonial - era negada pelas estruturas legadas pela colônia, às quais se renovavam e reforçavam com o avanço da integração dessas economias no sistema capitalista. Dessa maneira, ganham relevo as leituras dos dois autores a respeito do processo de independência de seus países, cuja proximidade foi apontada anteriormente.

Caio Prado, em seu ensaio de estréia analisa como, no período de quarenta anos que vai da vinda da Família Real até a Revolução Praieira (1808-1848), os conflitos entre a burguesia mercantil lusitana e os proprietários de terra brasileiros trouxeram para o palco da luta política, tanto os homens livres sem posses, quanto os escravos, nas revoltas do período regencial. Na opinião do autor, a inorganicidade dessas massas populares - as quais não foram capazes nem de se unir, nem de emancipar-se da

³⁰² *Idem., Ibidem.*

³⁰³ *Idem., p. 204.*

liderança das elites regionais - permitiu a reação conservadora (1837-1840) e a consolidação de um Estado centralista e calcado na escravidão.³⁰⁴

Já Mariátegui enfatiza como a participação subordinada das massas mestiças e indígenas no processo de independência, comandado pela aristocracia feudal, marcou os limites da emancipação política. Além disso, a distância entre o Peru e os centros do mercado mundial, teria retardado ainda mais o desenvolvimento capitalista do país, consolidando a persistência das antigas relações de produção.³⁰⁵

Enfim, tanto para o brasileiro, quanto para o peruano, se a emancipação política abriu caminho para a construção da nação, esse caminho ficou bloqueado pelo fato de as classes dominantes – que lideraram o processo – terem reforçado as estruturas sociais do período anterior.

Tratavam-se, pois, de revoluções burguesas incompletas. Caio Prado e Mariátegui procuraram captar um processo histórico no qual as rupturas eram incompletas ou inexistentes, onde o passado se repunha sob novas formas, onde arcaico e moderno se articulavam e se potencializavam reciprocamente. Desse modo, a consolidação de uma nação socialmente integrada – segundo os padrões legados pela Revolução Francesa – seria alcançada por meio de uma ruptura radical com um passado colonial, o que implicava em uma ruptura com a posição dos respectivos países na ordem econômica internacional.

Pode-se, a título de conclusão deste capítulo, retomar o rico paralelo que Carlos Nelson Coutinho traçou entre a visão de Caio Prado do “sentido da colonização” e os conceitos de “revolução passiva” e “revolução-restauração”. Embora com importantes limitações teóricas, o autor brasileiro pôde – como o marxista italiano -, empregar o método de Marx e Engels de modo criativo para entender um processo de “via não clássica para o capitalismo”. Um processo caracterizado, não por uma ruptura revolucionária, mas sim por um obstáculo às transformações mais radicais pela permanência de uma estrutura social e política herdada do passado.

Como afirma o mesmo Coutinho, o outro autor latino-americano a realizar uma empreitada similar, foi justamente José Carlos Mariátegui.³⁰⁶ Será essa perspectiva comum que possibilitará aproximar o brasileiro do peruano.

³⁰⁴ Prado Jr., Caio: *Evolução política do Brasil e outros estudos*, Op. Cit., pp. 48-89.

³⁰⁵ Mariátegui, José Carlos: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Op. Cit., pp. 9-13.

³⁰⁶ Coutinho, Carlos Nelson “Uma Via Não-Clássica Para o Capitalismo”, Op. Cit. pp. 115-132.

Capítulo 6

Duas vias “não clássicas” para o Capitalismo

Depois de discutidas as visões do historiador brasileiro e do jornalista e militante peruano a respeito do passado colonial e de sua crise – representada pelos processos de independência política -, é o caso de analisar suas leituras do presente de seus respectivos países. O capítulo começará pela comparação das diferentes conceituações das formações econômico-sociais (a brasileira e a peruana) feitas pelos dois autores. Em seguida serão tratadas suas caracterizações a respeito da questão agrária: ou seja, as relações sociais no campo e as contradições que delas resultam. Por fim, procurarei dar uma explicação para as grandes discrepâncias no tratamento que os dois intelectuais dão a tais questões. Quanto à outra contradição que marca as duas formações sociais – a do imperialismo -, esta será deixada, dada sua extensão, para o próximo capítulo.

6.1. A articulação entre a economia colonial e o capitalismo

Em 1947, quando exercia o mandato de deputado estadual pelo PCB, Caio Prado Jr. escreveu uma contribuição ao debate para o IV. Congresso do partido, que deveria ocorrer naquele ano, mas foi cancelado devido à cassação do registro da organização. O texto, publicado no órgão oficial do PCB, *A Classe Operária*, trazia o título de “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”. Pela primeira vez o historiador paulista procurou confrontar sua reflexão historiográfica com a linha oficial de seu partido à respeito do caráter da revolução.

Para tanto, começa contextualizando o desenvolvimento, por Marx, Engels e, posteriormente, Lênin, da teoria do processo histórico que levaria do feudalismo ao socialismo, passando pelo capitalismo. Marx e Engels teriam concebido sua doutrina do processo histórico no contexto das Revoluções Burguesas (1789-1848) e Lênin a teria completado, partindo da fase imperialista do capitalismo mundial e da experiência de uma sociedade russa, ainda em transição do feudalismo para a sociedade burguesa.³⁰⁷ Assim, os teóricos do marxismo teriam, segundo Prado Jr., elaborado suas teorias da revolução tendo em vista o processo histórico vivenciado pela Europa. Essa

³⁰⁷ Prado Jr., Caio: “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”, *In.*, Santos, Raymundo (org.): *Dissertações Sobre A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense/Fundação Astrojildo Pereira, 2007., pp. 131-132.

contextualização seria decisiva para se apreender o materialismo histórico, que se caracterizava por ter procurado extrair seus conceitos a partir da própria dinâmica contraditória do real.³⁰⁸

Desse modo, o autor apontava o que julgava ser o erro essencial da elaboração dominante sobre a revolução brasileira: o de desconhecer esse caráter eminentemente prático do método de Marx, procurando analogias entre a realidade histórico-social brasileira e as categorias que os criadores daquele método teriam pensado para outro tempo e lugar.³⁰⁹ Daí que, para se pensar qual o conteúdo da revolução brasileira, seria preciso ter uma análise concreta das particularidades da formação econômico-social do país.

Para Caio Prado, a complexidade e heterogeneidade da formação social brasileira poderia ser enquadrada em uma perspectiva totalizante. Tal perspectiva seria facilitada pelo fato de nossa origem histórica ser claramente discernível. Desse modo, o autor retoma o conceito que, com admirável coerência, articula todo seu pensamento desde 1942. Com o retorno ao “sentido da colonização”, Prado Jr. aponta para aquele passado que, longe de ser um “anacronismo berrante”, permanece vivo e atuante no presente.

Isto é, Caio Prado parte de sua tese historiográfica fundamental para responder a pergunta: como caracterizar as relações de produção tão variadas desse tipo de economia?

Retomando sua conceituação de grande exploração – grande propriedade, mão de obra escrava e produção para o mercado – o historiador rejeita existência de relações feudais no passado colonial brasileiro. Apoiando-se na autoridade da principal obra de Marx, Caio Prado afirma que: “Se quisermos estabelecer paralelo com a economia colonial brasileira, deveríamos ir buscá-lo no mundo antigo: é o que fez o próprio Marx, comparando nosso tipo de exploração agrária (o “regime de plantação”, como é designado) com as explorações agrícolas de Cartago e Roma (*O Capital*, Volume III., cap. XLVII.)”³¹⁰

Assim, a economia brasileira não teria origens em relações feudais, importadas da metrópole, mas sim em relações escravistas e mercantis, às quais o historiador

³⁰⁸ *Idem*, p. 132.

³⁰⁹ *Idem*, p. 133.

³¹⁰ *Idem*, p. 135. Essa remissão à mesma passagem de *O Capital* será feita em *A Revolução Brasileira*. Interessante notar que essa parte da obra de Marx não havia sido publicada no Brasil, o que reforçava ainda mais seu argumento de autoridade.

denomina como “economia colonial”.³¹¹ Daí que a estrutura econômica brasileira contemporânea se caracterizaria por uma articulação entre relações de produção de tipo colonial e outras, propriamente capitalistas. Embora tendo se implantado a partir da inserção da economia brasileira como setor “periférico e complementar”, o capitalismo se apoia e se nutre desse mesmo sistema de relações coloniais. Assim, capitalismo e sistema colonial se adaptam, se moldam e se deformam mutuamente.

O setor propriamente capitalista depende, para ser impulsionado, do reforço do sistema colonial, o qual, por outro lado, também trava seu progresso. Já o sistema colonial, se constitui com o avanço do capitalismo, tem seus interesses por ele contrariados. Dessas contradições surgem as potencialidades de mudança e superação do estatuto colonial da economia brasileira.³¹²

Para localizar esse potencial de transformação seria, portanto, preciso examinar as duas contradições fundamentais que emergem desse exame da formação econômico-social do país: a saber, o lugar do Brasil no sistema capitalista mundial (tema que será discutido no próximo capítulo) e a estrutura agrária, tema que será tratado a seguir.

6.2. As relações de trabalho no campo e a polêmica em torno da reforma agrária no Brasil

Caio Prado inicia seu esforço de reflexão por enunciar o objetivo de uma política de reforma da estrutura agrária do país: elevar os padrões de vida e integrar socialmente a massa de cerca de 30 milhões de indivíduos (quase metade da população pelo censo de 1950) que vivia das atividades agropecuárias. Essa seria uma condição *sine qua non* para a formação de uma nação integrada aos padrões econômicos e culturais da modernidade. Não se poderia aceder a tais padrões se uma porção tão grande de nossa população continuasse a viver em níveis tão baixos como então era o caso, níveis que, diga-se de passagem, se reduziam quase à mera sobrevivência animal. Este seria, não apenas o problema crucial de uma política agrária, mas também o nó decisivo para o

³¹¹ *Idem: Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira, São Paulo, Gráfica Urupês, 1954, pp. 78-79.*

³¹² *Idem, pp. 82-83.* Essa leitura de uma articulação funcional, porém contraditória, entre relações capitalistas e coloniais adianta um tema fundamental na crítica que a Teoria da Dependência fará, mais tarde, à CEPAL. Para um bom exemplo, Cf. Oliveira, Francisco de: *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista, Op. Cit.*

conjunto do processo de desenvolvimento nacional, o que punha o problema agrário no cerne da agenda política brasileira.³¹³

O problema assim enunciado não comportaria, entretanto, soluções de caráter técnico, como incremento tecnológico nas formas de cultivo ou desenvolvimento da comercialização e do financiamento da agricultura. Posta dessa maneira, a política agrária escamotearia por completo o problema da conformação da estrutura agrária e a que setores ou classes sociais ela serviria. Em outras palavras, um problema de fundo econômico, social e histórico seria reduzido a um problema de ordem técnica. Outra questão ignorada por essa abordagem, seria a do contexto social e histórico específico no qual se insere uma dada tecnologia, o qual determina a que interesses sociais constituídos ela irá beneficiar. Longe de ser neutra e voltada ao bem comum, uma tecnologia também reforça, a depender do contexto, certos interesses em detrimento de outros.³¹⁴

Para superar essa visão ingênua da questão agrária seria preciso perguntar-se, de um lado, pelos grupos sociais que compõem a população rural brasileira e, por outro, de que modo a estrutura agrária brasileira os favorece ou desfavorece.

O contingente populacional do campo se dividiria em três categorias básicas: uma minoria de grandes proprietários, os pequenos proprietários e os trabalhadores rurais, os quais, por não terem acesso à terra, dependeriam da venda de sua força de trabalho. Em realidade, Caio Prado vê uma estrutura de classes polarizada entre grandes proprietários e trabalhadores, já que os escassos meios com que contaria a maioria dos pequenos proprietários para seu sustento os obrigaria, com muita frequência a vender sua força de trabalho, aproximando-se, por isso, dos trabalhadores sem terra.³¹⁵

As razões dessa estratificação polarizada deveriam ser buscadas na estrutura fundiária, cuja característica mais fundamental seria a concentração da propriedade rural. Segundo dados do senso agropecuário de 1950, os grandes estabelecimentos rurais (acima de 200 hectares) eram 12% do total e contavam com 70% das terras aráveis, ao passo que os pequenos (menos de 100 hectares) contavam com 20% e os médios (entre 100 e 200), os 8% restantes, contavam com 10%.³¹⁶

Como se vê, uma estrutura assim concentrada impede que a maioria da população rural tenha acesso a uma quantidade de terras suficiente para garantir seu

³¹³ Prado Jr., Caio: *A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2000, pp. 15-85.

³¹⁴ Idem, *Ibidem*.

³¹⁵ Idem, *Ibidem*.

³¹⁶ Idem, *Ibidem*.

sustento, criando-se uma vasta reserva de mão de obra de baixo custo a disposição de uma minoria de grandes proprietários. A questão não seria apenas quantitativa, mas também qualitativa, já que a grande propriedade não apenas se apossaria de mais terras, mas também ficaria com as melhores.

Caio Prado rejeita de saída a explicação de que uma tal concentração se deveria à baixa densidade demográfica do país, cuja população viveria dispersa em um vasto território com grandes espaços vazios. Segundo essa teoria, conveniente aos grandes proprietários, a desconcentração seria um processo alcançado de modo natural e evolutivo, com a gradativa ocupação do território.

Para rejeitar uma versão tão simplista, bastaria, segundo o autor, observar-se a taxa de concentração da propriedade do solo em regiões densamente povoadas e de ocupação antiga, como o Nordeste e o Sudeste. Em ambas as regiões a concentração da propriedade é igualmente intensa, aumentando nas regiões mais prósperas e populosas (como na zona canavieira de Pernambuco ou nas regiões cafeeiras de São Paulo). O problema estaria, em sua visão, em razões de ordem históricas que remeteriam ao início mesmo do processo de colonização lusitana na América.

Aqui o historiador paulista retoma o conceito-chave de sua obra: o de “sentido da colonização”, formulado, como anteriormente examinado, em sua obra historiográfica dos anos 40.³¹⁷

A célula primordial da colonização foi, em conformidade com o objetivo inicial de produzir gêneros rentáveis para os mercados europeus, a grande exploração agro-mercantil. Sob uma extensa base territorial, o colonizador-empresário reúne uma mão-de-obra servil – constituída por índios e negros escravos – para produzir gêneros de alto valor no mercado. A opção por uma extensa base territorial se dá, portanto, pelo objetivo de rentabilidade que impunha a produção em larga escala, aproveitando-se a imensa disponibilidade de terras, recurso que não oferecia custo algum ao colono.³¹⁸

A grande exploração rural surge, portanto, como primeira forma de ocupação do território pela colonização européia. A pequena exploração surgirá em seus interstícios, seja como dependência fornecedora de gêneros alimentícios à grande exploração, seja em função da desagregação desta última, a qual pelo seu caráter mercantil, está sujeita

³¹⁷ Idem: *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, Op. Cit., pp. 3-28.

³¹⁸ Idem, pp. 113-123.

às oscilações da procura nos mercados metropolitanos ou ao esgotamento dos recursos naturais pela exploração predatória.³¹⁹

Essa opção pela concentração fundiária se inscreve nas próprias instituições jurídicas da Coroa portuguesa, a qual sempre concedeu as sesmarias em grandes lotes.³²⁰ Nas palavras de Prado Jr. “Os títulos de propriedade sempre andaram a frente da colonização”, estando a terra desocupada de antemão dividida entre uns poucos proprietários.

Esse caráter colonial da economia brasileira - voltada para a produção de gêneros demandados pelos centros capitalistas – se manteve, e mesmo se reforçou, após a independência política, sobrevivendo e se adaptando às transformações da estrutura social e econômica. Desse modo, a grande exploração agro-mercantil continua a dominar o campo e seus dirigentes continuam detendo parcela ponderável do poder econômico e político.

Mais do que isso, a relação do grande proprietário com a terra continua a ser fundamentalmente especulativa. O fazendeiro – seja ele produtor de café, cana-de-açúcar ou cacau – espera apenas os lucros mais elevados e a menor prazo. Daí a alta rentabilidade de uma agricultura de baixo nível tecnológico, levada a cabo de modo predatório e por uma mão de obra desqualificada e de baixíssimo custo.³²¹

Por esse percurso histórico chega-se ao caráter “dual” assumido pela estrutura fundiária brasileira: na qual a grande exploração prevalece claramente sobre a pequena. Além disso, a prosperidade da última é inversamente proporcional à da primeira, diminuindo o espaço da pequena exploração aonde prospera a grande. Um bom exemplo, nesse sentido, seria fornecido pela piora nas condições de vida da população da região canavieira do Nordeste nos períodos de alta nos preços do açúcar, pois, com a prosperidade da lavoura, os proprietários diminuem a área ocupada com cultivos de subsistência.³²²

³¹⁹ *Idem.*: *A Questão Agrária no Brasil*, Op. Cit., pp. 15-85. Esse problema - o dos ciclos de ascensão e declínio das diferentes produções da economia colonial como algo intrínseco à esse tipo de estrutura econômica é tratado pelo autor em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Op. Cit., pp. 113-123. Cf. também os capítulos sobre a economia da colônia presentes em *História Econômica do Brasil*.

³²⁰ *Idem.*: *Evolução Política do Brasil*, Op. Cit., pp. 13-23. Nas páginas já mencionadas o historiador afirma que a coroa concedia apenas as terras a quem as podia explorar com seus próprios recursos e escravos. Essa exigência se ligaria ao fato de os forais e cartas de doação concederem, via de regra, grandes extensões territoriais aos sesmeiros.

³²¹ *Idem.*: *A Questão Agrária no Brasil*, Op. Cit., pp. 15-85. Sobre o predomínio do capital mercantil e rentista sobre a agricultura brasileira e sobre as relações desse domínio com a baixa produtividade da lavoura, Cf. Rêgo, Rubem Murilo: *Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr., Continuidades e Mudanças na Sociedade Brasileira*, Op. Cit., Caps. 3 e 6.85.

³²² Prado Jr., Caio: *A Questão Agrária No Brasil*, Op. Cit., pp. 15-

A caracterização da estrutura fundiária e de sua relação com a estratificação social no campo fica incompleta, entretanto, se não forem abordadas as relações sociais de produção, em especial as de trabalho. Como materialista histórico, o autor privilegia a análise das relações sociais de produção – tendo como cerne as relações de trabalho – como momento dominante da totalidade social.

O tipo de trabalho predominante no campo brasileiro seria o assalariado, semi-assalariado ou formas assimiláveis ao assalariamento. Isto é, os empregadores comprariam a força de trabalho, mediante o pagamento (em dinheiro ou sob outra forma) em um mercado livre, no qual trabalhador e empregador assumiriam a aparência de partes contratantes, compradores e vendedores de uma mercadoria.³²³ Isso não significa, entretanto, que o regime de salariado assuma na agropecuária brasileira formas homogêneas ou próximas às da indústria.

Pelo contrário, o que prevaleceria seria a heterogeneidade nas formas de arregimentação dos trabalhadores. O salariado puro (pagamento apenas em dinheiro) seria, segundo Prado Jr., muito excepcional. As modalidades predominantes seriam aquelas que combinassem a remuneração monetária com outras formas de pagamento.³²⁴

Duas formas típicas desta modalidade mista seriam empregadas tanto na lavoura cafeeira de São Paulo quanto na zona açucareira do Nordeste. Na primeira, o trabalhador (“colono”) perceberia um salário em dinheiro e teria direito de manter cultivos de subsistência entre os pés de café pelos quais seria responsável ou em torno de sua residência. O mesmo ocorreria com o “morador” dos engenhos nordestinos, o qual também auferia parte de sua subsistência de roças que podia manter.

Uma terceira forma de trabalho, também típica da cultura canavieira, era aquela em que um trabalhador “foreiro”, alugava uma porção de terra do engenho mediante o pagamento de aluguel, o “foro”, ficando ainda obrigado a dar certo número de dias de trabalho nas terras do engenho (relação conhecida como “cambão”).

Uma quarta e última modalidade é constituída quando o trabalhador recebe um lote da propriedade, dando em pagamento uma parte da colheita ao empregador, relação conhecida como “parceria” ou “meação”. Em que pese o fato de a parceria constituir, sob o aspecto jurídico formal, não um vínculo empregatício, mas sim uma relação de sociedade, o historiador insiste que, na maioria dos casos, sob o aspecto formal de uma sociedade o que existe na meação é uma relação entre patrão e empregado.

³²³ Idem, Ibidem.

³²⁴ Idem, Ibidem.

Haveria uma relação de sociedade caso o parceiro tivesse autonomia sobre o que e como plantar. O que se observaria na maior parte dos casos, todavia, seria o comando da produção por parte do contratante, encontrando-se o meeiro em uma situação de dependência em relação a este. Sob a aparência de parceria o que existiria, portanto, seria um vínculo empregatício.

A combinação do pagamento em dinheiro com formas variadas de remuneração em espécie pode beneficiar o trabalhador na medida em que o produto de seu trabalho que retém complementa o sustento familiar. É o empregador, entretanto, o grande beneficiário dessas relações híbridas, pois, o fato de ceder uma parte do produto ou a possibilidade de cultivar roçados aos trabalhadores, reduz consideravelmente o custo da mão-de-obra. Além disso, o proprietário ainda se beneficia do fato de grande parte dos empregados residirem em suas terras, garantindo-lhe a força de trabalho necessária nos momentos críticos da atividade agrícola: plantio e colheita.

Essa heterogeneidade de formas de trabalho rural, que combinam (em variada proporção), relações monetarizadas e não-monetarizadas levou muitos intérpretes a ver aí um indício de “restos feudais” ou “semi-feudais” nas relações sociais do campo. Conforme já foi apontado, Caio Prado combate energicamente essa interpretação, afirmando que embora relações como a “parceria” ou o “cambão” tenham semelhanças formais com relações de servidão feudal, sua natureza é bem distinta.

Em primeiro lugar, as relações de tipo feudal seriam caracterizadas pela existência de um estatuto jurídico-pessoal que vincularia o servo ao senhor em uma relação de subordinação pessoal. Ora, entre os proprietários e os trabalhadores rurais brasileiros prevaleceriam relações mercantis, não havendo qualquer estatuto jurídico consuetudinário que crie entre eles vínculos pessoais.

Em segundo lugar, não teria havido no Brasil (com exceções pouco expressivas no conjunto) uma economia camponesa, constituída de pequenos agricultores individuais parcelários, à qual teria se sobreposto a exploração de um estamento feudal, como ocorrera na Europa e na Rússia czarista. Como se viu, na origem da ocupação colonial esteve sempre a grande exploração rural voltada para o mercado externo e baseada no trabalho escravo. Os elementos não-mercantis das relações de trabalho no campo seriam, pois, sobrevivências do escravismo – cuja transição para o trabalho livre não se teria completado – e não restos feudais ou semi-feudais.³²⁵

³²⁵ Idem, *Ibidem*.

Como se afirmou anteriormente, Caio Prado coloca boa parte dos pequenos produtores no mesmo lugar nas relações sociais rurais ocupado pelos trabalhadores sem-terra. Isso se dá pela já mencionada subordinação e dependência que vincula a pequena exploração à grande. Mesmo quando os pequenos produtores têm acesso à propriedade da terra, por deterem uma porção quantitativa e qualitativamente menor das terras, as pequenas propriedades tendem a se fracionar de modo acentuado, assumindo dimensões tão reduzidas que não dão para o sustento de uma família. Se se juntar a essa tendência o fato de o pequeno produtor não contar com auxílio financeiro ou técnico governamentais (sugados pelos grandes proprietários), encontra-se uma situação na qual o primeiro, para ganhar o sustento, acaba tendo que vender sua força de trabalho aos segundos.

Há, é claro, algumas regiões – basicamente as colônias do Sul e do Espírito Santo – em que a pequena exploração se formou originariamente e nas quais prosperou, constituindo-se em forma dominante das atividades agrícolas. Mesmo nessas regiões reduzidas, o pequeno agricultor se ressentia da falta de apoio oficial, cujos créditos e apoios técnicos são enviados para regiões onde predomina a grande exploração.

É essa situação de desprestígio da agricultura em pequena escala que leva à afirmação de sua ineficiência quando comparada com a grande exploração. O historiador paulista considera essa idéia um produto da ideologia dos grandes proprietários que não encontraria confirmação nos dados, os quais mostrariam que, na maior parte dos cultivos, a produtividade da pequena propriedade é semelhante, quando não superior, à da grande.

Em suma, a grande concentração fundiária garante à classe dos grandes proprietários condições amplamente favoráveis frente à massa trabalhadora. Mesmo com o crônico problema de falta de mão-de-obra que se prolonga desde a proibição do tráfico de escravos, em meados do século XIX, o virtual monopólio da terra – que veda à massa da população rural o acesso à propriedade – faz a balança pender para o lado da procura de força de trabalho, em detrimento da oferta.³²⁶

Expostos assim os traços fundamentais da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo e como uma e outra se constituem e reforçam reciprocamente, cabe examinar as linhas gerais de uma reforma agrária capaz de inverter a balança de poder para o lado dos trabalhadores rurais.

³²⁶ Idem, *Ibidem.*

Nesse tocante, Caio Prado ataca as visões que, sob a aparência reformadora, procuram escamotear a necessidade da reforma agrária. Já foi mencionada, no início, a argumentação de que o problema da agricultura brasileira estaria em aperfeiçoar as condições tecnológicas e de gestão da atividade, conduzindo à maior produtividade. Haveria ainda outra concepção mistificadora do problema: aquela que põe toda a responsabilidade pelas mazelas da população rural no latifúndio improdutivo.

Ora, o que se nota em ambas as versões é uma tentativa de recortar um aspecto da questão e abordá-lo de modo isolado, deixando-se de lado o caráter de totalidade da estrutura agrária. Os problemas de produtividade são atribuídos, na abordagem pradiana, ao caráter mercantil e especulativo da grande lavoura, o que favorece uma exploração predatória e o sub-aproveitamento das extensões territoriais. Além disso, a própria concentração fundiária favorece uma elevação dos preços da terra, levando a um forte movimento de especulação financeira. A terra se converteria, destarte, em reserva de valor, pois resguardaria o dinheiro investido em sua compra da depreciação inflacionária enquanto o proprietário aguarda a valorização do solo para sua venda em condições favoráveis.

Uma terceira mistificação ideológica conservadora é a que afirma que a fragmentação viria com o direito moderno de sucessão, que dividiria a propriedade original entre os herdeiros. Essa visão jurídicista e formalista ignora os dados da realidade histórica que demonstram que os herdeiros de grandes extensões de terra tendem a conservar a integridade do latifúndio, não havendo qualquer mecanismo no direito das sucessões que leve à desconcentração da propriedade.

Afastadas as leituras ideológicas tributárias das classes dominantes, quais seriam os lineamentos da reforma agrária?

Como já se discutiu anteriormente, a função precípua da reforma agrária seria a melhora das condições de vida da população rural, integrando-a aos níveis materiais e culturais da civilização moderna. Essa missão civilizadora seria cumprida invertendo a balança de poder entre o capital agro-mercantil e a força de trabalho, quebrando a dependência do trabalhador frente ao proprietário.

Desse modo, a reforma agrária teria duas frentes complementares e interligadas. De um lado, a introdução de uma legislação social-trabalhista adequada à realidade agrária que protegesse e fortalecesse os assalariados agrícolas e sua organização sindical. De outro, seria necessário desconcentrar a propriedade fundiária para, por meio

do acesso à terra, dar alternativas de ocupação aos trabalhadores rurais, o que pressionaria os níveis salariais na agricultura.³²⁷

Como se vê essas linhas gerais seguem a tese de que a contradição fundamental no campo estaria na oposição capital/trabalho e não na contradição feudalismo/capitalismo. Daí as críticas de Caio, tanto à visão de seu partido, quanto à das Ligas Camponesas sobre o assunto que marginalizava o problema das reivindicações trabalhistas em favor do acesso à terra. Em uma massa rural que se constituía de assalariados e semi-assalariados, e não de camponeses, a revindicação fundamental diria respeito às condições de trabalho e não ao acesso à propriedade.³²⁸

Além disso, sendo a grande exploração a forma originária e predominante nas atividades agropecuárias, a pura e simples divisão desta em lotes parcelários não seria economicamente viável, dado que a produção, em muitos casos, era levada a cabo coletivamente pelos trabalhadores. Assim, uma tal subdivisão, que ignorasse o caráter da empresa agrícola, iria desorganizar a produção no campo.

A desconcentração da estrutura fundiária deveria, pois, respeitar a organização vigente da produção. Daí a ênfase que Caio Prado dá à regulamentação da parceria. Como nos casos de parceria ou meação a atividade agrícola já era conduzida de modo individual por cada produtor em seu lote, a estabilização legal do contrato de parceria poderia ser uma etapa na desapropriação das terras, com sua passagem aos trabalhadores.³²⁹

Um obstáculo importante à reforma agrária estaria no dispositivo constitucional (art. 147 da Constituição de 1946) que exigia indenização prévia em dinheiro para a desapropriação das terras. Tal exigência – ainda mais se considerado o alto preço da terra – inviabilizava financeiramente qualquer reforma em escala apreciável. Daí a necessidade de reinterpretação, alteração ou supressão do dito artigo para que se permitisse o pagamento com títulos de crédito.

Outro meio de se reformar a estrutura agrária seria a instituição de um Imposto Territorial Rural (ITR) fortemente progressivo, que punisse o uso especulativo e improdutivo da terra. A concentração de grandes extensões improdutivas em poucas mãos levava à uma alta artificial dos preços no mercado de terras. A taxaçoão progressiva

³²⁷ Idem., pp. 86-127

³²⁸ Idem, Ibidem.

³²⁹ Idem, Ibidem.

dos terrenos rurais iria inviabilizar as propriedades pouco produtivas, forçando sua venda a baixos preços, o que favoreceria o acesso à terra pelos trabalhadores.³³⁰

Agora, é o caso de dirigir a atenção ao o problema da legislação trabalhista, tão caro ao historiador paulista.

Como referido acima, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, com a consolidação de um autêntico mercado de força de trabalho, não se havia completado no capitalismo agrário brasileiro. A extensão dos direitos trabalhistas ao campo – inaugurada em 1963 com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – seria, nas palavras de Caio Prado, “o complemento da Lei da Abolição de 1888”.³³¹

No entanto, a nova lei é criticada por não reconhecer as peculiaridades das relações de trabalho no campo onde, como foi apontado, o que salta à vista é a heterogeneidade de situações regionais. Ao reconhecer como trabalhadores apenas os assalariados (em dinheiro ou em espécie), a lei deixava de fora uma série de situações, como a dos foreiros e meeiros, que constituíam relações empregatícias de fato.

Além disso, faltavam medidas que garantissem condições dignas de moradia e o acesso dos trabalhadores ao mundo exterior às fazendas. Só assim se quebrariam os laços de dependência que subordinavam os empregados ao arbítrio privado dos patrões.

Essas falhas eram atribuídas ao descuido com que foi elaborado o Estatuto, sem a prévia realização de estudos empíricos que o subsidiassem. O descaso com a matéria, central para a incorporação da massa rural à vida nacional, se devia à leitura equivocada da esquerda – em especial dos comunistas – que desvalorizava o problema das relações trabalhistas. Equívoco estratégico esse que auxiliava as forças conservadoras empenhadas em impedir a reforma agrária.³³²

A exceção positiva nesse quadro era fornecida pelo governo de Miguel Arrais em Pernambuco que, em apoio ao movimento sindical, obrigou os usineiros a aceitar o cumprimento da legislação trabalhista na Zona da Mata. O resultado foi uma grande elevação nos níveis de remuneração dos trabalhadores e uma conseqüente ativação da economia local, antes atrofiada pela miséria da população das usinas e engenhos.³³³

O exemplo do sucesso das lutas sindicais na região canavieira de Pernambuco era para Caio Prado um sinal de progresso na correlação de forças políticas e sociais do país. Em que pese à suas críticas, tanto ao seu partido quanto às Ligas Camponesas –

³³⁰ Idem., pp. 127-141

³³¹ Idem., p. 142

³³² Idem., pp. 142-160.

³³³ Idem: pp. 161-172.

cujos erros de avaliação conduziam à uma “agitação estéril” - , o simples fato de que as massas rurais tivessem despertado para as lutas de classe, rompendo um padrão secular de submissão, era para o historiador, o grande fato novo que colocava a questão agrária como decisiva no cenário político brasileiro de inícios dos anos 1960.

Resolver o impasse da questão agrária seria, na leitura caiopradiana, o cerne mesmo da solução de nossa questão nacional. Ao se incorporar à vida social e política do país uma massa excluída que então correspondia a cerca de metade de seus habitantes, dava-se um passo decisivo na superação das estruturas econômicas e sociais legadas por nossa origem colonial, completando-se a formação de uma nação socialmente integrada e soberana.

Caio Prado Jr. compartilhava, pois, os horizontes políticos, temas de reflexão e conceitos mais gerais de seu partido e da maior parte da esquerda brasileira de seu tempo. As críticas dirigidas aos seus companheiros baseavam-se em uma percepção do autor de que uma leitura equivocada da realidade brasileira levava à diagnósticos e estratégias políticas equivocadas. Essa crítica, já presente nos artigos da Revista Brasiliense foi, como se verá, ampliada e sistematizada em *A Revolução Brasileira* de 1966, obra que procurava realizar um acerto de contas com o PC, após a derrota de 1964.

Para finalizar esta sessão, serão apresentadas duas apreciações centradas no tema da questão agrária e vindas de intelectuais identificados com o campo comunista, já citados aqui: Jacob Gorender e Carlos Nelson Coutinho.

Ao analisar a abordagem do historiador paulista sobre as relações sociais no campo, o autor de *O Escravismo Colonial* afirma que aquele faz uma assimilação indevida de relações de trabalho pré-capitalistas (como o cambão e a meação) à categoria de assalariamento. O fato de a agricultura ser dominada por um capital agro-mercantil não implica que suas relações de trabalho sejam propriamente capitalistas. Afinal, formas de recrutamento nas quais predomina um componente extra-econômico não poderiam ser tidas como capitalistas ou salariais.³³⁴

Outra objeção feita por Gorender é a de que Caio Prado, apoiado na ideia da inexistência de feudalismo e no predomínio da grande exploração agro-mercantil, nega a existência do campesinato. Pelo contrário, utilizando dados censitários dos anos 1980,

³³⁴ Cf. Gorender, Jacob “Do Pecado Original ao Desastre de 1964”, Op. Cit.

Gorender defende que os pequenos produtores – assimilados por Caio Prado à categoria de campesinato – constituiriam a maioria da população rural³³⁵.

Já Coutinho, enfocando o problema da relação entre questão agrária e revolução burguesa, vê positivamente a contribuição caiopradiana. Na trilha de Lênin, em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, e de Gramsci, em *A Questão Meridional*, Caio Prado teria buscado na solução conservadora do problema da terra o cerne de uma via para o capitalismo diferente daquelas tidas como “clássicas” (Inglaterra, França e EUA).³³⁶

6.3. A articulação entre comunismo primitivo, feudalismo e capitalismo

A análise contida no primeiro dos *Siete Ensayos...* sobre a história econômica peruana é um dos exemplos mais precoces e bem-sucedidos de teorização sobre a implantação do capitalismo em uma sociedade periférica. Com raras exceções, como o pioneiro livro de Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, havia pouca literatura marxista sobre o tema. Ao pensar as realidades “coloniais e semi-coloniais” a maioria dos marxistas (social-democratas ou comunistas) recorria a um esquematismo, evolucionista e *a priori*, de sucessão linear de modos de produção, a qual se daria mais ou menos da mesma forma em toda parte. A originalidade de Lênin esteve, justamente em evitar o decalque do modelo que Marx pensara para a Inglaterra e França, buscando compreender como na Rússia conviviam e se articulavam diferentes modos-de produção.

Se na teoria marxista européia havia poucos precedentes, na América Latina o materialismo histórico não apenas era pouco difundido como não havia gerado nenhuma leitura mais original dos problemas da região. Além disso, as explicações voltadas para fatores econômico-sociais ainda não ocupavam o cerne das reflexões do pensamento social latino-americano, o qual voltava-se preferencialmente para a cultura ou a raça como variáveis explicativas dos problemas regionais. A transição de um paradigma para o outro só viria a se completar após a Segunda Guerra Mundial, quando a CEPAL e os debates sobre o desenvolvimento hegemonizaram a reflexão sobre os dilemas latino-americanos.

Essas condições adversas ressaltam o pioneirismo do autor peruano e o alcance futuro de suas reflexões. Em sua análise pode-se reconhecer, ainda que de modo

³³⁵ *Idem Ibidem*.

³³⁶ Coutinho, Carlos Nelson “Uma Via ‘Não-Clássica’ Para O Capitalismo”, Op. Cit., pp. 116-132.

embrionário, abordagens que serão retomadas e desenvolvidas décadas mais tarde pela Teoria da Dependência.

Para Mariátegui, a formação social de seu país era uma articulação de três “economias” (ou modos de produção): o socialismo ou comunismo primitivo, o feudalismo e o capitalismo (este último em processo recente de desenvolvimento).³³⁷

O socialismo ou comunismo primitivo era encontrado nas comunidades rurais dos indígenas (*o* Ayllú) do altiplano andino que havia sobrevivido à conquista e à colonização espanholas. O ayllú encontrava-se oprimido pela combinação entre latifúndio e trabalho servil que caracterizava o regime feudal, predominante na região andina.

Legado pela colônia, o latifúndio feudal permaneceu, e mesmo se fortaleceu, após a independência articulando-se com a nascente economia capitalista. Esta, originada na Costa, apoiava-se na exportação de produtos primários (minerais e agrícolas) e era dominada por capitais estrangeiros (britânicos e, mais tarde, norte-americanos). Esse capitalismo, cujo núcleo eram os bancos, firmas comerciais e algumas poucas indústrias da costa, pouco tocava o processo de produção e o regime de trabalho no campo. Nos latifúndios do litoral – especializados na produção de cana-de-açúcar e algodão -, por exemplo, ainda vigiam formas extra-econômicas de extração do excedente, as quais Mariátegui denominava “semi-feudais”.³³⁸

Quais as razões históricas dessa formação social peculiar, que tanto diferia do modelo de transição feudo-capitalista europeu? Conforme ficou visto no capítulo anterior, o marxista peruano irá buscá-las na Revolução de independência e na subsequente formação da burguesia peruana, processo esse que não teria conduzido à superação das estruturas econômicas e sociais legadas pela colonização.

Em meados do século XIX surgem as condições que possibilitam a integração da economia peruana no mercado internacional e sua consequente transformação capitalista.³³⁹

A burguesia só irá se formar, a partir da segunda metade do século XIX, quando a exportação do guano e do salitre (encontrados no litoral sul do país) integram o Peru aos fluxos do mercado mundial. A classe burguesa, inicialmente formada pelos

³³⁷ cf. Mariátegui, José Carlos: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, Op. Cit., pp. 16-20.

³³⁸ Idem, pp. 20-25

³³⁹ Idem, pp. 10-13.

concessionários do guano, será recrutada entre os antigos membros da aristocracia latifundiária e já nasce associada ao capital britânico, que financia e domina a empresa.

Após um período de caos e retrocesso econômico, político e social que se segue à “Guerra do Pacífico”, a economia é reconstruída com base na exportação da cana-de-açúcar, algodão, minérios (principalmente o cobre) e petróleo. Mais uma vez, os capitais ingleses – que detêm a dívida pública e os transportes ferroviários -, presidirão essa nova fase de expansão econômica (correspondente ao último decênio do século XIX e a fase imperialista do capitalismo mundial).³⁴⁰

Em ambas as fases da formação e consolidação da burguesia e do capitalismo peruanos, se constituirá um regime político de caráter oligárquico que, como já se viu anteriormente, era hegemonizado pelo Partido Civilista. Nesse regime, a burguesia urbana e os latifundiários dividem o poder de Estado e excluem qualquer participação das massas mestiças das cidades e, especialmente, do campesinato indígena. Este último, continua submetido ao trabalho servil nas *haciendas* que, ao invés de se extinguir sob o regime liberal, se intensifica, já que as necessidades da economia exportadora levam o latifúndio a expandir-se a custa da terra indígena.

Mesmo com o desenvolvimento capitalista mais complexo do período imperialista – que envolve a mineração e uma incipiente industrialização – o regime burguês, por sua associação com o latifúndio, é incapaz de alterar as relações sociais que excluem o índio (quase 4.5 dos 6 milhões de habitantes do país).

Para o autor, portanto, a economia peruana de então mantinha um caráter colonial: isto é, seus dinamismos eram ditados “de fora”, a partir dos interesses do capital financeiro internacional. O capitalismo, consolidado pela penetração do capital monopolista anglo-saxão, se integrou às relações feudais de produção, ao invés de as dissolver – como ocorreu em seu desenvolvimento histórico na Europa Ocidental.

Se no domínio da produção, o capital acrescia sua rentabilidade apoiado em formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho, no plano político, as classes dominantes se agrupavam em um Estado oligárquico, o qual excluía a participação da nascente classe operária e, principalmente, do campesinato indígena.

Assim, essa via *sui generis* para o capitalismo implicava em uma incompletude da formação de uma nação peruana. Não apenas a economia nacional era dependente e desarticulada como a cidadania era negada às massas populares. Como poderia existir

³⁴⁰ Idem, pp. 13-16.

uma nação – nos moldes da Revolução Francesa – sem integração econômica interna e incorporação política e social da massa da população?

Se for a formação econômica legada pela colônia que obstaculiza a concretização histórica da nação, esta última não é uma essência a ser reencontrada, mas sim um projeto a ser construído.³⁴¹

Como será desenvolvido a seguir, o autor dos *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, sustentava que essa tarefa de completar a formação da nação caberia à uma Revolução socialista. Para ele os atores políticos e sociais desse processo seriam o operariado industrial e, sobretudo, o campesinato indígena, classe mais explorada nas relações de produção vigentes.

Esse diagnóstico da evolução econômica peruana leva o autor a desdobrar a questão nacional do Peru em dois problemas básicos: o problema do índio e o problema da terra, ambos sendo íntima e inseparavelmente entrelaçados.

6.4. A questão indígena como questão camponesa

Se os índios constituíam 4/5 da população do Peru, sua marginalização econômica, social e política obstaculizavam qualquer integração nacional. Assim, Mariátegui, para entender a questão nacional em seu país, procura dar à questão indígena um tratamento marxista.

Nessa chave, a marginalidade social e política da massa quéchua só poderia ser entendida como resultado do regime de dominação social dos grandes proprietários rurais, conhecidos no Peru como *gamonales* (daí a denominação de *gamonalismo a esse regime*).³⁴² Os pilares dessa dominação eram o latifúndio e as relações de trabalho servil. Sem suprimir a ambos, iniciativas de cunho legal, moral (religiosa) ou educacional, nada poderiam. Nas palavras de Mariátegui: “o problema do índio é um problema econômico e, portanto, político e social”.³⁴³

Político e social porque não se tratava apenas de distribuir a terra, mas de suprimir um sistema de poder e a classe que o controlava. Daí que o autor busque, em primeiro lugar, afastar as demais leituras do problema do índio – biológico-racial,

³⁴¹ Para a concepção mariateguiana de nação, cf. Funes, Patricia: *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura y Política en Los Años Viente Latino-Americanos*, Op. Cit., pp. 128-134”. Por fim, na nota seguinte, citar do seguinte modo: “Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit., p. 28.

³⁴² *Idem*, p. 28.

³⁴³ *Idem*, pp. 26-34

moral-religiosa, legal e educacional – as quais considerava ideológicas, pois desvinculariam o problema de sua base material.³⁴⁴

Dessas leituras, a mais reacionária e tributária dos interesses dos latifundiários era a que atribuía a miséria material e moral do índio à sua inferioridade racial. Ao considerar os indígenas como biologicamente inferiores, os teóricos racistas afastavam qualquer possibilidade de progresso da “raça” e, assim, justificavam sua submissão aos grandes proprietários rurais, os quais seriam como que seus tutores.

Outra tese bastante conservadora era a que apregoava a solução por meio das missões evangelizadoras. Se no período colonial as iniciativas de Las Casas – a quem Mariátegui vê com respeito – enfrentaram os interesses dos colonos, isso seria inteiramente inviável no Peru contemporâneo, no qual as autoridades religiosas eram subordinadas ao poder dos *gamonales*.

No que tange às iniciativas de cunho legal, Mariátegui lembra que desde a colônia já existia uma legislação protetora dos indígenas. Após a Independência, embora leis voltadas para a “redenção do índio” tenham sido aprovadas, sua eficácia foi ainda menor do que os regulamentos do Vice-reinado. Isso porque o Estado peruano era controlado pela aristocracia latifundiária, expressando, como ficou dito acima, seus interesses de classe.

Por fim, o mesmo motivo inviabilizaria uma solução baseada na instrução formal. Segundo o autor, mesmo que o país dispusesse de recursos suficientes para proliferar escolas pelo altiplano, o efeito desses estabelecimentos sobre a população rural seria neutralizado pelo peso das relações servis que as subordinavam aos proprietários.

Em suma, todas essas interpretações do problema indígena mistificavam-no ao separá-lo do problema do regime de propriedade da terra e das relações de trabalho prevalentes no campo. Assim, favoreciam, direta ou indiretamente, os interesses da classe dominante. Essas linhas gerais de reflexão sobre o problema serão retomadas e ampliadas, no ano seguinte, em uma tese, enviada à 1ª. Conferência Comunista Latino-americana, intitulada “El Problema de Las Razas em América Latina”.

Ali Mariátegui também começa por afastar as teorias que procuram explicar as condições sociais e históricas dos grupos humanos a partir da raça. Citando Bukharin,

³⁴⁴ *Idem*, p. 26.

Mariátegui considera-as ideologias formuladas para justificar a dominação imperialista na Ásia, África e América Latina.³⁴⁵

Em seguida, propõe entender o denominado “problema racial” a partir de sua colocação em termos materialistas: isto é, partindo-se da análise das relações sociais de produção vigentes.

Nesse sentido, os indígenas estariam submetidos às relações de trabalho feudais que predominavam no campo, sendo esta a origem de sua situação de opressão.³⁴⁶ Desse modo, a luta dos indígenas por sua emancipação teria um potencial revolucionário dado seu interesse na superação das relações de exploração no campo.

Para sustentar essa leitura, Mariátegui procede a uma diferenciação das diferentes situações vividas pelos povos indígenas no sub-continente. De um lado, haveria populações indígenas integradas à economia nacional na condição de camponeses e representando parcela significativa da população de seus países. De outro, existiriam povos indígenas vivendo em florestas, com um grau mais baixo de desenvolvimento econômico e sem participação importante nas relações produtivas ou peso demográfico determinante.

O primeiro caso seria o dos descendentes dos Incas (Peru e Bolívia) e Astecas (México).³⁴⁷ Já o segundo, seria o de diversos povos, que o autor denomina “silvícolas”, vivendo nas florestas de países como Brasil ou Argentina e também daqueles que viviam na Amazônia peruana.³⁴⁸

A tese também propõe a diferenciação do problema racial enfrentado pelos indígenas e pelos negros. Enquanto os primeiros, inseridos nas relações feudais do campo, sofreriam maior discriminação, os últimos, integrados como trabalhadores ao mundo urbano, não seriam objeto senão de um racismo residual. Enquanto os interesses indígenas eram os do campesinato, os do negro seriam os do proletariado³⁴⁹.

A constatação da inextrincável relação existente entre a situação de marginalidade dos índios e o problema do acesso à terra leva o revolucionário peruano ao estudo dos regimes de propriedade da terra e de trabalho no campo. Já foi referido o fato de que a independência política não alterou a propriedade agrícola.

³⁴⁵ *Idem*, “El problema de las razas en América Latina, In. Quijano, Aníbal (org.): *José Carlos Mariátegui: Textos Básicos, Op. Cit.*, 216-217. O texto de Bukharin citado por Mariátegui é o *Tratado de Materialismo Histórico*, em tradução francesa.

³⁴⁶ *Idem*, pp. 218-220.

³⁴⁷ *Idem* pp. 228-230.

³⁴⁸ *Idem*, pp. 230-232.

³⁴⁹ *Idem*, p. 233.

Para o marxista peruano a incapacidade da República de promover uma efetiva redistribuição das terras, se explicaria do seguinte modo: “Os dois fatores que se opuseram a que a Revolução de Independência de colocar e abordar, no Peru, o problema agrário – extrema incipiência de uma burguesia urbana e a situação extra-social, como a definiu Echeverría, dos indígenas – impediram, mais tarde, os governos da República de desenvolver uma política destinada, de alguma forma, à criar uma distribuição menos desigual e injusta da terra”³⁵⁰

Desse modo, a ausência de uma nova classe dirigente e a impossibilidade de organização das classes populares permitem que os interesses da aristocracia latifundiária se consolidem à frente do novo Estado.

Ao analisar o problema da terra, Mariátegui mostra como a introdução do direito liberal, que na Europa favoreceu a fragmentação da propriedade, no Peru, levou à expansão do latifúndio. A nova legislação, introduzida por governos que representavam os interesses dos *gamonales*, acabou por atingir o regime de propriedade comunal dos índios, o qual fora reconhecido pelas *Ordenações* feudais da Espanha. Daí Mariátegui afirmar que o liberalismo das elites *criollas* era um “liberalismo deformado”, pois seu papel de ideologia revolucionária da burguesia contra a ordem feudal é invertido, tornando-se força de conservação à serviço da aristocracia feudal.³⁵¹

No Peru contemporâneo vigiriam, segundo o Mariátegui, três tipos de relações sociais de produção no campo. Em primeiro lugar, o latifúndio do litoral, integrado ao mercado exportador e dominado pelo capital estrangeiro. Embora empregando métodos e técnicas de produção capitalistas, o proprietário da *hacienda* da costa não deixaria de manter seus peões sob a mais estrita dependência, controlando o comércio, cerceando o direito de ir-e-vir e proibindo a organização sindical dos trabalhadores. Mas o traço pré-capitalista mais importante das grandes propriedades litorâneas estaria nas duas formas principais de arregimentação da mão de obra. Tanto no *enganche* – emprego de trabalhadores temporários da *sierra*, os quais se endividavam com seus contratadores - , quanto no *yanaconazgo* – espécie de parceria - o salário seria combinado com formas extra-econômicas de extração do excedente. Daí o autor classificar os latifúndios comerciais litorâneos como semi-feudais.³⁵²

³⁵⁰ *Idem.*: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, *Op. Cit.*, p. 59.

³⁵¹ *Idem.*, pp. 57-58.

³⁵² *Idem.*, pp. 72-74. Essa análise das relações de trabalho na costa está mais detalhada em *Idem.*: “Respuesta al Questionário no. 4 del Seminario de Cultura Peruana”, *Op. Cit.*, pp. 109-110.

Outro traço que ressaltaria na agricultura litorânea seria seu “caráter colonial”: isto é, seus produtos – açúcar e algodão – respondiam fundamentalmente aos interesses dos mercados centrais. Além de expor a economia peruana às flutuações do mercado internacional, o latifúndio da costa gerava distorções como a necessidade de importar grande quantidade de alimentos, devido à monopolização do solo para cultivos de exportação.³⁵³

Já nas regiões do altiplano, o latifúndio se apresentaria com aspectos, mais propriamente feudais³⁵⁴. Outra característica do latifúndio andino é que, ao contrário da costa, sua produção se voltaria – com a exceção da produção de lã para a exportação – para o abastecimento do mercado interno. Ali, o salário pago em dinheiro seria raro, predominando o trabalho compulsório como pagamento pelo arrendamento de terras ao camponês (conhecido no Peru como pongazgo).³⁵⁵

Por fim, apesar de ter perdido as melhores terras, ainda sobreviviam o *ayllú* ou comuna rural quéchua. Quanto a esta última, Mariátegui recorre a dados estatísticos – recolhidos pelo chefe da sessão de assuntos indígenas do ministério do fomento, Hildebrando Castro Pozo - que comprovariam que sua produtividade é igual, senão superior à do latifúndio, mesmo nas condições marginais em que se encontra.³⁵⁶

Mariátegui procura apoiar-se no livro de Castro Pozo, *Nuestra Comunidad*, para sustentar que a comunidade indígena, seja sob a forma de comunidade agrícola, seja sob a de práticas coletivas de trabalho, é a principal herança do que teria sido o comunismo incaico. Nesse sentido, ataca o escritor Augusto Aguirre Morales que – em seu romance *El Pueblo Del Sol* – teria negado a tese do comunismo incaico com base no caráter despótico do Império. Para Mariátegui o raciocínio de Aguirre Morales seria um uso a-histórico do individualismo liberal para julgar uma civilização que o desconheceu³⁵⁷. Nas palavras de Mariátegui: “O comunismo moderno é uma coisa distinta do comunismo inca, pertencem a distintas épocas históricas. A dos Incas foi uma civilização agrária. A de Marx e Sorel é uma civilização industrial. Naquela o homem se submetia à natureza, nesta a natureza se submete, às vezes, ao homem. A autocracia e

³⁵³ *Idem.*: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, *Op. Cit.*, pp. 80-81.

³⁵⁴ *Idem.*, pp. 77-78.

³⁵⁵ *Idem.*: “Respuesta Al Questionário No. 4 del Seminario de Cultura Peruana”, *Op. Cit.*, p. 109.

³⁵⁶ *Idem.*: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, *Op. Cit.* p. 67. Os dados de Castro Pozo indicavam que o *ayllú* teria uma produtividade quase idêntica à do latifúndio, em que pese o fato de este dispor de mais e melhores terras.

³⁵⁷ *Idem.*, pp. 64-65.

o comunismo são incompatíveis em nossa época, porém não o foram em sociedades primitivas”

Para o autor, as práticas coletivistas do camponês indígena poderiam ser aproveitadas no futuro como base para uma economia socialista moderna que fosse autenticamente peruana.³⁵⁸

Aqui é interessante notar que Mariátegui inclui, em nota no segundo ensaio, uma referência ao seu “Prólogo” ao livro *Tempestad em Los Andes*, do indigenista cuzquenho Luiz E. Valcárcel. Nessa passagem, citando Valcárcel, o autor afirma: “o proletariado indígena espera seu Lênin”³⁵⁹

Ou seja, a versão moderna do mito de restauração do *Tawantinsuyo*, que tinha forte presença entre os índios do altiplano, deveria ser o da revolução social.

Da mesma maneira que outros povos antigos cujas civilizações haviam entrado em declínio frente à ocidental – indianos, chineses ou turcos – as populações quéchuas poderiam sair de seu atual estado de exploração e miséria, não por uma impossível volta ao passado, mas por meio da ação revolucionária em moldes modernos. O resgate do passado incaico teria, nesse sentido, a função de um mito que poderia servir para mobilizar o campesinato indígena rumo ao futuro. Segundo Mariátegui: “A esperança indígena é uma esperança revolucionária”³⁶⁰

Aqui, todavia, a leitura mariateguiana se separa da de Valcárcel. Em um outro artigo sobre a obra do intelectual cuzquenho – bastante elogioso no geral – Mariátegui censura-lhe o ideal utópico de regresso do *Tawantinsuyo*: “Nem a civilização ocidental está tão esgotada e putrefata como Valcárcel supõe, nem, uma vez adquirida sua experiência, sua técnica e suas idéias, o Peru pode renunciar, misticamente, a tão válidos e preciosos instrumentos da potência humana para voltar, com áspera intransigência a seus antigos mitos agrários”³⁶¹

Esta crítica dirigida ao essencialismo de Valcárcel mostra claramente a colocação materialista da questão indígena por parte do autor dos *Siete Ensayos...*, que o afasta de qualquer sonho de retorno a uma “Era de Ouro” incaica. Como afirma José

³⁵⁸ *Idem.*, pp. 68-71

³⁵⁹ *Idem.*, p. 27. Aqui pode se observar uma das características distintivas do pensamento de Mariátegui: a valorização dos mitos e da religiosidade na ação revolucionária. Esse traço deve ser atribuído à influência do sindicalista revolucionário francês Georges Sorel, o qual foi citado, no trecho acima transcrito, ao lado de Marx. O tema da influência soreliana será abordado na conclusão deste estudo.

³⁶⁰ *Idem.*, p. 26.

³⁶¹ *Idem.*: “El Rostro y El Alma Del Tawantinsuyo”, publicado em *Mundial*, Lima, 11 de Setembro de 1925. In. *Idem.*: *Mariátegui Total*, Op. Cit., p. 305.

Aricó, a “questão” indígena, em Mariátegui, é formulada como “questão camponesa”.³⁶² Mais do que isso, a articulação entre o “problema do índio” e o “problema da terra” formam o núcleo fundamental da questão nacional no Peru. Ou seja, a não consolidação de uma nação peruana se devia à não resolução desses dois problemas legados pelo passado colonial.

Quanto à controvérsia em torno do caráter comunista primitivo do *ayllú*, é preciso fazer algumas ponderações sobre as condições de trabalho do autor. Como nos lembra Alberto Flores Galindo, havia então pouca pesquisa sobre as comunidades andinas, como seria de se esperar num país cujas elites intelectuais tinham, para com as populações indígenas e seu passado, uma atitude de desprezo. Mariátegui recorreu às fontes disponíveis: o Anuário Estatístico do Peru, publicações técnicas e de associações de hacendados – como a revista *La Vida agrícola* – além das poucas monografias disponíveis. Entre estas, destaca-se o livro já citado de Castro Pozo e os primeiros trabalhos do arqueólogo Julio de C. Tello. Mariátegui contou, também, com depoimentos de estudantes das regiões andinas que residiam em Lima, como Emílio Romero e Luiz E. Valcárcel.³⁶³

No que tange ao enquadramento teórico, é bom lembrar que os trabalhos de Marx sobre as formações pré-capitalistas e o modo de produção asiático – contidos nos *Grundrisse* – só viriam à luz décadas mais tarde. Mariátegui tampouco chegou a ler a obra de Lênin *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, destinado à combater os populistas russos – cujos trabalhos o peruano também não conheceu –, os quais tinham uma visão similar à sua sobre a comunidade camponesa na Rússia. Ou seja, tanto no plano dos dados empíricos, quanto no teórico-conceitual, Mariátegui contava com muito pouco para entender as comunidades indígenas.³⁶⁴

A mais conhecida versão da crítica que atribui a Mariátegui uma visão populista do papel do campesinato é a do especialista soviético V. M. Miroshevsky. Para este autor o peruano tinha uma visão romântica do passado incaico e da história peruana. Esta última seria dominada pela contradição entre a comunidade camponesa – expressão

³⁶² Aricó, José: “O Marxismo Latino-Americano nos Tempos da III. Internacional”, In. Hobsbawm, Eric J. (org.): *História do Marxismo, Op. Cit.*, Vol. VIII., pp. 447-459.”

³⁶³ Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com El Comintern, Op. Cit.*, pp. 431-432.

³⁶⁴ *Idem.*, p. 437. Robert Paris, assim como Galindo, também considera a visão mariateguiana do *Ayllú* como sendo próxima à do populismo russo em relação ao papel da comunidade camponesa. Cf. Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui, Op. Cit.*, p. 183.

autêntica da cultura indígena – e os enxertos estrangeiros (tanto o latifúndio feudal da colônia, quanto o capitalismo dos séculos XIX e XX).³⁶⁵

Em que pese alguns elementos românticos e idealizados que compõem a visão mariateguiana do passado inca, a exposição acima feita, não autoriza a conclusão do autor soviético de que Mariátegui era um apologeta de um retorno romântico ao passado do *Tawantinsuyo*.³⁶⁶ O que o autor peruano pretendia era entender as particularidades de uma formação social periférica, cujo processo histórico não podia ser reduzido aos esquemas clássicos do marxismo sobre a sucessão linear de modos de produção. Se a pontos de contato entre Mariátegui e o populismo russo, o problema está em adotar uma perspectiva ortodoxa que atribua um caráter pejorativo à tais coincidências, considerando-as incompatíveis com o materialismo histórico.

Na opinião de Melis, a leitura distorcida que Miroshkevsky fez do tratamento mariateguiano da questão indígena seria fruto da política sectária de Stálin e da IC no início dos anos 30. Para o autor italiano, ao contrário de Galindo, a abordagem que Mariátegui faz, não só faz parte de um enfoque original da questão indígena, como ganharia atualidade com as discussões, acima mencionadas, sobre o modo de produção asiático.³⁶⁷

Não se pretende, nos estreitos limites deste estudo, julgar a atualidade ou não da visão do marxista peruano sobre o *Ayllú*. O que importa assinalar é que mesmo que, como Galindo, se considere a idéia do comunismo incaico um elemento frágil do pensamento do autor dos *Siete Ensayos...*, cabe reconhecer que: “(...) esse erro foi imprescindível para que se localizasse em um terreno de reflexão radicalmente diferente, conquistando uma difícil autonomia que lhe permitiu, por sua vez, fundar um socialismo , indo-americano, nosso.”³⁶⁸

Ou seja, em que pese possíveis exageros ou equívocos, a concepção que Mariátegui tinha do *ayllú* e seu potencial revolucionário foi decisiva para que seu marxismo transcendesse os limites da ortodoxia de então e fosse capaz de fornecer uma interpretação inovadora da realidade nacional.

³⁶⁵ Miroshkevsky, V. M.: “El Populismo em El Peru: Papel de Mariátegui em El Pensamiento Social Latino-Americano”, publicado originalmente em *Istoriik Marksist*, no. 4, Moscou, 1941 e em espanhol em *Dialéctica*, Vol. 1 No. 1, julho de 1942. In: Aricó, José (org.): *Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latino-Americano*, Op. Cit., p. 61.

³⁶⁶ *Idem.*, pp. 67-68.

³⁶⁷ Melis, Antônio: “Mariátegui: Primer Marxista de América”, Op. Cit., p. 218.

³⁶⁸ Galindo, Alberto: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, Op. Cit., p. 436.

Assim, chega-se à relação da interpretação da realidade peruana com as polêmicas em torno do caráter da revolução na América Latina. O problema da teoria da revolução no pensamento do autor será, mais adiante, retomado quando forem discutidas suas polêmicas com a IC e com Haya de La Torre.

6.5. Diferenças locais e diferenças geracionais

Como se pode ver, assim como no caso da conceituação da colônia, o modo pelo qual os dois autores abordam suas respectivas formações econômico-sociais e a questão agrária que delas emerge é marcadamente diferente. Quais fatores explicam essas diferenças? Ensaiei, aqui, duas possibilidades, entendidas como complementares de explicação. De um lado, uma que remeta às diferenças entre a sociedade brasileira e a peruana e, de outro, a remissão aos contextos intelectuais e políticos distintos nos quais os autores produziram suas obras.

Quanto à primeira explicação, esta se coloca em dois níveis: de um lado, as diferentes formações sociais e econômicas, as diversas experiências políticas e, por outro, os problemas intelectuais que tais experiências geraram. Por exemplo, como entender o moderno nacionalismo peruano sem o tema da fratura entre a herança espanhola e o legado do Incário? Essa questão que, desde Gonzalez Prada, tornou-se um problema de “vida ou morte” fez da questão do lugar dos indígenas um tema crucial para qualquer intelectual peruano. Quanto ao Brasil, as problemáticas de raça e etnia se colocavam em termos completamente diferentes, girando mais em torno do legado da escravidão, da integração dos negros e da mestiçagem como vício ou virtude da nacionalidade.

Quando Mariátegui trata do campesinato, o adjetivo *indígena* não é secundário. A identidade de classe não se dá automaticamente pelas relações de produção, mas tem um componente cultural decisivo. No dizer do próprio Mariátegui, :“(…) No Peru, o aristocrata e o burguês se sentem, antes de mais nada, brancos (...)”³⁶⁹

Mais do que isso, seguindo as pegadas de Manoel González Prada, o *Amauta* considerava o índio o fundamento autêntico de uma nação peruana possível. Isso poderia ser lido como uma visão “essencialista” da nação, opondo a “autenticidade” do elemento autóctone à “artificialidade” do colonizador. Embora se possa identificar

³⁶⁹ Mariátegui, José Carlos: “El Problema de Las Razas em América Latina”, *Op. Cit.*, p. 204.

algum essencialismo em Mariátegui, não se trata do fundamental em sua concepção da nação.³⁷⁰

Como já ficou dito, a nação tinha um caráter de “projeto” de “futuro” obstaculizado pela inserção colonial da economia peruana no capitalismo internacional e pelo caráter oligárquico do Estado e do poder da classe dominante. Assim, o índio se tornava o “fundamento” da futura nação, não por nenhuma superioridade étnica ou racial intrínseca, mas pelo seu peso demográfico (sendo a maioria da população indígena) e pelo fato de constituir o grupo mais explorado nas relações sociais vigentes: o campesinato.

Tal postura fica clara quando se observa um artigo, publicado em 1927, em resposta à uma crítica ao indigenismo feita por Luis Allberto Sánchez. Diante da objeção deste último à vinculação entre indigenismo e socialismo Mariátegui sustenta que: “O socialismo ordena e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. No Peru, as massas, a classe trabalhadora, são, em quatro quintos, indígenas. Nosso socialismo não seria, pois, peruano, nem sequer seria socialismo, se não se solidarizasse, em primeiro lugar, com as reivindicações indígenas”³⁷¹ E, mais adiante, acrescenta: “(...) E nesse indigenismo vanguardista (...) não existe absolutamente nenhum decalque de nacionalismos exóticos. Não existe, em todo caso, nada se não a criação de um nacionalismo peruano”³⁷²

Portanto, se Mariátegui afirmava que o “nosso socialismo não pode ser nem decalque nem cópia”, devia rejeitar todo o economicismo e evolucionismo. Desse modo, na formação e na luta de classes e na questão nacional, a cultura e a raça assumiriam um papel de destaque. Dito de outra maneira, seu marxismo, a partir do momento em que se propôs à compreensão da realidade peruana em suas especificidades, não poderia senão valorizar o papel dos conflitos étnicos e culturais, despidendo-se de economicismos.

O nascimento do moderno nacionalismo peruano, após a Guerra do Pacífico, se da, como já foi apontado, com a constatação de Gonzalez Prada de que o Peru jamais seria uma nação se mantivesse excluída a maioria indígena. Já no Brasil, A Revolução

³⁷⁰ Embora seja possível, como o faz Robert Paris, ver na concepção de Mariátegui do “comunismo inca” uma fórmula ideológica e idealizada, não creio que isso ponha por terra o conjunto da leitura do autor peruano que vincula a questão indígena à questão nacional. Cf. Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, Op. Cit., pp. 184-185.

³⁷¹ Mariátegui, José Carlos: “Um Intermezzo Polemico”, publicado em *Amauta*, no. 7, março de 1927. In. *Idem: Mariátegui Total*, Op. Cit., p. 249.

³⁷² *Idem., Ibidem.*

de 1930 marca o nascimento de uma nova auto-imagem nacional calcada na mestiçagem como elemento unificador no plano cultural. Cada um a seu modo, Mariátegui e Caio Prado se inserem nessas tradições.

Embora Caio Prado tenha dado menos importância ao problema “racial” em suas formulações sobre o Brasil, essa questão não esteve ausente de seus trabalhos. No capítulo sobre “Raças” em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor cita Gilberto Freyre mais de uma vez e parece concordar com a idéia de que a mistura de raças era um elemento que singularizava aquele embrião de nação dos fins da colônia.³⁷³

Todavia, diverge de Freyre ao negar contribuições culturais significativas do negro. Embora se possa ver aí, especialmente tendo-se em vista a linguagem empregada ao se referir a negros e indígenas, um viés racista, esse parece ser, conforme discutido nas sessões dedicadas à colônia na obra de Caio Prado, um elemento secundário. A razão para aquele juízo estaria, na visão do historiador paulista, no fato de o regime escravocrata impor uma exploração tão brutal que só pedia do escravo o “esforço físico”, não lhe dando espaço para dar qualquer outra contribuição mais elevada. Se as pesquisas historiográficas podem rejeitar essa afirmação hoje, nos quadros intelectuais do autor fazia sentido pensar a escravidão como um regime que reduzia as relações sociais quase que somente à extração do excedente pela força.

Isso não significa, todavia, que o historiador brasileiro desconhecesse formas de dominação pelo consentimento na colônia. Embora afirme que, no Brasil colonial, haveria “uma quase ausência de super-estrutura” ou ainda uma “ausência de nexo moral”, não deixa de reconhecer o papel desempenhado pela família patriarcal, que se formava tendo a grande exploração por base material. Afinal, o paternalismo nas relações entre senhores e escravos amenizaria e, portanto, acrescentaria um elemento de consentimento na relação de exploração.³⁷⁴

O que se deseja sugerir é que há uma diferença importante no peso que cada autor dá ao papel desempenhado por fatores culturais nos conflitos de classe. Tal diferença se deve ao fato de a relação entre nação, classe e raça ser totalmente diferente nos dois contextos nacionais.

Outro divisor de águas é o tema, central para ambos autores, da questão agrária. Caio Prado pode rejeitar – com base no vínculo originário entre escravidão, grande propriedade e produção para o mercado exterior - a existência de um passado feudal e a

³⁷³ Prado Jr., Caio: *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, Op. Cit., pp. 79-110.

³⁷⁴ *Idem.*: pp. 267-296

escassez de um autêntico campesinato.³⁷⁵ Já Mariátegui tinha diante de si a sobrevivência do Ayllú - comunidade rural indígena baseada na apropriação e no trabalho coletivos - e a persistência de relações de trabalho originadas nas *encomiendas*, as quais eram mais próximas da servidão do que da escravidão, uma vez que o camponês, ainda que submetido ao trabalho compulsório, não era propriedade do senhor.³⁷⁶

Se se pode fazer objeções às interpretações dos dois autores à respeito das relações de trabalho no campo em seus países, é preciso admitir que a grande propriedade rural brasileira esteve sempre articulada ao mercado externo, ao passo que no Peru, pela colonização ser centrada na mineração, o latifúndio do altiplano se voltava mais para “dentro” e era pouco mercantil.³⁷⁷

Assim, as próprias diferenças entre o campo no Brasil e no Peru, ajudam a entender os diferentes diagnósticos da questão agrária. Enquanto o historiador brasileiro centra-se no conflito entre o capital agro-mercantil e a força de trabalho, considerando o campesinato e suas reivindicações de acesso à terra problemas secundários ou residuais, Mariátegui, por seu turno, pensa em termos de um conflito entre um campesinato indígena, lutando pela terra, e uma elite feudal de origem *criolla*.³⁷⁸

O próprio Caio Prado, em *A Revolução Brasileira*, parece corroborar explicitamente esse juízo. Em uma das inúmeras passagens nas quais aponta a escassez de um autêntico campesinato brasileiro, o autor, por meio de uma longa nota, compara o sistema da grande exploração com os casos dos países andinos e do México, nos quais as populações autóctones constituiriam uma classe camponesa, expropriada pelo colonizador espanhol e, portanto, teriam uma aspiração objetiva pelo acesso à terra.³⁷⁹

Se essa nota de *A Revolução Brasileira* converge, inadvertidamente, com o raciocínio de Mariátegui sobre o problema agrário no altiplano, este último parece dar razão ao primeiro ao negar a conveniência de se parcelar as grandes empresas agrícolas da costa peruana. O argumento de Mariátegui é o de que, parcelados, esses latifúndios

³⁷⁵ *Idem.*, pp. 113-123.

³⁷⁶ Mariátegui, José Carlos: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, *Op. Cit.*, pp. 9-10.

³⁷⁷ Para essas diferenças entre as economias coloniais mineradoras e aquelas baseadas nas *plantations*, Cf. Donghi, Halperin. *op. Cit.*, pp. 11-63.

³⁷⁸ Confronte-se as abordagens presentes em Prado Jr., Caio: *A Questão Agrária no Brasil*, *Op. Cit.*, pp. 15-85 e Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, *Op. Cit.*, pp. 26-38.

³⁷⁹ Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira*, *Op. Cit.*, pp. 221-222.

perderiam seu caráter de empresas orgânicas trabalhadas coletivamente, muito próximo, portanto, daquele empregado por Caio Prado para a grande exploração no Brasil.³⁸⁰

Todavia, se o feudalismo era mais próximo das estruturas agrárias do Peru colonial do que das do Brasil, isso não é suficiente para explicar o porquê de um autor defender o caráter feudal das relações sociais do campo, ao passo que o outro afirmava serem elas mercantis. Essa discrepância só pode ser melhor compreendida tendo-se em mente as diferenças históricas entre os contextos intelectuais de cada um.

Para exemplificar é útil continuar com o problema do feudalismo. Até o início dos anos 1930, não apenas a interpretação de um passado colonial feudal era hegemônica no pensamento social latino-americano, como a própria questão da articulação entre os países da região e o sistema capitalista havia apenas começado a se constituir como um problema de reflexão. Com a crise do modelo agro-exportador e da dominação oligárquica – que tem a I.ª Guerra Mundial e a Crise de 1929 como principais marcos – o lugar da América Latina no conjunto do mercado mundial se torna um problema político e teórico.³⁸¹

Mariátegui produziu sua obra justamente entre a Guerra e a Crise e teve no caráter colonial da economia de seu país um tema-chave. No entanto, continuava dominante o paradigma do feudalismo colonial. Já Caio Prado, escrevendo após 1930 e num ambiente intelectual que preparava o terreno para o debate sobre o desenvolvimento, encontrou condições para superar a noção de feudalidade por meio da inserção da trajetória da formação social brasileira no interior do mercado mundial.³⁸²

No período após 1945, quando o historiador brasileiro já havia consolidado sua interpretação historiográfica inovadora sobre o Brasil-colônia e sua crise, foi fundada a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), organismo cujos intelectuais iriam desencadear e pautar todo o debate sobre o desenvolvimento. Celso Furtado – ao lado de Raúl Prebisch, o principal pensador da CEPAL – também irá considerar, em *Formação Econômica do Brasil* (1959), a estrutura econômica brasileira

³⁸⁰ Mariátegui, José Carlos: “Respuesta Al Questionário No. 4 del Seminario de Cultura Peruana”, *Op. Cit.*, p. 114.

³⁸¹ Funes assinala que, na década em questão, o imperialismo (em especial o dos EUA) passou a ser um problema importante na reflexão da ensaística do continente. Ver: Funes, Patricia: *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura y Política em Los Años Viente Latino-americanos*, *Op. Cit.*, pp. 224-226.

³⁸² O primeiro trabalho a considerar a economia brasileira como sendo mercantil desde seu princípio foi a *História Econômica do Brasil*, do economista e empresário Roberto Simonsem. Este livro, publicado em 1937, é tido como o primeiro trabalho de história econômica mais consistente no país e exercerá influência sobre Caio Prado. Ver: Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revolução*, *Op. Cit.*, pp. 169-170.

como sendo integrada ao mercado internacional desde sua origem.³⁸³ Nessa nova fase histórica – conhecida hoje como *desenvolvimentista* – Caio Prado teria como interlocutores, não apenas os intelectuais comunistas que se aferravam à tese dos “restos feudais”, mas também os intelectuais cepalinos como Furtado.

O que importa assinalar aqui é que as novas condições históricas em que se encontravam o Brasil e a América Latina, nas quais a economia primário-exportadora e a dominação oligárquica haviam entrado em crise definitiva e a industrialização aparecia como alternativa de superação do atraso, punham novas questões aos intelectuais latino-americanos.³⁸⁴ Nesse novo cenário, Caio Prado Jr. – ao lado do argentino Sérgio Bagú e do chileno Marcelo Segall – pode ser um dos pioneiros no interior do marxismo a rejeitar a tese do feudalismo colonial, revelando o caráter mercantil e escravista da colônia.

Não se pode exigir de um autor que responda questões que seu tempo histórico não permite. Se a articulação subordinada da economia peruana ao capitalismo mundial e seus efeitos internos foi um tema crucial da reflexão mariateguiana, reavaliar a caracterização das relações sociais do campo, à luz dessa articulação não estava em seus horizontes.

Todavia, é justamente no tema da inserção subordinada das formações sociais respectivas no capitalismo internacional que se pode encontrar uma das principais convergências entre os autores estudados. Lembre-se, por exemplo, do já mencionado tópico dos *Siete Ensayos...* sobre “o caráter colonial” do latifúndio da costa. A maneira pela qual Mariátegui demonstra como as culturas da costa peruana derivam dos interesses dos mercados metropolitanos de Londres e Nova York tem fortes semelhanças com a noção caio-pradiana de “sentido da colonização” e a origem e dinâmica da grande exploração. Em ambos os casos se aponta como os interesses mercantis externos determinam o desenvolvimento de certas atividades produtivas, além de condicionarem sua estrutura, ritmos de ascensão e crise. Desse modo, tanto o brasileiro, quanto o peruano, deram destaque aos efeitos que a dominação econômica estrangeira exercia sobre as estruturas sócio-econômicas internas, independentemente dos conceitos que empregavam para definir tais estruturas.

³⁸³ Furtado, Celso: *Formação Econômica do Brasil*, Op. Cit., pp. 5-8.

³⁸⁴ Joseph Love assinala que, antes de ser teoria, a industrialização na América Latina foi fato e, em seguida, política. Teria sido apenas com a CEPAL, a partir de 1949, que os economistas encontraram uma base teórica alternativa ao velho conceito de “vantagens comparativas”. Cf. Love, Joseph: “Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930”, In. Bethell, Leslie (org.): *Ideas and Ideologies in 20th Century Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press 1996, pp. 210-217.

Essa constatação introduz a necessidade de abordar o tema do imperialismo e suas relações com as classes sociais de suas respectivas sociedades, o qual será tratado no próximo capítulo.

Capítulo 7

O imperialismo e a burguesia nacional

Se no capítulo anterior foram comparadas as abordagens dos dois autores a respeito da questão agrária e sua relação com a questão nacional, agora é a vez de discutir suas análises a respeito da relação desta última com o tema do imperialismo. Como se afirmou anteriormente, a IC colocava como problemas fundamentais dos países “coloniais, semi-coloniais e dependentes”, de um lado, a persistência de restos feudais e, de outro, a dominação imperialista como travas do desenvolvimento capitalista desses países. Segundo essa formulação, haveria uma solidariedade entre os interesses imperialistas e dos latifundiários feudais. Tanto Caio Prado quanto Mariátegui se inserem no seio dessa vertente político intelectual ao também enquadrarem os problemas centrais de suas formações econômico-sociais em termos da questão agrária e do imperialismo.

Contudo, como se verá adiante, as formulações de ambos sobre o imperialismo e sua relação com as classes dominantes em seus países discrepa daquela defendida pela ortodoxia comunista. Se para esta, a burguesia nacional, assim como o proletariado, teria um interesse objetivo em combater, tanto os restos feudais, quanto o capital imperialista, Caio Prado e Mariátegui não viam as coisas desse modo. Pelo contrário, viam com ceticismo o papel histórico que as burguesias brasileira ou peruana poderiam ter no combate à dominação econômica estrangeira, devido à sua origem estar vinculada à inserção subordinada dessas economias no sistema capitalista internacional.

No caso de Caio Prado, sua concepção do imperialismo e da relação entre capital estrangeiro e burguesia nacional será abordada a partir da polêmica do autor com seu partido. Já no caso de Mariátegui, além do debate com a IC, será levada em conta a sua polêmica com Victor Raúl Haya de La Torre, cuja concepção singular de imperialismo será importante para definir a formulação do autor dos *Sete Ensaios*.

7.1. Imperialismo e burguesia nacional no Brasil

Ao se debruçar sobre o tema do imperialismo, Caio Prado define o fenômeno, seguindo de perto a conceituação de Lênin, como sendo a forma de dominação

internacional característica do predomínio do capital financeiro no capitalismo internacional.³⁸⁵

O imperialismo, nesse sentido, deveria ser distinguido de outras formas de dominação econômica internacional que o precederam. Se o antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII) se organizava em torno do monopólio do comércio de produtos coloniais e a fase do capitalismo industrial, pela busca de mercados consumidores, o imperialismo procura, ao longo de todas as etapas produtivas da economia colonial, canalizar a mais-valia para os detentores do capital financeiro. Assim, o capital financeiro passa a controlar, desde a produção dos produtos primários, até sua comercialização, transporte e distribuição. Representa, pois, uma penetração muito mais profunda do capital estrangeiro nas economias coloniais, complexificando as relações internas características dessas economias.³⁸⁶ A dominação imperialista reorganiza os vínculos das economias coloniais com os países centrais, fortalecendo as posições destes últimos em relação às primeiras.

A integração do Brasil ao sistema imperialista teria se dado em fins do século XIX, impulsionada pelo endividamento do Estado e pela necessidade de financiar a expansão da lavoura cafeeira.³⁸⁷ Assim, a penetração do capital financeiro internacional, a um só tempo, é propiciada pelo e reforça o caráter colonial da formação econômico-social brasileira.³⁸⁸ Mais do que isso, teria havido, segundo o autor, uma recepção relativamente favorável à entrada de capitais estrangeiros por parte da burguesia brasileira devido aos progressos técnicos e financeiros que trouxeram para seus empreendimentos. Mesmo as poucas vozes que apontavam os inconvenientes da associação com a finança internacional, nunca tiveram do fenômeno uma visão de conjunto.³⁸⁹

Desse modo, assim como no tratamento da questão agrária, Prado Jr. Também vê um erro fundamental na aplicação das formulações da IC sobre o imperialismo à realidade brasileira. Enquanto nas sociedades asiáticas e africanas, o imperialismo teria se implantado em sociedades constituídas fora da órbita do capitalismo – gerando, dessa maneira, profundas tensões sociais, políticas, culturais e mesmo étnicas –, as sociedades latino-americanas teriam se constituído a partir da expansão do capitalismo comercial europeu, etapa de formação do capitalismo industrial, ou seja, dentro dos quadros do

³⁸⁵ Prado Jr., Caio: *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*, Op. Cit., pp. 86-87.

³⁸⁶ *Idem*, pp. 92-93.

³⁸⁷ *Idem*: *História Econômica do Brasil*, Op. Cit., pp. 207-217.

³⁸⁸ *Idem*: “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”, Op. Cit., pp. 136-137.

³⁸⁹ *Idem*: *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*, Op. Cit., pp. 89-90.

mercado e da modernidade européia em formação. Assim, o imperialismo – definido como fase contemporânea do capitalismo internacional – teria encontrado aqui um terreno já preparado por estruturas legadas pelo passado colonial.³⁹⁰

Esses dois modos distintos de articulação com o imperialismo resultam em diferentes conformações da burguesia. No primeiro caso, forma-se um setor autóctone vinculado aos interesses comerciais estrangeiros e em oposição a outro, interessado no desenvolvimento de uma indústria própria. Já no segundo, os diferentes ramos da burguesia – agrária, comercial, industrial e financeira – desenvolveriam laços de associação com o capital estrangeiro, não tendo assim interesses anti-imperialistas.³⁹¹

Aqui se coloca o problema do caráter da burguesia em sociedades periféricas como a brasileira. O autor desejava negar a formulação, acima mencionada, de uma burguesia progressista que se opunha ao latifúndio feudal e ao imperialismo.

Caio Prado procura também mostrar que não havia uma diferenciação fundamental em nossa burguesia entre a cidade e o campo. Tanto fazendeiros investiam seus capitais no comércio ou na indústria, quanto industriais e comerciantes investiam em empreendimentos agrícolas, não havendo grandes diferenças de interesses. É claro que poderiam ocorrer atritos, os quais não implicavam, todavia, em contradições fundamentais.³⁹²

Os proprietários rurais (fazendeiros,, senhores de engenho, usineiros ou estancieiros) não teriam, também, nenhum vínculo maior com os interesses imperialistas do que outros setores da burguesia brasileira.³⁹³ Essa vinculação entre grande propriedade e imperialismo, em oposição à burguesia industrial nacionalista, era outra transposição mecânica do modelo asiático da IC para o Brasil.

Não haveria, desse modo, oposição fundamental de interesses entre a burguesia local e os capitais imperialistas. A própria expansão da industrialização, por meio da substituição de importações, teria ocorrido, no segundo pós-guerra, impulsionada pelo capital estrangeiro. As empresas que antes nos exportavam mercadorias, passaram a produzi-las aqui, em associação com capitais nacionais.³⁹⁴

Portanto, a divisão entre uma burguesia retrógrada, associada ao imperialismo e politicamente reacionária, e outra, nacionalista e progressista seria ilusória, falsa consciência.

³⁹⁰ *Idem: A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 100-102.

³⁹¹ *Idem*, pp. 106-111.

³⁹² *Idem*, pp. 166-168.

³⁹³ *Idem*, pp. 169-170.

³⁹⁴ *Idem*, pp. 134-135.

Esse ponto de vista, um dos elementos centrais da argumentação em *A Revolução Brasileira*, mereceu, como seria de se esperar, bastante atenção na crítica ao livro feita pelo dirigente comunista Marco Antônio Coelho, escrevendo sob o pseudônimo de Assis Tavares. Para ele, o caráter contraditório da burguesia nacional estaria na sua dupla condição, por um lado, de classe prejudicada pela ação do capital imperialista e, por outro de classe exploradora. Na leitura de Tavares, isso faz com que a burguesia nacional procura, a um só tempo, se apoiar nas massas contra o imperialismo e negociar com este último, transferindo aos trabalhadores o peso maior da ação do capital estrangeiro no país.³⁹⁵

Isso poderia fazer da burguesia nacional uma classe anti-imperialista vacilante, mas, ao contrário do que queria Caio Prado, não negava sua existência. Segundo Tavares, o próprio historiador, “ao descer da subjetividade aos fatos” acabava reconhecendo-o ao afirmar que existiam contradições entre a burguesia brasileira e os interesses do capital estrangeiro.³⁹⁶

O fato de a burguesia não manifestar clara consciência dos efeitos perniciosos da presença imperialista no país não seria índice de que ela não teria interesses contrários aos do imperialismo. Enquanto aquela consciência se manifestava apenas nas lideranças mais esclarecidas da classe, seus interesses objetivos eram sentidos pelo conjunto da burguesia.³⁹⁷ Para o dirigente comunista, as campanhas nacionalistas e as medidas estatizantes e restritivas à ação do capital estrangeiro nas quais resultaram demonstrariam que, impotente no plano meramente econômico, os capitalistas brasileiros combateriam o imperialismo por meio do aparato de Estado.³⁹⁸

Essa polêmica entre o historiador paulista e o dirigente do seu partido a respeito da burguesia nacional é bastante conhecida e já foi amplamente debatida. Menos discutido, todavia, é o fato de que essa visão negativa do papel histórico da burguesia brasileira não se faz presente, da mesma maneira, em toda a obra de Caio Prado.

Nesse sentido, é instrutivo contrapor a análise do papel da burguesia na revolução brasileira contida em *Fundamentos...* e em *Diretrizes...*. Logo se observa que há uma evidente discrepância entre a contribuição de 1947 e a monografia de 1954.

No primeiro texto, o historiador nega o caráter burguês da revolução, uma vez que a burguesia não dependia, para a rentabilidade de seus negócios, da ruptura com a

³⁹⁵ Tavares, Assis: “Caio Prado Jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, In. *Encontros Com a Civilização Brasileira*, no. 1, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967., p. 60.

³⁹⁶ *Idem.*, *Ibidem.*

³⁹⁷ *Idem.*, p. 62.

³⁹⁸ *Idem.*, p. 65.

herança colonial e o imperialismo, beneficiando-se das articulações com ambos.³⁹⁹ Sete anos mais tarde, na última página de *Diretrizes...*, Prado Jr., listando os sujeitos das transformações por ele defendidas, inclui: “A burguesia industrial e comercial, liberta da vinculação ao imperialismo”.⁴⁰⁰

É interessante indagar o porquê dessa inclusão da burguesia, mais em consonância com as teses do partido, à qual será, como já se viu, retirada novamente em 1966. Não se sugere aqui que haja uma divergência ou mudança profunda de linha entre os dois momentos, pelo contrário, as teses básicas, calcadas na contribuição historiográfica do autor, são as mesmas.

Há, contudo, no segundo texto, uma ambigüidade maior que faz com que as conclusões do trabalho, em comparação com o escrito anterior, se aproximem mais de alguns pontos da leitura do PCB. A razão aqui aventada e que será desenvolvida a seguir, é a de que, o momento pelo qual o Brasil passava em meados da década de 50 – com o avanço da industrialização e o crescimento de uma forte corrente de opinião nacionalista na sociedade – poderiam ter tornado o autor, momentaneamente, um pouco mais inclinado às teses comunistas, embora mantendo suas críticas à teorização que as apoiava. Esse otimismo inicial teria sido, contudo, revertido pelas concessões do governo de Juscelino Kubitschek ao capital estrangeiro.

Para fundamentar tal análise, é útil retomar alguns aspectos centrais da conjuntura brasileira de meados dos anos 50. Como se sabe, a crise política de 1954-1955, que tem como pontos altos o suicídio de Getúlio Vargas e a tentativa golpista de impedir a posse de Kubitschek, tem, como motivo de fundo, as tensões e conflitos resultantes das políticas nacionalistas e industrializantes que polarizavam a sociedade brasileira. Nesse contexto, ganha relevo o monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobrás (1953) por assinalarem a formação de um movimento e uma consciência nacionalistas com amplas bases sociais e políticas.

Embora tenha se empenhado fortemente na campanha “O Petróleo É Nosso!”, o PCB manteve, até 1954, uma política de franca hostilidade à Getúlio, revertendo-a apenas sob o impacto de seu suicídio e da ação golpista da direita. A nova orientação se consolidaria com o apoio dado ao governo JK e a anistia relativa que este concedeu aos comunistas.

³⁹⁹ Prado Jr., Caio: *Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira*, Op. Cit., p. 140.

⁴⁰⁰ *Idem*: *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*, Op. Cit., p. 240.

A esse propósito, é interessante observar um artigo, publicado na *Revista Brasiliense*, no qual Prado Jr. se mostra bastante otimista em relação ao novo governo. Neste texto publicado no quarto número da *Revista Brasiliense* e intitulado “O Sentido Profundo da Anistia Ampla”, o autor começa por assinalar que o novo governo foi o fruto de uma árdua luta política, na qual uma forte corrente de opinião pública derrotou as manobras golpistas de seus adversários. Assim, apesar das ressalvas que fazia a seu programa de governo, Caio Prado assinalava que: “(...) O Sr. Juscelino Kubitschek representa, sem dúvida, uma situação nova que abre perspectivas promissoras”.⁴⁰¹

As ressalvas que o historiador paulista fazia ao programa do novo presidente diziam respeito, por um lado, à simpatia para com a participação do capital estrangeiro na economia e, por outro, a redução da questão agrária a um mero problema de aperfeiçoamento técnico e não, como julgava acertado, de transformação da estrutura social do campo.⁴⁰² Em que pese esses reparos, o historiador não deixava de conceder ao novo governo “um grande saldo”. Isso por que: “Nenhum presidente ainda subiu ao poder ou nele se manifestou com uma posição tão definida e tão clara em face da transformação da economia brasileira e de seu aparelhamento técnico e industrial”.⁴⁰³

Como precursor imediato dessa visão transformadora e industrializante, Caio Prado aponta o segundo governo Vargas, apesar de este não ter possuído um plano concreto nesse sentido. Para o autor, Juscelino representava outra época pois: “alcança a direção do país no momento em que as transformações ocorridas desde a última guerra amadurecem e se fazem nitidamente sentir”.

Independentemente da opinião de JK, sua eleição e as circunstâncias em que se realizou teriam despertado e reunido o conjunto das forças sociais interessadas na renovação do país. Nas palavras do autor: “O que dá força e conteúdo à essa situação e lhe abre perspectivas é o fato de que ela permite e já realizou, em parte, a mobilização de amplos setores da opinião pública brasileira fixados na idéia de reformas profundas que virão dar nova feição ao país.”

Assim, o autor associava a vitória de Juscelino ao movimento nacionalista que ganhava força no Brasil. Para o historiador: “O nacionalismo constitui hoje no Brasil uma bem definida e forte corrente de opinião pública. Talvez já represente neste momento o mais bem caracterizado pensamento político brasileiro. (...) Ele já tem, aliás,

⁴⁰¹ *Idem.*: “O Sentido da Anistia Ampla”, *Revista Brasiliense*, no. 4, março/abril de 1956. In. Santos, Raymundo (org.): *Dissertações Sobre A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, p. 183.

⁴⁰² *Idem*, pp. 184-185.

⁴⁰³ *Idem*, p. 186.

a seu favor um ativo ponderável, bastando lembrar a esse propósito a grande e vitoriosa campanha do petróleo que, enfrentando embora as mais poderosas forças econômicas, financeiras e políticas internacionais, viu lograr seus objetivos na primeira fase, já vencida, da exploração petrolífera”⁴⁰⁴

Tal movimento já estaria, segundo Caio Prado, no mesmo nível de importância histórico da Independência e da luta abolicionista. Ao contrário de outros nacionalismos, o brasileiro não se caracterizaria pela xenofobia e a intolerância ao estrangeiro. Pelo contrário: “Como pensamento político, ele exprime tão somente a consciência que adquiriu ponderável parcela da opinião pública brasileira da posição subordinada e dependente que ocupa o país com relação aos grandes centros financeiros e capitalistas do mundo contemporâneo”

Numa palavra: nacionalismo, industrialização e avanço da democracia constituíam os pilares do momento político que Caio Prado saudava de modo bastante próximo, aliás, à leitura que seu partido fazia da conjuntura de então. Se nesses ensaios Prado Jr. dava, por assim dizer, o benefício da dúvida ao novo governo, seu otimismo se esvaíria por completo nos textos seguintes. Nestes, o autor centrava fogo na política de “largas concessões ao capital estrangeiro” de Kubitschek.⁴⁰⁵

Se se havia, naquela quadra histórica, atingido um virtual consenso em torno da necessidade de industrializar a economia brasileira, o autor ressaltava que se abriam dois caminhos possíveis para tanto: “Ou realizamos a industrialização à custa de nossas próprias forças, ou confiamos a tarefa à iniciativa de empreendimentos imperialistas e apelamos para os grandes *trusts* internacionais, abrindo-lhes o campo das atividades no Brasil”⁴⁰⁶

A segunda opção tinha, como se viu acima, um grave inconveniente na visão do autor. Afinal, ao invés de pagar as importações de produtos industriais, o Brasil teria de pagar as remessas, juros e *royalties* que o capital estrangeiro requeria para se instalar no país, o que agravaria os desequilíbrios da balança de pagamentos e colocaria a dependência da economia brasileira em novos patamares.⁴⁰⁷ De outro lado, não tendo qualquer comprometimento com os interesses nacionais, a penetração do capital imperialista colocaria importantes setores da economia brasileira sob o controle de

⁴⁰⁴ *Idem.*: “Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 1, No. 2, 1955, p. 80.

⁴⁰⁵ *Idem.*: “Os Empreendimentos Estrangeiros e O Desenvolvimento Nacional”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 5, No. 23, 1959, p. 6.

⁴⁰⁶ *Idem.*, p. 4.

⁴⁰⁷ *Idem.*: “Capitais Estrangeiros”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 3, No. 11, 1957, pp. 19-20.

forças estranhas ao país, comprometendo, desse modo, sua soberania.⁴⁰⁸ Por fim, em sua busca de valorização, as filiais de empresas estrangeiras iriam produzir apenas para o restrito mercado consumidor de bens suntuários, não contribuindo, pois, para a elevação dos padrões de vida da massa da população.⁴⁰⁹

Deveria-se, portanto, distinguir entre desenvolvimento – entendido como aumento quantitativo da renda nacional e outros índices macro-econômicos – e o nacionalismo, entendido como programa de transformação qualitativa da estrutura produtiva do país, dirigindo-a para as necessidades internas do povo brasileiro e não para a demanda dos centros do mercado mundial.⁴¹⁰ Se o capital estrangeiro pode favorecer o desenvolvimento das forças produtivas do país, tal progresso ficaria, mais à diante, obstaculizado pelo reforço da dependência, ensejada pelos mesmos capitais. Daí que a reorganização da economia brasileira em bases nacionais exigiria uma industrialização promovida com recursos próprios e dinamizada por um alargamento do mercado interno.⁴¹¹

Diante desse entendimento do papel do investimento externo, o historiador apontava a ambigüidade das políticas governamentais, nas quais medidas “entreguistas” conviveriam com outras, de caráter nacionalista. Assim, por trás da retórica governamental, não se poderia discernir nenhum plano ou projeto político de conjunto que norteasse suas ações.⁴¹²

Como se pode ver, as concessões ao capital estrangeiro estiveram na raiz da inflexão do historiador paulista em relação a JK. Seu otimismo inicial se apoiava, não apenas no clima de abertura democrática, mas no fortalecimento de um movimento nacionalista na sociedade brasileira, do qual, é bom lembrar, a *Revista Brasiliense* pretendia ser parte.

É esse mesmo movimento nacionalista que justifica a visão positiva que o autor expressara em relação à burguesia no final de *Diretrizes...* .O que se quer sugerir aqui é que a convergência de Prado Jr. com seu partido – tanto no que diz respeito à burguesia, quanto na avaliação do governo de Kubitschek em seus primeiros momentos – esteve

⁴⁰⁸ *Idem.*: “Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros”, *Op. Cit.*, p. 88.

⁴⁰⁹ *Idem.*: “Livres Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal”, *In. Revista Brasiliense*, Vol 3, No. 9, 1957, p. 12

⁴¹⁰ *Idem.*: “Nacionalismo e Desenvolvimento”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 5, No. 24, 1959., p. 12.

⁴¹¹ *Idem.*, p. 15.

⁴¹² *Idem.*: “A Política Brasileira”, *Revista Brasiliense*, no. 8, novembro/dezembro de 1956. *In. Santos, Raymundo (org.): Dissertações Sobre A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 193-195.

calcada na apreciação dos sucessos do nacionalismo econômico na disputa pela industrialização do país.

É bom lembrar, conforme indicado no capítulo 2, que, até meados da década de 50, a batalha pela industrialização do Brasil ainda não havia sido ganha. Nas classes dominantes, havia ainda muitos – ligados aos interesses agro-exportadores – que lhe eram contrários, apoiando-se, para tanto, no liberalismo econômico e na tese da “vocação agrícola” do Brasil. Contra essa reação conservadora, formou-se, de fato, uma ampla frente social e política em torno da necessidade de industrializar o país, cujo grande marco foi – como acima referido – a campanha “O Petróleo É Nosso”.⁴¹³

Talvez, possa-se argumentar que foi esse clima político-ideológico que levou Caio Prado a escrever sua monografia, instruindo o conjunto do texto. Aliás, não é por acaso que o livro se intitula *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*, numa clara afirmação do planejamento e da intervenção econômica do Estado. A planificação estatal é, aliás, a chave para entender a esperança, expressa pelo historiador em *Diretrizes...*, de que a burguesia poderia “se libertar” do vínculo com o imperialismo. Seria o Estado que protegeria o nascente e frágil capitalismo brasileiro da absorção pelos *trusts* internacionais.⁴¹⁴

Quanto à *Revista Brasiliense*, seu primeiro editorial, também já discutido no capítulo 2, a situava claramente no interior do movimento nacionalista. Assim como no caso da monografia, o título da revista reflete essa opção.

A presidência de Juscelino marca, todavia, uma dupla inflexão no desenvolvimento nacional. Em primeiro lugar, a industrialização ganhou, no período, o consenso na opinião pública, arrefecendo as resistências antes opostas em seu caminho. Em segundo lugar, o capital estrangeiro deixou de ser um obstáculo, passando a concorrer de modo decisivo para a implementação de um parque industrial, cujo exemplo mais evidente é o da indústria automobilística.

Esse concurso do capital estrangeiro se deu, não apenas por incentivo do Estado, mas com amplo apoio na burguesia nacional, a qual passou a se associar aos novos empreendimentos.

Caio Prado acompanhou de perto esse processo de mudanças qualitativas no interior da economia e da burguesia do país, o qual é abordado ao longo de todos os artigos acima discutidos. Para ele, tornava-se difícil distinguir, claramente, uma

⁴¹³ *Idem: A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 316-318.

⁴¹⁴ *Idem.: “Livre Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal”, Op. Cit.*, pp. 14-18.

polarização entre os interesses do empresariado nacional e os dos investidores internacionais.

Ou seja, se em 1954, o autor acreditava que a burguesia, sob a tutela do planejamento estatal, poderia adquirir interesses próprios ou opostos em relação ao capital imperialista, a crescente integração entre capitais estrangeiros e nacionais o levou a retornar a suas teses de 1947, segundo as quais a burguesia não teria qualquer interesse na emancipação econômica da nação.

Para Assis Tavares, as apreciações de Caio Prado sobre as relações entre a burguesia nacional e o imperialismo no período que ia do governo JK ao Golpe de 64 são unilaterais. Segundo o articulista, o historiador veria apenas a ação do imperialismo e sua crescente associação com a burguesia, mas deixaria em segundo plano o crescimento do movimento nacionalista e as contradições que este evidenciava.⁴¹⁵

Observando-se os artigos do autor de *A Revolução Brasileira* aqui analisados, não creio que esse juízo se sustente.

É certo que há entre o dirigente comunista e o historiador paulista uma leitura diversa dos acontecimentos. Enquanto o primeiro via neles um aguçamento das contradições entre o imperialismo e a burguesia nacional, o segundo via uma acomodação crescente entre ambos, em que pese o aumento das contradições entre o imperialismo e o desenvolvimento da economia brasileira.

Todavia, há uma interessante coincidência entre ambos que o próprio Tavares aponta: a idéia de que a dominação do capital estrangeiro impedia o desenvolvimento econômico do país, conduzindo à estagnação.⁴¹⁶ Esse foi um tópico da teorização do comunismo brasileiro que Caio Prado não negou, pelo menos não explicitamente. Em realidade, embora se debruçasse sobre a novidade representada pelas multinacionais, a discussão aqui realizada mostra que Caio Prado não distinguiu bem a nova fase da dominação imperialista da anterior, na qual predominara o capital mercantil. Prova disso é que, ainda em 1966, o autor marxista insistia que o Brasil continuava a ser, essencialmente, o mesmo produtor de matérias-primas para os mercados centrais. Se o desenrolar posterior do regime militar se encarregaria de demonstrar que seu ponto de vista sobre a acomodação do empresariado nacional com o capital imperialista estava correto, demonstraria também que o capitalismo brasileiro poderia ter uma arrancada importante em associação com os interesses estrangeiros e à custa dos do país.

⁴¹⁵ Tavares, Assis: “Caio Prado Jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 66.

⁴¹⁶ *Idem.*, *ibidem*

7.2. O imperialismo no Peru e na América Latina

O tema do imperialismo em Mariátegui é crucial e, como se viu no capítulo anterior, merece destaque em seu esquema da evolução econômica peruana, apresentado no primeiro dos *Siete Ensayos*. A penetração do capital financeiro internacional na economia peruana teve seu terreno preparado, segundo o autor, pela inserção do país no mercado mundial na fase da exploração do guano, quando os capitais ingleses financiaram a dívida pública do país. Daí, após a Guerra do Pacífico, os financistas de Londres puderam se apossar das ferrovias e exercer um controle mais profundo da economia do Peru.⁴¹⁷

Para Mariátegui a penetração imperialista representou um grau maior de desenvolvimento capitalista do que o período anterior à guerra. Os novos interesses das firmas comerciais, companhias mineradoras, de transportes e bancos estrangeiros - em especial estado-unidenses, os quais, em princípios do século XX, suplantaram os britânicos - geraram uma burguesia que deslocou a velha oligarquia feudal.⁴¹⁸ O exemplo que o marxista peruano fornece desse processo é o da concentração e desnacionalização da exploração da cana-de-açúcar no litoral norte. Na região canavieira (departamento de *La Libertad*) as empresas estrangeiras, por meio de seu poderio financeiro e tecnológico, deslocaram a maioria dos antigos latifundiários *criollos*, apossando-se de suas terras.⁴¹⁹

Isso não significa uma necessária oposição de interesses entre o imperialismo e a antiga classe dominante ou, menos ainda, que o autor visse o fenômeno como algo progressista. Pelo contrário, a articulação, também apontada por Mariátegui, entre os capitais estrangeiros e formas pré-capitalistas de exploração do trabalho na agricultura litorânea já mostra que essa não era sua visão.⁴²⁰ Além de aprofundar o caráter colonial da economia, o predomínio dos capitais imperialistas mostrava que uma solução burguesa para a consolidação da nação não era viável no caso peruano.

Essa foi, à época uma leitura bastante polêmica do problema, pondo Mariátegui em discordância, tanto com Haya de La Torre e os apristas, quanto com a IC. Desse modo, vale a pena retomar o fio dessa discórdia, para compreender melhor sua posição.

⁴¹⁷ Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit., p. 14.

⁴¹⁸ *Idem.*, pp. 18-19.

⁴¹⁹ *Idem.*, p. 24.

⁴²⁰ *Idem.*: “Respuesta Al Questionário no. 4 del Seminario de Cultura Peruana”, Op. Cit.

Para entender os termos dessa dupla polêmica é necessário resgatar, mesmo que de modo breve, as linhas gerais do pensamento aprista e seus conflitos, tanto com Mariátegui, quanto com a IC. No presente capítulo, a análise desse debate – rico em questões – será restrita ao tema do imperialismo. Uma visão mais geral das discrepâncias entre Haya, Mariátegui e os comunistas ortodoxos será oferecida no próximo capítulo.

Em 7 de maio de 1924, o ex-líder da Federação dos Estudantes do Peru e da luta pela reforma universitária, Victor Raúl Haya de La Torre, a partir de seu exílio no México, funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (A.P.R.A). Inicialmente concebida como uma aliança continental de luta contra o imperialismo e pela unidade latino-americana, a A.P.R.A deveria ser uma frente única organizada em células nacionais. Seu modelo era o do Partido Nacionalista (Kuomintang) que conduzia a Revolução Chinesa, baseado em uma aliança que ia de setores nacionalistas burgueses até o nascente proletariado que, recentemente, começara a se organizar no Partido Comunista Chinês.

Nesse mesmo período, a Internacional Comunista – confrontada com a derrota da onda revolucionária na Europa Central (1918-1923) – passara a observar com atenção o desenrolar dos acontecimentos na China e, a partir daí, aos inúmeros movimentos nacionalistas e anti-imperialistas que se passavam na periferia do capitalismo. Tomando a China como modelo paradigmático, a IC elaborou uma estratégia para a luta anti-imperialista no “mundo colonial e semi-colonial” que defendia constituição de frentes anti-imperialistas, em conjunto com setores nacionalistas burgueses e pequeno-burgueses.

Por outro lado, alguns grupos nacionalistas daquilo que virá a ser chamado de Terceiro Mundo simpatizavam com a IC por suas declarações incisivas contra o imperialismo – a partir da “Conferência de Baku” em 1921 -, além de acompanharem com interesse os primeiros passos da União Soviética rumo à industrialização. Afinal, tratava-se de um país de estrutura sócio-econômica atrasada que se propunha à modernizar-se sem passar por uma etapa de pleno desenvolvimento capitalista.

Um desses nacionalistas da periferia foi justamente Haya de La Torre, o qual, em 1924, esteve na URSS. Da experiência soviética, Haya extrairia o modelo de

industrialização a partir da planificação estatal e a concepção de partido leninista centralizado, os quais teriam grande impacto na posterior teorização do aprismo.⁴²¹

Todavia, o fundador do A.P.R.A não era, nem nunca seria, um marxista ortodoxo. Aliás, o pensamento de Haya se constituiu em aberto confronto com este, o qual considerava inadequado para compreender a realidade latino-americana. Para ele, o uso do marxismo pela intelectualidade latino-americana era mais um exemplo de importação ideológica, como se pode ver pela seguinte passagem: “Nossos ambientes e nossas transplantadas culturas modernas não saíram ainda da etapa prístina do transplante. Com ardor fanático, tornamos nossos, sem nenhum espírito crítico, apotegmas e vozes de ordem que nos chegam da Europa. Assim, agitamos fervorosos, há mais de um século, os lemas da Revolução Francesa. E assim podemos agitar hoje as palavras de ordem da Revolução Russa ou as inflamadas consignas do fascismo. Vivemos em busca de um padrão mental que nos libere de pensar por nós mesmos”⁴²²

Sua formação, portanto, recorria à fontes mais variadas, incluindo, por exemplo, o evolucionismo, o positivismo e a física relativista de Einstein, que, como se viu no capítulo 2, tinha grande repercussão no período. Foi justamente dessa última fonte que retirou o conceito de espaço/tempo histórico relativo.

A Indo-América viveria em um outro espaço/tempo – o do feudalismo –, diferente do da Europa – o capitalismo. Desse modo, se o marxismo era uma doutrina aplicável à realidade européia, pois pertencia a seu espaço/tempo histórico, não o seria para a realidade indo-americana.

Um bom exemplo dessa combinação de relativismo espaço/temporal e evolucionismo é fornecido pela concepção de Haya de La Torre à respeito do fenômeno imperialista: “O aprismo, sintetizando seus pontos de vista teóricos, considera que o imperialismo, última etapa do capitalismo nos povos industriais, representa, entre os nossos, a primeira etapa. Nosso capitalismo nasce com o advento do imperialismo moderno. Nasce, pois, dependente e como resultado da culminação do capitalismo na Europa, Inglaterra especialmente”⁴²³

⁴²¹ Montesinos, Jorge Nieto: “Estúdio Introductório”, In. Haya de La Torre, Victor Raúl: *Haya de La Torre O La Política Como Mission Civilizadora*, México D. F., Fondo de Cultura Económica, 2000., p. 26.

⁴²² Haya de La Torre, Victor Raúl: “El Estado Anti-Imperialista”, escrito em 1928 e publicado como capítulo em *El Anti-Imperialismo y El A.P.R.A*, em 1936. In. *Idem: Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora, Op. Cit.*, p. 49.

⁴²³ *Idem.*: “El Aprismo És Uma Doctrina Completa y Um Método de Acción Realista”, publicado na *Revista Atenea*, da Universidade de Concepción (Chile), em 1930. In. *Idem.: Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora, Op. Cit.*, p. 63.

Dessa maneira, se o autor endossa a famosa definição leninista do Imperialismo como “fase superior do capitalismo”, ele a restringe à Europa e ao espaço-tempo do capitalismo avançado. Na Indo-América, o Imperialismo foi, pelo contrário, a “primeira fase” do capitalismo.

Nessa chave, o Imperialismo seria não apenas uma etapa histórica incontornável, como também teria seu lado benéfico, por trazer às economias indo-americanas a técnica e os métodos produtivos modernos. O capitalismo seria uma etapa histórica destinada a ser substituída por outra – o socialismo –, mas seria um degrau do desenvolvimento histórico inescapável para todas as sociedades humanas.

Diante desse diagnóstico, o fundador da A.P.R.A rejeitava as teses que sustentavam, de um lado, a superação da dependência econômica por meio de uma revolução socialista, ou, por outro, a conciliação da independência com o desenvolvimento capitalista. No primeiro caso, ignorar-se-ia o caráter embrionário do capitalismo latino-americano, conforme enunciado acima. Já no segundo, desconhecia-se o obstáculo representado pelos capitais imperialistas, os quais não admitiriam a competição dos países da região.⁴²⁴

Para Haya, a solução do impasse estaria na constituição de um Estado anti-imperialista, o qual, por meio de uma progressiva nacionalização das fontes de produção, regularia os intercâmbios do país com o exterior, impedindo o capital imperialista de ameaçar a soberania nacional. Esse Estado seria, em sua visão, um órgão de defesa das classes produtoras – camponeses, operários e classes médias –, assunto ao qual retornarei no próximo capítulo.⁴²⁵ Para que o Estado fosse bem-sucedido nessa função de defesa econômica seria fundamental a unidade política da América Latina para evitar que o imperialismo pudesse, diante do controle que um país pretendesse exercer sobre seus investimentos, escolher outro que lhe abrisse as portas.⁴²⁶

Eis aí o caráter do Anti-Imperialismo aprista: estabelecer a dinâmica e o controle do desenvolvimento capitalista a partir “de dentro”, afirmando-se a soberania nacional por meio da ação planificadora do Estado.

Como lembram Galindo e Burga, a atuação do imperialismo no Peru gerou uma forte reação na forma de uma consciência nacional, calcada em um mercado nacionalismo econômico. O caráter desse nacionalismo, todavia, não era unívoco e dependia das diferentes classes que o expressavam. A liderança desse movimento

⁴²⁴ *Idem.*, p. 61-62.

⁴²⁵ *Idem.*, p. 65.

⁴²⁶ *Idem.*, p. 64.

nacionalista foi, no final dos anos 20, disputada por Haya de La Torre e Mariátegui, os quais plasmaram suas versões mais duradouras⁴²⁷.

Em “Punto de Vista Anti-Imperialista” – que, ao lado da já discutida tese sobre a questão indígena, foi enviada pelo revolucionário peruano como contribuição à I. Conferência Comunista Latino-americana -, Mariátegui começa por propor uma diferenciação interna entre os chamados países “semi-coloniais”. De um lado, haveria aqueles que vivenciam a intervenção política e militar direta do imperialismo e aonde, por conseguinte, a burguesia e a pequena-burguesia podem assumir uma postura nacionalista ou anti-imperialista. De outro, haveria países nos quais, em que pese o caráter semi-colonial da economia, a burguesia se senti suficientemente dona do poder político para não se preocupar com a soberania nacional, associando-se ao capital estrangeiro sem reservas.⁴²⁸

Dentro da América Latina, todavia, existiria também a divisão acima mencionada. De um lado, na América Central – cujas Repúblicas tinham a experiência da intermitente intervenção militar norte-americana - poderiam se desenvolver movimentos cujo eixo seria o anti-imperialismo e a libertação nacional. De outro, na América do Sul, cujas burguesias não se sentiam ameaçadas pelo imperialismo, o anti-imperialismo só poderia ser coerentemente sustentado por movimentos classistas.⁴²⁹

Para o autor: “Nem a burguesia, nem a pequena-burguesia no poder podem fazer uma política anti-imperialista. Temos a experiência do México, aonde a pequena-burguesia acabou pactuando com o imperialismo *yankee*”⁴³⁰

Essa última passagem, referindo-se ao caminho tomado pela Revolução Mexicana, retoma claramente o diálogo com Haya de La Torre. Ao contrário deste, Mariátegui não acreditava que o anti-imperialismo pudesse ser o cerne de um programa revolucionário, devendo este basear-se na luta de classes e no socialismo.

Quanto à pequena-burguesia e a aposta que o líder aprista fazia em seu potencial revolucionário, o marxista sustenta que seus interesses concretos não são necessariamente antagônicos aos do imperialismo. Ao contrário, com o crescimento da presença de empresas multinacionais, as classes médias urbanas viam aumentar suas

⁴²⁷ Galindo, Alberto Flores e Burga, Manuel: *Apogeu e Crisis de La República Aristocrática*, Op. Cit., p. 125.

⁴²⁸ Mariátegui, José Carlos: “Punto de Vista Anti-imperialista”, In. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, Op. Cit., p. 202.

⁴²⁹ *Idem*, p. 206.

⁴³⁰ *Idem*, p. 205

possibilidades de emprego e ascensão social, fugindo à “empregomania” que a atrelava aos pequenos cargos públicos.⁴³¹

Por fim, Mariátegui questiona uma tese cara à IC: a de que os interesses imperialistas coincidiam necessariamente com os da aristocracia feudal. Embora concordando que o capital imperialista se apoiava na classe feudal, por identificar nela a elite política, ele não via aí uma coincidência necessária de interesses.

Pelo contrário a expansão do capital financeiro internacional acarretava mudanças que, no longo prazo, punham em cheque os interesses materiais dos latifundiários feudais, por generalizar as relações capitalistas na economia. Por outro lado, o capital estrangeiro preferiria aliar-se a uma classe social mais numerosa e, por isso, capaz de garantir a ordem social: caso da burguesia nacional e da classe média.

Esse texto demarca, dessa maneira, dois interlocutores: de um lado, Haya de La Torre e o aprismo são seu alvo explícito e, de outro, as teses do *Comintern* também são questionadas.

Dessa maneira, embora diretamente endereçada ao A.P.R.A, a tese de Mariátegui questiona importantes pressupostos da política da IC para a região. Afinal, punha por terra a tese de que a revolução latino-americana teria de passar por uma etapa “democrático-burguesa”. Partindo de uma análise concreta de situações concretas, o autor peruano afirma não haver oposição de interesses entre a burguesia nacional e o capital financeiro internacional, defendendo o caráter socialista e proletário da revolução.

É curioso notar que, se nos conceitos de fundo, a IC e Mariátegui se aproximam entre si e se distanciam de Haya, a primeira está mais próxima do último no que tange ao diagnóstico do papel progressista que a burguesia nacional teria em relação ao imperialismo.

Uma boa ilustração dessa discrepância está no debate, entre os representantes da IC e a delegação peruana na Conferência de Buenos Aires, em torno da questão de Tacna e Arica. Como se sabe, essas duas províncias foram arrebatadas ao Peru pelo Chile durante a “Guerra do Pacífico”. Embora um plebiscito tivesse sido acordado para que os habitantes da região decidissem sobre a que Estado desejavam ser ligados, o Chile adiara constantemente sua realização, o que era motivo de recorrentes tensões tanto entre os dois países, quanto nas províncias em litígio. A IC, aplicando a tese leninista da auto-determinação dos povos, colocara a realização do plebiscito como uma

⁴³¹ *Idem*, p. 208.

importante bandeira de luta. Como o recém-fundado Partido Socialista Peruano parecia não conferir a mesma prioridade à realização do plebiscito, o encarregado do Secretariado Sul-Americano da IC, o ítalo-argentino Vittorio Codovilla admoestou publicamente os delegados do Peru.⁴³² Diante de tais críticas, Hugo Pesce, delegado do PSP no encontro, replicara que a realização do plebiscito não interessava, no momento aos trabalhadores peruanos, mantendo-se estes alheios à “agitação patriótica” promovida pela burguesia e pela pequena-burguesia. Essa afirmação foi precedida pelo seguinte comentário do delegado peruano: “Nós, comunistas, devemos estudar um ponto importantíssimo: qual tem sido a posição das distintas camadas sociais frente a um conflito determinado”⁴³³

Independente do mérito da questão, a divergência em torno de Tacna e Arica, ilustra o modo diferente pelo qual os peruanos e a IC pensavam o problema do imperialismo e sua relação com as classes sociais no Peru. Enquanto a IC aplicava a fórmula dos “países coloniais, semi-coloniais e dependentes” à toda a América Latina de modo indistinto, os peruanos, sob a égide intelectual de Mariátegui, procuravam entender a especificidade da penetração imperialista na sociedade peruana e as relações concretas entre esta e as diferentes classes sociais. Como se verá no próximo capítulo, tal divergência de método, que se expressou na conferência, irá além do problema do imperialismo e afetará questões como o caráter do partido e a teoria da revolução.

7.3. Revisitando a ortodoxia

O problema da inserção subordinada (dir-se-á mais tarde, dependente) no mercado mundial e seus efeitos desintegradores sobre a nação é um tema que unifica os autores em questão. Como ficou dito no capítulo 5, ambos procuram entender como as estruturas legadas pelo passado colonial se articulam à modernização capitalista que se segue à independência política. O tema do imperialismo, como se viu no presente capítulo, é fundamental para compreender essa articulação entre moderno e arcaico. Afinal, é a inserção subordinada dessas sociedades no mercado mundial – a qual se completa, justamente, na fase de predomínio do capital financeiro – que, ao mesmo tempo, permite sua modernização capitalista e reforça as relações produtivas legadas

⁴³² Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, Op. Cit., pp. 405-406.

⁴³³ Apud. *Idem.*, p. 406.

pelo passado. Assim, o tratamento do imperialismo é decisivo nas elaborações tanto do brasileiro quanto do peruano sobre a questão nacional, pois permite compreender o processo contraditório pelo qual, em que pese a modernização econômica, a nação permanece bloqueada.

Nessa nova elaboração da questão nacional, ambos se afastam do sentido evolucionista que a teorização oficial da Internacional Comunista dava a história dos países “coloniais, semi-coloniais e dependentes”. Para a ortodoxia da IC, tratava-se de passar da “etapa feudal” para a “etapa capitalista” do desenvolvimento, na qual o proletariado e o campesinato deveriam aliar-se à burguesia nacional, cujos interesses iam no sentido da emancipação nacional.

Já o historiador brasileiro e o jornalista peruano viam a burguesia nacional como articulada aos interesses imperialistas e, portanto, desinteressada ou incapaz de promover uma revolução burguesa em moldes clássicos. Os dois concordavam que as tarefas revolucionárias (no Brasil e no Peru) eram burguesas, mas, de forma coerente com a interpretação da história acima exposta, não acreditavam que a burguesia fosse levá-las a cabo. Nesse sentido, é bom lembrar que os dois procuraram desconstruir o modelo que a IC procurava impor à região – decalcado da experiência da Revolução Chinesa durante os anos 1920 - , demonstrando o modo diferente pelo qual o imperialismo se articulava com as burguesias locais na América Latina e na Ásia.

Por outro lado, as interpretações de Mariátegui e Prado Jr. sobre o caráter da revolução no sub-continente, do mesmo modo que as da Internacional, centram-se na questão nacional e no combate ao imperialismo. Essa discussão mostra que, longe de serem estranhos ou opostos à tradição intelectual comunista, Caio Prado e Mariátegui compartilhavam de seus horizontes. Ambos procuraram, cada um a seu modo, rearticular e re-significar os termos básicos que compunham a leitura dos comunistas à respeito da revolução latino-americana.

É certo que há uma maior ambigüidade, no que diz respeito ao papel da burguesia, na obra de Caio Prado Jr.. Embora o historiador paulista tenha se notabilizado pela rejeição de um papel nacionalista e progressista a ser desempenhado pela burguesia na revolução brasileira, o lugar dessa classe social no processo histórico do país, como ficou evidenciado acima, nem sempre foi tão claro. Como se verá no próximo capítulo, essa discrepância entre os dois autores está ligada ao modo pelo qual cada um concebia a revolução, seu programa e seus portadores sociais.

O que se procurou sugerir no presente capítulo é que essa oscilação de Caio Prado se deve, também, às próprias condições do país, em especial no decênio de 1950, durante o qual se travaram importantes embates nacionalistas em torno da industrialização do país, à qual avançou a passos largos. Tal situação parecia autorizar o otimismo com que a esquerda via as potencialidades de um desenvolvimento capitalista autônomo do país. Mesmo Prado Jr., que desde 1947 apontava a associação de interesses entre a burguesia brasileira e o imperialismo, não deixou de compartilhar, em 1954, desse otimismo.

Os avanços da industrialização e da modernização da economia experimentados pelo Brasil em meados do século XX contrastam com a situação vivida pelo Peru na década de 20. Ali, o que havia era uma economia de enclave, baseada na mineração, na extração de petróleo e na agricultura comercial. Não havia, então, perspectivas apreciáveis de industrializar o país andino. Assim, Mariátegui, para além de sua concepção do imperialismo e do processo revolucionário, tinha diante de si uma situação na qual uma etapa de desenvolvimento capitalista levado a diante por uma classe burguesa progressista não seria muito realista.

Capítulo 8

A revolução, seu programa e seus atores

Depois de comparar as leituras de Caio Prado e Mariátegui a respeito da colônia, da independência, da questão agrária e do imperialismo é preciso, para completar o exame de suas obras, contrapor o momento no qual tais análises desembocam: a proposição de uma estratégia revolucionária. Quais as tarefas históricas da revolução em cada contexto? Quais os atores políticos e sociais capazes de ou interessados em levá-la adiante? São essas as duas perguntas fundamentais que conduzem à elaboração de teorias do processo revolucionário e que nortearão a discussão que se segue.

Como ficou dito na introdução, tanto para Prado Jr., quanto para Mariátegui, o término da construção da nação – ou seja, a definitiva superação da herança colonial – está no cerne do programa revolucionário. Todavia, tal problemática se afigura de modo muito diverso para os dois autores. A razão dessa diversidade está, como se procurará demonstrar, não apenas nas peculiaridades de seus contextos nacionais mas, principalmente, na diferença geracional que os separa no interior do movimento comunista.

A concepção a respeito da revolução é o momento mais polêmico das obras dos dois autores, já que é aí que análises de suas respectivas formações sociais se encontram com as necessidades da prática política. Assim sendo, abordarei as elaborações de Caio Prado e Mariátegui à luz do debate com seus principais interlocutores. No caso do primeiro serão discutidas as resenhas críticas de *A Revolução Brasileira* publicadas, de um lado, pelo já citado Assis Tavares e, por outro, pelo filósofo trotskista Ruy Fausto. Já no caso do segundo, suas contribuições serão novamente confrontadas com as idéias de Haya de La Torre e com as da IC.

8.1. A Revolução como processo de reformas

No capítulo seis, apontou-se que Caio Prado – embora partindo dos textos clássicos de Marx, Engels e Lênin – defendia uma estratégia revolucionária calcada na compreensão da realidade brasileira e das tarefas históricas por ela demandadas.⁴³⁴

⁴³⁴ Prado Jr., Caio: “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 139.

Para o historiador marxista a transformação da economia brasileira deveria partir da organização e estímulo ao mercado interno e da reorientação da produção em função da demanda interna.⁴³⁵

Seria, pois, necessário concatenar e articular produção e consumo, tanto potencial como efetivo, por meio do planejamento. Assim, o planejamento econômico deveria procurar reorganizar e combinar as diversas atividades produtivas do país, tendo-se em vista a construção de uma economia genuinamente nacional.

Caio Prado identifica dois obstáculos básicos ao processo de mudança: o capital financeiro internacional e, suas diversas ramificações na economia brasileira, e a concentração fundiária.⁴³⁶ Dessa maneira, a revolução brasileira teria como tarefas históricas, de um lado, a libertação econômica da nação em relação ao imperialismo e, de outro, a reforma agrária, sendo ambas as dimensões intimamente solidárias.

Tanto em Fundamentos..., quanto na monografia de 1954, Caio Prado sustenta que a revolução brasileira não implica, num primeiro momento uma socialização das forças produtivas, cabendo, ainda, um papel positivo à iniciativa privada, desde que sob o controle do planejamento estatal. Nesse ponto o texto anterior se afigura mais radical. Nele, o autor, sustenta que a ação planificadora do Estado, ao promover as reformas que completam a construção da nação: “prepara o caminho da construção do socialismo brasileiro”⁴³⁷⁴³⁸

Nota-se na passagem citada, em embrião, a concepção de revolução como longo processo de reformas graduais como via ao socialismo adequada às condições do país. Tal concepção será desenvolvida, quase vinte anos mais tarde,, no primeiro capítulo de *A Revolução Brasileira*.

Nesta obra - escrita na esteira dos acontecimentos de 1964 e que constitui, como já se afirmou, o acerto de contas sistemático do autor com o PCB - Caio Prado começa, justamente, por uma discussão teórica sobre o conceito de revolução. A revolução é definida como o processo histórico pelo qual as estruturas econômicas, sociais e políticas de uma dada sociedade são radicalmente transformadas em um período relativamente curto de tempo.⁴³⁹

⁴³⁵ *Idem: Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira, Op. Cit.*, pp. 203-204.

⁴³⁶ *Idem*, pp. 230-234.

⁴³⁷ *Idem*, “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 141.

⁴³⁸ Não que o autor tivesse abandonado essa visão mais tarde, mas, como *Diretrizes...* era uma monografia para um concurso de cátedra em uma faculdade notoriamente conservadora, seu autor não poderia fazer semelhante afirmação ideológica, bastante compreensível, por outro lado, em um texto para discussão partidária.

⁴³⁹ *Idem.: A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 1-2.

As formas políticas específicas, ou melhor, os acontecimentos particulares pelos quais esse processo se desenrola seriam, nessa perspectiva, de menor importância, cabendo a primazia às transformações estruturais acima referidas. Caberia, portanto, distinguir entre “revolução”, de um lado, e “insurreição, de outro”. Na concepção do autor, os fatos isolados não têm, por si, sentido, adquirindo-o na medida em que se inserem em relações determinadas. Seriam essas relações que confeririam inteligibilidade aos fatos sociais e históricos.

Além disso, os fatos da vida social seriam, por sua própria natureza dialéticos. Por dialética o historiador entendia uma forma de apreensão do real pela qual os fatos seriam fundamentalmente dinâmicos, em contínuo processo de transformação. Esse dinamismo seria impulsionado pelo caráter contraditório do real, em que cada elemento contém em si sua própria negação, o que levaria a um movimento de síntese e superação dos termos da contradição.

Partindo-se de uma concepção dialética da história, os fatos presentes ganhariam inteligibilidade ao considerarmos suas relações com o passado e, a partir delas, sua projeção no futuro. O presente, apreendido dialeticamente, seria um elo entre o passado e o futuro.

Essa digressão metodológica é feita pelo autor no primeiro capítulo e retomada no decorrer de toda a obra, servindo como fundamento de sua visão de uma “teoria da revolução”. Para Prado Jr., a teoria da revolução – isto é, aquela interessada em orientar a prática política dos revolucionários – deveria buscar no processo histórico o potencial de transformação contido em suas contradições inerentes. Daí que os conceitos de tal teoria deveriam ser formulados com base em um conhecimento cientificamente rigoroso da realidade social.

Esse método seria a grande diferença que separaria o socialismo científico de Marx e Engels daquele dos socialistas utópicos. A previsão histórica do socialismo não era uma manifestação arbitrária da vontade, nem resultaria de planos pensados a priori, mas seria um desenlace das próprias contradições inerentes ao sistema capitalista, desvendadas pelos dois pensadores alemães. Daí que o conhecimento do funcionamento do capitalismo levou Marx a conceber o socialismo como uma projeção futura daquela forma social.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ Idem, *pp.* 6-7. É interessante notar que, em *a Revolução Brasileira*, Caio Prado faz algumas menções a Marx o que é muito raro em sua obra. Trata-se, claramente, de parte de sua estratégia de polêmica, já que a autoridade do autor de *O Capital* era fundamental para o público com o qual o autor pretende dialogar.

Voltando-se para o Brasil, Caio Prado afirmava que a sociedade brasileira vivia um daqueles momentos históricos em que a crise geral das estruturas econômicas, sociais e políticas vigentes se tornava patente, refletindo-se num mal-estar generalizado no conjunto da população. Embora essas crises sejam parte de um processo revolucionário no longo prazo, não levam automaticamente à revolução. Para a superação da ordem vigente seria indispensável a ação política de um sujeito social e político revolucionário, orientado por uma teoria adequada da realidade.⁴⁴¹

Os problemas começariam justamente aí, na inadequação da teoria da revolução brasileira à realidade nacional. Os teóricos da revolução brasileira, ao invés de partirem do entendimento da realidade para a elaboração dos conceitos, procurariam encaixar a formação histórico-social concreta em esquemas conceituais pré-concebidos, decalcados dos textos clássicos do marxismo, pensados para realidades completamente diferentes. Um tal procedimento, embora nominalmente inspirado em Marx, contrariaria frontalmente seu método, como acima exposto.

Essa confusão se expressaria no debate em torno da própria caracterização da revolução, cujos termos estariam equivocados. A grande polêmica girava em torno de saber se a revolução seria “democrático-burguesa” ou “socialista”. Ora, discutia-se um “rótulo” apriorístico, quando o que se deveria fazer era perguntar pelas tarefas históricas concretas dessa revolução.

Essa concepção da revolução e a maneira de enquadrar os dilemas da teorização revolucionária no Brasil mereceram uma crítica contundente do dirigente comunista Marco Antônio Coelho, escrevendo sob o pseudônimo de Assis Tavares. Embora reconhecesse o mérito de Caio Prado, ao ter iniciado um debate necessário, afirma que o historiador paulista não emprega, em sua crítica da teoria da Revolução Brasileira, o método marxista. Isso seria evidenciado pelo fato de Prado Jr. partir, não de um exame das condições políticas concretas, mas sim de categorias abstratas.⁴⁴² Embora essa afirmação me pareça exagerada – pois a crítica a partir do plano teórico-conceitual não é incompatível com a análise marxista – creio que o autor tem um ponto importante: Caio Prado não leva em consideração de modo adequado, ao criticar a linha política de seu partido, a separação entre o nível da elaboração teórica mais ampla e o da análise de conjunturas políticas. Um bom exemplo disso, é a crítica caio-pradiana da aliança do PCB com o governo JK e com o populismo, de modo mais geral. Embora Tavares

⁴⁴¹ *Idem*, pp. 3-5.

⁴⁴² Tavares, Assis: “Caio Prado Jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 50.

reconheça os aspectos entreguistas que Caio Prado aponta na política econômica de Juscelino, critica o historiador por não levar em conta as condições políticas nas quais os comunistas operavam – clandestinidade – e os avanços democráticos representados pelo período de JK.⁴⁴³

Outra crítica feita por Tavares é a respeito da recusa de Caio Prado em caracterizar a Revolução Brasileira como “socialista” ou “democrático-burguesa”. Para ele, embora estivesse correto ao recusar o esquematismo, o historiador errava, pois, para a ação política tais definições eram fundamentais por apontarem a adequada estratégia a ser seguida.⁴⁴⁴

Embora partindo do ângulo político oposto, a crítica de Ruy Fausto também recairá sobre o enquadramento conceitual de *A Revolução Brasileira*. Para o filósofo, a separação que Caio Prado propunha entre a ação política imediata e sua finalidade última (o socialismo) acabava por distanciar o marxismo da prática concreta.⁴⁴⁵ Assim, embora tivessem um instrumental teórico que apontava a necessidade histórica do socialismo, isso de nada serviria aos marxistas, já que esse objetivo final não teria qualquer importância para a prática imediata.⁴⁴⁶ Essa separação também implicava em minimizar a importância da consciência política dos revolucionários, uma vez que o objetivo histórico do socialismo independia desta. Em suma, a ênfase do historiador paulista nos objetivos imediatos da luta política, em detrimento de seus fins últimos, o aproximaria do teórico do revisionismo social-democrata Eduard Bernstein, para quem “o movimento é tudo e o fim nada”.⁴⁴⁷

Ao apontar esses pressupostos teóricos na obra de Caio Prado, Fausto pretendia demonstrar a descontinuidade existente entre as teses econômicas e sociológicas da obra e suas conclusões políticas. Embora o autor tenha razão ao sugerir que Prado Jr. minimiza o papel dos fins últimos na orientação da prática política, se verá que isso tem um motivo que vai além de sua concepção do marxismo.

Retornando à argumentação do historiador paulista, para empreender sua crítica da teoria oficial da revolução brasileira, Caio Prado retoma seus conceitos-chave e seus

⁴⁴³ *Idem.*, pp. 51-54. É bom lembrar que Marco Antônio Coelho foi dos precursores, no PCB, da valorização da democracia política. Diante disso, pode-se dizer em favor de Caio Prado que, se de fato ele deu pouco valor à democracia, isso era um traço mais geral da cultura política dos comunistas de então.

⁴⁴⁴ *Idem.*, p. 55.

⁴⁴⁵ Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *In. Teoria e Prática*, Vol. 1, No. 2, 1967., p. 9.

⁴⁴⁶ *Idem.*, p. 10.

⁴⁴⁷ *Idem.*, p. 11.

esquemas básicos. Para tanto, suas fontes são os documentos da Internacional Comunista (IC), nos anos 20 e 30, e do PCB, nos anos 50 e 60.⁴⁴⁸

O historiador data a origem da teorização em questão do VI o. Congresso da IC, no qual se chegou à uma formulação sobre as realidades do capitalismo periférico, então denominadas como “países coloniais, semi-coloniais e dependentes”.⁴⁴⁹ Nesse rótulo geral estavam abrangidos desde as colônias e semi-colônias da Ásia e da África, até os países da América Latina. Dentro dessa grande diversidade de situações, o modelo tomado pela IC foi o do primeiro bloco, em especial do caso chinês, por ser então o mais promissor para a revolução.

As formações sociais dos “países Coloniais, semi-coloniais e dependentes” eram caracterizadas como sendo feudais ou semi-feudais, com um capitalismo ainda embrionário. Além disso, a outra característica fundamental dessas realidades seria sua submissão ao imperialismo, em estreita relação com a estrutura feudal. Daí a tarefa revolucionária dos comunistas nessas sociedades não ser o socialismo – tido como inviável nessas condições – mas sim a de impulsionar a revolução “democrático-burguesa” e “anti-imperialista”, em aliança com os setores burgueses nacionalistas..

A idéia de uma revolução democrático-burguesa, centrada na resolução da questão agrária – isto é, na libertação do campesinato do jugo feudal – foi retirada dos textos clássicos de Marx, Engels e, em especial, de Lênin, à respeito da Revolução Russa. Acrescentou-se o problema do imperialismo, a partir da experiência da Revolução Chinesa, na qual o problema agrário se entrelaçava ao da libertação nacional.⁴⁵⁰

Esse modelo foi aplicado à América Latina fielmente pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista (BSAIC). Não se fez, nessa transposição, nenhuma diferenciação entre as diversas realidades latino-americanas, com especial prejuízo para o Brasil, cuja estrutura econômico-social diferiria muito daqueles países hispano-americanos com um forte componente indígena..

Por fim, essa teorização – formulada no decorrer dos anos 20 e 30 – foi reiterada pelos dirigentes do Partido Comunista durante os anos 50 e 60 na elaboração da linha

⁴⁴⁸ Caio Prado aborda os seguintes documentos do PCB: Resolução do Ivo. Congresso (1954) e Resolução da Convenção do partido (1960), cf. pp. 79-83. Discute, ainda, dois informes de Luis Carlos Prestes (1949 e 1954), ao Comitê Central e ao Ivo. Congresso, respectivamente, e, por fim, as “Teses Preparatórias para o VIo. Congresso” (1964), cf., Prado jr., Caio: *A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 98-100.

⁴⁴⁹ *Idem*, p. 47. Ver a nota em que Caio Prado remete o leitor ao Programa da IC, aprovado pelo referido congresso, em 1º. De Setembro de 1928, em Moscou.

⁴⁵⁰ *Idem*, pp. 45-47. Cf. também, pp. 94-96.

política da organização. Do desencontro verificado entre teoria e realidade, resultou o desencontro entre esta e a política partidária que se achava inaplicável.

Aqui, Assis Tavares, embora admita que houvesse, de fato, excessivo esquematismo e carência de análises concretas da realidade brasileira em muitas das formulações consagradas, afirma que Caio Prado cometeu “um erro imperdoável” ao desconsiderar inteiramente o trabalho de elaboração de gerações de revolucionários.⁴⁵¹ Como se verá adiante, o dirigente comunista procurará defender algumas das bases fundamentais da teorização de seu partido.

Já Fausto, reconhece, como seria de se esperar, a importância da crítica caio-pradiana dos esquemas e teses comunistas a respeito do caráter da Revolução, em especial no que tange às críticas endereçadas pelo historiador às noções de feudalismo e burguesia nacional. Contudo, sustenta que o divórcio entre essas análises e a política enfraquece seu alcance.⁴⁵²

Exposta a crítica de Caio Prado à importação mecânica de modelos estrangeiros por parte do PCB, é o caso de discutir o programa revolucionário por ele defendido. Antes, todavia, de fazê-lo, seria interessante retomar mais uma reflexão metodológica que o autor faz sobre a história, vista dialeticamente.

A história seria, em última análise, o resultado da ação humana consciente. O conjunto dessas ações articuladas entre si, todavia, criaria uma série de relações e estruturas – relações de produção, classes sociais, formas políticas, etc. – que se sobrepõem e determinam a ação e a vontade dos homens. Ação consciente (individual ou de grupo) e formas sociais se moldariam e se constituiriam reciprocamente.

Assim, o historiador marxista retoma, implicitamente, a famosa frase de Marx, que abre *O Dezoito Brumário*, segundo a qual “os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem”. Ao se pensar um programa revolucionário (expressão de uma vontade política consciente), dever-se-ia baseá-lo em um conhecimento científico da realidade, que fornecesse o sentido do processo histórico.⁴⁵³

Retomando o conceito de “sentido da história”, tão caro ao conjunto da reflexão pradiana, pode-se dizer que o autor via o sentido da história brasileira - desde a crise do regime de colônia (final do século XVIII e início do XIX) até o presente (1966) – como sendo dado pela transição do estatuto colonial para a nação. Isto é, de uma simples empresa fornecedora de gêneros tropicais para os mercados metropolitanos – integrada

⁴⁵¹ Tavares, Assis: “Caio Prado jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 49.

⁴⁵² Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *Op. Cit.*, p. 13.

⁴⁵³ Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira*, *Op. Cit.*, pp. 209-215.

por dirigentes da produção, de um lado, e força de trabalho dependente, de outro – para uma sociedade nacional, cuja população partilha, como um todo, dos padrões materiais e culturais da modernidade e cujos dinamismos são ditados “de dentro”. O presente é pois caracterizado como um elo desse processo em que se agudizam e acumulam as contradições entre um passado, em crise mas ainda vivo, e o futuro, já próximo mas ainda por construir.⁴⁵⁴

Ao observar o conjunto das relações sociais de produção que caracterizam a economia brasileira, o historiador encontra nas relações de trabalho no campo o lugar em que o passado se encontra mais forte e no qual, portanto, se intensificam as tensões e, por conseguinte as potencialidades, de transformação. Os trabalhadores rurais – na década de 50, ainda metade da população, – eram a classe mais intensamente explorada, pois ainda não se havia completado a transição para o trabalho livre, e cuja exclusão dos padrões de vida moderno sustentava a economia colonial. Não haveria, destarte, uma nação integrada com uma parte tão significativa da população com tão ínfimos padrões materiais e morais.

Elevar esses padrões seria um elemento fundamental do programa da revolução brasileira, sendo o meio para isso, como foi dito no capítulo 6, a extensão de uma legislação social e trabalhista adequada ao meio rural. Esse objetivo seria obtido pela organização e luta dos próprios interessados, assunto que será retomado mais adiante.⁴⁵⁵

A inclusão dessa massa rural na vida do país se apresentava sob um duplo aspecto: de um lado, político e social – constituição de um ator político e reconhecimento de direitos de cidadania – e, por outro, econômico, acesso a níveis de consumo compatíveis com a vida moderna. Esse último aspecto seria decisivo, pois levaria à consolidação de um mercado interno que – ao englobar o conjunto da população – se tornaria o centro dinâmico de nossa economia.

Partindo desse diagnóstico, Caio Prado considera o atendimento das necessidades básicas da população e a elevação de seus padrões de vida, um ponto-chave da revolução brasileira. Afinal, para esse fim, seria necessário reorientar o aparelho produtivo, do atendimento da demanda externa para a interna.

A industrialização substitutiva de importações, que se vinha realizando, não levaria por si mesma a esse objetivo. Afinal, essa indústria era impulsionada pela demanda de consumo conspícuo das classes superiores, antes atendido pelas

⁴⁵⁴ *Idem.*, pp. 123-125.

⁴⁵⁵ *Idem.*, pp. 215-218.

exportações. Isso se confirmava quando se tinha em conta o setor mais dinâmico do novo parque industrial, o automobilístico.⁴⁵⁶

Retomando a resenha crítica de Assis Tavares, o autor aponta a inexistência, no livro de Caio Prado Jr., de uma discussão dos diferentes tipos de renda da terra – pré-capitalista e capitalista – proposta por Alberto Passos Guimarães.⁴⁵⁷ Partindo deste último, Tavares critica a caracterização, feita por Caio Prado, da parceria e do colonato como sendo formas de assalariamento disfarçadas. Defende, dessa maneira, a tese consagrada de que essas relações de produção seriam servis.⁴⁵⁸

Assim, retomando as teses sobre o caráter semi-feudal da agricultura brasileira, o dirigente do PCB aponta a subestimação, por parte do historiador paulista, da importância da luta pela terra. Além disso, sustenta que o programa defendido por Prado Jr. seria vago e aquém daquele que procurava criticar.⁴⁵⁹

Curioso notar que, embora com sinais políticos opostos, as críticas de Tavares e Fausto coincidem ao sublinhar a desvalorização, por parte de Caio Prado, do problema da luta pela terra. O último, embora endossando a rejeição do historiador ao conceito de feudalismo e sua caracterização da agricultura brasileira como sendo capitalista, adverte que Caio desvaloriza os elementos arcaicos que se articulam aos modernos.⁴⁶⁰

Ou seja, embora concentrada em regiões economicamente periféricas a luta dos camponeses pela terra não é, por isso, politicamente secundária. Pelo contrário, recuperando a atuação das Ligas Camponesas, o crítico trotskista procura mostrar que as tensões advindas da periferia do sistema podem, justamente, ganhar um peso central.⁴⁶¹ Em suma, a super-valorização do papel dos assalariados agrícolas e a correlata subvalorização da luta pela terra viriam do economicismo do autor, o qual subordinaria o momento político ao econômico (tema ao qual voltarei no final deste capítulo).

Apresentado o programa da revolução – centrado na incorporação da massa popular no mercado interno e na ruptura dos laços de dependência com o mercado mundial – fica a questão de quais os atores políticos e sociais que levariam esse projeto a cabo.

No capítulo anterior, discutiu-se a polêmica em torno da burguesia nacional. Embora Caio Prado recusasse a divisão da burguesia brasileira em um “setor

⁴⁵⁶ *Idem*, pp. 256-257.

⁴⁵⁷ Tavares, Assis: “Caio Prado Jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 57.

⁴⁵⁸ *Idem.*, p. 58.

⁴⁵⁹ *Idem.*, p. 59.

⁴⁶⁰ Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *Op. Cit.*, pp. 15-16.

⁴⁶¹ *Idem.*, pp. 18-19.

nacionalista” e outro “entreguista”, haveria, sim, um divisor de águas no interior da classe burguesa, o qual dizia respeito às relações com o Estado.⁴⁶² Desde a colônia, a monarquia portuguesa funcionava como feixe que unia o interesse do Estado a uma série de negócios e interesses privados. Essa indistinção entre público e privado não foi rompida com a Independência ou a República.

Com a modernização do país e a diversificação das funções do Estado – institutos de previdência, empresas públicas, bancos de fomento e órgãos reguladores – os laços que uniam os aparelhos estatais e setores empresariais que os utilizavam para obter negócios privados se ampliaram e se estreitaram. Assim, se forma um setor burguês cujos lucros dependem intimamente de seus vínculos privilegiados com parcelas do poder público, o que Caio denomina como “capital burocrático”.⁴⁶³

O outro ramo, que não possui tais ligações privilegiadas e, portanto, só defende a intervenção do Estado para beneficiar o capital em geral, é denominado de “burguesia ortodoxa”. Desse modo, surgiria uma contradição - não irreconciliável, mas por vezes aguda – entre um setor que defenderia o aumento da atuação econômica do Estado e outro, que preconizaria políticas mais ortodoxas. Essas duas frações, identificadas pelo autor com os blocos políticos do PSD-PTB, por um lado, e da UDN, por outro teriam polarizado o conflito político no período entre o segundo governo Vargas e o golpe de 64.

Enquanto a contradição de interesses entre a burguesia ortodoxa e os trabalhadores é evidente, o capital burocrático, por sua localização no aparato estatal, tem condições de apresentar seus interesses como os interesses nacionais. Além disso, utiliza suas posições para negociar acordos políticos pontuais com o movimento operário e com a esquerda e construir alianças de classe.⁴⁶⁴

Foi a leitura distorcida da teoria da revolução brasileira que levou a esquerda a ver no capital burocrático a burguesia nacional, levando à “alianças espúrias” que facilitaram o golpe de abril.

Afinal, com a consciência crescente da população – mesmo que confusa – à respeito dos efeitos deletérios do uso do Estado para fins privados, o espaço para pregações moralistas da burguesia ortodoxa se ampliou. Dessa maneira, a aliança da esquerda com o capital burocrático confundiu as massas, diminuindo sua capacidade

⁴⁶² Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 191-192.

⁴⁶³ *Idem*, pp. 193-195.

⁴⁶⁴ *Idem*, pp. 198-199.

mobilizadora. A passividade popular resultante colaborou tacitamente para o golpe da reação.

Por seu turno, Tavares aponta a imprecisão da categoria de “capitalismo burocrático. Ironiza, inclusive, o fato de o historiador – o qual era avesso à analogias entre a Revolução Brasileira e a Chinesa – ter empregado uma categoria originada, justamente, pelos teóricos do *Kuomintang*.⁴⁶⁵ Para o dirigente comunista, ao empregar essa categoria Caio Prado se referia ao fenômeno do “capitalismo de Estado”.⁴⁶⁶

Todavia, não só o capitalismo de Estado não seria um fenômeno particular da sociedade brasileira, como não teria nesta, ao contrário do que supunha o historiador, características nocivas. Em que pese eventuais desmandos ou distorções, a intervenção do Estado na economia teria, como ficou dito no capítulo anterior, um papel importante no desenvolvimento nacional e na luta contra o imperialismo.⁴⁶⁷

O outro crítico que se está examinando não nega a utilidade da divisão entre uma burguesia “ortodoxa” e outra “burocrática”. Contudo, Fausto sustenta que Caio Prado procura, equivocadamente, substituir a polarização entre um setor burguês pró e outro anti-imperialista por outra entre uma burguesia tradicional e aquela ligada ao Estado. Para ele, embora existam tensões importantes entre os grupos burgueses, estas não tem o alcance político que nelas se procura.⁴⁶⁸

A polêmica divisão entre capitalistas burocráticos e ortodoxos não leva o autor a simpatizar com os últimos, muito menos a ser um crítico da intervenção e do planejamento estatal na economia, como já ficou claro pela sua defesa do planejamento e ação estatais para promover um desenvolvimento nacional autônomo.

Se o emprego do termo “capitalismo burocrático” é inadequado, o historiador paulista tem o mérito de ter apontado um fenômeno importante da formação social brasileira e, até então, pouco estudado pelos marxistas: as formas de apropriação privatista do aparelho de Estado por parte de grupos da burguesia brasileira. O uso da categoria de “capitalismo Burocrático”, de certa forma, antecede os trabalhos que, durante os anos 70 e na esteira do regime militar, re-valorizarão o papel do Estado.⁴⁶⁹

Como se viu anteriormente, o autor considerava o campo o ponto nevrálgico para a superação das relações legadas da colônia. Assim, os trabalhadores rurais teriam

⁴⁶⁵ Tavares, Assis: “Caio Prado jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, *Op. Cit.*, p. 71.

⁴⁶⁶ *Idem.*, p. 71.

⁴⁶⁷ *Idem.*, pp. 71-73.

⁴⁶⁸ Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *Op. Cit.*, p. 20.

⁴⁶⁹ Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1922-1964)*, *Op. Cit.*, p. 220.

um papel de protagonistas no processo revolucionário.⁴⁷⁰ Sendo sua demanda a extensão da legislação trabalhista e a melhoria nas condições de vida e de trabalho, seria tarefa primordial ampliar e fortalecer a organização sindical da e a consciência de classe no seio da população rural, processo que ainda era embrionário.

Embora, entre o final da década de 50 e início da seguinte, os trabalhadores rurais tenham rompido com o padrão secular de conformismo que os caracterizava – como demonstram as lutas sindicais na “zona da mata” pernambucana – ainda havia muitos entraves a sua ação política. O principal desses obstáculos era o isolamento em que vivia boa parte dessa população, no interior das grandes propriedades, sem os espaços públicos de convívio e meios de comunicação modernos que caracterizavam a cidade e sob a autoridade dos proprietários.⁴⁷¹

Para superar as insuficiências organizativas e de conscientização da massa rural, seria fundamental sua aliança com o operariado urbano. O trabalhador urbano, com sua maior experiência sindical e política, funcionaria como vanguarda que orientaria e auxiliaria os trabalhadores do campo.

Esse bloco dos trabalhadores do campo e da cidade, o qual constituiria o sujeito da revolução brasileira, deveria assentar-se sobre os interesses convergentes de ambas as categorias. A escassez de trabalho, os baixos salários e níveis de vida, condicionados pelo sistema de grande exploração, levavam à uma grande migração de mão de obra para as cidades, a qual vendia sua força de trabalho por preços ínfimos, rebaixando o nível dos salários urbanos. Seria, destarte, do interesse do proletariado industrial que os trabalhadores rurais obtivessem melhores condições de remuneração e de vida.⁴⁷²

Havia, contudo, alguns obstáculos à percepção desse interesse comum, por parte da classe trabalhadora. Essa dificuldade advinha da peculiaridade da condição operária no Brasil.

Se na Europa, durante a Revolução Industrial, tornar-se operário representou um descenso social em relação à condição de pequeno camponês ou artesão, no Brasil, representara objetivamente, e assim era percebido, uma ascensão de vida, comparado à condição de trabalhador do campo. Assim, muitos operários desejavam afastar-se o mais possível de suas origens rurais.⁴⁷³ A aliança deles com a massa rural, seria, todavia, a única possibilidade de eliminar a pressão sobre seus salários.

⁴⁷⁰ Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira, Op. Cit.*, pp. 275-277.

⁴⁷¹ *Idem*, pp. 277-278.

⁴⁷² *Idem*, pp. 279-280.

⁴⁷³ *Idem*, pp. 282-283.

Desse modo, o autor propunha, como alternativa à estratégia de aliança com a burguesia nacional, até então praticada pelos comunistas, uma estratégia baseada na independência política da classe trabalhadora e na luta de longo prazo por reformas que concretizassem as tarefas históricas da revolução brasileira.⁴⁷⁴

Aqui, pode-se reencontrar aquela concepção processual e reformista da revolução, aparecida pela primeira vez na experiência da ANL, reiterada em *Fundamentos...* e desenvolvida de modo cabal em 1966.⁴⁷⁵ Trata-se, portanto, de uma leitura à qual o autor se manterá fiel ao longo de sua vida. Esse traço característico de seu pensamento político o insere claramente na cultura política do PCB e o afasta dos novos grupos de esquerda que, após 1964, irão – inspirados na Revolução Cubana – defender o emprego da luta armada.⁴⁷⁶

É ilustrativa, a esse respeito, a crítica com a qual Ruy Fausto encerrou sua resenha. Citando Régis Debray – então o principal teórico da luta armada na América Latina – o filósofo rejeita a separação caio-pradiana, feita no começo do livro, entre “revolução” e “insurreição”. Para ele, devia-se precisamente aproximar esses dois momentos, sendo a separação proposta pelo historiador mais uma reiteração de seu reformismo.⁴⁷⁷

Outro elemento que insere a reflexão de Caio Prado na órbita do PCB é o fato de que, como se mencionou no início desta sessão, o historiador paulista não defendia uma eliminação imediata da iniciativa privada. Pelo contrário, ele julgava – aliás, em consonância com os escritos anteriormente analisados – que o Brasil não reunia condições para uma socialização dos meios de produção. Se controlada, cerceada, dirigida e impulsionada pelo Estado, a iniciativa privada poderia ter um papel positivo em nosso desenvolvimento.⁴⁷⁸

O socialismo seria, segundo o historiador marxista, o resultado para o qual tenderia a crise do capitalismo mundial, mas isso não o colocaria na ordem do dia em qualquer processo político concreto. Além disso, se, como ficou dito acima, a ênfase do autor recai sobre o processo de mudança, seu fim torna-se uma questão secundária. Aqui

⁴⁷⁴ Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revolução*, *Op. Cit.*, p. 115.

⁴⁷⁵ Prado Jr., Caio: “O Programa da ANL”, publicado em *A Platéia*, de 3 de Agosto de 1935. In. *Revista Escrita Ensaio*, *Op. Cit.*, pp. 134-135.

⁴⁷⁶ Em entrevista concedida à *Revisão*, órgão do Grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1967, o historiador paulista apontou a falta de condições para a luta armada no país, o que ia na contra-mão do que pensava boa parte do movimento estudantil de então. Cf. Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revolução*, *Op. Cit.*, p. 116.

⁴⁷⁷ Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *Op. Cit.*, p. 22.

⁴⁷⁸ Prado Jr., Caio: *A Revolução Brasileira*, *Op. Cit.*, pp. 265-266.

Caio Prado emprega justamente o exemplo da Revolução Cubana que, partindo de reivindicações puramente democráticas, passou à luta pela reforma agrária, ao anti-imperialismo e desembocou, pelas injunções da conjuntura política, no socialismo.⁴⁷⁹

Interessante notar que, embora apresentando a discordância, já mencionada, quanto ao raciocínio empregado, Assis Tavares convergiria com a conclusão de Caio Prado: a distância entre o socialismo e o atual estágio de desenvolvimento das contradições da realidade brasileira. Desse modo, em que pesem as discordâncias que organizam e justificam o livro, o historiador paulista não chegou a transcender, de modo consciente, a tradição política à qual pertenceu. Desse modo, tem toda a razão o seu crítico trotskista ao apontar suas convergências com o “oficialismo” ou com “os nacionalistas”, com a ressalva de que, ao contrário do que pretendia Fausto, aí não vai nenhuma repreensão política a Caio Prado.⁴⁸⁰

Aliás, indo na contra-mão de Fausto, sugeriria que, talvez, além das teses historiográficas que instruem a crítica de Caio Prado à linha política do PCB, a concepção da revolução seja sua contribuição mais interessante nesta obra. Ao diferenciar claramente revolução de insurreição e ao conceituar a segunda como um processo de mudanças profundas que poderiam ser obtidas por meio de reformas, o historiador – mesmo sem o perceber – cria uma abertura teórica para além da visão insurrecional que caracterizou a cultura política dos comunistas no Brasil. Para Gildo Marçal Brandão, essa elaboração caio-pradiana foi o auge e o limite da teorização do PCB a esse respeito.⁴⁸¹

Levando o argumento de Brandão além, creio que não havia condições, nem objetivas, nem subjetivas, para a aplicação de uma prática reformista e de orientação classista, calcada na organização sindical dos trabalhadores urbanos e rurais, como a defendida por Caio Prado. Tais condições só irão surgir no Brasil entre o final dos anos 70 e 80, com o “novo sindicalismo” e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT).. Contudo, é bom deixar claro que, se o historiador marxista antecipou importantes elementos da cultura política petista, isso não significa que ele possa ser tido como parte dela. Se essa antecipação ocorreu foi à revelia das intensões do autor e como fruto de acontecimentos políticos posteriores à sua obra.

⁴⁷⁹ *Idem*, pp. 17-19.

⁴⁸⁰ Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *Op. Cit.*, p. 22.

⁴⁸¹ Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista*, *Op. Cit.* p.54

8.2. Uma revolução socialista indo-americana

Se Caio Prado, na discussão sobre o caráter da revolução brasileira, teve como interlocutor, basicamente, o PCB, Mariátegui travou uma dupla polêmica: de um lado com o A.P.R.A e, de outro, com a IC. Já se viu, no capítulo anterior, essa triangulação no tocante ao imperialismo, o qual não deixa de ser uma parte do debate sobre a revolução. Assim, proceder-se-á da mesma maneira aqui, isto é, reconstruindo os argumentos de Haya de La Torre, de Mariátegui e da IC.

Antes, todavia, de entrar na discussão é preciso fazer uma advertência: Mariátegui nunca sistematizou suas concepções políticas ou um programa de conjunto. Em carta ao seu companheiro Moisés Arroyo Posadas, o próprio Mariátegui dizia: “Trabalho também no livro que, sob o título de ‘Ideologia e Política Nacionais’, publicarei nas edições História Nueva de Madri. Este último livro, precisamente, conterá todo meu legado doutrinário e político. A ele, remeto tanto os que, nos *Siete Ensayos*, pretendem buscar algo que não teria porque formular em nenhum de seus capítulos – uma teoria ou um sistema políticos –, como os que, desde pontos de vista “hayistas”, me reprovam o excessivo ‘europeísmo’ ou insuficiente ‘americanismo’”.⁴⁸²

Entretanto, não só o autor não o fez, como os originais desse livro se perderam e nunca foram encontrados. Diante desta perda irreparável, só resta ao estudioso reunir os elementos de um pensamento político dispersos por vários textos. Uma tal reconstrução, como não poderia deixar de ser, é muito parcial e sujeita à contestações. Mas, em que pesem essas deficiências, é o único modo de abordar as concepções de Mariátegui sobre a política revolucionária, forjadas no duplo debate com o aprismo e a IC.

Na nota introdutória aos *Siete Ensayos*, citada a pouco, Mariátegui se defende da acusação segundo a qual seria um “europeizante”. Afirma não haver saída para o Peru “fora das idéias e da técnica ocidentais”. Por fim, menciona Sarmiento, o qual, “sendo europeizante ele também, não encontrou melhor forma de ser argentino”.

A quem essas linhas eram endereçadas? A resposta pode ser encontrada se se tiver em mente que, no mesmo ano em que o autor publicava os *Siete Ensayos*..., ele rompia com seu antigo aliado Haya de La Torre e os demais seguidores do aprismo.

No capítulo anterior foram apresentadas as divergências entre os dois

⁴⁸² Mariátegui, José Carlos: *Carta a Moisés Arroyo Posadas*, Lima, 30 de Julho de 1929, In. Quijano, Anibal (org.): *Textos Básicos, Op. Cit.* P. 139. Não se deve confundir o livro anunciado na carta como o volume “Ideologia e Política”, das obras completas. Este é uma compilação de diversos escritos do autor feita por seus herdeiros.

intelectuais e militantes peruanos no que tange ao imperialismo e sua relação com as classes sociais. É o caso, agora, de aprofundar a questão e discutir os termos básicos que balizaram a polêmica entre Haya e Mariátegui.

No *Discurso/Programa* de 1931, Haya de La Torre começa falando nas “duas economias” que caracterizariam a formação social, não apenas do Peru, mas da Indo-América em geral. De um lado, haveria um setor nacional da economia, predominantemente feudal, agrário e técnica e socialmente atrasado. O outro, estaria ligado ao mercado mundial pelo predomínio imperialista, integrado pela produção de matérias-primas e produtos semi-processados de exportação (tanto agrícolas como minerais).

O grande dilema nacional estaria na polaridade entre esses dois setores econômicos. O centro do programa Aprista estaria, portanto, na superação dessa dualidade básica que cindia a sociedade peruana e a impedia de se afirmar como nação.⁴⁸³

Se este era o caráter da Revolução Nacional, quais seriam seus agentes? Ou, de outro modo, sendo o aprismo a teoria e a prática dessa Revolução, quem seriam suas bases sociais?

Novamente o autor demarca suas divergências com o marxismo de matriz leninista. Sendo a industrialização do Peru embrionária – restrita à mineração e a produtos semi-processados -, não haveria no país o proletariado maduro que Marx considerava a classe revolucionária. Além de muito reduzido, o operariado local seria muito jovem e não teria a possibilidade material de assumir aquele papel histórico. Quanto ao campesinato, pela servidão e atraso cultural e tecnológico em que vivia, estava também impossibilitado de assumir o protagonismo político.

Em realidade, a base social da Revolução seria integrada pelo proletariado, os camponeses e pela classe média.⁴⁸⁴ A massa de pequenos proprietários e “trabalhadores intelectuais” era vista por Haya como elemento fundamental dessa aliança poli-classista, pois além de ser prejudicada pelo Imperialismo, tinha as condições – ausentes entre as das primeiras classes – de exercer um papel de liderança no novo Estado.

Assim, a aliança entre operários, camponeses e a classe média formaria o pilar do “Estado Anti-Imperialista”, o qual deveria dirigir o processo de desenvolvimento

⁴⁸³ Haya de La Torre, Victor Raúl: *Discurso/Programa*, proferido em Lima, agosto de 1931 durante comício de Haya em sua campanha para Presidente da República. In *Idem: Haya de La Torre o La política como misión civilizadora op. cit.* pp. 172-173

⁴⁸⁴ *Idem.*: “El Aprismo És Uma Doctrina Completa y Um Método de Acción Realista”, *Op. Cit.*, p. 64.

capitalista autônomo do Peru. Nas palavras de Haya de La Torre: “Depois de derrubado o antigo Estado feudal, o movimento anti-imperialista organizará sua defesa, estabelecendo um novo sistema de economia, cientificamente planejada, e um novo mecanismo estatal que não poderá ser o do Estado democrático livre, mas sim o de um Estado de guerra, no qual o uso da liberdade econômica deve ser limitado para que não se exercite em benefício do imperialismo.”⁴⁸⁵

É preciso frisar aqui que, ao falar em “Estado de guerra”, o autor se refere à luta constante para controlar os interesses econômicos do capital estrangeiro e, assim, salvaguardar a soberania nacional. É nesse mesmo sentido que defende a restrição da liberdade de iniciativa econômica e o controle nacional sobre a produção.⁴⁸⁶ No plano político, defende a adoção do que denomina como “democracia funcional”: isto é, um critério de representação política baseada nas categorias produtivas.

Em seguida, o autor diz, explicitamente, que o Estado anti-imperialista tem semelhanças com o capitalismo de Estado, praticado na Europa da Primeira Guerra Mundial. A diferença entre ambos é que, em quanto o segundo era uma medida de urgência para proteger o capital imperialista, o primeiro era a base para criar um novo sistema econômico, fundado no controle progressivo da produção pelo Estado, que beneficiaria as já mencionadas classes produtoras que compunham a base do novo regime.⁴⁸⁷

Assim, se o líder do aprismo concordava que a América Latina vivia uma transição do feudalismo para o capitalismo, se afastava da IIIa. Internacional ao qualificar qual seria o caráter do imperialismo e, por conseguinte, da revolução anti-imperialista. Divergia, também, sobre quais seriam as forças sociais a encabeçar o processo e, por conseguinte, sobre quais seriam as bases do partido revolucionário.

Contrapondo esses postulados com o exame feito nos capítulos anteriores da obra mariateguiana, fica claro que o autor não compartilhava essa caracterização dualista da economia peruana, bem como a visão evolucionista do processo histórico que apoiava a teoria da revolução de Haya de La Torre. Estaria, como de fato foi o caso, mais conforme, a esse respeito, com a leitura leninista, embora, o evolucionismo do aprista era mais próximo da formulação da IC à respeito da realidade latino-americana.

Essas divergências entre apristas e comunistas foram mantidas em segundo plano até o Congresso Mundial Anti-imperialista de Bruxelas (realizado em fevereiro de

⁴⁸⁵ *Idem*: “El Estado Anti-imperialista”. *Op. Cit.*, p. 57.

⁴⁸⁶ *Idem.*, p. 56.

⁴⁸⁷ *Idem.*, pp. 58-59.

1927), no qual as relações foram rompidas de ambos os lados. As distâncias cresciam à medida que Haya disputava com as Ligas Anti-Imperialistas (organizadas pelos comunistas) a liderança do movimento anti-imperialista na América Latina. Isso o levou a afirmar o A.P.R.A como organização continental “sem influência estrangeira” e a criticar os comunistas por aplicarem à região a linha política emanada da Europa.⁴⁸⁸

A ruptura entre o A.P.R.A e a IC não levou, de modo imediato, a um confronto análogo entre Haya e Mariátegui. O primeiro abalo viria no início do ano seguinte, quando Haya de La Torre comunica – a partir do México e sem consultar a célula aprista do Peru – sua decisão de transformar o A.P.R.A em um partido nacionalista peruano – o Partido Nacionalista Libertador (PNL) - e lançar-se como candidato à Presidência da República.

Confrontado com essa decisão, Mariátegui a questionou em carta enviada à célula aprista do México em abril de 1928. Nela, o marxista rejeita totalmente a ideia de criar um Partido Nacionalista Peruano sem enraizamento popular, pois a considerava uma tática típica da “velha política” e estranha aos fins do movimento aprista.⁴⁸⁹ A ruptura se dará em maio, após a resposta de Haya, na qual este acusa Mariátegui de “europeísta” e exige que se discipline, “não com a Europa revolucionária”, mas “sim com a Indo-América revolucionária”.⁴⁹⁰

O rompimento é publicamente confirmado no já mencionado editorial do segundo aniversário de *Amauta*: “Aniversário y Balance”, publicado no no. 17 de setembro de 1928. Vale à pena deter-se neste artigo pois ele explicita os elementos teóricos de fundo que nortearam a polêmica dos dois revolucionários peruanos. Tratava-se, para Mariátegui, de negar a tentativa de seu interlocutor de postular um caminho original para a revolução latino-americana, afirmando a inserção da América Latina em um processo histórico universal, pautado pelo conflito entre capitalismo imperialista e socialismo: “A mesma palavra ‘revolução’, nesta América das pequenas revoluções, se presta bastante a equívocos. (...) Temos que restituir-lhe seu sentido estrito e cabal. A Revolução Latino-americana será nada mais e nada menos que uma etapa, uma fase da Revolução Mundial. Será, simples e puramente, a Revolução Socialista”⁴⁹¹

⁴⁸⁸ Montesinos, Jorge Nieto: “Estúdio Introductório”, *Op. Cit.*, pp. 34-35.

⁴⁸⁹ Mariátegui, José Carlos: “Carta à Célula Aprista do México”, Lima, abril de 1928, *In.*, Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, *Op. Cit.*, pp. 130-131.

⁴⁹⁰ Apud. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, *Op. Cit.*, p. 122.

⁴⁹¹ Mariátegui, José Carlos: “Aniversário y Balance”, *In.* Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, *Op. Cit.*, p. 126.

Para o autor, o socialismo “pressupunha e abarcava” todos os adjetivos que podiam ser adicionados à revolução: “nacional”, “agrarista” ou “anti-imperialista”. Assim, o socialismo aparecia como única possibilidade de emancipação para a América Latina, a qual chegara tardiamente à competição internacional, numa era de “monopólios e de impérios”. No capitalismo contemporâneo, portanto, a região “só poderia ter o papel de colônia”.⁴⁹² “Esta civilização (a ocidental) conduz, com forças e meios dos quais nenhuma dispôs anteriormente, à universalidade. Nesta ordem mundial, a Indo-América pode e deve ter individualidade e estilo, mas não uma cultura e um destino particulares.”⁴⁹³ Em suma, tomar parte no movimento histórico universal não exclui fazê-lo a partir de características e linguagem próprias. Daí a insistência do autor no caráter “original” que deveria ter o socialismo na região. Daí também a lembrança reiterada do antecedente autóctone que haveria para o socialismo moderno: o comunismo primitivo incaico.⁴⁹⁴

O autor marxista tem como preocupação central pensar uma estratégia socialista que seja adequada às condições históricas específicas, não apenas de seu país, mas da Indo-América como um todo.⁴⁹⁵ Em outra passagem do mesmo editorial, Mariátegui afirma: “O socialismo indo-americano não deverá ser decalque nem cópia, mas sim criação heróica”⁴⁹⁶ Em seguida, o texto vincula essa originalidade, no caso peruano, ao potencial, para a futura organização de uma economia socialista no país, do *ayllú* e dos hábitos coletivistas do índio quéchua.

Se Haya de La Torre apontava o particularismo da realidade latino-americana para negar validade ao universalismo da teoria marxista, Mariátegui procura conciliar as pretensões universalizantes do método materialista com a particularidade da situação latino-americana. De um lado, o líder aprista – reivindicando a originalidade da realidade do sub-continente – afirmava a necessidade de um caminho próprio para a revolução na América Latina e, de outro, Mariátegui apontava a inserção da região no quadro do desenvolvimento histórico universal para defender, mesmo que reconhecendo suas especificidades, a vinculação entre a revolução latino-americana e a revolução socialista mundial.

É justamente essa diferença teórica de fundo que instrui suas discrepâncias em relação ao caráter do imperialismo na região, a constituição e papel político das classes

⁴⁹² *Idem, Ibidem.*

⁴⁹³ *Idem*, p. 127.

⁴⁹⁴ *Idem, Ibidem.*

⁴⁹⁵ *Idem.*: Ponto de Vista Anti-Imperialista, Op. Cit., pp. 203-209.

⁴⁹⁶ *Idem.*: “Aniversário y Balance” Op. Cit., p. 128.

sociais, bem como ao programa revolucionário a ser seguido. Como afirma Quijano, a polêmica entre os dois delineia as duas correntes que irão, nas próximas décadas, disputar a hegemonia do movimento revolucionário do Peru: de um lado, a nacionalista-democrática e, de outro, a socialista-marxista.⁴⁹⁷

Mais do que isso, como lembra Patrícia Funes, essa polêmica entre Haya e Mariátegui antecipa, em grande medida, os termos em que se dará o debate, nas décadas seguintes, entre nacional-populistas e comunistas e entre adeptos da CEPAL e da Teoria da Dependência.⁴⁹⁸

Para exemplificar a relevância continental do debate entre os dois autores é bastante interessante a análise mariateguiana do processo revolucionário mexicano, feita em uma série de três artigos entre 1924 e 1930. Nota-se nesses artigos uma inflexão entre o primeiro – que expressava um certo otimismo a respeito da postura anti-imperialista do governo de Álvaro Obregón – e o último, em que o autor aponta taxativamente a conciliação entre o regime, resultante da Revolução, e o imperialismo.

No primeiro dos textos, publicado em 1924, o autor aponta o caráter democrático-burguês da Revolução Mexicana de 1910, a qual teria tido por tarefa liquidar o latifúndio feudal e emancipar o país do imperialismo. Naquele momento, em que o presidente Álvaro Obregón, em aliança com a Confederação Obrera Mexicana (CROM), estava em conflito com o imperialismo estado-unidense, Mariátegui expressava otimismo em relação, tanto à reforma agrária e à estabilização promovidas por Obregón, quanto à política educacional inovadora de Vasconcellos.⁴⁹⁹

No segundo artigo, publicado em 1929 – quando já se dera a ruptura com Haya -, o autor já aponta para as contradições inerentes ao caráter poli-classista da frente revolucionária, a qual se expressaria nas crises militares a cada processo eleitoral.⁵⁰⁰ Por fim, no terceiro e último dos textos, publicado em 1930, o autor começa apontando o caráter de classe do regime mexicano: “Tanto em tempos de fluxo revolucionário, como de refluxo reacionário, e talvez mais precisamente nestes do que naqueles, a experiência histórica iniciada no México com a insurreição de Madero e a derrubada de Porfírio Diaz oferece ao observador um conjunto único e precioso de provas da

⁴⁹⁷ Quijano, Aníbal: Nota Introdutória, *In. Idem. (org.): Textos Básicos*, Op. Cit., P. 122.

⁴⁹⁸ Funes, Patrícia: *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura y Política em Los Años Viente Latino-Americanos*, Op. Cit., pp. 245-246.

⁴⁹⁹ Mariátegui, José Carlos: “México e A Revolução”, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, Op. Cit., pp. 351-352

⁵⁰⁰ *Idem.*: “Origens e Perspectivas da Insurreição Mexicana”, *In. Idem.*, p. 353.

inelutável gravitação capitalista e burguesa de todo o movimento político dirigido pela pequena-burguesia, com o confusionismo ideológico que lhe é próprio.”⁵⁰¹

Mariátegui aponta o caráter de classe, não apenas do Estado mexicano, mas do Estado em geral, afirmando ser a idéia de um “Estado-anti-imperialista” ou “regulador” uma construção ideológica que disfarçava tal caráter, chegando mesmo à compará-la” à concepção do corporativismo fascista.⁵⁰² Segundo o autor, em que pese os importantes avanços políticos e sociais da revolução, o regime que dela resultou vivia um momento de retrocesso, com concepções frente ao imperialismo e a repressão às organizações operárias e de esquerda.⁵⁰³

Tal leitura do desdobramento do processo político no México é fundamental pela importância que Haya de La Torre lhe atribuía. Ao lado do Kuomintang chinês, o regime revolucionário mexicano era o seu modelo para a revolução no sub-continente. Nas palavras do líder aprista: “Vencido, com a ditadura porfiriana, o Estado feudal – representativo dos grandes proprietários de terra e aliado do imperialismo – o novo Estado mexicano não é nem um Estado patriarcal-camponês, nem o Estado burguês e nem o Estado proletário exclusivamente. A Revolução Mexicana – revolução social, não socialista – não representa o triunfo de uma só classe. (...) O partido vencedor, partido de espontânea frente única contra a tirania feudal e o imperialismo, domina em nome das classes que representa e que, em ordem histórica da consecução reivindicatória, são: a classe camponesa, a classe operária e a classe média”⁵⁰⁴

Esse caráter, anti-imperialista e anti-feudal, do novo Estado estaria, segundo Haya de La Torre, plasmado na já mencionada Constituição de Queretaro, à qual também evidenciaria a base poli-classista do novo regime. Todavia, a aplicação dos novos princípios se via embaraçada pela ação do imperialismo dos EUA, o qual buscava impedir aquelas medidas que iam contra seus interesses, apoiando-se na reação feudal⁵⁰⁵. Para o líder aprista a grande lição da Revolução Mexicana estaria na distância entre o novo arcabouço legal e sua aplicação, distância esta que se deveria à ausência de um embasamento científico do Estado anti-imperialista, o qual ele se propunha a estabelecer.⁵⁰⁶

⁵⁰¹ *Idem.*: “Al Margen del Nuevo Curso de La Política Mexicana”, *In. Idem.*, p. 356.

⁵⁰² *Idem.*, p. 357.

⁵⁰³ *Idem.*, pp. 358-359.

⁵⁰⁴ Haya de La Torre, Victor Raúl: “El Estado Anti-imperialista”. *Op. Cit.*, p. 51.

⁵⁰⁵ *Idem.*, p. 53.

⁵⁰⁶ *Idem.*, p. 55.

Não é, portanto, por acaso que Mariátegui ataque, no artigo mencionado, o conceito de “Estado-anti-imperialista”, numa clara referência ao aprismo. Como se viu no capítulo anterior, na tese enviada à I. Conferência Comunista Latino-americana, o autor já empregara o exemplo mexicano para afirmar a tendência da burguesia e mesmo da pequena-burguesia de se acomodarem aos interesses do capital imperialista.

No mesmo sentido, afirma no segundo dos *Sete Ensaio*s...: “Neste e instante de nossa história, não há como ser nacionalista e revolucionário sem ser socialista”.⁵⁰⁷

Assim, onde Haya de La Torre procura distinguir ou opor nacionalismo e socialismo, seu interlocutor tenta uni-los. Cerca de um ano antes do rompimento com o líder do A.P.R.A, no segundo artigo de uma polêmica, já mencionada, com Luis Alberto Sánchez – quem, diga-se de passagem, após 1931, se filiara ao aprismo – Mariátegui precisa esse raciocínio: “O nacionalismo das nações européias, onde nacionalismo e conservadorismo se identificam e se consubstanciam, se propõe fins imperialistas, sendo reacionário e anti-socialistas. Mas o nacionalismo dos povos coloniais, sim, coloniais economicamente, ainda que se vangloriem de sua autonomia política, tem uma origem e um impulso totalmente diversos. Nesses povos o nacionalismo é revolucionário e, portanto, conclui-se no socialismo. Nesses povos a idéia da nação não cumpriu ainda sua trajetória nem esgotou sua missão histórica”⁵⁰⁸

Dessa maneira, Mariátegui não acreditava que os problemas nacionais pudessem ter uma solução burguesa e liberal. Sem dúvida que os problemas fundamentais do Peru eram problemas de uma revolução burguesa: emancipação nacional, reforma agrária, integração social e política da massa popular, sem as quais não poderia haver nação sólida. Contudo, uma burguesia retardatária e formada pela associação entre o imperialismo e o latifúndio seria historicamente incapaz de levar a cabo as tarefas que suas congêneres haviam cumprido alhures.

A missão histórica de completar o processo de formação da nação caberia a uma aliança entre o nascente proletariado industrial e o campesinato indígena, a qual levaria a cabo uma revolução de caráter socialista. Se a liderança revolucionária caberia aos operários, os indígenas seriam a base social sem a qual nenhuma revolução poderia triunfar nas condições peruanas.

⁵⁰⁷ Mariátegui, José Carlos: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit., p. 28.

⁵⁰⁸ Idem.: “Réplica a Luis Alberto Sánchez”, publicado em *Amauta*, no. 7, março de 1927. In. Idem: *Mariátegui Total*, Op. Cit., Volume 1, p. 250.

Aqui, mais uma vez, estou de acordo com Aricó, quem vê aí a tentativa de Mariátegui de “traduzir” para as condições históricas peruanas a estratégia de Lênin para a Revolução Russa⁵⁰⁹.

A posição aprista frente à pretensão mariateguiana de pensar um caminho socialista para o Peru e a América Latina pode ser bem sintetizada pelo artigo do dirigente aprista Carlos Manuel Cox. Para ele, no que tange à interpretação marxista da realidade peruana, Mariátegui e o aprismo estão de acordo. A diferença surgiria, segundo ele, no adjetivo.⁵¹⁰ O problema do autor dos *Siete Ensayos*, segundo o companheiro de Haya de La Torre, seria seu excessivo “intelectualismo”, que o levaria a desconhecer as necessidades próprias à ação política.

Desse modo, Mariátegui teria se deixado levar pelo impacto de sua experiência na Europa – à qual soubera analisar de modo acurado – e “imaginado” para o Peru e para a Indo-América um proletariado revolucionário que, na realidade, não existiria. Assim, termina julgando o legado mariateguiano com uma paráfrase de Ortega y Gasset: “tens razão em tudo o que negas, mas te equivocas em muito do que afirmas”⁵¹¹

Cox recolhe de Haya o tema da adequação da teoria à realidade e do “europeísmo” de Mariátegui, ao mesmo tempo que procura reivindicar para o A.P.R.A seu legado como intérprete da realidade peruana. Como se depreende da análise feita acima, o juízo de Cox de que a discordância seria somente “adjetiva” é errôneo. Seu próprio artigo deixa isso claro ao afirmar que a visão europeizante e intelectualista de Mariátegui o teria impedido de discernir as diferenças na estrutura social entre a Europa e a América Latina.⁵¹²

Há, todavia, um aspecto interessante e acertado do texto do dirigente aprista: sua afirmação da divergência de Mariátegui com relação à III. Internacional. Embora se equivocando em fatos e datas, Cox aponta como o Partido Socialista de Mariátegui, embora pretendesse filiação à IC, foi rejeitado pela mesma por seu “revisionismo”.⁵¹³ É para essa outra polêmica que se deve voltar agora.

Após a ruptura com Haya, o Grupo de Lima – formado por intelectuais e sindicalistas reunidos em torno de Mariátegui e de *Amauta* -, se lança à organização do

⁵⁰⁹ Aricó, José: “Introducción”, *Op. Cit.*, p. XLVIII.

⁵¹⁰ Cox, Carlos Manuel: “Reflexiones Sobre Mariátegui”, publicado em *Claridad*, no. 279, Buenos Aires, julho de 1930. In. Aricó, José (org.): *Mariátegui y Los Orígenes del Marxismo Latino-Americano*, *Op. Cit.*, p. 4.

⁵¹¹ *Idem.*, p. 8.

⁵¹² *Idem.*, p. 7.

⁵¹³ *Idem.*, pp. 7-8.

Partido Socialista do Peru, fundado em 26 de setembro de 1928 e tendo Mariátegui como seu secretário-geral.

Encarregado, pelo Comitê Organizador do partido, para redigir uma declaração de princípios, José Carlos Mariátegui afirma, em clara continuação da polêmica com Haya: “O Partido Socialista do Peru adapta sua prática às circunstâncias concretas do país, mas obedece à uma ampla visão de classe as mesmas circunstâncias nacionais estão subordinadas ao ritmo da história mundial”⁵¹⁴ Mais adiante, ao caracterizar a etapa imperialista do capitalismo, sustenta: “A práxis do socialismo neste período é a do marxismo-leninismo. O marxismo-leninismo é o método revolucionário da etapa imperialista e dos monopólios”⁵¹⁵

Desse modo, ao se distanciar do A.P.R.A., o Grupo de Lima, reivindicava sua filiação à III. Internacional ao afirmar sua adesão ao marxismo-leninismo: isto é, ao marxismo de matriz comunista. Contudo, as relações de Mariátegui com a IC não eram tranquilas.

Este tema é um tópico controverso que divide os intérpretes de sua obra. Alguns – como Jorge Del Prado e Jorge Falcón -, ligados ao PCP, sustentam que as discrepâncias foram secundárias ou de menor importância.⁵¹⁶ Já outros, como Quijano, Galindo, Aricó e Melis, adotam o ponto de vista oposto: o de que Mariátegui e a IC tinham divergências de fundo que teriam levado o marxista peruano ao isolamento, tanto no movimento comunista latino-americano, quanto em seu próprio partido.

Mesmo sendo inegável que Mariátegui tenha sido parte da tradição política comunista, isso não deve obscurecer o caráter heterodoxo de seu pensamento, o qual recebeu reprovações explícitas dos representantes do *Comintern*. Para demonstrá-lo, é fundamental retornar à trajetória e aos termos do debate do peruano com a ortodoxia. Pouco antes do enfrentamento entre Mariátegui e Haya de La Torre, os representantes do *Comintern* na América Latina vinham exortando Mariátegui a romper com Haya e a fundar um Partido Comunista no Peru.⁵¹⁷

⁵¹⁴ Mariátegui, José Carlos: “Princípios Programáticos Del Partido Socialista Peruano”, In. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, Op. Cit., p. 153.

⁵¹⁵ *Idem*, p. 154.

⁵¹⁶ del Prado, Jorge: “Mariátegui, Marxista-Leninista Fundador del Partido Comunista Peruano”. Publicado originalmente no No. 8 da revista cubana *Dialéctica*, julho-agosto de 1943. In. Aricó, José (org.): *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*, Op. Cit., pp. 84-86. Ver também Falcón, Jorge: *Anatomía de Los Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Op. Cit., pp. 26-28.

⁵¹⁷ Na Conferência da Internacional Sindical Vermelha de fins de 1927, citada no capítulo 3, para a qual Mariátegui enviou Julio Portocarrero e Armando Bazán, o dirigente comunista Losowsky já exortava os delegados peruanos a romper com o A.P.R.A e fundar em seu país um Partido Comunista. Cf. Quijano, Aníbal: “Nota Introdutória”, In. *Idem*. (org.): *Textos Básicos*, Op. Cit., p. 197

As razões para evitar – em 1927 – a ruptura com a A.P.R.A são dadas pelo próprio Mariátegui. Desde seu regresso da Europa, em 1923, pretendia fundar um partido operário de orientação socialista.⁵¹⁸ Todavia, sabia que o movimento operário e popular do Peru ainda estava em seus inícios: tendo feito sua primeira aparição mais importante nas greves e manifestações estudantis de 1918-1919. Nessas condições, viu na fundação do A.P.R.A a criação de uma frente única capaz de aglutinar os intelectuais radicais e os operários. Foi nesse mesmo espírito que fundou, em 1926, a revista *Amauta*: “(...) como órgão deste movimento, como tribuna de definição ideológica (...)”⁵¹⁹

Assim, o jornalista e militante peruano, coerentemente com essa linha política, não acreditava haver as condições para fundar, em seu país, um Partido Comunista que pudesse ter enraizamento social. A transformação, no ano seguinte, do movimento aprista de frente única em partido político obrigou-o a adiantar seus planos e fundar, com os membros do “Grupo de Lima”, o Partido Socialista do Peru.⁵²⁰

Consumada a ruptura e fundado o novo partido, nem por isso as relações se tornaram harmônicas. Tais divergências se aprofundariam e ficariam mais claras na já mencionada 1ª. Conferência Comunista Latino-americana, realizada em Buenos Aires em junho do ano seguinte. Como se viu, Mariátegui redigiu duas teses para o evento: “Punto de Vista Anti-imperialista” e “El Problema de Las Razas em América Latina”. Por motivos de saúde, o secretário-geral do PSP não pode comparecer à conferência, sendo o médico Hugo Pesce e o sindicalista Julio Portocarrero os delegados peruanos.

Já se viu como na tese sobre o problema racial, seu autor vinculava o potencial revolucionário dos indígenas à sua condição de camponeses. Nesse sentido, a “questão indígena” se resolveria com o acesso à terra e não, como sustentavam os documentos da IC, com a concessão aos indígenas do Direito de Auto-determinação: isto é, do direito de constituírem seus próprios Estados.⁵²¹

Mas, no que tange ao problema indígena, a principal crítica da ortodoxia comunista a Mariátegui ficou por conta de sua defesa de que o *Ayllú* pudesse ser

⁵¹⁸ Mariátegui, José Carlos: “Antecedentes y Desarrollo de La Acción Classista”, texto enviado à Conferência de fundação da Confederação Sindical Latino-Americana, em Montevideu, maio de 1929. *In. Idem: Mariátegui Total, Op. Cit.*, p. 202.

⁵¹⁹ *Idem., Ibidem.*

⁵²⁰ *Idem.*, p. 203.

⁵²¹ Nesse tocante, diante das ponderações de Pesce de que a auto-determinação dos indígenas era algo alheio à realidade concreta, o representante do Secretariado da IC, Stepanov, admitiu que o problema indígena era complexo e que, talvez, a consigna mais adequada fosse a luta pela terra. Apesar disso, a maioria dos representantes da IC se mantiveram fiéis à reivindicação da auto-determinação. Cf. Quijano, Aníbal: Nota Introdutória, *In. Idem (org.): Textos Básicos, Op. Cit.*, p. 199

aproveitado como germe de uma economia socialista autóctone. Essa tese indigenista – mesmo que acompanhada da afirmação de que não se tratava de uma defesa da volta ao passado – foi considerada como sendo “populista”, no sentido do populismo russo.

Como foi anteriormente apresentado, o mais conhecido porta-voz dessa leitura de Mariátegui foi o especialista soviético em América Latina V. M. Miroshevsky. Segundo ele: “Mariátegui acreditava que o Peru marcharia para a Revolução por um caminho próprio, por um caminho especial. Considerava os camponeses indígenas peruanos como “coletivistas naturais”, acreditava que estes realizariam a revolução socialista independentemente, sem o proletariado revolucionário”⁵²²

Como se pode depreender da análise, feita no capítulo 6, da questão indígena na obra mariateguiana, a afirmação do autor soviético de que o peruano defendia uma revolução camponesa sem o proletariado é inteiramente equivocada. As analogias que Miroshevsky vê entre Mariátegui e os *narodniks* não são, como também se viu no referido capítulo, inteiramente desprovidas de razão. O problema é estigmatizá-las como “socialismo pequeno-burguês”.⁵²³ Merece destaque, a esse propósito, a menção que Miroshevsky faz ao “caminho próprio” defendido por Mariátegui. Para a ortodoxia soviética, como se verá adiante, era a idéia de um caminho próprio ao socialismo que parecia inaceitável.

No que tange à outra grande polêmica, aquela em torno do imperialismo, a discussão do capítulo precedente mostrou como Mariátegui, embora centrando fogo nas concepções apristas, critica também a visão da IC de que as burguesias nacionais teriam interesses contrários aos do capital financeiro internacional.

Por fim, entre as polêmicas que opuseram o SSAIC e os representantes peruanos esteve a do caráter do novo partido, a nova agremiação não assumira a forma de um Partido Comunista, o que foi expresso na adoção do nome “socialista”, de caráter mais genérico. No manifesto de fundação, acima citado, se diz: “De acordo com as condições concretas atuais do Peru, o comitê concorrerá à organização de um partido socialista, baseado nas massas operárias e camponesas organizadas”⁵²⁴

Segundo Leila Escursim, a questão do nome do partido era secundária, já que a organização adotava expressamente a ideologia “marxista-leninista” e buscava filiação à

⁵²² Miroshevsky, V. M.: “El Populismo Em El Peru: Papel de Mariátegui em El Pensamiento Social Latino-Americano”. *Op. Cit.*, p. 58.

⁵²³ *Idem.*, p. 69.

⁵²⁴ Mariátegui, José Carlos: “Princípios Programáticos del Partido Socialista Peruano”, *Op. Cit.*, p. 157.

IC, sendo, na prática, um partido comunista.⁵²⁵ Não creio que isso seja preciso. Em primeiro lugar, Mariátegui sabia muito bem que a denominação “comunista” era uma das 21 condições que os Estatutos da Internacional exigiam para a filiação de um partido. Além disso, segundo Galindo, os representantes da IC, Codovilla à frente, foram incisivos ao criticar a denominação da organização. É sabido como o nome “socialista” tinha então para os comunistas uma conotação pejorativa, associada ao reformismo.

Ora, porque um intelectual assumidamente revolucionário e simpático ao *comintern* como Mariátegui preferira essa denominação? Para entender suas razões, deve-se atentar para o começo e o fim da citação anterior. A prioridade do marxista peruano era a de fundar um partido que estivesse “em acordo com as condições do Peru” e que fosse “inserido no movimento das massas populares”. Ou seja, nas “condições concretas” do país um Partido Comunista exclusivamente operário, como queria a IC, seria, na visão mariateguiana, algo deslocado e inviável. Daí a opção por adotar o nome mais genérico de “socialista”.

Além do nome, os dirigentes da IC questionavam a composição de classe do PSP. Como se viu acima, em seu manifesto de criação o partido se dizia “baseado nas massas operárias e camponesas”, além disso, o mesmo texto declarava: “A organização sindical e o Partido Socialista, por cuja formação trabalharemos, aceitarão contingentemente uma tática de frente única ou aliança com organizações ou grupos da pequena-burguesia, sempre que estes representem um movimento de massas e com objetivos e reivindicações concretamente determinadas”⁵²⁶

Naquele período, todavia, a IC, já sob hegemonia stalinista e tendo adotado – em seu VI. Congresso (1928) – a linha de “classe contra classe”, estava empenhada em “proletarizar” os PCs, combatendo, em especial, os quadros intelectuais de origem pequeno-burguesa, tidos como “vacilantes”. Assim, homens como Codovilla consideravam o PSP uma organização demasiado aberta e flexível, o que não correspondia a seus padrões de disciplina revolucionária.

⁵²⁵ Escursim, Leila: *Mariátegui: Vida e Obra*, São Paulo, Expressão Popular, 2006., pp. 275-276. Embora com uma análise cuidadosa e sem a linguagem panfletária das passagens citadas de Del Prado e Falcón, a autora brasileira se aproxima, nesse tocante, às posições destes últimos.

⁵²⁶ Mariátegui, José Carlos: “Princípios Programáticos Del Partido Socialista”, *Op. Cit.*, p. 158. Por essa declaração vê-se como, apesar de ter rompido com Haya, Mariátegui não queria afastar a possibilidade de alianças ou convergências futuras.

Com isso, se pode compreender o que estava por trás da polêmica em relação ao nome e caráter do PSP: a IC temia a excessiva independência da nova organização e de seu principal dirigente, preferindo o alinhamento automático com suas decisões.

Mariátegui parte, para o emprego do materialismo histórico, da análise de situações concretas, os membros mais ortodoxos da Internacional aplicavam os conceitos e categorias do marxismo-leninismo à qualquer situação histórico-social, sem respeito por suas singularidades.⁵²⁷ Essa imposição de modelos *a priori* à realidades estranhas aos mesmos poderia ser descrita como “cosmopolita”, sendo o exato oposto do “localismo” de Haya de La Torre. Sua forma mais acabada e extrema pode ser encontrada na resposta que o Secretário Sul-americano da IC, o argentino Vittorio Codovilla, deu aos delegados do PSP quando estes lhe presentearam com um exemplar dos *Sete Ensaíos...* de Mariátegui. O secretário do SSAIC desdenhou publicamente o livro, considerando-o uma obra de pouca relevância. Em primeiro lugar, Codovilla objetava ao emprego da forma “ensaio”, por considerá-la própria de autores liberais ou conservadores, além de sugerir um trabalho inacabado ou não científico.⁵²⁸ A outra objeção dizia respeito ao termo “realidade peruana”. Quanto a este último, o comunista argentino fulminou: “realidade peruana, isso não existe.”⁵²⁹

Nessa dupla polêmica que ocupou boa parte de seus dois últimos anos de vida, José Carlos Mariátegui criticou e rejeitou ambos extremos. Buscou, enfim, uma aplicação consistente do marxismo como método de investigação que pudesse fornecer interpretações que jogassem luz sobre as peculiaridades da trajetória da formação social de seu país e que, daí, fornecessem as bases para uma política, a um só tempo, adequada à essa realidade e inserida naquilo que julgava ser o movimento do processo histórico universal.⁵³⁰

A tarefa, proposta por Mariátegui de inserir-se no âmbito do movimento comunista internacional e, ao mesmo tempo, manter uma linha política independente – calcada numa apreensão da especificidade peruana – era, sem dúvida uma tarefa muito difícil. Diante das pressões da IC, mesmo colaboradores próximos do autor dos *Sete Ensaíos...*, como Ricardo Martinez de La Torre ou Julio Portocarrero, acabaram se

⁵²⁷ Assim, creio ser supérfluo indagar se Mariátegui foi ou não um leninista. Não era o reconhecimento da autoridade teórica e política de Lênin que o distanciava da IC, mas sim sua maneira de empregar o marxismo. Cf. Aricó, José: “Introducción”, *Op. Cit.*, pp. XX-XXII.

⁵²⁸ Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, *Op. Cit.*, pp. 407-408.

⁵²⁹ *Idem.*, p. 408.

⁵³⁰ Melis, Antônio: “Mariátegui: El Primer Marxista de América”, *Op. Cit.*, p. 225.

aproximando das posições ortodoxas. Afinal, todos, inclusive Mariátegui, sabiam da dificuldade de se manter como revolucionários fora do âmbito do *Comintern*.

Além disso, a IC contava com um aliado fiel dentro do PSP: Eudócio Ravinez. Exilado em Paris, Ravinez, antes de retornar ao Peru, passou, em 1929, por Moscou, onde assumiu as críticas da ortodoxia às posições mariateguianas.

Em março de 1930, gravemente doente e internamente isolado, Mariátegui renuncia à secretaria geral do PSP em favor de Ravinez. Este, logo tratou de alinhar a organização com as diretrizes da IC. Pouco depois da morte de Mariátegui (em 16 de abril), o partido mudou de nome para Partido Comunista do Peru (PCP) e passou à submeter-se integralmente às orientações do *Comintern*.⁵³¹ O próprio Ravines teria declarado que sua missão era: “liquidar o amautismo”, ou seja, o legado político e intelectual de Mariátegui.

Para concluir esta sessão, faz-se necessário advertir que não sou da posição de que o fracasso do PCP depois de 1930, o qual perdeu para o Partido Aprista Peruano (PAP) a disputa pela hegemonia do movimento popular, não se deve única exclusivamente ao fato de terem seguido as determinações da IC.⁵³² Vale lembrar que, quando da morte de Mariátegui, o Partido Socialista ainda estava se organizando e o aprismo não contava com uma expressão partidária no país. É certo que a orientação de “classe contra classe” da Internacional contribuiu decisivamente para isolar os comunistas. Contudo, era difícil para os militantes do PCP discerni-lo naquela conjuntura, na qual a crise econômica e os duros enfrentamentos sociais daí decorrentes pareciam confirmar sua aposta numa crise revolucionária. Outro problema foi o partido, ainda fragilmente organizado, pretender ser a vanguarda de uma classe operária jovem e também ela pouco articulada.⁵³³

Por outro lado, o Partido Aprista Peruano (PAP) – fundado em 1931 - , ao dar às classes médias um papel central, foi muito mais eficaz em captar a simpatia dessa camada social, que os comunistas desprezavam. Além disso, valorizava mais o trabalho dos intelectuais, ganhando mais apoio entre estes. Por outro lado, seu nacionalismo militante – o qual identificava povo e nação, opondo-os à oligarquia e ao imperialismo - atraiu as massas populares e trabalhadoras de um país onde, como se viu no capítulo 2, a forte penetração de capitais imperialistas motivou um despertar da consciência nacional. Já no plano ideológico o ideário aprista, o qual ainda se estava forjando, era

⁵³¹ Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, Op. Cit., p. 503.

⁵³² *Idem.* e Burga, Manoel: *Apogeu y Crisis de La República Aristocrática*, Op. Cit., p. 303.

⁵³³ *Idem.*, pp. 308-309.

suficientemente amplo para incorporar setores sociais heterogêneos e indivíduos de diversas procedências políticas (anarquistas, socialistas e, até mesmo, comunistas). Por fim, o culto messiânico à figura de Haya de La Torre, a rica simbologia do aprismo e sua inserção no cotidiano geraram uma identificação duradoura nas massas.⁵³⁴

Os acontecimentos políticos peruanos após a morte de Mariátegui escapam ao escopo deste trabalho. No entanto, julguei pertinente fazer essa breve referência para que fique claro que não se pretende, aqui, tirar conseqüências políticas diretas de erros ou acertos teóricos. A relação entre teoria e prática é muito mais complexa, assunto que será retomado na conclusão.

8.3. A teoria da revolução, o movimento comunista e as realidades nacionais

Examinadas as respectivas concepções do processo revolucionário e as polêmicas que, a esse respeito, foram travadas pelos autores, cabe examinar as discrepâncias e convergências entre Caio Prado e Mariátegui. Enquanto o peruano afirmava o caráter socialista da revolução, o brasileiro defendia uma revolução definida segundo suas tarefas históricas, que avançasse por meio de reformas sucessivas. Isso não significa que o peruano desconhecesse o caráter processual e de longo prazo da revolução ou que o brasileiro não tivesse o socialismo por objetivo. O que se quer dizer é que, enquanto o primeiro acreditava na necessidade de uma ruptura mais drástica, o segundo defendia um caminho mais gradualista.

Aqui, a diferença se explica, em grande parte, por razões históricas. Mariátegui, é bom lembrar, viveu na Europa durante a onda revolucionária que se seguiu à Revolução de 1917 (1919-1923), tendo sido particularmente influenciado pela experiência das agitações operárias do norte da Itália, no que ficou conhecido como “biênio vermelho” (1919-1920), pela fundação do Partido Comunista Italiano (1921) e pela reação fascista.⁵³⁵ Além disso, militou em um movimento comunista internacional que, embora com importantes mudanças de estratégia política ao longo da década de 20, acreditava na proximidade da revolução mundial.

Já Caio Prado, embora tenha sido formado na mesma matriz política, militou em um período mais longo, que vai dos anos 1930 aos 1960. Nesse período, em especial após a dissolução do Comintern (1943) e no pós-Segunda Guerra, os PCs alinhados com

⁵³⁴ *Idem.*, pp. 312-316.

⁵³⁵ Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, *Op. Cit.*, pp. 100-121.

a URSS foram adotando – em virtude da Guerra Fria e da estabilização do capitalismo mundial - uma linha mais defensiva e, não sem oscilações, tendente à integração nos sistemas políticos nacionais.

Mas, talvez se possa aventar uma explicação complementar, calcada na diferença dos contextos nacionais, discutidos no capítulo 2. O Peru dos anos 20, além da ditadura pessoal de Leguía, caracterizava-se ainda por uma ordem social oligárquica e uma rígida estratificação que seguia linhas étnicas (com a exclusão da massa indígena), ao passo que o Brasil – entre 1930 e 1964 – viveu um processo de incorporação, ainda que subordinada, das classes trabalhadoras urbanas na política. Assim, se no Peru da década de 20 seria difícil crer em transformações por meio de reformas, no Brasil, especialmente entre o pós-guerra e o golpe de 64, esse era um caminho plausível.

Outra discrepância entre os autores diz respeito a distinta articulação entre a leitura que ambos tinham dos processos históricos mais gerais e a análise das conjunturas políticas.

Uma das críticas mais contundentes feita, tanto por Assis Tavares, quanto por Ruy Fausto, à Caio Prado é, como se viu na primeira sessão do presente capítulo, a de sua incompreensão das exigências da análise e da ação políticas. Aqui talvez caiba a adjetivação de “economicismo”. Não que suas teses historiográficas fossem economicistas, o que não creio que tenham sido. Aqui o termo “economicismo” tenha a acepção dada por Gramsci: isto é, a dificuldade de distinguir entre os processos estruturais de longo prazo e o acontecer conjuntural, tendendo-se a reduzir um ao outro.⁵³⁶

O historiador brasileiro procurou derivar de sua concepção do processo de formação da sociedade brasileira um programa alternativo ao do PC, mas sem levar em consideração a necessária mediação das conjunturas políticas. Suas propostas programáticas, além de vagas e gerais, permaneceram nos limites da cultura política comunista de então. Assim, talvez se explique porque, em que pese inovações teóricas para os padrões da esquerda brasileira de seu tempo, como sua conceituação de revolução, Caio Prado não tenha logrado pensar uma alternativa política à altura de sua contribuição como historiador.

Curiosamente, uma acusação similar foi feita, tanto por Haya de La Torre, quanto por Codovilla, à Mariátegui: a de ser um intelectual insensível às exigências da

⁵³⁶ Gramsci, Antônio: *Cadernos do Cárcere, Op. Cit.*, Volume III., Caderno 13, pp. 37-38.

ação política.⁵³⁷ Essa me parece ser, contudo, uma visão equivocada sobre o marxista peruano. Se se observar sua conduta durante e após a ruptura com Haya, ver-se-á como Mariátegui foi mais capaz que Caio Prado de articular suas concepções à ação política. A própria fundação do PSP, que não estava em seus planos mais imediatos antes do confronto com o aprismo, foi uma tentativa de criar uma organização, ao mesmo tempo inserida na órbita da IC e enraizada nas condições concretas do país.⁵³⁸

Como se viu na sessão anterior, as condições para levar essa tarefa à cabo eram muito difíceis. Não é possível saber como o autor dos *Siete Ensayos...* teria se comportado se não tivesse falecido tão prematuramente. Mas o fato é que, inegavelmente, Mariátegui procurou unir – e, em grande medida, conseguiu – seu pensamento e uma prática política que respondesse às exigências do momento. .

Possivelmente, as raízes dessa discrepância entre os dois autores esteja em uma diferença, já apontada no capítulo 3, em suas trajetórias políticas. Enquanto Caio Prado aderiu a um partido já constituído e cuja direção não valorizava muito o trabalho intelectual, Mariátegui não encontrou em seu país nenhum partido de esquerda formado, colocando-se para ele próprio, na condição de liderança intelectual marxista, a tarefa de fundá-lo.

Em suas respectivas empreitadas político-intelectuais, Mariátegui e Prado Jr. enfrentaram, não apenas o dogmatismo e rigidez do *Comintern* ou do PCB, mas também a concorrência de outros agentes políticos: os movimentos nacional-populistas. No caso do Peru, tratava-se do aprismo e, no do Brasil, o varguismo.

Não se pretende, nos limites desta pesquisa, fornecer uma definição do que seja o populismo latino-americano, tema já tratado por uma extensa bibliografia. Cabe assinalar, todavia, as diferenças mais óbvias entre os dois tipos de populismo. Enquanto Haya de La Torre encabeçava um partido de esquerda, fortemente enraizado nas massas e que nunca, durante a vida de seu líder, conseguiu chegar ao poder, o getulismo não se expressou por meio de um único partido ao longo do tempo e iniciou-se, justamente, a partir do aparelho de Estado. São pois fenômenos muito diversos, que respondem a experiências históricas igualmente diferentes.

Outra diferença crucial é que Mariátegui foi interlocutor privilegiado de Haya, primeiro na condição de aliado, depois, na de adversário. Já Prado Jr., como, na maior parte do tempo, não ocupou posições políticas de relevo, não teve um debate direto com

⁵³⁷ Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, Op. Cit., p. 480.

⁵³⁸ *Idem.*, p. 474.

o populismo. Sua interlocução foi com a opção de seu partido, a partir da segunda metade dos anos 50, de aliar-se ao trabalhismo varguista. Além disso, o populismo no Brasil não encontra um único líder político e elaborador teórico da envergadura de um Haya de La Torre. Expressões intelectuais que, como as do ISEB, podem ser consideradas como “populistas”, o são de modo indireto, já que seus teóricos não encabeçavam – como o fez Haya – um movimento social com expressão partidária.

As caracterizações que ambos fizeram do populismo, embora acompanhem as diferenças de tempo e lugar, possuem alguns traços comuns. Mariátegui sequer utilizava o termo, o qual ainda não ganhara o sentido que teria no vocabulário político latino-americano.⁵³⁹ Conforme se discutiu na última sessão, o marxista peruano considerava o aprismo um movimento “nacionalista pequeno-burguês”, com a confusão ideológica que caracterizaria essa classe social, tornando-a politicamente inconseqüente. Outro traço que reprovava no aprismo era seu “personalismo” em torno de Haya que, como sustentou nas cartas à célula aprista do México, lembrava aspectos da “*velha política criolla*”.

O “personalismo” e a ausência de definição ideológica também marcam a caracterização de Caio Prado. Para ele o populismo resultava da combinação da democratização da vida política brasileira e da expansão da máquina estatal – a qual oferecia novas possibilidades de colocação para a classe média – que se desenvolveram a partir da Revolução de 1930 e da “Era Vargas. Para o autor: “Resultaram daí essas formações e correntes políticas genericamente conhecidas como populismo e que nada mais constituiriam de fato, apesar de suas aparências e designações, que um sistema de interesses personalistas mantidos à custa de favores do Estado e apoiados na força ascensional, dentro das instituições brasileiras, das camadas e forças populares”⁵⁴⁰

Embora reconhecesse o papel do populismo como canal de participação dos trabalhadores, essas palavras deixam claro o viés negativo com que o historiador paulista analisava o fenômeno, o que, aliás, coincide com as apreciações de Mariátegui com relação ao aprismo após a ruptura com Haya.

As leituras do peruano e do brasileiro – centradas na ambigüidade ideológica, no personalismo e na heterogeneidade social – dão bem a tônica da maioria das avaliações marxistas sobre o populismo latino-americano.

⁵³⁹ No Movimento Comunista do final dos anos 20 a palavra “populismo” ainda remetia ao sentido russo, isto é, designava os *narodniks*, revolucionários russos não-marxistas do século XIX.

⁵⁴⁰ Prado Jr., Caio: “As Eleições de 3 de Outubro”, In. *Revista Brasiliense*, Vol. 6, No. 32, 1960, pp. 3-4.

Por fim, há um último e decisivo aspecto que aproxima suas diferentes concepções da revolução: a busca de um programa de ação política calcado numa análise das condições concretas de suas respectivas sociedades. Ambos colocaram, como se pode constatar ao longo do capítulo, a incompletude da formação de suas nações como eixo articulador dos programas revolucionários que defendiam.

Assim, se está diante daquela problemática proposta por Eric Hobsbawm, ao tratar da história dos PCs: a do difícil casamento entre uma forma de ação revolucionária internacional – o bolchevismo – e as tradições de uma esquerda nacional. As obras do brasileiro e do peruano são tentativas de responder a esse desafio, ao partirem de uma matriz leninista para propor uma estratégia revolucionária adequada aos contextos nacionais

Conclusão

Para concluir este estudo, é oportuno retornar aos aspectos teórico-metodológicos. Diversas vezes ao longo deste texto procurou-se enfatizar que, tanto para Caio Prado, quanto para Mariátegui, o marxismo era valorizado como método de interpretação da realidade histórico-social. Ou seja, importavam menos se as categorias empregadas eram ou não fiéis aos textos de Karl Marx, mas se o materialismo histórico podia ser frutiferamente empregado para compreender o Brasil ou o Peru.

É interessante notar que ambos enfatizam que o método dialético de Marx procura extrair sua compreensão do capitalismo do próprio processo histórico. Ou seja, a interpretação materialista e dialética não seria uma formulação imposta, *a priori*, ao real, mas estaria calcada na dinâmica dos fatos, como se pode ver na seguinte passagem de Caio Prado: “A dialética materialista, como método filosófico, não é senão a transposição para o pensamento dos fatos e seu processamento natural, isto é, de sua dialética ou aquilo que essencialmente os constitui, o seu dinamismo imanente.”⁵⁴¹

Já Mariátegui afirmava: “O materialismo histórico não é, precisamente, o materialismo metafísico ou filosófico, nem é uma filosofia da história, deixada atrás pelo progresso científico. Marx não teria porque criar mais do que um método de interpretação histórica da sociedade atual.”⁵⁴²

Assim, ambos desejavam enfatizar a necessidade de, para ser realmente coerente com a teoria de Marx, se partir não de categorias válidas para qualquer realidade, mas sim de um exame concreto de situações concretas. Com isso, ambos querem dialogar tanto com os críticos do marxismo quanto com a ortodoxia. Os primeiros, por acusarem o marxismo de ser uma imposição teórica estranha à realidade do Brasil ou do Peru, e⁵⁴³ os segundos, por pretenderem aplicar indiscriminadamente certos modelos e conceitos a realidades completamente díspares.

O interessante é que essa coincidência de pontos de vista sobre o papel do materialismo histórico ocorra em autores de formação intelectual muito diversa. Caio Prado Jr. tentou combinar a dialética materialista com uma visão de ciência formalizada

⁵⁴¹ Prado Jr., Caio: *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*, Op. Cit., p. 57.

⁵⁴² Mariátegui, José Carlos: “La Filosofía Moderna y El Marxismo”, In., Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, Op. Cit., p. 15.

⁵⁴³ Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, Op. Cit., p. 153. O autor sugere que, embora os alvos explícitos de Mariátegui em *Defensa de Marxismo* fossem revisionistas europeus como o belga Henry De Man, a obra também seria dirigida a Haya de La Torre. Como se pode ver pelo capítulo anterior, esta parece ser uma hipótese plausível.

retirada da filosofia do positivismo lógico. Essa combinação pode ser vista em obras filosóficas como *Dialética do Conhecimento* e *Notas Introdutórias à Lógica Dialética*, ambas criticadas por serem demasiado ortodoxas. Assim, para alguns intérpretes, as inovadoras interpretações historiográficas do autor não teriam correspondente em sua leitura da filosofia marxista, ainda muito marcada pelo positivismo.⁵⁴⁴

Para outros, todavia, categorias inovadoras de sua obra historiográfica – notadamente a de “sentido da colonização” – estão calcadas na leitura que o autor fazia da dialética e o próprio esforço filosófico de Prado Jr. se deveu às polêmicas teóricas geradas por sua interpretação da história brasileira.⁵⁴⁵

Já Mariátegui, formou-se como marxista na Itália pré-fascista. Ali o marxismo vivia um período de renovação, pautado pelo diálogo com a filosofia idealista do hegeliano Benedetto Croce. Por meio do diálogo com Croce, marxistas como Antônio Gramsci se afastaram das versões positivistas e evolucionistas do marxismo da IIa. Internacional, rejeitando o economicismo, resgatando o papel da cultura e da *práxis* humana. Mariátegui teria sido, portanto, bastante marcado por esse contexto intelectual.⁵⁴⁶ As referências a Croce ou ao liberal radical Piero Gobetti – outro interlocutor de Gramsci – são recorrentes em sua obra.

Outra referência freqüente é a do teórico do sindicalismo revolucionário francês George Sorel. Eis um dos pontos mais polêmicos da filosofia marxista do autor peruano. As menções elogiosas a Sorel foram, diversas vezes, apontadas como sinais de “ecletismo”. Na realidade, Mariátegui encontrava em Sorel – do mesmo modo que em Bergson ou Nietzsche – uma resposta ao economicismo e ao determinismo que prevaleciam nos meios marxistas de então e que excluía o papel da ação e da vontade humanas na história.⁵⁴⁷ Justificava-se dizendo que o método materialista histórico não excluía apropriações de outras correntes filosóficas.⁵⁴⁸ É bom lembrar também que Mariátegui não poderia ter acesso aos textos de juventude de Marx, os quais não haviam

⁵⁴⁴ Konder, Leandro: “Caio Prado Jr.”, *In., Idem, Os Intelectuais Brasileiros e O Marxismo*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 33

⁵⁴⁵ Grespan, Jorge: “A Teoria da História em Caio Prado Jr.: Dialética e Sentido”, *Revista do IEB*, No. 47, setembro de 2007, pp. 59-74.

⁵⁴⁶ Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, *Op. Cit.*, pp. 122-125.

⁵⁴⁷ Mariátegui, José Carlos: “La Filosofía Moderna y El Marxismo”, *Op. Cit.*, pp. 16-17. Daí a estranha afirmação do autor segundo a qual Sorel teria influenciado “a formação de Lênin”. Embora tal influência não se possa verificar, Mariátegui procura aproximar os dois em sua defesa do papel da vontade e da ação humanas, em oposição ao determinismo e crença linear no progresso que caracterizavam a social-democracia.

⁵⁴⁸ Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*, *Op. Cit.*, pp. 128-152. Assim, indo na contra-mão da ortodoxia leninista, o marxista peruano procurava, em autores idealistas como os acima citados, fontes que pudessem “espiritualizar” o marxismo, revivificando-o.

sido publicados, e que contribuíram muito para reavaliar o papel da subjetividade no pensamento do revolucionário alemão.

Seja como for, o que importa frisar aqui é que, vindos de formações e dialogando com tradições filosóficas muito distintas, o brasileiro e o peruano chegaram a apreciações muito semelhantes a respeito do caráter e da função do materialismo histórico. Isso se deve, provavelmente, aos interesses e modos semelhantes pelos quais os autores chegaram à obra de Marx.

Isto é, ambos desejavam promover um encontro frutífero entre o marxismo e a América Latina, ou, seguindo a sugestão de Aricó, superar o “desencontro entre a teoria e o real” que, na opinião do gramsciano argentino, caracterizaram historicamente a relação do marxismo com a América Latina.⁵⁴⁹ Em outro momento Aricó sintetizou o dilema da seguinte forma: “Se o marxismo era uma verdade universal, a realidade e o mundo concreto não podia ser mais do que um epifenômeno”⁵⁵⁰

Em face dessa postura, dominante no movimento comunista latino-americano dos anos 20 aos 60, o autor argentino destaca o fato de Mariátegui ter utilizado a expressão “realidade peruana” no título de sua principal obra para ressaltar a importância da análise de uma situação histórica concreta como condição para que se pudesse pensar os caminhos de sua transformação.⁵⁵¹ De modo análogo, na geração seguinte àquela do peruano e ignorando seu trabalho, Caio Prado Jr. teria procurado unir uma interpretação historiográfica original do passado colonial brasileiro a uma crítica da estratégia política comunista, cujos pressupostos teóricos estariam divorciados da realidade do país.

Ambos, portanto, não apenas “nacionalizaram” o marxismo, na feliz sugestão de Bernardo Ricupero, como também, por assim dizer, “latino-americanizaram-no”.⁵⁵² Com a expressão “latino-americanizar” retoma-se a problemática das ideias importadas para contextos estranhos aos seus, discutida no início. Para que uma determinada ideologia ou teoria social se torne efetivamente “nacional” ou “latino-americana”, impõe-se a superação da oposição entre as posturas “cosmopolitas” e “localistas”, ambas as quais impedem seu emprego frutífero para interpretar a nova realidade social em que se insere. Nesse processo, é inevitável que os conceitos, categorias e esquemas que conformam essa teoria sofram alterações e deslocamentos para que suas pretensões

⁵⁴⁹ Aricó, José: *Marx e A América Latina, Op. Cit.*

⁵⁵⁰ *Idem*: “Uma Geografia de Gramsci na América Latina”, In. Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (orgs.): *Gramsci e A América Latina, Op. Cit.*, p. 43.

⁵⁵¹ *Idem, Ibidem.*

⁵⁵² Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo No Brasil, Op. Cit.*, pp. 61-92.

universalistas dêem conta das particularidades do real. Só assim a teoria pode apresentar a realidade sob novas formas que contribuam para seu entendimento.

Retornando ao artigo de Antonio Candido, citado no capítulo 2, sobre o radicalismo no pensamento brasileiro, o autor diz, a propósito do marxismo, que para que este se torne uma teoria revolucionária fecunda, deve incorporar as tradições de pensamento radical locais. É o que teria ocorrido na Rússia, com o marxismo de Lênin; na China com o maoísmo e, por fim, em Cuba, com o castrismo.⁵⁵³ Creio que, diante deste estudo, poder-se-ia acrescentar que, no Brasil e no Peru, se um marxismo autóctone não chega a se formar, as obras de Caio Prado e Mariátegui são tentativas individuais de realizá-lo.

É certo, todavia, que a passagem da teorização à proposição de uma prática política capaz de conduzir à transformação social é algo muito mais complexo. Se Caio Prado e Mariátegui foram bem-sucedidos ao propor enfoques e interpretações inovadoras de suas formações sociais, não o foram no plano da ação política.

O primeiro, porque nunca foi capaz de transpor suas análises de longo prazo para o plano da conjuntura política mais imediata. Se suas críticas à teorização do PCB e suas conseqüências políticas foram incisivas e pioneiras, ele nunca foi capaz de lhe dar uma alternativa concreta consistente.

Já Mariátegui, embora bastante envolvido com o nível da organização partidária e sindical, e possuindo uma maior sensibilidade para a dinâmica conjuntural, também fracassou. É certo que sua morte prematura (aos 36 anos) dificulta bastante a comparação. Afinal, só liderou efetivamente o partido que fundou por dois anos. Nesse período, sua maior preocupação era dar aos socialistas e aos operários organizações independentes e, ao mesmo tempo, que se enraizassem no contexto nacional e em seus problemas concretos. Subestimou, é certo, o potencial do aprismo de se converter em um poderoso movimento de massas que rivalizasse com os socialistas na liderança da classe trabalhadora.⁵⁵⁴ Por mais grave que seja esse equívoco, não se pode responsabilizá-lo pelo que veio depois. É bom lembrar que quando Haya de La Torre fundou o Partido Aprista Peruano (1931), Mariátegui já havia falecido e seu partido estava sob o comando de Ravínez, fiel executor das diretrizes da Internacional.

Seja como for, a incompreensão de Caio Prado em relação às exigências do nível da ação política e os obstáculos que Mariátegui encontrou ao se mover nesse mesmo

⁵⁵³ Candido, Antônio: "Radicalismos", *Op. Cit.*

⁵⁵⁴ Mariátegui, José Carlos: *Carta A Estebán Pavletich*, datada de 25 de setembro de 1929. In. Quijano, Aníbal (org.): *Textos Básicos*, *Op. Cit.*, P. 141.

âmbito ilustram bem os limites de suas respectivas empreitadas político-intelectuais. Novamente, a teoria é desafiada pela realidade. Trata-se, no caso, da emergência e expansão dos movimentos nacional-populistas que, ao longo do século XX, foram muito mais eficientes do que os comunistas para organizar e liderar os trabalhadores e as massas urbanas, manipulando símbolos e recriando identidades nacionais.

Pode-se culpar esse fracasso dos comunistas por seus erros na interpretação da realidade latino-americana? Creio que, em que pese o óbvio peso que tais erros teóricos tiveram em decisões desastrosas – como os PCs do Brasil e do Peru, durante a década de 30 bem exemplificam – a resposta afirmativa, *tout court*, a essa indagação seria um tanto parcial, não dando conta das dificuldades envolvidas no problema. Basta lembrar que, compartilhando a mesma orientação de fundo que os demais, o Partido Comunista Chileno foi capaz de desenvolver uma prática política sem igual no continente, chegando ao poder, em aliança com os socialistas de Allende, por via eleitoral. O fracasso posterior da Unidade Popular não pode ser atribuído à incapacidade específica da teorização dos comunistas, mas a limitações do conjunto da esquerda latino-americana de então.

Assim, a “boa teoria” nem sempre conduz à “boa prática”, ao contrário do que supõe certo leninismo vulgar. Sem dúvida, o problema do fracasso da esquerda socialista ou comunista na região é difícil e abrangente, escapando completamente aos limites desta pesquisa. Vale indicar, todavia, que a única experiência de socialismo duradoura na América Latina, a de Cuba, começou com um movimento nacionalista e que, em seu início, contou com a oposição do PC oficial.

Esse último exemplo mostra que, se não conduz necessariamente a bons resultados políticos, uma teorização mais enraizada em seu contexto local pode evitar os esquematismos que conduzem a tão grosseiros erros de avaliação.

Possivelmente a dificuldade dos marxistas latino-americanos em interpretar o fenômeno do populismo e fornecer alternativas a ele faça parte de um problema maior. Trata-se da relação tensa – que por vezes se transformou em disjuntiva – entre o marxismo e a nação. Em todas as revoluções vitoriosas (como a cubana ou a chinesa) este problema teve de ser equacionado de uma ou outra maneira. Mas, como lembra Galindo, as revoluções vitoriosas foram casos excepcionais.⁵⁵⁵

Na esteira desta afirmação do historiador peruano e tendo em vista o caso cubano pode-se constatar que a separação, ou melhor, oposição que os comunistas

⁵⁵⁵ Galindo, Alberto Flores: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, Op. Cit., p. 385.

sustentaram com relação aos movimentos nacional-populistas, em vários momentos, lhes custou muito caro.

Em que pese o debate sobre o quanto os êxitos e derrotas dos movimentos socialistas latino-americanos devem ou não à capacidade, ou incapacidade, de teorização do marxismo local, é inegável que este deixou frutos apreciáveis. Nesse sentido, merece destaque o conjunto de autores e vertentes que foram agrupados sob o rótulo de “teoria da dependência”.

No início fiz referência à tese de Novais, segundo a qual Prado Jr. e Mariátegui foram pioneiros de um marxismo latino-americano, o qual se configura na teoria da dependência, “crítica à economia política da CEPAL”. Assim, os dependentistas teriam feito em relação aos cepalinos aquilo que Marx teria feito a Smith e Ricardo: partir dos conceitos e categorias da economia clássica para superá-los, dando-lhes um novo conteúdo.

Os autores aqui investigados são precursores fundamentais desse marxismo latino-americano, que emerge após a Revolução Cubana, e que tem nas teorias da dependência suas mais conhecidas contribuições.⁵⁵⁶ O elo comum que os une aos teóricos da dependência é seu ceticismo em relação ao papel da burguesia nacional enquanto classe oposta ao imperialismo. Se Mariátegui, por seu turno, escrevera que “a burguesia chegou tarde demais a cena histórica”, sendo incapaz de romper com o feudalismo e a dominação imperialista, Caio Prado, por sua vez, afirmava o caráter mercantil da colônia para sustentar a ligação constitutiva da burguesia com a posição subalterna no mercado mundial.⁵⁵⁷

No caso da relação entre Caio Prado e o marxismo universitário desenvolvido em São Paulo, a relação é evidente, conforme as reivindicações do próprio Novais e de Roberto Schwarz. Outro autor que teria sofrido a influência do historiador brasileiro foi o alemão, radicado nos EUA, André Gunder Frank, o qual publicou um artigo na *Revista Brasiliense* afirmando o caráter capitalista da agricultura no Brasil.⁵⁵⁸

No caso de Mariátegui, talvez não haja uma relação tão direta com um grupo específico de marxistas posteriores, mas a influência não deixa de ser importante. Basta lembrar o nome de Aníbal Quijano, comentador de Mariátegui, já bastante citado neste estudo, o qual foi um destacado participante dos debates, na década de 70, sobre a

⁵⁵⁶ Love, Joseph: “Economic Ideas and Ideologies Since 1930”, *Op. Cit.*, pp. 255-258.

⁵⁵⁷ *Idem.*, *Ibidem.*

⁵⁵⁸ *Idem.*, p. 257. Segundo Love, Gunder Frank reconhece explicitamente sua dívida com Caio. O artigo em questão foi publicado no número de janeiro/fevereiro de 1964.

marginalidade urbana na América Latina. Também não é por acaso que a edição de suas obras completas, que teve início nos anos 50 por iniciativa de seus filhos, tenha gerado, nos anos 60 e 70, uma volumosa fortuna crítica de sua obra, tanto no Peru, quanto na Argentina, França, Itália e mesmo na URSS. Além disso, multiplicaram-se as edições e traduções de *Siete Ensayos...*, o qual se tornou o livro peruano de não ficção mais lido em todo o mundo.⁵⁵⁹ O que importa assinalar é que os acontecimentos políticos e novas correntes teóricas que se desdobraram a partir de 1959 – os quais encerraram a hegemonia que os stalinistas haviam mantido sobre o marxismo latino-americano e abriram um novo ciclo revolucionário – criaram um contexto favorável ao resgate e difusão da obra mariateguiana.⁵⁶⁰

Enfim, trabalhando em países e tempos diferentes, sem nunca ter conhecido um a obra do outro, Caio Prado Jr. e José Carlos Mariátegui partiram do marxismo-leninismo (ou marxismo de matriz comunista) para interpretar de modo inovador suas respectivas realidades nacionais. Ao fazê-lo, entraram em choque com a ortodoxia de sua matriz teórica e política, superando seus estreitos limites. Desse modo, tanto o brasileiro quanto o peruano, deitaram os fundamentos para que as idéias de Karl Marx, o qual nunca compreendera a América Latina, fizessem sentido para suas sociedades.

É sempre um exercício arriscado tentar avaliar a atualidade de um autor que escreveu no passado. A princípio, em um estudo de história das idéias, esse exercício seria um anacronismo. Todavia, seguindo Gramsci, que retomou Maquiavel para entender a Itália de seu tempo, creio que o interesse em uma obra de outra época está, justamente, em contrastá-la com o tempo em que se vive. Assim, pode-se distinguir a transposição anacrônica de conceitos de uma época para a outra, daquele contraste que permite avaliar o quanto as idéias podem ser re-apropriadas e fazer sentido em novos contextos históricos, sendo este um problema importante para a história das idéias políticas. Dessa maneira, é, não apenas legítimo, mas relevante, concluir o presente trabalho com uma reflexão sobre a atualidade dos autores analisados.

Talvez o que seja mais evidente, em uma abordagem mais superficial, sejam as discontinuidades entre as obras de Caio Prado e Mariátegui e a época presente. Em primeiro lugar, as sociedades brasileira e peruana passaram por grandes transformações – econômicas, sociais, políticas e culturais – ao longo do século XX. No caso da primeira, completou-se, em meados dos anos 70, o processo de industrialização do país,

⁵⁵⁹ Pericás, Luís Bernardo: “Os Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana, O A.P.R.A e A Internacional Comunista”, no prelo.

⁵⁶⁰ Melis, Antônio: “Mariátegui: Primer Marxista de América”, *Op. Cit.*, p. 225.

sendo o Brasil uma das economias que mais cresceu no século passado. Já no caso do segundo, embora o Peru não se tenha industrializado, não deixou de haver um grande processo de êxodo rural, com grandes parcelas da população andina, indígenas ou mestiços, emigrando para Lima, o que alterou os padrões demográficos e as próprias relações entre as comunidades do altiplano e o mundo urbano.

Além disso, ambos países passaram por transformações políticas de envergadura. O regime militar brasileiro, sem que o PCB ou Caio Prado o tivessem previsto, combinou a intensificação da industrialização com o autoritarismo político e o reforço da dependência externa e das desigualdades sociais. Já no Peru, um regime militar de corte nacionalista realizou a secular aspiração do campesinato indígena à terra – com a execução de uma reforma agrária a partir de 1969. Mas, nem por isso, a exclusão da população indígena e as grandes disparidades sociais e regionais foram revertidas, abrindo-se o caminho para as turbulências políticas dos anos 80: as guerrilhas do Movimento Revolucionário “Tupac Amaru” e do “Sendero Luminoso” – seguidas de uma sangrenta guerra civil e de retrocessos autoritários nos anos 90 durante os dois mandatos de Alberto Fujimori.

Mas, para além desses processos econômicos, sociais e políticos nacionais, o que mais separa o tempo atual dos contextos de Caio Prado e Mariátegui é a falência do socialismo real e o fim da URSS (1989-1991).

Com efeito, embora em fases muito diferentes – tanto do movimento comunista, quanto da União Soviética – ambos depositaram todas as suas esperanças de futuro naquela construção política que tivera início em outubro de 1917. A frustração dessa experiência histórica que marcou o início e o fim do “curto século XX” poderia servir para relegar as obras do brasileiro e do peruano para o passado.

Trata-se, ao meu ver, de uma perspectiva limitada e superficial. Para demonstrá-lo é útil retomar os processos nacionais a pouco referidos. No caso do Brasil, o fato de a modernização econômica não ter trazido consigo a superação das mazelas sociais do subdesenvolvimento nem da dependência externa, parece dar razão ao pessimismo com que Caio Prado via o papel histórico da burguesia brasileira. Mais do que isso, a relativa desindustrialização e desnacionalização vivenciadas pela economia brasileira com o neo-liberalismo dos 90 confere nova atualidade ao conceito de “sentido da colonização” e ao ceticismo com que o autor encarava a forma pela qual o país se industrializou.

Por fim, as análises caio-pradianas sobre a permanência de estruturas legadas pelo passado colonial e seus efeitos desagregadores ganha nova concretude se se

observa o campo brasileiro. Por mais que se tente apresentar o “agro-negócio” (ou o *agro-business*) como tendo superado a necessidade de uma reforma agrária, é inútil tentar disfarçar as mazelas geradas pela concentração fundiária e pela agricultura de exportação. Prova disso são, de um lado as mais de 900 mortes nos últimos vinte anos de confrontos agrários e, de outro, as continuadas denúncias de exploração predatória do trabalho, como nos casos de trabalho escravo em fazendas de companhias multinacionais voltadas para a exploração de etanol de cana-de-açúcar.⁵⁶¹ Este último exemplo mostra como a articulação perversa entre moderno e arcaico ensejada pela inserção subordinada no mercado mundial, apontada pioneiramente pelo historiador paulista, continua a marcar o presente brasileiro.

Já no que tange ao Peru, a não resolução da questão indígena – com a definitiva incorporação das populações do altiplano à vida nacional, está, como apontou Flores Galindo, na raiz dos graves acontecimentos políticos do Peru do final do século XX. Entre os vazios políticos que abriram caminho para o “Sendero”, Galindo aponta a incapacidade de a esquerda legal (cuja principal força ainda é o Partido Comunista) de promover uma alternativa política nacional, para além das lutas sindicais⁵⁶². Não foi esse, precisamente, o esforço dos últimos anos de Mariátegui?

Mas talvez o fato atual mais interessante para reexaminar a obra mariateguiana venha, não do Peru, mas da Bolívia. A ascensão ao poder, no final de 2005, do líder indígena Evo Morales, amparado em uma ampla gama de movimentos sociais, foi a mais contundente afirmação da identidade indígena na América Latina até o presente. É certo que o Movimento Ao Socialismo (MAS), partido de Evo Morales, está muito distante do que Mariátegui esperava de um partido político.

Todavia, o programa do novo governo boliviano, o qual combina reivindicações de autonomia indígena, combate à desigualdade social e nacionalismo econômico, não deixa de ecoar preocupações do autor dos *Sete Ensaio*s... Assim, contrapor o indigenismo mariateguiano com as reflexões, por exemplo, de Álvaro García Linera, sociólogo e atual vice-presidente da Bolívia, pode dar uma boa idéia da novidade da experiência boliviana.

Desde o início do século XXI, diversos governos foram eleitos na América Latina com plataformas contrárias às políticas neo-liberais do decênio anterior. Se esses

⁵⁶¹ Para informações sobre conflitos agrários e denúncias de exploração predatória da força de trabalho no campo, veja o sítio da Comissão Pastoral da Terra: www.cptnacional.org.br

⁵⁶² Galindo Alberto Flores: *Buscando um Inca: Identidad y Utopia En Los Andes*, Op. Cit. Capítulo 6

governos – como os de Lula, Chávez, Morales, Kirchner, Vázquez e outros – cumprem ou não suas promessas históricas é um outro problema. No entanto, é inegável o fato de que suas eleições assinala um novo momento político no continente. Hoje está claro que a questão nacional, colocada em termos de superação da dependência externa e das desigualdades sociais e econômicas internas, continua a ser o grande desafio histórico latino-americano. Ou seja, aquela que, segundo as hipóteses deste estudo, é a problemática que aproxima Caio Prado e Mariátegui se mantém em aberto no presente, ainda que sob formas muito diferentes daquelas por eles concebidas.

Bibliografia

Anderson, Benedict: *Comunidades Imaginadas*, Lisboa, Edições 70, 1993

_____: “Introdução”, In. Balakrishnam, Gopal (org.): *Um Mapa da Questão Nacional*, Rio de Janeiro, Contraponto Editorial, 2002

Anderson, Perry : *Considerações sobre o marxismo ocidental: nas trilhas do materialismo histórico*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004

Aricó, José: “Introducción”, In. *Idem.* (org.): *Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*, México D. F., Pasado y Presente, 1978

_____: *Marx e A América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981

_____: “O Marxismo Latino-Americano nos Anos da III. Internacional”, In. Hobsbawm, Eric J. (org.): *História do Marxismo, Vol. VIII*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

_____: “Uma Geografia de Gramsci na América Latina”, In. Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (orgs.): *Gramsci e A América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985

Brandão, Gildo Marçal: *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista (1922-1964)*, São Paulo, Hucitec, 1997

_____: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, São Paulo, Hucitec, 2007

Bresser-Pereira, Luis Carlos: “6 Interpretações Sobre Brasil”, In. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Vol. 3, no. 5, 1979

Caballero, Manuel: *La Internacional Comunista y La Revolución Latino-Americana*, Caracas, Editorial Nueva Sociedad, 1987

Candido, Antônio: “A Força do Concreto”, *In. Dincao, Maria Ângela (org.): História e Ideal: Ensaaios Sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Brasiliense-Ed. UNESP, 1989

____: “A Revolução de 1930 e A Cultura”, *In. Idem: Educação Pela Noite e Outros Estudos*, São Paulo, Ouro Sobre Azul, 2006

____: *Literatura e Sociedade*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965

____: “O Significado de Raízes do Brasil”, *In. Hollanda, Sérgio Buarque: Raízes do Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002

____: “Radicalismos”, *In. Estudos Avançados*, Vol. 4., No. 8., 1990

Claren, Peter: “As Origens do Peru Moderno (1879-1930)”, *In. Bethell, Leslie (org.): História da América Latina*, Vol. IV, São Paulo, Edusp, 2000

Costa, Wilma Peres: “A Independência na Historiografia Brasileira”, *In. Jancsó, István: A Independência Brasileira: História e Historiografia*, São Paulo, Ucitec-FAPESP, 2005

Coutinho, Carlos Nelson: “Uma Via ‘Não-Clássica’ Para O Capitalismo”, *In. Dincao, Maria Ângela (org.): História e Ideal: Ensaaios Sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Brasiliense-Ed. UNESP, 1989

Cox, Carlos Manuel: “Reflexiones Sobre Mariátegui”, *In. Aricó, José (org.): Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*, México D. F., Pasado y Presente, 1978

Del Prado, Jorge: “Mariátegui, Marxista-Leninista Fundador Del Partido Comunista Del Peru”, *In. Aricó, José (org.): Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*, México d. F., Pasado y Presente, 1978

Del Roio, Marcos: *A Classe Operária Na Revolução Burguesa: A Política de Alianças do PCB (1928-1935)*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990

Dias, Maria Odila Leite da Silva: “Os Impasses do Inorgânico”, *In. Dincao, Maria Ângela (org.): História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Brasiliense-Ed. UNESP, 1989

Donghi: Túlio Alperyn: *História da América Latina*, São Paulo, Círculo do Livro, S.d.

Escursim, Leila: *Mariátegui: Vida e Obra*, São Paulo, Expressão Popular, 2005

Falcón, Jorge, *Anatomia de Los Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Lima, Amauta, 1985

Fausto, Ruy: “A Revolução Brasileira de Caio Prado Jr.”, *In. Teoria e Prática*, Vol. 1, No. 2, 1967

Femia, Joseph V.: “Historicist Methods for Critique of Revisionist Studying of Ideas”, *In. Tully, James (org.): Meaning and Context: Quentin Skinner and His Critics*, Oxford, Oxford University Press, 1988

Freyre, Gilberto: *Casa-Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1950

Funes, Patrícia: *Salvar La Nación: Intelectuales, Cultura e Política Em Los Años Viente Latino-Americanos*, Buenos Aires, Prometeo Libros, 2006

Furtado, Celso: *Formação Econômica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1962

Galindo, Alberto Flores e Burga, Manuel: *Apogeu y Crisis de La República Aristocrática*, *In. Idem.: Obras Completas*, Lima, Fundación Andina, 1994

_____: *Buscando Um Inca: Identidad y Utopia Em Los Andes*, Havana, Ediciones Casa de Las Américas, 1986

_____: *La Agonia de Mariátegui: La Polemica Com La Comintern*, *In. Idem.: Obras Completas*, Lima, Fundación Andina, 1994

Galissot, René: “O Movimento Operário Frente à Nação e ao Nacionalismo”, *In.* Hobsbawm (org.): *História do Marxismo*, Vol. IV., Rio de Janeiro, 1987

Gramsci: *Cadernos do Cárcere*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, Vols III. E V.

_____: *Escritos Políticos*, Prefácio e Organização de Juan Carlos Portantiero, México D. F., Pasado e Presente, 1978

Gorender, Jacob: “Do Pecado Original ao Desastre de 1964”, *In.* Dincaio, Maria Ângela (org.): *História e Ideal: Ensaio Sobre Caio Prado Jr.*, São Paulo, Brasiliense-Ed. UNESP, 1989

Hale, Charles: “Ideologias Políticas e Sociais na América Latina (1870-1930)”, *In.* Bethell, Leslie (org.): *História da América Latina*, Vol. V., São Paulo, Edusp, 2000

Haya de La Torre, Victor Raúl: “Discurso/Programa”, *In. Idem: Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora, Estudio Introdutório e notas de Jorge Nieto Montesinos*, México D. F., Fondo de Cultura Econômica, 2000

_____: “El Aprismo és Uma Doctrina Completa y Um Método de Acción Realista”, *In. Idem: Haya de La Torre o La Política Como Mission Civilizadora*, México D. F., FCE, 2000

_____: “El Estado Anti-Imperialista”, *In. Idem.: Haya de La Torre O La Política Como Misión Civilizadora*, México D. F., FCE, 2000

Hirano, Sedi: *Formação do Brasil Colonial: Capitalismo e Pré-Capitalismo*, São Paulo, Hucitec, 2008

Hobsbawm, Eric (org.): *História do Marxismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

_____: *Nações e Nacionalismos Desde 1780*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002

____: *Revolucionários: Ensaio Contemporâneo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003

Iumatti, Paulo: *Caio Prado Jr.: um perfil intelectual*. São Paulo, Brasiliense, 2007

Konder, Leandro: *A Derrota da Dialética*, Rio de Janeiro, Campus, 1988

____: *Os Intelectuais Brasileiros e O Marxismo*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

Laclau, Ernesto: “Feudalismo y Capitalismo en América-Latina”, *In*. Assadourian, Carlos Sempat *et alli: Modos de Producción em América Latina*, México D. F., Pasado y Presente, 1986

Lênin, Vladimir: *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, *In*. *Idem: Obras Escolhidas*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1983

____: *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, São Paulo, Abril Cultural, 1982

Limongi, Fernando: “Marxismo, Nacionalismo e Cultura: Caio Prado Jr. e A Revista Brasiliense”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, No. 6, 1985

Love, Joseph: “Econômical Ideas and Ideologies in Latin America Since 1930”, *In*. Bethell, Leslie (org.): *Ideas and Ideologies in 20th Century Latin America*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996

Löwy, Michael e Haupt, Gerard: *Los Marxistas y La Questión Nacional*, Barcelona, Editorial Fontamara, 1974

____: *O Marxismo Na América Latina*, São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999

____”Mística Revolucionária: José Carlos Mariátegui e A Religião”, *In*. *Estudos Avançados*, Vol. 19, No. 55, setembro/dezembro de 2005

Mariátegui, José Carlos: “Aniversário y Balance”, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

___: José Carlos: “Antecedentes y Desarrollo de La Acción Classista em El Peru”, *In. Idem.: Mariátegui Total, Lima, Amauta, 1995*

___: *Carta à Célula Aprista do México*, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., 1991

___: *Carta a Estebán Pabletich*, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

___: *Carta do Grupo de Lima a Célula Aprista do México*, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

___: *Carta a Moisés Aroyo Posadas*, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

___: *El Hecho Económico em La História Peruana*, *In. Idem.: Mariátegui Total, Lima, Amauta, 1995*

___: “EL Rostro y El Alma Del Tawantinsuyo”, *In. Idem.: Mariátegui Total, Lima, Amauta, 1995*

___: “El Problema de Las Razas em América Latina”, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

___: “Hacia El Estudio de Los Problemas Peruanos”, *In. Idem.: Mariátegui Total, Lima, Amauta, 1995*

___: “La Filosofía Moderna y El Marxismo”, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

___: “Presentación de Amauta”, *In. Amauta*, no. 1, setembro de 1926

____: “Punto de Vista Anti-Imperialista”, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

____: “Réplica a Luís Alberto Sánchez”, *In. Idem: Mariátegui Total*, Lima, Amauta, 1995

____: “Resposta Al Questionário no. 4 del Seminário de Cultura Peruana”, *In. Quijano, Aníbal (org.): Textos Básicos*, México D. F., FCE, 1991

____: *Siete Ensayos de Interpretación de La Realidad Peruana*, Estudo Introdutório e Notas de Aníbal Quijano, Caracas, Biblioteca Ayacucho, 2008

____: “Um Intermezzo Polemico”, *In. Idem.: Mariátegui Total*, Lima, Amauta, 1995

____: “UM Programa de Estudos de Los Problemas Peruanos”, *In. Idem.: Mariátegui Total*, Lima, Amauta, 1995

Marmora, Leopoldo: *El Concepto Socialista de Nación*, México D. F., Pasado y Presente, 1986

Martinez, Paulo: *A Dinâmica de Um Pensamento Crítico: Os Anos de Formação de Caio Prado Jr.*, São Paulo, Edusp, 2007

Marx, Karl: *O Capital*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006, Vol. 1

____: “Para A Crítica da Economia Política”, *In. Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1978

Melis, Antonio: “Mariátegui: Primer Marxista de América”, *In. Aricó, José (org.): Mariátegui y Los Orígenes Del Marxismo Latino-Americano*, México D. F., Pasado y Presente, 1978

Miceli, Sérgio: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil*, *In. Idem: Intelectuais à Brasileira*, São Paulo, Companhia das Letras, 2001

Miroxhevsky, V. M.: “El Populismo em El Peru: Contribución de Mariátegui AL Pensamiento Social em América Latina”, In. Aricó, José (org.): *Mariátegui y Los Origenes del MMarxismo Latino-Americano*, México D. F., Pasado y Presente, 1978

Montesinos, Jorge Nieto: “Estúdio Introdutorio”, In. Haya de La Torre, Victor Raúl: *Haya de La Torre o La Política Como Misión Civilizadora*, México D. F., FCE, 2000

Moraes, João Quartim de: “O Programa Nacional-Democrático: Fundamentos e Atualidade”, In. *Idem.* e Del Roio, Marcos (orgs.): *História do Marxismo no Brasil*, Vol. IV, Campinas, Editora da Unicamp, 2007

Novais, Fernando Antônio: “Caio Prado Jr. na Historiografia Brasileira”, In. Antunes, Ricardo, Moraes, Reginaldo e Ferrante, Vera (orgs.): *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983

_____: *Portugal e Brasil Na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, iSão Paulo, Hucitec, 2006

Paris, Robert: *La Formación Ideológica de José Carlos Mariátegui*: México D. F., Pasado y Presente, 1980

Pecault, Daniel: *Entre Le Peuple et La Nation: Intellectuels et Politique aux Brésil*, Paris, Editions de La Maison des Sciences de L’homme, 1989

Pericás, Luiz Bernardo: “Mariátegui e O Brasil”, *Estudos Avançados*, fev-mar-abr, 2010

_____: “Os Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana, O A.P.R.A e A Internacional Comunista”, no prelo.

Portantiero: “O Marxismo Latino-Americano”, In. Hobsbawm, Eric J. (org.): *História do Marxismo*, Vol. XI, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

_____: “O ‘Nacional-Popular’: Gramsci em Chave Latino-Americana”, In. Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (org.): *Gramsci e A América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

_____: “Los Usos de Gramsci”, In. Gramsci, Antonio: *Escritos Políticos*, México D. F., Pasado y Presente, 1978

Prado Jr., Caio: *A Questão Agrária no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2000

_____: *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1966

_____: “A Política Brasileira”, In. Santos, Raymundo (org.): *Dissertações Sobre A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense-Fundação Astrojildo Pereira, 2007

_____: “As Eleições de 3 de Outubro”, In. *Revista Brasiliense*, Vol. 6, No. 32, 1960

_____: “Capitais Estrangeiros”: In. *Revista Brasiliense*, Vol. 3, No. 11, 1957

____: “Capitais Estrangeiros e Capitais Nacionais”: *In. Revista Brasiliense*, Vol. 4, No. 18, 1958

____: “Desenvolvimento e Nacionalismo”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 4, No. 20, 1958

____: *Diretrizes Para Uma Política Econômica Brasileira*, São Paulo, Cráfica Urupês, 1954

____: *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, São Paulo, Brasiliense, 1987

____: *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, São Paulo, Brasiliense, 1957

____: “Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira”, *In. Santos, Raymundo (org.): Dissertações Sobre A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense-Fundação Astrojildo Pereira, 2007

____: *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 2002

____: “Livre Iniciativa Econômica e Iniciativa Estatal”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 3, No. 9, 1957

____: “Nacionalismo Brasileiro e Capitais Estrangeiros”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 1, No. 2, 1955

____: “O Programa da ANL”, *In. Revista Escrita Ensaio*, Vol. 4, No. 10, 1983

____: “O Sentido Profundo da Anistia Ampla”, *In. Santos, Raymundo (org.): Dissertações Sobre A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense-Fundação Astrojildo Pereira, 2007

____: “Os Empreendimentos Estrangeiros e O Desenvolvimento Nacional”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 5, No. 23, 1959

Prébisch, Raúl: “O desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas” *In Bielschowsky, Ricardo org. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Editora Record, Rio de Janeiro, 2000

Rêgo, Rubem Murilo: *Sentimento do Brasil: Caio Prado Jr., Descontinuidades e Mudanças Na Sociedade Brasileira*, Campinas, Editora da Unicamp, 2000

Renan, Ernest: “Qu’est-ce Qu’une Nation?”, *In. Idem.: Qu’est-ce Qu’une Nation? et Autres Essays*, Paris, Editions Pocket, 1992

Ricupero, Bernardo: *Caio Prado Jr. e A Nacionalização do Marxismo no Brasil*, São Paulo, Editora 34, Departamento de Ciência Política da USP, FAPESP, 2000

Rubim, Antônio Alvino Canellas: “Marxismo, Intelectuais e Cultura no Brasil”, *In. Moraes, João Quartim de (org.): História do Marxismo no Brasil*, Vol. III, Campinas, Ed. Unicamp, 2007

Santos, Raymundo: *Caio Prado Jr. Na Cultura Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad Editora e Faperj, 1997

Schlessinger, Rudolf: *La Internacional Comunista y El Problema Colonial*, México D. F., Pasado y Presente, 1977

Secco, Lincoln: *Caio Prado Jr.: O Sentido da Revolução*, São Paulo, Boitempo, 2008

Skinner, Quentin: “Some Problems in The Analysis of Political Thought and Action”, *In. Political Theory*, Vol. 2, No. 3, 1974

Smith, Antony: *Nacionalism and Modernism*, Londres, Routledge, 1998

Souza, Maria do Carmo Campello de: *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, São Paulo, Alfa-ômega, 1976.

Tavares, Assis: “Caio Prado jr. e A Teoria da Revolução Brasileira”, *In. Encontros Com A Civilização Brasileira*, no. 1, 1967

Tully, James: “The Pen is a Mighty Sward”, *In. Idem. (org.): Quentin Skinner and His Critics*, Oxford, Oxford University Press, 1988

Vários Autores: “Carta de Apresentação”, *In. Revista Brasiliense*, Vol. 1, No. 1, agosto de 1955

Vianna, Francisco José de Oliveira: *Populações Meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974

Vinhas, Moysés: *O Partidão: A Luta Por Um Partido de Massas (1922-1974)*, São Paulo, Hucitec, 1982